

PPA

Plano
Plurianual
2024-2027



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Leite

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Gabriel Souza

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Artur Lemos

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Luciano Chaves Boeira

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Eduardo Cunha da Costa

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Tânia Moreira

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Danielle Calazans

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Eranani Polo

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira

SECRETÁRIA DA SAÚDE

Arita Bergmann

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Sandro Caron

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Pricilla Maria Santana

SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Juvir Costella

SECRETÁRIA DE OBRAS PÚBLICAS

Izabel Matte

SECRETÁRIO DE TURISMO

Vilson Covatti

SECRETÁRIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Simone Stülp

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Giovani Feltes

SECRETÁRIO DO ESPORTE E LAZER

Danrlei de Deus Hinterholz

SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Marjorie Kauffmann

SECRETÁRIO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Gilmar Sossella

SECRETÁRIO DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Luiz Henrique Viana

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Mateus Wesp

SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Beto Fantinel

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Carlos Rafael Mallmann

SECRETÁRIA DA CULTURA

Beatriz Araujo

SECRETÁRIO DE PARCERIAS E CONCESSÕES

Pedro Capeluppi

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ronaldo Santini

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Fabício Guazzelli Peruchin

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ronaldo Santini

**SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO DIGITAL E APOIO ÀS
POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Lisiane Lemos

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Vilmar Zanchin

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Alexandre Postal

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Alexandre Sikinowski Saltz

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Antonio Flávio de Oliveira

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

Amilcar Fagundes Freitas Macedo

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Iris Helena Medeiros Nogueira

SIGLAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

AGERGS	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS	FOSPA	Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
AL	Assembleia Legislativa	FPERGS	Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
BAC	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	FRO	Reserva de Contingência
BADESUL	Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento	FTSP	Fundação Theatro São Pedro
BAGERGS	Banrisul - Armazéns Gerais S.A.	GVG	Gabinete do Vice-Governador
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	IPEPREV	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
BCS	Banrisul Corretora de Seguros S.A.	IPESAUDE	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul
BCV	Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
BP	Banrisul Pagamentos	JME	Tribunal de Justiça Militar
BS	Banrisul Seguridade Participações S.A.	JUCISRS	Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
CC	Casa Civil	METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A	MP	Ministério Público
CEED	Conselho Estadual de Educação	PGE	Procuradoria-Geral do Estado
CM	Casa Militar	PORTOS RS	Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A
CRM	Companhia Rio-Grandense de Mineração	PROCERGS	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A.
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	SAS	Secretaria de Assistência Social
DEFPUB	Defensoria Pública do Estado	SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito	SEAPI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação
EDP	Escritório de Desenvolvimento de Projetos	SECOM	Secretaria da Comunicação
EFE	Encargos Financeiros do Estado	SEDAC	Secretaria da Cultura
EGR	Empresa Gaúcha de Rodovias S.A.	SEDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul	SEDUC	Secretaria da Educação
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul	SEFAZ	Secretaria da Fazenda
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler	SEHAB	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária
FETLSVC	Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	SEL	Secretaria do Esporte e Lazer
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social		



SELT	Secretaria de Logística e Transportes
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
SEPAR	Secretaria de Parcerias e Concessões
SES	Secretaria da Saúde
SETUR	Secretaria de Turismo
SICT	Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia
SJCDH	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SOP	Secretaria de Obras Públicas
SPGG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
SSP	Secretaria da Segurança Pública
SSPS	Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo
STDP	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TJ	Tribunal de Justiça
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto de Planejamento: Alessandro Castilhos Martins

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretor: Henrique Gomes Acosta

Diretora Adjunta: Juliana Feliciati Hoffmann

Coordenação da Mensagem: Juliana Feliciati Hoffmann e Larissa Couto da Silva

Equipe técnica: Alexandre José Vitalini Paranhos, Amanda Oliveira de Souza, Ana Maria de Aveline Bertê, Bruno de Oliveira Lemos, Bruno do Valle Brick, Carina Ribas Furstenau, Carlos Felipe Christmann Stoll, Claudia Algayer da Rosa, Claudia Russo da Silva, Dionísio Saccol Sangoi, Fernanda Rodrigues Vargas, Fernando Dreissig de Moraes, Fernando Maya Mattoso, Francisco José Gomes Dantas, Henrique Gomes Acosta, Isabel Cristiane Rekowski, Juliana Feliciati Hoffmann, Karine Martini da Silva, Larissa Couto da Silva, Laurie Fofonka Cunha, Leila Verena Rivas, Luana de Lima e Silva, Luciana da Silva Mieres, Maria do Socorro Ramos Barbosa, Mery Stéfani Leivas Pereira, Othon Veloso Schenatto, Paula Silva Gonçalves, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Sílvia Letícia Lorenzetti, Tatiana Zismann, Thays Regina Gonçalves, Thayse Cristiane Severo do Prado, Tiago Aparecido do Rosário e Vanderléa Rabelo Kich

Revisão: Tatiana Zismann

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Plano Plurianual 2024-2027 / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2023.

410 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

Colaboração:

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor: Murilo Máximo Santana Borges

Diretor Adjunto: Rômulo Messias Kipper

Equipe técnica: Adi Collazuol, Adoni-Zedeque Rodrigues de Alencar, Amanda Sardinha Pereira, Carolina Gyenes, Everton Luis Pohlmann, Fabiane Ehlert Foletto, Gerson Pérciles Tavares Doyll, Liderau dos Santos Marques Junior, Marco Aurelio Lanzoni, Marcus Vinicius Borges Calgaroto, Paulo Rosado Telles, Roberta Hansel de Moraes, Tainara Quadros dos Santos Griebeler e Vanderson Silva dos Santos

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Diretor Adjunto: Rodrigo Daniel Feix

Equipe técnica: Bruna Kasprzak Borges, Fernando Ioannides Lopes da Cruz, Mariana Lisboa Pessoa, Martinho Roberto Lazzari, Pedro Tonon Zuanazzi, Rodrigo Daniel Feix e Tomás Amaral Torezani

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO

Diretora: Daniela Loguercio Cánepa

Diretor Adjunto: Rafael Gregianin

Equipe técnica: Amanda de Castilho Vicente, Arthidor Deoclecio Guimaraes Borges, Bruna Hayashi Dalcin, Elisa Felber Eichner, Fernanda Bellora, Heloisa Helena Weber, Karine Isis Bernardes Verch, Lucia Fonseca de Azevedo, Maria Gabriela Correa Saraiva, Mariana Pavlick Pereira, Michele Spaniol, Patrick José Piovesan, Paula Franciele da Silva, Róger Coimbra Gonçalves, Sheyla De Ávila Peres, Thais Ruhena Vieira e Vinicius Neglia da Luz

GABINETE DO GOVERNADOR

Chefe de Gabinete: Ten. Cel. Euclides Maria da Silva Neto

Secretária Executiva de Assessoramento Técnico: Ana Júlia Possamai

Equipe Técnica: Felipe Augusto Bellé e Lidia Nicole dos Santos Ten Cate

SUMÁRIO

MENSAGEM	9	ANEXO I – PLANO PLURIANUAL 2024-2027	95
APRESENTAÇÃO.....	11	PODER EXECUTIVO.....	99
O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2024-2027	14	PODER LEGISLATIVO	329
PPA EM NÚMEROS	22	PODER JUDICIÁRIO	339
CENÁRIO ECONÔMICO	25	MINISTÉRIO PÚBLICO	349
Panorama da economia gaúcha.....	25	DEFENSORIA PÚBLICA	361
Finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul	37	RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE.....	369
Cenário Fiscal.....	72	ANEXO II – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024	393
DIFERENCIAIS COMPETITIVOS E DESAFIOS DO RIO GRANDE DO SUL EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS GLOBAIS	75		
PROJETO DE LEI DO PPA 2024-2027	92		

MENSAGEM



APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal e na Estadual, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA estabelece as diretrizes, os programas e as ações para a administração pública estadual direta e indireta para um período de quatro anos. Esse período se inicia no segundo ano de mandato e se encerra no primeiro ano do mandato seguinte. Além de um documento legal, o PPA consiste em uma oportunidade para que o Governo organize, detalhe e comunique tanto o conteúdo de sua proposta de governo quanto o modelo de gestão adotado.

Nessas condições, o PPA 2024-2027 expressa, por meio de seus 11 grandes Programas Temáticos, 69 Ações Programáticas, 605 Iniciativas, 1.603 Produtos, 43 Indicadores Temáticos e 196 Indicadores de Resultado, a orientação do Governo e, também, um modelo de gestão comprometido com o desenvolvimento sustentável e inclusivo. O processo de elaboração do PPA 2024-2027 contou com 40 horas de qualificação a distância e nove dias de oficinas de trabalho presenciais e à distância com a Rede de Planejamento, Governança e Gestão, criada pelo Decreto n.º 56.179/2021, em um processo dinâmico e participativo.

Além disso, importantes insumos foram elaborados no âmbito da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) para subsidiar e qualificar o desenvolvimento do PPA: as **Sínteses Setoriais**, que realizaram uma análise sobre a realidade de 11 diferentes setores socioeconômicos no Rio

Grande do Sul e auxiliaram nas discussões das oficinas de trabalho, e o **Panorama global, Brasil e RS: desafios e oportunidades**, que constituiu matéria-prima para as conversas que culminaram na consolidação do **Mapa Estratégico do Governo**, que por sua vez representa um documento de referência para o PPA 2024-2027.

O PPA reflete os objetivos e as diretrizes do Governo, formulados a partir de uma base estratégica e consolidados no **Mapa**, que confere a necessária unidade e direcionamento à ação governamental e permite avaliar seus resultados. Assim, os 11 Programas Temáticos do PPA estão organizados de acordo com os eixos definidos pelo planejamento estratégico: **Estado Próspero, Planejamento, Governança e Gestão, Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz e Desenvolvimento Econômico Inovador**.

O Plano Plurianual se referencia em um conjunto de diretrizes. Destacadamente, busca incorporar a perspectiva do cidadão, com programas voltados a resolver problemas e a aproveitar oportunidades e, com isso, entregar melhores resultados à sociedade. Ademais, propõe metas e indicadores passíveis de monitoramento ao longo dos próximos anos como forma de acompanhar a execução das políticas públicas e orientar a tomada de decisão dos gestores. Dada a complexidade dos problemas identificados socialmente, o PPA busca, ainda, assegurar a transversalidade das suas ações através da articulação entre os diferentes órgãos e entidades que compõem a estrutura de governo. Da mesma forma, o Plano atende também à necessidade de regionalizar as políticas

públicas, dando conta da heterogeneidade das demandas sociais e regionais. A vinculação das ações e iniciativas à Agenda 2030 é outra diretriz assumida pelo PPA, e que busca consolidar o compromisso do Estado em promover o desenvolvimento sustentável. Por fim, destaca-se, ainda, a preocupação com o equilíbrio fiscal, condição básica para o planejamento das políticas governamentais.

Ao representar o elo de ligação entre a estratégia do Governo e a execução das políticas públicas, materializando os objetivos estratégicos em ações concretas, o PPA 2024-2027 se organiza em torno de Programas vinculados a cada eixo do Mapa Estratégico. No eixo **Estado Próspero**, o programa **Equilíbrio Fiscal e Novas Parcerias** tem como objetivo ampliar a capacidade de investimentos e qualificar a entrega dos serviços públicos, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas e intensificando as parcerias junto ao setor privado. O Governo do Rio Grande do Sul propõe, no âmbito deste Programa, a revisão dos termos do Regime de Recuperação Fiscal, homologado em 2022, de forma a garantir uma trajetória mais sustentável da dívida pública do Estado. Da mesma forma, são elencadas ações voltadas à melhoria contínua dos processos de gestão fazendária e da administração tributária e financeira e à racionalização do gasto público. Além disso, com o objetivo de qualificar a prestação dos serviços sem comprometer os recursos públicos, a gestão reforça sua disposição de realizar novas concessões e parcerias junto à iniciativa privada.

No eixo **Planejamento, Governança e Gestão**, o programa **Governo Moderno e Eficiente** visa à entrega de serviços ao cidadão de forma ágil, simples e qualificada, considerando as necessidades regionais do Rio Grande do Sul, por meio de processos eficientes de planejamento e gestão, ampliação da oferta de

serviços públicos digitais e atendimento por servidores qualificados. Para isso, estão previstos avanços nas estratégias de comunicação, ações de melhoria na gestão, inovação e integração de processos, incluindo questões de inteligência e governança de dados e passando por compras públicas, gestão de ativos e qualificação dos servidores.

No eixo **Desenvolvimento Econômico Inovador**, estruturam-se quatro programas voltados a diferentes pilares que regem o crescimento e o desenvolvimento da economia do Estado. No programa **Agropecuária Pujante e Sustentável**, o objetivo é impulsionar a produtividade agropecuária de forma ambiental e socialmente sustentável e atenuar os efeitos da estiagem sobre o campo, investindo em inovação tecnológica, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural. O programa **Desenvolvimento Produtivo e Inovador** busca a modernização e diversificação da matriz produtiva do Estado mediante o incentivo a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o fomento a um ambiente de negócios que aproxime os setores empresarial, acadêmico e governamental e a promoção do turismo e da economia criativa. O programa **Infraestrutura e Desenvolvimento Regional** objetiva a redução de custos logísticos e a ampliação da competitividade produtiva mediante a qualificação e diversificação do sistema de transportes, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do Estado a partir de ações de integração urbana e de otimização da gestão das obras públicas. Por fim, o programa **Sustentabilidade Ambiental** foca na preservação do meio ambiente e no aumento da qualidade de vida da população gaúcha pelo fortalecimento das matrizes energéticas renováveis, ampliação e qualificação da oferta de saneamento e prevenção e mitigação dos efeitos de desastres naturais e tecnológicos em um contexto de mudanças climáticas.

Por último, o Eixo **Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz** sintetiza as intenções da atual gestão para as políticas públicas voltadas à área social, por meio de cinco programas estruturantes, nas temáticas de segurança, educação, saúde, inclusão social e qualidade de vida da população. O programa **Cultura de Paz e Segurança** visa à redução da violência e da criminalidade e ao consequente aumento da sensação de segurança pública, além de tornar o sistema prisional mais seguro e humanizado, favorecendo a reintegração social. O programa **Educação Acolhedora** busca ofertar uma educação de qualidade e, assim, elevar as taxas de aprendizagem, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, em especial no ensino médio, por meio da formação de professores e da qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas. Já o programa **Saúde e Bem-Estar** prioriza a qualificação do acesso às ações e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde mental eficazes e de qualidade, bem como o fortalecimento da promoção e prevenção à saúde, provocando redução da incidência e da morbimortalidade de doenças infectocontagiosas, além de, ainda, intervir sobre causas evitáveis e externas. O programa **Inclusão Social e Geração de Oportunidades** tem o objetivo de garantir os direitos básicos a todos os cidadãos gaúchos, em especial aos jovens, mediante enfrentamento das desigualdades, gerando oportunidades de trabalho e renda e inclusão social. Por fim, o programa **Qualidade de Vida e Diversidade** traz o comprometimento do Governo em garantir uma sociedade mais próspera e igualitária, com direitos humanos assegurados, com foco na atenção à primeira infância e à população idosa e com ampliação do acesso à cultura e ao esporte.

O Rio Grande do Sul apresenta indicadores socioeconômicos de bom desempenho frente à média nacional, mas, ainda assim, tem diversos desafios a

superar. O Plano Plurianual 2024-2027 organiza as ações do Estado para o próximo período. Os programas do PPA foram pensados e formulados para consolidar na prática os objetivos estratégicos assumidos, que orientam os projetos desse novo ciclo de gestão. Ao empreender o valioso e fundamental exercício de planejar as nossas entregas para a sociedade, reforçamos nosso compromisso com um amanhã feliz e abundante para as novas gerações, melhorando a vida das pessoas e fazendo do Rio Grande do Sul um Estado reconhecido pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo, pela geração de oportunidades e qualidade de vida para todos e pela diversidade e acolhimento a todas as vocações e talentos. Uma nova etapa no processo de transformação do Rio Grande do Sul começa aqui.

EDUARDO LEITE

Governador do Estado

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2024-2027

A análise da evolução metodológica do PPA gaúcho, seus resultados e desafios persistentes, orientam a busca contínua pelo aperfeiçoamento do seu processo de elaboração. O propósito é torná-lo cada vez mais um instrumento efetivo de planejamento que reflita, organize e equacione as agendas e os compromissos do novo Governo, referendados no processo democrático, as diretrizes e os objetivos setoriais e transversais, assumidos em planos nacionais e regionais e expressos por meio dos espaços de participação da sociedade. A finalidade última é que sirva como um guia permanente (não apenas um documento legal) capaz de subsidiar a gestão e a tomada de decisão, de maneira integrada, holística e transparente.

Em síntese, a proposta metodológica para a condução do processo de elaboração e acompanhamento do PPA 2024-2027 assumiu as diretrizes primordiais expostas abaixo.

- **Perspectiva do cidadão:** a construção dos Programas Temáticos parte de macroproblemas identificáveis do ponto de vista do cidadão e se orienta pela entrega de resultados para a cidadania, além de prever mecanismos de participação social.
- **Planejamento estratégico e gestão por resultados:** o atingimento dos objetivos e metas contidos no PPA será monitorado por Indicadores de Resultado passíveis de aferição em tempo oportuno para a tomada de decisão estratégica.

- **Integração dos processos de planejamento:** o Plano Plurianual busca viabilizar a integração entre os níveis estratégico (refletido no Mapa Estratégico do Governo), tático (onde o PPA se situa) e operacional (expresso nas leis orçamentárias e na carteira de projetos estratégicos).
- **Regionalização:** o planejamento governamental deve considerar a variável regional na construção dos seus programas e ações, definindo prioridades a partir de necessidades regionais e contribuindo para a redução das desigualdades.
- **Transversalidade e intersetorialidade:** os Programas Temáticos que compõem o PPA devem reunir um conjunto de Ações Programáticas e Iniciativas intersetoriais, uma vez que o escopo dos macroproblemas a serem tratados frequentemente ultrapassa as fronteiras de um único setor. Assim, o PPA deve ser pensado e elaborado como um todo integrado, articulando os diferentes órgãos e entidades que compõem a estrutura de governo.
- **Vinculação com a Agenda 2030¹:** o PPA deve alinhar suas Ações Programáticas e Iniciativas à Agenda 2030, consolidando o compromisso

¹ A Agenda 2030 é um compromisso articulado em um conjunto de objetivos e metas que o Brasil se comprometeu a atingir até 2030, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-15). A Agenda 2030 está organizada em 17 Objetivos de Desenvolvimento

de promover o desenvolvimento sustentável de erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade ao conjunto dos cidadãos gaúchos.

- **Equilíbrio fiscal:** a elaboração do Plano Plurianual deve estar referenciada em parâmetros de realismo fiscal.

Dessa forma, mais que um documento, busca-se que o PPA seja um instrumento a partir do qual se possa negociar, acordar, comunicar e avaliar, de maneira ampliada, as escolhas e os cursos de ação adotados, bem como a correspondente alocação de recursos para dar tratamento e produzir resultados sobre os problemas, demandas e oportunidades identificados na sociedade. Trata-se de assumir, de antemão, uma lógica de reflexão e planejamento da ação governamental voltada não apenas para as atividades internas dos órgãos públicos, mas para a produção de resultados para o cidadão.

Os Programas do PPA 2024-2027

No PPA 2024-2027, são adotados quatro tipos de programas: Programas Temáticos, Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, Programa de Crédito e Programa de Encargos Especiais.

Sustentável (ODSs), que se desdobram em 169 metas de resultado ou de implementação, apoiadas por 231 indicadores. Maiores informações disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Programas Temáticos

São programas de natureza finalística, que resultam em bens e/ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Consistem em um conjunto articulado de esforços intersetoriais e buscam dar tratamento a macroproblemas socialmente identificados sob um escopo temático comum (setor, população-alvo etc.) e são reconhecidos e declarados pelo Governo como um problema de política pública. Possuem Ações Programáticas, Iniciativas e Produtos, bem como objetivos e resultados esperados mensurados por indicadores.

No PPA 2024-2027, as Ações Programáticas que compõem os Programas Temáticos deverão estar vinculadas a um ou mais ODS da Agenda 2030. Uma vez identificadas, as Ações Programáticas passam a receber o selo ODS, sendo destacadas no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027. No momento da definição das Iniciativas que compõem cada Ação Programática, deverão ser identificadas as Metas dos ODS para as quais cada Iniciativa contribui. Além disso, quando da definição dos Indicadores de Resultado, sugere-se utilizar também os indicadores presentes nos ODS no que se aplicar. Esse alinhamento e seu posterior acompanhamento mostram-se fundamentais para o cumprimento das metas estabelecidas na agenda de desenvolvimento.

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Programa que produz bens e serviços típicos de Estado ofertados ao próprio Estado (são exemplos o planejamento, a formulação, a gestão, a coordenação, a avaliação ou o controle de políticas públicas), incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos demais programas (por exemplo, remuneração de pessoal, cursos,

campanhas etc.). Cada órgão possui uma Ação Programática própria dentro do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, com os valores estimados para cada Iniciativa previamente especificada², no que couber, quais sejam: Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura³, Publicidade Institucional, Remuneração de Pessoal, Qualificação de Recursos Humanos. Dessa forma, busca-se conferir eficiência e transparência na aplicação desses recursos. O Programa não possui objetivos explícitos, nem indicadores.

Programa de Crédito

Programa gerido pelas instituições de crédito do Estado com objetivos e metas físicas caracterizadas pelo volume de crédito concedido, pelo número de operações realizadas e/ou pelo número de beneficiários dessas operações. No entanto, não contém dados relativos às despesas previstas.

Programa de Encargos Especiais

Programa de natureza exclusivamente financeira, registrado por meio de Iniciativas padronizadas, quais sejam: Outros Encargos Especiais, Serviço da Dívida e outras que forem necessárias. São considerados para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas.

² Além dessas, outras duas iniciativas compõem a Ação Programática do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul: Gestão de Aposentadorias e Pensões do Poder Executivo e Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos. No caso dos outros poderes, também está prevista a Iniciativa Pagamento de Aposentadorias.

³ Cabe ressaltar que produtos relacionados à infraestrutura de um órgão (obras, por exemplo) que impactem diretamente a entrega de bens/serviços aos cidadãos devem ser vinculados aos Programas Temáticos.

Rede de Planejamento, Governança e Gestão

A fim de organizar os processos de elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Plurianual, assim como os demais processos de planejamento, foi instituída, por meio do Decreto n.º 56.179, de 03 de novembro de 2021⁴, a Rede de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. A Rede é constituída pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo Estadual. A cada secretaria estadual coube indicar os membros para comporem a Rede, através dos Coordenadores de Planejamento, Governança e Gestão Setoriais, Especialistas Setoriais de cada processo e Gerentes de Projeto.

Uma vez definidas as diretrizes que qualificam a elaboração do PPA 2024-2027, bem como a estrutura da Rede que organiza esse processo, as atividades de subsídio ao PPA tiveram início ainda em 2022, com as Sínteses Setoriais.

As Sínteses Setoriais na elaboração do PPA 2024-2027

Historicamente, com o objetivo de subsidiar a elaboração das políticas públicas que constam no PPA, inúmeros estudos foram desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS), como os textos de referência do RS 2030: Agenda de Desenvolvimento

⁴ RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 56.179**, de 03 de novembro de 2021. Institui a Rede de Planejamento, Governança e Gestão. Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/04085953-doe-2021-11-04.pdf>. Acesso em: 23 junho 2023.

Territorial, de 2014; o Futuro RS: Agenda de Desenvolvimento, elaborado entre 2016 e 2018; e as Sínteses Territoriais, desenvolvidas em 2019. A importância desses estudos reside na análise de longo prazo realizada, fundamental para subsidiar o planejamento de médio prazo presente no PPA.

As Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027 dão prosseguimento a esses estudos. Elas têm como objetivo principal realizar uma análise sobre a realidade dos setores que subsidie a elaboração do PPA 2024-2027 das secretarias e órgãos vinculados. Como objetivos específicos, destacam-se: avaliação das Ações Programáticas e dos Indicadores de Resultado do PPA 2020-2023; proposição de macroproblemas⁵ a serem enfrentados pelas Ações Programáticas que seriam criadas para o PPA 2024-2027; e análise de como os macroproblemas têm evoluído temporalmente e como eles se distribuem no território do Rio Grande do Sul.

A elaboração do documento Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027 teve início em agosto de 2022 com duas oficinas internas, com os servidores do Departamento de Planejamento Governamental da SPGG-RS (Deplan-SPGG). A primeira delas teve como foco a discussão dos objetivos e dos principais parâmetros do documento e a segunda teve foco nos setores através dos quais seria estruturado o documento, além de um ensaio das atividades que seriam posteriormente desenvolvidas pela equipe. Baseando-se na Portaria n.º 42/1999⁶,

do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)⁷, consolidaram-se os seguintes setores para a estruturação do documento Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027: Agricultura e Pecuária; Ciência e Tecnologia; Cultura, Esporte e Lazer; Educação; Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente; Saúde; Segurança; Assistência Social e Cidadania; Transportes; e Urbanismo e Habitação.

Ao longo do mês de setembro de 2022 foi realizada a análise das ações programáticas, através da identificação dos macroproblemas de cada uma das Ações Programáticas definidas para o PPA 2020-2023. A partir de estudos sobre os setores, também foram propostos novos macroproblemas que não haviam sido abarcados pelo PPA 2020-2023. Também foram analisados os Indicadores de Resultado do PPA 2020-2023 quanto à sua evolução ao longo do tempo. Posteriormente ainda foram avaliadas as propriedades essenciais dos Indicadores de Resultado do PPA 2020-2023⁸ e, quando não satisfeitas, deveriam ser propostos novos indicadores.

Todos os indicadores foram representados através de gráficos e mapas, demonstrando a evolução temporal do macroproblema e sua distribuição no território do Rio Grande do Sul. No documento final, ambos os indicadores foram denominados “Indicadores de Diagnóstico”⁹.

⁵ Para o marco metodológico do PPA 2024-2027, o conceito de macroproblema substituiu o conceito de situação-problema utilizado no marco do PPA 2020-2023. No momento das oficinas, ainda não se havia chegado à necessidade de substituição desse conceito. Por isso, durante a realização das atividades, ainda havia sido utilizado o conceito de situação-problema.

⁶ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Interministerial n.º 42**, de 14 de abril de 1999. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-1999/Portaria_Ministerial_42_de_140499.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷ A portaria define os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais. O grupo baseou-se no conceito de função para a definição dos setores, entendido como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público” (BRASIL, 1999).

⁸ Antes dessa avaliação foi realizada uma capacitação sobre indicadores aos servidores, conduzida pelos membros da Divisão de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Deplan.

⁹ O indicador de diagnóstico consiste em um instrumento de medida que busca representar o macroproblema no momento da sua identificação.

Concluído o processo de levantamento de insumos para o PPA 2024-2027, no âmbito do Deplan-SPGG, coube então avançar para o processo de elaboração do Plano junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Etapas de elaboração do PPA 2024-2027

O processo de elaboração do PPA 2024-2027 passou por diversos estágios, nos quais se buscou traduzir a proposta metodológica em ações concretas e articuladas junto aos órgãos do Estado com vistas a estruturar o Plano. A seguir, são apresentadas essas etapas.

Ensino a Distância (EAD)

Consistiu na realização de duas edições do Curso de Introdução à Elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, na modalidade EAD, com aulas síncronas, em parceria com a Escola de Governo (Egov). De caráter introdutório, contou com 40 horas/aula nos meses de março e abril de 2023, ao longo das quais se buscou propiciar nivelamento básico sobre planejamento governamental e apresentar a metodologia de elaboração do PPA.

Participação dos COREDEs

Com o objetivo de subsidiar o Plano com temas estratégicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a partir da perspectiva das regiões, cada Região Funcional de Planejamento apontou, com base no processo de atualização dos planos estratégicos dos COREDEs, cinco macroproblemas regionais a serem

considerados pelas políticas estaduais. Após, foi apontado o setor ao qual o macroproblema estava vinculado e foi justificada sucintamente a escolha desse macroproblema. Essas informações foram consolidadas por Região Funcional e serviram de insumo para o levantamento de macroproblemas elaborados na primeira oficina de elaboração do PPA, que segue descrita na etapa qualitativa.

Etapa Qualitativa

A abertura oficial do processo de elaboração do PPA 2024-2027 ocorreu no dia 24 de abril de 2023, com o lançamento do Mapa Estratégico do Governo (Figura 1). Após o evento, foram realizadas quatro rodadas de oficinas com os membros da Rede de Planejamento, Governança e Gestão.

Figura 1 – Mapa Estratégico do Governo do Estado do RS

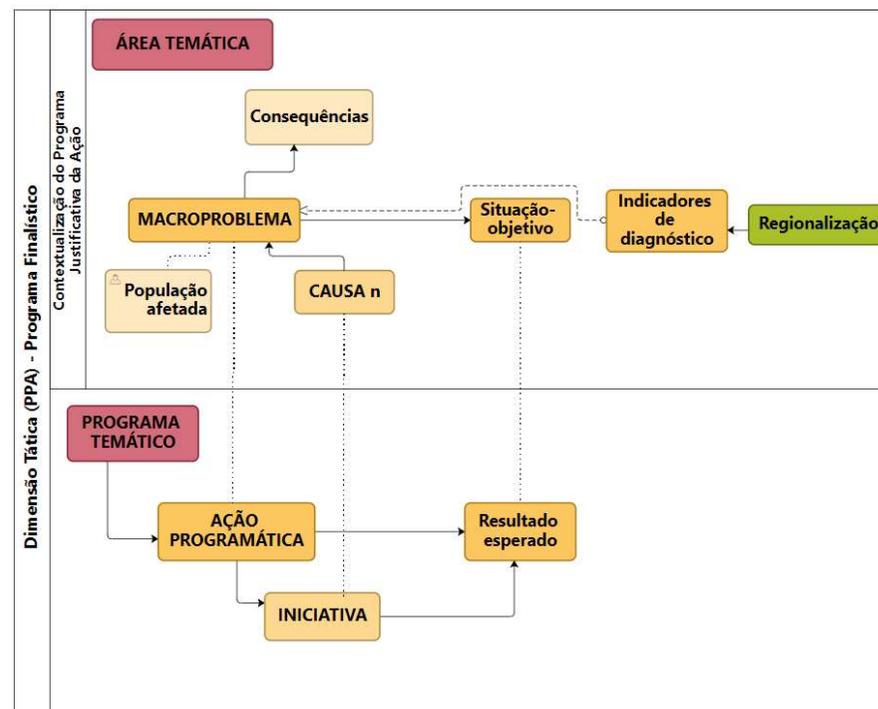


A partir desse referencial estratégico, foi iniciada a identificação coletiva dos macroproblemas, tendo como ferramenta metodológica a Árvore de Problemas, que busca relacionar entre si uma série de problemas percebidos em uma determinada área de interesse, com vistas a identificar os que são causas (raízes) e os que são consequências (copa) de um problema central ou macroproblema (tronco) que afeta diretamente uma população.

Entre os dias 25 e 27 de abril de 2023 ocorreu a primeira oficina, com o objetivo de indicar os macroproblemas por tema, utilizando-se das Sínteses Setoriais e dos resultados temáticos como principais insumos. Essa oficina deu início à identificação das causas e das consequências dos macroproblemas do PPA 2024-2027. Ou seja, a partir dessa etapa foram discutidas e definidas as causas que deveriam receber tratamento, bem como os arranjos intersetoriais necessários para tanto.

A segunda oficina, que ocorreu entre os dias 03 e 05 de maio de 2023, iniciou a construção dos elementos estruturantes dos Programas Temáticos: as Ações Programáticas, que visam ao tratamento dos macroproblemas identificados e suas Iniciativas, que enfrentam as causas dos macroproblemas. A Figura 2 representa a relação entre esses conceitos.

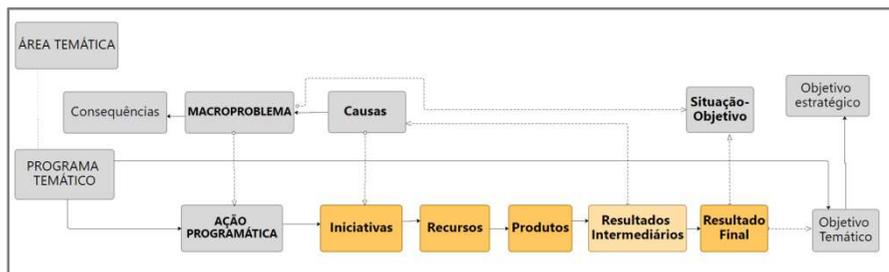
Figura 2 – Relação entre Árvore de Problemas e Programa Temático no PPA 2024-2027



Fonte: Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2024-2027.

Para a elaboração da estrutura lógica dos programas do PPA 2024-2027, na segunda oficina, foi utilizada a Teoria da Mudança, que é um método que descreve a sequência lógica e causal de medidas e eventos que leva aos resultados esperados. A Figura 3 apresenta a Teoria da Mudança e a estrutura lógica de um Programa Temático.

Figura 3 – Teoria da Mudança e estrutura lógica de um Programa Temático



Fonte: Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2024-2027.

A terceira oficina abordou os conceitos de Indicadores de Resultado e Regionalização. No turno da manhã do dia 18 de maio de 2023, de forma presencial, iniciou-se a construção dos Indicadores de Resultado das Ações Programáticas. Na tarde do mesmo dia, foi demonstrado, de forma prática, como desenvolver a regionalização das metas físicas dos produtos, utilizando-se painéis hospedados na Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE) como subsídio para identificação da distribuição territorial dos beneficiários.

A última oficina, que tratou dos projetos estratégicos, ocorreu no dia 19 de maio de 2023 e deu início à elaboração do portfólio de projetos estratégicos mediante uma análise multicritério das iniciativas e produtos elencados no PPA 2024-2027.

Finalizando essa etapa de realização de oficinas, houve uma capacitação *online*, no dia 26 de maio de 2023, que teve o objetivo de capacitar os membros da Rede de Planejamento, Governança e Gestão para inserção de dados no Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO).

Etapa Quantitativa

O horizonte financeiro para o período de vigência do PPA 2024-2027 foi estabelecido a partir de um cenário-base, contendo projeções de indicadores de crescimento econômico e estimativas de receitas e despesas para o período de quatro anos. A partir disso, e consideradas as prioridades do Governo oriundas dos compromissos políticos assumidos e dos condicionantes legais existentes, foram estabelecidos os limites financeiros que condicionaram a quantificação das metas físicas dos Produtos do PPA.

PPA EM NÚMEROS

O Plano Plurianual 2024-2027 do Estado do Rio Grande do Sul foi elaborado seguindo uma metodologia bem definida, que iniciou ainda em 2022, com a avaliação de sua edição anterior, proposição de ajustes no **Marco Metodológico** e criação das **Sínteses Setoriais**, objetivando qualificar as políticas públicas e tendo como premissa fundamental a perspectiva e os resultados para o cidadão. Uma vez concluídos os esforços que culminaram na construção do PPA 2024-2027, esta seção tem como objetivo apresentar de forma sintetizada os resultados dessa construção. O detalhamento da estrutura do Plano, contendo todos os seus atributos, será apresentado no Anexo I.

Desde as primeiras etapas de construção do Plano Plurianual 2024-2027, conforme relatado nas seções anteriores, buscou-se estabelecer as relações entre a base estratégica do Governo e as grandes entregas que se pretende fazer à sociedade gaúcha ao final dos quatro anos. Partindo do **Mapa Estratégico do Governo**, foram definidos os temas e os arranjos intersetoriais que pautaram a definição dos Programas Temáticos que compõem o PPA.

Garantindo o atendimento da perspectiva do cidadão, uma das diretrizes do Plano, o PPA gaúcho é composto por 11 Programas Temáticos, construídos a partir da identificação de macroproblemas a serem tratados pelo Governo. Os Programas Temáticos contêm 69 Ações Programáticas, as quais são compostas por 605 Iniciativas, que resultam em 1.604 Produtos. Para tanto, projeta-se um dispêndio de R\$ 58,5 bilhões ao longo dos quatro anos.

Os Programas Temáticos foram organizados conforme os Eixos Estratégicos do **Mapa**, como mostra a Figura 4. Além deles, os outros três tipos de programa estão representados na base da figura: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (que colabora para a consecução dos objetivos dos demais Programas), Crédito e Encargos Especiais.

A Figura 5 detalha os quantitativos dos atributos que compõem os Programas Temáticos do Plano Plurianual de cada um dos eixos. O **Estado Próspero** contempla um Programa Temático denominado **Equilíbrio Fiscal e Novas Parcerias**, composto por sete Ações Programáticas e 39 iniciativas, das quais resultam 67 produtos. O valor estimado para o total do eixo é R\$1.644.631.521,00. Da mesma forma, o eixo **Planejamento, Governança e Gestão** abarca um Programa Temático, **Governo Moderno e Eficiente**, composto por 11 Ações Programáticas e 94 Iniciativas, das quais resultam 197 Produtos. O valor estimado para o total desse eixo é R\$17.803.355.407,00.

O eixo **Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz**, por sua vez, reúne cinco Programas Temáticos, os quais possuem 28 Ações Programáticas e 278 iniciativas, com um total de 828 produtos. O valor estimado para o total do eixo é R\$34.708.169.029,00. Por fim, o eixo **Desenvolvimento Econômico Inovador** é composto por quatro Programas Temáticos, constituídos por 23 Ações Programáticas e 194 Iniciativas, das quais resultam 512 produtos. O valor estimado para o total do eixo é R\$4.345.475.909,00.

Figura 4 –Programas Temáticos, por eixo estratégico, e outros programas do PPA 2024-2027 do Poder Executivo Estadual



Figura 5 – Atributos dos Programas Temáticos do PPA 2024-2027, por eixo estratégico, do Poder Executivo Estadual

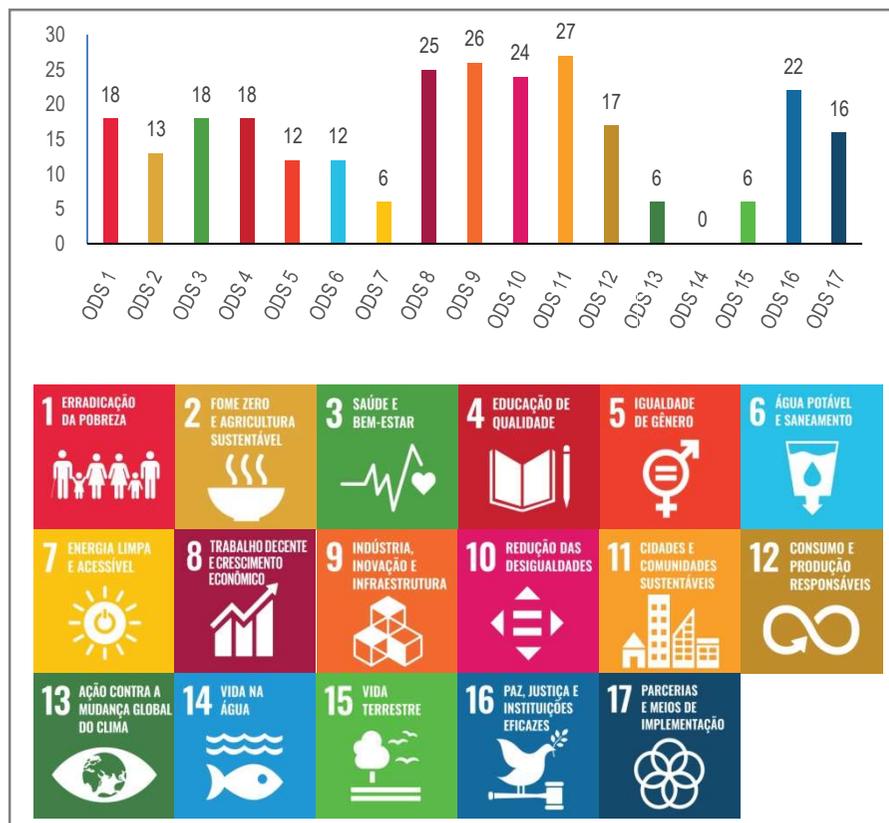


Como resultado do processo de elaboração do Plano, também foram construídos 196 Indicadores de Resultado que buscam demonstrar se o esperado da Ação Programática está sendo alcançado, além de 43 indicadores de temáticos

que permitem acompanhar a evolução das mudanças macro que se pretende provocar com cada um dos Programas Temáticos. Assim, garante-se que o PPA seja monitorado por indicadores passíveis de aferição em tempo oportuno, servindo de insumo para uma gestão orientada para resultados, conforme preconizado na diretriz que destaca a importância do planejamento estratégico e gestão por resultados.

Quanto à Agenda 2030, 61 Ações Programáticas foram vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que representa 88,4% do total, e 479 das 605 Iniciativas às suas metas (79,2%). A Figura 6 mostra a quantidade de ações programáticas que contribuem para cada um dos Objetivos — considerando-se que cada uma pode estar vinculada a mais de um ODS. Assim, o PPA consolida o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável e servir como instrumento de coordenação de esforços de erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e garantia de paz e prosperidade aos cidadãos gaúchos.

Figura 6 – Quantidade de Ações Programáticas que contribuem para cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



recursos e o próprio monitoramento da execução das políticas públicas, ao mesmo tempo em que contribui para a redução das desigualdades.

Assim, observa-se que o Plano Plurianual 2024-2027 é um instrumento qualificado, construído com base nas diretrizes inicialmente preconizadas, que garante a transversalidade e a intersetorialidade das políticas públicas. Através da apresentação do planejamento governamental de forma clara e objetiva, o PPA contribui para organizar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que serão implementadas para melhorar a vida da sociedade gaúcha.

Considerando a variável regional na construção do PPA, 194 produtos tiveram suas metas regionalizadas. Dessas, 58 por município, 30 por COREDE e 106 por Região Funcional. Ao observar a heterogeneidade das necessidades sociais e regionais, o PPA qualifica a definição de prioridades, a alocação dos

CENÁRIO ECONÔMICO

Panorama da Economia Gaúcha

O desempenho econômico do Rio Grande do Sul deve ser analisado a partir da compreensão da dinâmica das condições econômicas nacional e internacional, haja vista as importantes relações produtivas, comerciais e financeiras da economia gaúcha com a economia brasileira e mundial.

Nesse sentido, o ritmo de crescimento econômico do Estado é determinado, principalmente, pelos ciclos econômicos do País. Os momentos de descolamento entre as séries podem ser atribuídos, na maioria das vezes, a fenômenos climáticos adversos no Estado, especialmente os períodos de estiagem, e os subseqüentes anos de recuperação da safra.

Desse modo, o estudo da economia gaúcha parte da análise da economia internacional, a qual passou por importantes turbulências nos últimos anos, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2020, em função da pandemia de covid-19, com um processo de recuperação ainda em curso e impactado pela guerra na Ucrânia e por desequilíbrios econômicos ainda decorrentes de problemas anteriores. Nesse cenário, após passar por uma severa recessão em 2020, a economia brasileira veio recuperando-se ao longo de 2021 e 2022, embora a um ritmo não muito diferente do verificado no período após a crise de 2014-16. No caso da economia do Rio Grande do Sul, aos problemas já elencados somaram-se os impactos das estiagens, que afetaram a produção agropecuária do Estado em 2020, 2022 e 2023. Seus impactos sobre o

desempenho econômico estadual fizeram com que a evolução recente da economia gaúcha fosse distinta da trajetória da economia brasileira.

Cenário internacional

Nos três últimos anos, a economia mundial foi marcada por dois choques importantes: a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, com efeitos importantes sobre todas as economias nacionais. Tais efeitos geraram uma série de desequilíbrios, com impactos, principalmente, sobre o desempenho das economias, o funcionamento das cadeias globais de comércio, os preços das *commodities* e a inflação ao consumidor.

No começo de 2020, em um contexto permeado de incertezas quanto à dimensão inicial da pandemia, a economia mundial passou a conviver com resultados bastante severos e recessivos. A queda do PIB durante o segundo trimestre do ano foi intensa e abrangente em termos territoriais. Passado, no entanto, este primeiro impacto, a segunda metade do ano trouxe resultados mais animadores do que o esperado para diversas economias, na esteira de melhores perspectivas de potenciais vacinas, efetividade de medidas de distanciamento social e de maciços pacotes de estímulo econômico ao redor do mundo. Os resultados do PIB do terceiro e do quarto trimestres surpreenderam positivamente,

consequência do início da recuperação do consumo privado e do comércio de bens, e, de forma mais lenta, do investimento.

Ainda no final de 2020, ao mesmo tempo em que houve ressurgimento de ondas de infecções em diversas economias avançadas, surgimento de novas cepas do vírus e retomada de medidas de isolamento, o que amorteceu a retomada econômica em curso, também foram iniciadas campanhas de vacinação em algumas economias antes que o esperado, o que compensou, de certa forma, os impactos econômicos globais da covid-19. Mesmo assim, com exceção da China, que apresentou crescimento, verificaram-se retrações históricas em diversas economias no ano de 2020 (Tabela 1). Nos Estados Unidos e nos principais países europeus, por exemplo, os números foram recordes negativos no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Tabela 1 – Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, por regiões e países selecionados — 2020-24

Discriminação	2020	2021	2022*	2023*	2024*
Mundo	-2,8	6,3	3,4	2,8	3,0
Economias avançadas	-4,2	5,4	2,7	1,3	1,4
Estados Unidos	-2,8	5,9	2,1	1,6	1,1
Área do Euro	-6,1	5,4	3,5	0,8	1,4
Reino Unido	-11,0	7,6	4,0	-0,3	1,0
Japão	-4,3	2,1	1,1	1,3	1,0
Economias emergentes	-1,8	6,9	4,0	3,9	4,2
Brasil	-3,3	5,0	2,9	0,9	1,5
Argentina	-9,9	10,4	5,2	0,2	2,0
China	2,2	8,5	3,0	5,2	4,5
Índia	-5,8	9,1	6,8	5,9	6,3
Rússia	-2,7	5,6	-2,1	0,7	1,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Nota: Os asteriscos indicam projeções.

Uma característica marcante da recessão de 2020 foi a forte queda do volume do comércio mundial de bens e da produção industrial, seguida por uma rápida recuperação, configurando-se como uma retomada em forma de V, diferentemente do que ocorreu na crise financeira internacional de 2008-09. Vale ressaltar que grande parte da retomada teve como principal responsável a grande demanda chinesa, que voltou ao caminho do crescimento mais cedo do que as demais economias. Além disso, diversas medidas fiscais, monetárias e macroprudenciais foram adotadas para dirimir os efeitos da crise sanitária sobre a atividade econômica. Massivos estímulos fiscais foram sendo implementados, bem como políticas monetárias e financeiras acomodatórias por parte dos principais bancos centrais, com taxas de juros em baixa histórica, que mantiveram condições financeiras favoráveis para as economias, avançadas ou emergentes, continuarem sustentando o fluxo de crédito para famílias e empresas.

Em relação aos preços das *commodities*, enquanto a primeira metade de 2020 foi caracterizada por quedas intensas nos preços, sobretudo das energéticas, o segundo semestre trouxe recuperações, em alguns casos bem fortes, em função da gradual amenização de restrições mais rígidas de isolamento social e de uma demanda mais estável. Em relação especificamente às *commodities* alimentícias, os preços foram, em grande parte, impulsionados pela escassez de oferta e pela demanda maior do que o esperado em certos produtos. Ao final do ano, apresentou um aumento de 21,5% na comparação com os preços praticados um ano antes (Gráfico 1).

Em 2021, a economia mundial continuou a sua trajetória de recuperação do impacto contínuo da crise do coronavírus, embora com sobressaltos, dados os avanços e retrocessos da produção, com impactos diferenciados sobre as cadeias

globais de valor. O avanço de novos casos da variante Ômicron ao redor do mundo, no final do último trimestre de 2021, levou à reimposição de restrições à mobilidade e interrupções nas operações de indústrias e estabelecimentos, o que afetou a atividade econômica de muitas economias, embora de forma heterogênea. Na média, a economia mundial cresceu 6,3% em 2021, com as economias avançadas crescendo 5,4%, e as emergentes, impulsionadas principalmente pelos avanços da China (8,5%) e da Índia (9,1%), apresentando expansão de 6,9%. Os preços das *commodities* acompanharam a maior demanda, com crescimentos expressivos no ano: +76,3% das *commodities* energéticas; +18,6% das alimentícias; e +27,7% das metálicas.

Em termos gerais, a atividade econômica global iniciou 2022 em condições mais adversas do que era esperado anteriormente, tanto por questões persistentes desde 2021 quanto por novos fatores. Os prolongados descompassos entre oferta e demanda, gargalos e rupturas nas cadeias de produção e de abastecimento, elevação nos custos de produção, volatilidade nos preços de energia (e nas *commodities* em geral), pressões salariais localizadas, bem como a maior demanda por bens duráveis alimentaram fortes pressões inflacionárias ao redor do mundo. Ademais, novas ondas de covid-19, retirada de estímulos fiscais e dificuldades no preenchimento de vagas no mercado de trabalho também continuaram a afetar a economia mundial.

Gráfico 1 – Índice de preço de grupo de *commodities* – jan./2013 – abr./2023



Fonte: Banco Mundial.

Nota: Os índices (US\$ nominal) têm como base 2010=100.

Na esteira da recuperação moderada de uma economia mundial que já vinha debilitada no final de 2021, a eclosão do conflito no Leste Europeu entre Rússia e Ucrânia acrescentou uma nova fonte de danos econômicos globais, com impactos especialmente em termos de segurança energética e alimentar. Como esses países são importantes produtores e exportadores de *commodities* (petróleo, gás natural, milho, trigo, fertilizantes e metais e minerais usados na indústria), o conflito contribuiu para a disparada de seus preços, alimentando a inflação global e prejudicando cadeias produtivas ao redor do mundo. Ademais, o conflito e as sanções dele decorrentes também afetaram a esfera financeira, com o aperto das condições monetárias, aumento do preço de ativos, maior aversão ao risco, estímulo à saída de capitais de economias emergentes e depreciações cambiais em muitas economias.

Fatores como demanda reprimida, recorrentes interrupções de oferta e recrudescimento nos preços de *commodities* contribuíram para o aumento generalizado dos preços ao redor do mundo em 2022, o que fez os bancos

centrais adotarem uma postura bastante agressiva em suas políticas monetárias, especialmente na elevação dos juros. Grandes depreciações cambiais em relação ao dólar também estimularam a inflação em diversas economias emergentes. No entanto, com o início do processo de lenta queda da inflação global, existem divergências consideráveis entre as economias — desde taxas relativamente baixas como na China e no Japão até taxas muito elevadas, como na Turquia e na Argentina.

Enquanto as perspectivas de curto prazo melhoraram ao final de 2022, com a reabertura da China, a queda nos preços de *commodities* e a desaceleração gradual da inflação global, diversos riscos para a recuperação da atividade econômica mundial surgiram no horizonte. Nesse contexto, após um crescimento de 3,4% em 2022, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma desaceleração global de 2,8% em 2023 e de 3,0% em 2024, fruto de uma forte redução do crescimento nas economias avançadas. Entre os fatores associados a potenciais desestabilizadores das perspectivas de crescimento global, encontram-se: frustração na retomada econômica da China, aperto mais severo nas condições monetárias, estresse financeiro, problemas de dívida soberana em economias emergentes, inflação mais rígida, aumento das tensões geopolíticas, fragmentação do comércio, etc. Todos esses fatores podem resultar em uma desaceleração mais pronunciada em 2023.

Neste cenário, os preços das principais *commodities* começaram a ceder. Em abril de 2023, os preços da energia haviam caído 28,6% em relação ao mesmo mês de 2022. Movimento parecido aconteceu com as *commodities* alimentícias (-13,6%) e metálicas (-22,2%).

Cenário nacional

Após a crise de 2014-16, a economia brasileira vinha recuperando-se, mas a um ritmo lento. No quarto trimestre de 2019, o índice de volume do PIB ainda não havia alcançado os valores observados durante 2013 (Gráfico 2). Em 2019, na comparação com o ano anterior, o PIB havia crescido apenas 1,2%, evidenciando as dificuldades de crescer de forma mais acelerada (Tabela 2).

Gráfico 2 – Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.º trim./2013-4.º trim./2022



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).
Nota: O índice tem como base 2013=100.

Em meio a este cenário já um tanto adverso, a pandemia de covid-19 teve um impacto profundo sobre o desempenho da economia brasileira,

notadamente no segundo trimestre de 2020, quando o PIB caiu 8,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior, já livre de efeitos sazonais. Assim como no restante do mundo, medidas de restrições de mobilidade impactaram fortemente a produção, principalmente as atividades comerciais e de serviços. Como resultado, a taxa de desocupação cresceu para 13,6% no segundo trimestre de 2020 e para 14,9% no terceiro trimestre (Gráfico 3).

Tabela 2 – Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), total e pelas óticas da produção e da demanda, no Brasil — 2019-22

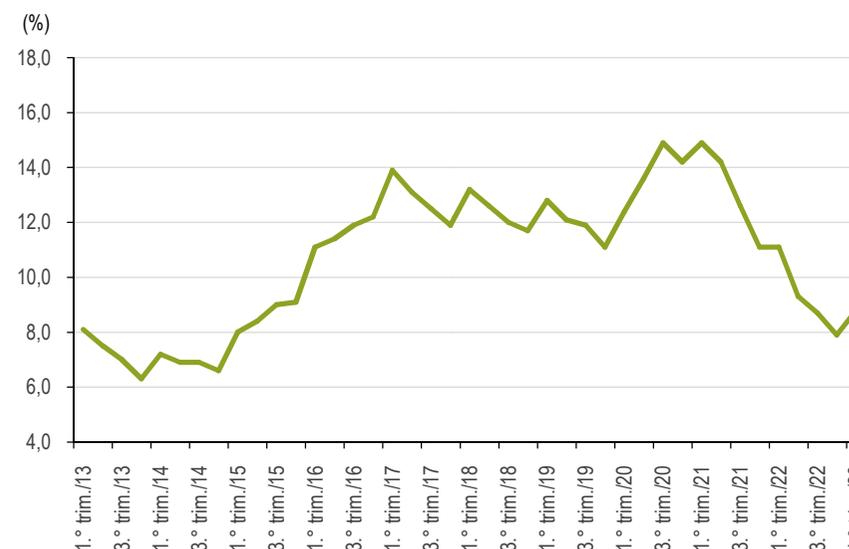
Discriminação	2019	2020	2021	2022
PIB	1,2	-3,3	5,0	2,9
Agropecuária	0,4	4,2	0,3	-1,7
Indústria	-0,7	-3,0	4,8	1,6
Serviços	1,5	-3,7	5,2	4,2
Consumo das famílias	2,6	-4,6	3,7	4,3
Consumo do governo	-0,5	-3,7	3,5	1,5
Formação bruta de capital fixo	4,0	-1,7	16,5	0,9
Exportações	-2,6	-2,3	5,9	5,5
Importações	1,3	-9,5	12,0	0,8

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).

Medidas contracíclicas fiscais, monetárias e creditícias, compostas por programas de apoio a empresas e às famílias, notadamente através do Auxílio Emergencial, serviram para contrabalançar parte das perdas econômicas. Passado o período mais agudo dos efeitos econômicos da pandemia, a economia brasileira iniciou um caminho de retomada. Com expansões de 8,0% e 3,4% nos dois últimos trimestres do ano, respectivamente, o índice de volume do PIB fechou 2020 com uma pequena defasagem (-0,4%) em relação ao índice observado no último trimestre de 2019. Isso não impediu, no entanto, que, na média do ano, o PIB apresentasse uma retração de 3,3%, com quedas na indústria (-3,0%) e nos

serviços (-3,7%). Pelo lado da demanda, os maiores impactos negativos ocorreram no consumo das famílias (-4,6%) e no consumo do governo (-3,7%).

Gráfico 3 – Taxa trimestral de desocupação no Brasil — 1.º trim./2013-1.º trim./2023



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE).

A inflação, que chegou a cair num primeiro momento, iniciou um processo de elevação, associado às pressões de custos advindas da depreciação cambial, à elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, à própria recuperação da economia a partir da segunda metade de 2020, e, também, à redução na oferta de produtos em função das medidas de restrição social (Gráfico 4). A situação fiscal, já delicada, agravou-se ainda mais com a queda na arrecadação resultante da retração do PIB e com o aumento expressivo dos gastos sociais, impulsionados pelas medidas de enfrentamento à pandemia.

Gráfico 4 – Variação acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil — jan./2020-mar./2023



Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE).

A recuperação, iniciada de maneira mais acelerada em meados de 2020, perdeu fôlego ao longo de 2021. Embora o PIB tenha crescido 5,0% no ano, com impactos bastante positivos da indústria (4,8%) e dos serviços (5,2%), quando se compara o índice de volume do último trimestre do ano com o mesmo trimestre do ano anterior, a expansão foi de apenas 2,2%. Durante o ano, permaneceram ainda as dificuldades associadas às restrições de oferta global, à aceleração inflacionária, aos altos custos de energia e de transportes e a riscos ligados ao recrudescimento da pandemia. Por outro lado, o avanço da vacinação e a consequente redução do isolamento foram os principais contrapesos no período. O emprego também se recuperou. Após alcançar um pico de 14,9% no primeiro

trimestre de 2021, a taxa de desocupação começou a ceder, fechando o ano de 2021 em 11,1%.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), seguiu acelerando, fechando o ano em 10,6%. Os preços industriais mantiveram ritmo de elevação e alcançaram 13% na mesma base de comparação. Os serviços, que contribuíram para amenizar o índice ao longo de 2020 e início de 2021, com taxas acumuladas inferiores a 2%, alcançaram, em fevereiro, 5,9%. A expectativa de arrefecimento foi afetada negativamente pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022.

De modo geral, uma série de dificuldades cercava a economia brasileira no final de 2021 e início de 2022. Por um lado, os efeitos da pandemia vinham-se reduzindo, permitindo o retorno gradual à normalidade e impulsionando o consumo, principalmente dos serviços. Embora o risco da necessidade de novas medidas de isolamento estivesse mais baixo, novas variantes, como a Ômicron ao fim de 2021 e a Deltacron em 2022, ainda geravam efeitos econômicos adversos por induzirem parte da população ao autoisolamento, dificultando a recuperação econômica. Ainda, a inflação de dois dígitos continuava a corroer o poder de compra dos consumidores, e as dificuldades de reorganização da cadeia de suprimentos global permaneciam sendo intensificadas com a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Mesmo assim, a economia brasileira cresceu durante o primeiro semestre de 2022, impulsionada, principalmente, pelos serviços, que aceleraram sua recuperação a partir do avanço da normalização da movimentação das pessoas e pelo aumento do consumo das famílias. Com a alta, o índice do volume do PIB

alcançou, ainda no primeiro trimestre de 2022, o patamar registrado no primeiro trimestre de 2014, recuperando-se, finalmente, da crise de 2014-16. No segundo semestre, houve um arrefecimento da atividade associado à política monetária contracionista de combate à inflação, que impactou as condições financeiras e o custo do crédito, mesmo com o avanço em direção à normalização das cadeias de suprimentos. Setorialmente, os serviços continuaram avançando, enquanto a indústria de transformação e o comércio apresentavam certa acomodação. No ano, o PIB cresceu 2,9%, com a taxa de desocupação mantendo sua trajetória de queda. A inflação, em 12 meses, continuou acelerando até abril de 2022, quando passou a ceder de forma relativamente rápida.

Em abril de 2023, a taxa de inflação acumulada chegou a 4,18% em 12 meses, dentro dos limites para o cumprimento da meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional para 2023 (limite superior de 4,75% e centro da meta de 3,25%). Essa queda recente foi mais concentrada nos itens afetados pelas medidas de desoneração tributária, enquanto o núcleo da inflação, que identifica o componente generalizado de aumento de preços desconsiderando as variações extremas, continuou elevado. No balanço de riscos de alta para a inflação, o Banco Central destaca a persistência das pressões inflacionárias globais, a trajetória da dívida pública e uma desancoragem mais longa das expectativas de inflação. No cenário de baixa, uma queda adicional dos preços das *commodities* e uma desaceleração da economia mundial mais acentuada do que a projetada, bem como na concessão doméstica de crédito. Neste cenário, o Banco Central vem mantendo a taxa Selic a 13,75% ao ano.

A política monetária contracionista e o menor crescimento da economia mundial são as principais causas para a projetada desaceleração da economia

brasileira ao longo de 2023. A expectativa de crescimento do PIB para o ano, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central, de 22 de maio de 2023, estava em 1,20%, uma desaceleração importante em relação às taxas dos dois anos anteriores. Para a inflação, a expectativa é de finalizar o ano com alta de 5,80%, maior, portanto, que a verificada nos 12 meses terminados em abril.

Os dados mensais do primeiro trimestre do ano já apontam as dificuldades que a economia brasileira terá para crescer de forma mais acelerada. Em relação ao último trimestre do ano anterior, a produção física da indústria apresentou estabilidade (0,0%), e os serviços, queda de 0,3%. De outro lado, as vendas do comércio varejista ampliado tiveram expansão de 3,7%. No mercado de trabalho, a taxa de desocupação passou para 8,8% no primeiro trimestre do ano, alta em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas queda na comparação com o primeiro trimestre de 2022.

Evolução recente da economia gaúcha

Assim como no Brasil, a economia do Rio Grande do Sul também vinha apresentando uma lenta recuperação após a crise de 2014-16. No quarto trimestre de 2019, após crescer 1,1% no ano, o índice do volume do PIB ainda se encontrava 4,6% abaixo do pico da série observado no primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 5). No início de 2020, a economia gaúcha sofreu dois choques severos, um de natureza global e outro de impacto regional: a pandemia do novo coronavírus e a forte estiagem durante os meses do verão e da primavera no território gaúcho. Em geral, os efeitos da pandemia foram mais sentidos pelas atividades da indústria de transformação, da construção, do comércio e dos

serviços, enquanto a falta de chuvas afetou preponderantemente a produção agropecuária e a geração de energia elétrica de fonte hídrica. No segundo trimestre do ano, período marcado tanto pelo maior efeito da estiagem sobre a produção agrícola, quanto pela maior intensidade dos efeitos da pandemia, o PIB do Estado apresentou queda de 15,6% em relação ao trimestre anterior, um recorde na série iniciada em 2002.

Gráfico 5 – Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) no RS — 1.º trim./2013-4.º trim./2022



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).
Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).
Nota: O índice tem como base 2013=100.

O último ano em que uma estiagem havia acarretado uma queda parecida da agropecuária havia sido em 2012. Desde então, até houve casos de quebras de safra em função da falta de chuvas, mas com efeitos reduzidos sobre

a produção primária do Estado. A estiagem de 2020 foi bastante severa, impactando pesadamente as colheitas de soja, milho e fumo, principalmente (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxas de variação em relação ao ano anterior das quantidades produzidas dos principais grãos do RS — 2020-23

Produto	2020	2021	2022	2023
Arroz	8,1	7,0	-9,7	-11,1
Fumo	-22,9	19,4	-14,6	-1,1
Milho	-26,6	4,2	-31,6	37,8
Soja	-38,9	80,6	-54,3	57,7
Trigo	-7,9	68,4	49,0	-23,2

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE).

A recuperação teve início no terceiro trimestre de 2020, quando o PIB do Estado cresceu 16,3% na comparação com o segundo trimestre, desempenho associado à passagem do maior efeito da estiagem sobre a agropecuária, ao impacto positivo da redução do distanciamento social e ao suporte financeiro a desempregados informais através do Auxílio Emergencial. A recuperação observada nos dois últimos trimestres, embora expressiva, ficou distante de contrabalançar as perdas ocorridas nos dois primeiros trimestres do ano. Na média do ano, o PIB sofreu retração de 7,2%, com quedas na agropecuária (-29,6%), na indústria (-6,1%) e nos serviços (-5,0%) (Tabela 4).

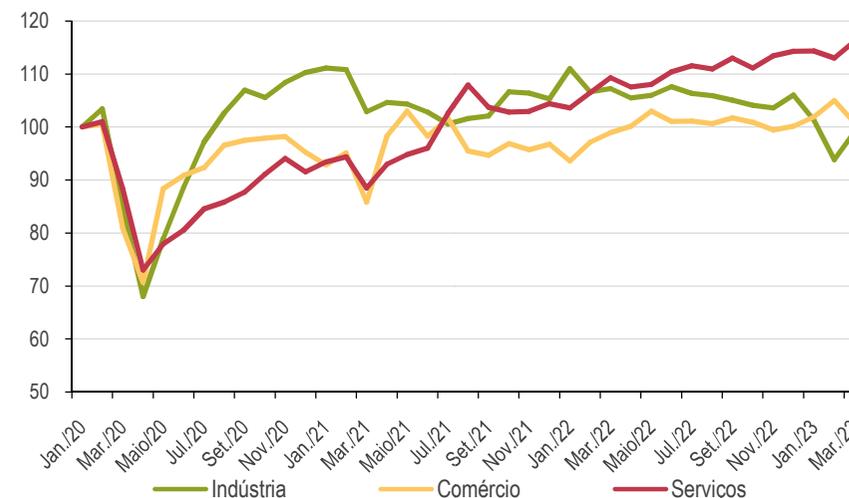
Tabela 4 – Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), impostos, Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por atividade econômica, no RS — 2019-22

Discriminação	2019	2020	2021	2022
PIB	1,1	-7,2	10,6	-5,1
Impostos	2,5	-6,3	9,6	1,1
Valor Adicionado Bruto (VAB)	0,8	-7,3	10,8	-6,0
Agropecuária	3,0	-29,6	60,2	-45,6
Indústria	0,2	-6,1	11,2	2,2
Serviços	0,8	-5,0	4,2	3,7

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).
Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

Dados mensais indicaram que, ao final do ano, a indústria de transformação já havia recuperado o nível anterior ao início da pandemia (Gráfico 6). O mesmo não aconteceu com o comércio e os serviços, atividades mais impactadas pela pandemia, e que demorariam mais tempo para se recuperarem totalmente. O emprego também foi severamente afetado, principalmente pela pandemia. A taxa de desocupação cresceu ao longo dos três primeiros trimestres de 2020, caindo apenas no quarto, quando a economia já mostrava sinais mais consistentes de recuperação (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Índices de volume da indústria, do comércio e dos serviços no RS — jan./2020–mar./2023



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE).
Pesquisa Mensal de Serviços (IBGE).
Pesquisa Industrial Mensal (IBGE).
Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

O ano de 2021 foi marcado pelo signo da recuperação. Em primeiro lugar, pela expansão da produção agrícola após a quebra do ano anterior, com crescimentos expressivos nas produções de soja e de trigo, e, em segundo lugar, pela retomada mais firme das atividades impactadas pela pandemia, notadamente o comércio e os serviços. Com altas importantes nos dois primeiros trimestres do ano, o índice do volume do PIB estadual alcançou seu maior patamar, ficando 2,3% acima do pico anterior, registrado no primeiro trimestre de 2014. No segundo semestre, o ritmo de expansão diminuiu a partir da acomodação da indústria e do comércio. Os serviços, por outro lado, mantiveram o desempenho positivo. Na

média do ano, o PIB gaúcho apresentou crescimento de 10,6%, com forte expansão da agropecuária (60,2%), seguida pela indústria (11,2%) e serviços (4,2%). Ao final do ano, os dados mensais informavam que indústria e serviços estavam em níveis superiores ao período anterior à pandemia, enquanto o comércio ainda continuava abaixo. Respondendo ao desempenho da produção, a taxa de desocupação manteve-se em queda ao longo de todo o ano, fechando o quarto trimestre de 2021 em 8,1%, 2,4 pontos percentuais abaixo da taxa mais alta do período recente, registrada no terceiro trimestre de 2020.

Gráfico 7 – Taxa trimestral de desocupação no RS — 1.º trim./2013-1.º trim./2023



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE).

Após a recuperação de 2021, a economia gaúcha voltou a se retrair em 2022, apresentando queda de 5,1% no ano. Desta vez, unicamente em razão de

mais uma estiagem, ainda mais severa que a de dois anos antes. Embora com taxas inferiores às do ano anterior, indústria (2,2%) e serviços (3,7%) apresentaram crescimento em 2022, em linha com os desempenhos nacionais dessas atividades. A queda da agropecuária (-45,6%) foi a maior desde o início da série em 2002, determinada pela forte redução na quantidade produzida de soja (-54,3%) e pela relevância que esse produto ganhou na estrutura produtiva do Estado, nos últimos anos, seja pelo aumento consistente da produção, principalmente a partir do começo dos anos 2000, seja pelo crescimento dos preços nos últimos três anos. Além da soja, houve queda de produção no arroz, no fumo e no milho, entre os principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul. De outro lado, a produção de trigo, cujo ciclo produtivo ocorre no segundo semestre, apresentou expansão de 49,0%.

O efeito da estiagem sobre a economia só não foi maior porque os preços dos principais produtos agrícolas do Estado estavam em patamares altos. A subida dos preços do arroz, do milho, da soja e do trigo teve início ainda em meados de 2020, como reflexo da alta dos preços das *commodities* alimentares no mercado internacional, em função da maior demanda e, em um segundo momento, pelo impacto da guerra na Ucrânia. Apesar de certa acomodação durante o segundo semestre de 2022, os preços reais médios de 2022 do arroz, do milho, da soja e do trigo estavam, respectivamente, 41,9%, 117,1%, 103,3% e 94,6% maiores que os preços médios praticados em 2019. Esta compensação dos preços fez com que a renda agropecuária não fosse tão afetada pela estiagem, impedindo, em parte, que a queda em volume da agropecuária afetasse mais pesadamente as atividades do comércio e de serviços, que, ao contrário do setor primário, cresceram no ano. Os preços agrícolas em patamares elevados também impulsionaram a demanda externa (restante do Brasil e países da América do Sul)

por máquinas agrícolas produzidas no Rio Grande do Sul, impulsionando o setor de máquinas e equipamentos, um dos mais relevantes da estrutura industrial do Estado.

No mercado de trabalho, apesar da queda do PIB, houve resultados positivos em 2022. Conforme visto acima, a queda do produto agregado esteve ligada diretamente à redução do Valor Adicionado da agropecuária, com indústria e serviços crescendo no período. Essa diferença refletiu-se nas ocupações de maneira geral. Enquanto, segundo os dados das médias dos trimestres da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), as atividades da agropecuária apresentaram diminuição de 33 mil ocupações no ano, as outras atividades — industriais e de serviços — mais que compensaram essa queda, com acréscimo de 352 mil ocupações. De forma mais desagregada, as maiores elevações no número de ocupados ocorreram nas atividades da indústria de transformação (mais 127 mil ocupações) e de alojamento e alimentação (mais 64 mil). No total, portanto, a economia gaúcha criou, em 2022, 319 mil novas ocupações na média dos quatro trimestres. Como resultado, a taxa de desocupação chegou ao quarto trimestre de 2022 no menor nível desde o quarto trimestre de 2014.

O ano de 2023 iniciou novamente com a marca da estiagem, a terceira em quatro anos. Informações de abril do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE indicam perdas importantes em relação às estimativas iniciais, que projetavam uma safra de verão de mais de 33 milhões de toneladas de grãos (arroz, feijão, milho e soja), de acordo com o Acompanhamento de Safra da Emater de 07 de março de 2023. Entretanto, e considerando os efeitos sobre o PIB, a safra de 2023 deve ser maior que a de 2022. Ainda, segundo o LSPA mais

atual, as quantidades produzidas de arroz e de fumo devem ter reduções de 11,1% e de 1,1%, respectivamente, mas, as de milho (mais 37,8%) e de soja (mais 57,7%) devem crescer em relação às quantidades produzidas em 2022. Isso se deve ao fato de a estiagem de 2023 ter sido menos impactante sobre a produção agrícola do que a do ano anterior. Desse modo, mesmo que parcial, a recuperação da produção agrícola do Estado deverá fazer com que o desempenho econômico agregado do Rio Grande do Sul seja superior ao brasileiro em 2023.

Quanto às atividades econômicas com informações mensais, há desempenhos distintos no primeiro trimestre de 2023. Enquanto a indústria de transformação apresenta queda de 6,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior, e de 9,2% na comparação com o mesmo trimestre de 2022, comércio e serviços iniciam o ano com números positivos (Tabela 5). As vendas do comércio varejista ampliado do primeiro trimestre do ano foram 2,4% maiores que as do trimestre imediatamente anterior e 6,2% maiores que as do mesmo período de 2022. Nos serviços, para os mesmos períodos comparativos, as altas foram de 1,4% e 8,1%, respectivamente. Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação dos primeiros três meses do ano ficou em 5,4% da força de trabalho, uma elevação em relação à taxa do último trimestre de 2022, aumento em parte dentro da variação sazonal esperada para o período. Quando se compara com o primeiro trimestre de 2022, a taxa atual representa uma queda de 2,1 pontos percentuais.

Tabela 5 – Taxas de variação do volume da indústria, do comércio e dos serviços do RS
(%)

Atividade	1.º trim./2023/4.º trim./2022 (1)	1.º trim./2023/1.º trim./2022
Indústria	-6,2	-9,2
Comércio	2,4	6,2
Serviços	1,4	8,1

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).

(1) Ajustado sazonalmente.

Em síntese, os últimos anos foram desafiadores para a economia gaúcha. Ao mesmo tempo em que teve que enfrentar problemas mais gerais, como os efeitos negativos da pandemia e as desacelerações do crescimento da economia mundial e brasileira, o setor produtivo do Rio Grande do Sul deparou-se com três estiagens em quatro anos, uma adversidade que gerou severas perdas, principalmente para a produção agrícola. O impacto destas perdas foi amenizado, em parte, pela elevação dos preços das *commodities* alimentícias, que preservou a renda agrícola de uma queda maior, permitindo que os produtores pudessem manter os investimentos, ao mesmo tempo em que os efeitos indiretos sobre a indústria e os serviços fossem diminuídos. Para 2023, a perspectiva é de recuperação, alicerçada na retomada parcial da produção agrícola e nos bons resultados do comércio e dos serviços no primeiro trimestre do ano. Para o futuro, investimentos em educação e infraestrutura podem elevar ainda mais a capacidade de a economia estadual enfrentar seus desafios e manter taxas de crescimento que permitam aumentar o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Quadro geral das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Em 30 de outubro de 2022, as urnas confirmaram um segundo mandato do Governador Eduardo Leite (2023-26). Dessa forma, pela primeira vez, o Estado do Rio Grande do Sul dará continuidade a uma política governamental, objetivando manter o equilíbrio das contas, de modo a elevar a capacidade de investimento e promover boas gestões públicas, principalmente, nas áreas sociais e de infraestrutura, sem deixar de ter um olhar atento para a sustentabilidade do pagamento da dívida estadual.

Mesmo com os bons resultados fiscais alcançados em 2021 e 2022, para o ano de 2023 e para o período do PPA 2024-2027, o Estado do Rio Grande do Sul terá ainda que lidar com os problemas estruturais das suas finanças.

Em 2022 e 2023, a arrecadação de ICMS — principal tributo estadual, responsável por 80% das receitas de impostos e taxas — nem de longe mostra o bom desempenho verificado ao longo de todo o ano 2021, por conta do menor crescimento do consumo e pela decisão do Governo estadual de reduzir, a partir de 01 de janeiro de 2022, a alíquota geral, de 17,5% para 17,0% e, ainda, as alíquotas do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis e telecomunicações, de 30% para 25%.

Contudo, o maior impacto sobre a arrecadação decorreu da chamada “PEC dos combustíveis”, aprovada pelo Congresso Nacional (leis federais 192 e

194), que produziu uma redução abrupta do ICMS, a partir de julho de 2022, sobre as alíquotas de comunicação, combustíveis e energia elétrica, passando de 25% para a alíquota geral de 17%. Este tema será amplamente explanado logo adiante.

Ao se fazer uma retrospectiva acerca das finanças estaduais, verifica-se que, no início dos anos 2000, começaram a pesar fortemente sobre o orçamento as despesas com a previdência e com o serviço da dívida. Ao longo de décadas, foram frustradas as sucessivas tentativas de recolocar as necessidades de custeio, folha salarial e demais compromissos nos patamares da arrecadação, ocasionando a sucessão de repetidos *déficits* orçamentários.

Já no final do século passado, para enfrentar a crise financeira, recorreram--se às negociações da dívida estadual com a União. Entre as medidas acordadas com o Governo federal, destacam-se o fim da emissão de títulos públicos estaduais e a obrigatoriedade da venda de ativos (privatização).

No começo dos anos 2000, a alternativa inicialmente encontrada pelos governos para financiar a escassez de recursos e otimizar o fluxo financeiro foi a utilização do Caixa Único, potencializado pelos depósitos judiciais. Também houve a postergação do pagamento de precatórios, contingenciamento do custeio e atraso nos pagamentos de salários. O não pagamento de reajustes salariais das chamadas “Leis Britto” fizeram com que o Estado acumulasse passivos trabalhistas bilionários. Quanto aos investimentos, no interstício de duas décadas,

tiveram queda significativa na participação das despesas orçamentárias, ou seja, foram-se reduzindo ao longo do tempo chegando a patamares mínimos.

Nesse período, ao mesmo tempo em que perseguia o equilíbrio das contas, houve a própria mudança do espectro das políticas públicas via alterações na legislação. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), vigente desde 2000, e com as obrigações junto à União, que passou a ser o principal credor do Estado, por conta da assunção de quase a totalidade da dívida pública gaúcha, os diversos governos viram-se, de um lado, obrigados a disciplinar fortemente os gastos, e, de outro, a assumir a incumbência legal de atender às crescentes demandas nas funções de saúde e de educação (vinculações legais e constitucionais) e, ainda, dar grande atenção para a segurança.

A principal despesa pública é a previdenciária, chegando ao ponto de comprometer significativa parcela dos recursos estaduais. Em 2022, os gastos empenhados com a folha dos inativos e pensionistas totalizaram R\$ 18,2 bilhões, equivalentes a 36,0% da Receita Corrente Líquida (RCL). Somente nesse ano, o sistema previdenciário apresentou um *déficit* do regime financeiro de R\$ 9,3 bilhões, consumindo 18,4% da RCL.

Conforme dados da Secretaria da Fazenda do RS, ao final do exercício de 2022, a administração direta e a indireta (fundações e autarquias) totalizavam um quantitativo de 363.326 matrículas, sendo que 222.032 são de inativos e pensionistas (61,1% do total). Em suma, de cada 10 vínculos, 6,1 são de inativos e pensionistas.

É importante dizer que a trajetória de *déficits* previdenciários crescentes foi quebrada com as reformas previdenciária e administrativa, em vigor desde 2020, que trouxeram alívio financeiro para as contas públicas ainda no curto prazo. Em relação aos efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar, válido para os servidores que ingressaram a partir de 19 de agosto de 2016, somente serão sentidos no longuíssimo prazo.

Outro problema estrutural das finanças estaduais é a dívida pública, por implicar despesas financeiras com o seu serviço. Do montante consolidado de R\$ 93,6 bilhões (dívida interna e externa), em 31 de dezembro de 2022, R\$ 82,5 bilhões (88,1%) são débitos exclusivos do Estado com o Governo Federal. Ao final do exercício de 2022, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representou 1,99 vez a RCL. À medida que mantenha a DCL num patamar abaixo de duas vezes a RCL, o Estado estará habilitado a novas linhas de operações de crédito, importantíssimo para um planejamento estratégico de investimentos de longo prazo.

Em 2022, após longo processo de adequação aos pré-requisitos exigidos pela União, o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, dando previsibilidade aos desembolsos referentes ao serviço da dívida por 10 anos. Lembra-se que o Estado ficou, desde julho de 2017, sem pagar a dívida com a União, por conta de liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

A partir do segundo semestre de 2020, os recursos provenientes das privatizações e o excepcional desempenho da arrecadação própria e das transferências constitucionais federais foram fundamentais para o Estado se

equilibrar financeiramente — algo inédito na última década. Porém, o “mar azul” das finanças públicas estaduais iria durar até junho de 2022.

Com a Lei Complementar Federal n.º 192, de março de 2022, e a n.º 194, de junho de 2022, com vigência a partir de 01 de junho de 2022, alteraram-se as regras do ICMS, considerando como produtos essenciais os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica e as comunicações. Assim, a alíquota do ICMS desses setores não poderia ser maior do que a alíquota geral (alíquota modal), que, no caso do Rio Grande do Sul, é de 17%. Compulsoriamente, as alíquotas foram diminuídas de 25% para 17%. Ainda, para fins de substituição tributária, em relação ao óleo diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP), a nova base de cálculo passou a levar em conta a média móvel dos preços médios praticados nos últimos cinco anos.

As perdas com o ICMS verificadas no segundo semestre de 2022, por conta da “PEC dos Combustíveis”, foram de R\$ 3,018 bilhões, e serão compensadas em dois anos e meio, através de repasses que serão utilizados para o pagamento do serviço da dívida. Ressalta-se que o ressarcimento se limita pontualmente ao ocorrido nesse período de seis meses. Para o ano de 2023 e os seguintes, a Secretaria da Fazenda estadual estimou perda efetiva de arrecadação de R\$ 5,0 bilhões anuais. Desse total, 25% pertenceriam aos municípios.

Essa nova política para as alíquotas de ICMS está fora do controle estadual, atingindo frontalmente o pacto federativo e tendo o potencial de colocar as finanças estaduais e municipais em trajetória de novas crises financeiras. Essa

redução teve como efeito imediato a diminuição da arrecadação de ICMS em relação à verificada no exercício anterior.

No caso da execução orçamentária de 2021 e 2022, os compromissos foram cumpridos sem maiores percalços, por conta: (i) da recuperação financeira ocorrida entre o final de 2020 e o primeiro semestre de 2022; (ii) das reformas estruturantes, em especial a previdenciária e a administrativa; (iii) do rígido controle das despesas; (iv) da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal; e (v) dos recursos das privatizações da CEEE-D, CEEE-G, CEEE-T e Sulgás.

Para 2023, com: (i) a reinclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST) na base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica; e (ii) a adoção da alíquota *ad rem* sobre combustíveis, a pressão sobre o caixa do Estado será bastante aliviada. Para o período do PPA 2024-2027, pelo lado da receita não se vislumbra um desempenho excepcional da arrecadação e, por outro lado, a estrutura de despesas é sabidamente rígida, o que exigirá boa gestão visando-se evitar novas crises financeiras.

O financiamento público estadual ao longo do tempo

As contas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, sucessivos *déficits* públicos, cobertos através de várias fontes de financiamento: (i) operações de créditos e empréstimos junto ao sistema bancário; (ii) emissão de títulos públicos; (iii) financiamento inflacionário; (iv) receitas de privatizações; (v) alienação de ações do Banrisul e venda da folha de pagamento a este banco; (vi) antecipações de obrigações tributárias; (vii) atrasos nos pagamentos de fornecedores; (viii) uso rotineiro do Caixa Único e dos depósitos judiciais; (ix)

contingenciamento de gastos; (x) corte nos investimentos; e (xi) parcelamento de vencimentos e do 13.º salário.

O Quadro 1 mostra de forma resumida como foi enfrentado o déficit público pelos diversos governos. É importante ressaltar o fato de que, apesar de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, os investimentos públicos foram perdendo gradativamente espaço no total da despesa, no intuito de fazer frente aos demais compromissos orçamentários e financeiros.

Quadro 1 – Enfrentamento do déficit público em governos estaduais — 1971-2022

Período	Enfrentamento do Déficit Público
1971-74	Endividamento
1975-78	Endividamento
1979-82	Endividamento e inflação
1983-86	Débitos de tesouraria e inflação
1987-90	Inflação
1991-94	Inflação
1995-98	Venda de ativos
1999-02	Saques do Caixa Único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), não pagamento de precatórios e das Leis Britto.
2003-06	Saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, REFAZ, financiamento do 13.º salário junto ao Banrisul e aumento de tributos.
2007-10	Venda de ações do Banrisul, saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13.º salário junto ao Banrisul, parcelamento de salários mensais, REFAZ, redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-14	Saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento através de operações de crédito internas e externas, REFAZ e redução de gastos com investimentos.
2015-18	Saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do 13.º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha de pagamento ao Banrisul, REFAZ, venda de ações do Banrisul, suspensão de parcelas da dívida com a União, não pagamento de parcelas da dívida com a União e aumento de tributos.
2019-22	Atraso no pagamento de fornecedores e convênios, parcelamento de salários mensais e 13.º salário de parte dos servidores públicos, redução de gastos em custeio e investimento, venda de créditos do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS), entrada de recursos oriundos da partilha de <i>royalties</i> de petróleo, REFAZ, entrada de recursos de causa judicial da cesta básica, não pagamento das parcelas mensais da dívida do Estado com a União, manutenção das alíquotas majoradas de ICMS até o final de 2021, recebimento de ajuda emergencial do Governo Federal por conta da epidemia de covid-19 e venda de empresas estatais (CEEE-D, CEEE-T, CEEE-G, Sulgás e Corsan) e de Concessões Públicas (Parque do Caracol).

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

A Tabela 6 mostra os valores sacados do Caixa Único e dos depósitos judiciais, sendo práticas rotineiras de diversos governos, dadas as recorrentes crises financeiras. A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei n.º 12.069/04.

No final de 2022, considerando o período de 1999 a 2022, as retiradas totalizaram R\$ 12,286 bilhões, sendo R\$ 1,762 bilhão do Caixa Único e R\$ 10,523 bilhões dos depósitos judiciais. No primeiro mandato do Governo Leite (2019-22), houve a recomposição das contas em R\$ 6,660 bilhões (R\$ 6,493 bilhões no caixa único e R\$ 168 milhões nos depósitos judiciais).

Tabela 6 – Evolução dos saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, por governo — 1999-2022

(R\$ milhões)

Especificação	1999-02 Olívio	2003-06 Rigotto	2007-10 Yeda	2011-14 Tarso	2015-18 Sartori	2019-22 Leite	Total Saques
Saques do Caixa Único	1.729	85	780	1.488	4.173	-6.493	1.762
Saques dos Depósitos Judiciais	0	1.428	615	5.665	2.983	-168	10.523
Saques por governo	1.729	1.513	1.395	7.153	7.156	6.660	12.286

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os depósitos judiciais utilizados são remunerados pela mesma rentabilidade da poupança.

2: Valores nominais.

A Lei Complementar Estadual n.º 15.138/18 vedou a possibilidade de serem feitos novos saques em contas de depósitos judiciais caso houvesse um saldo menor na conta do fundo de reserva, equivalente a 5,0% do montante dos depósitos judiciais. Contudo, para o Estado aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, uma das exigências foi a suspensão definitiva de novos saques. Dessa forma, desde 2018, o Estado não sacou qualquer valor dos depósitos judiciais.

A evolução dos resultados orçamentário e primário

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas ou liquidadas. Quando as despesas são maiores do que as receitas, o resultado orçamentário será deficitário.

Já o resultado primário aponta se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado primário positivo indica basicamente o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas de juros, encargos e amortização da dívida consolidada, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na Tabela 7 são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2000 e 2022, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos, em que o Estado se financiou através de diversas fontes extraorçamentárias.

Tabela 7 – Resultados primário e orçamentário do RS — 2000-22

Ano	Resultado Orçamentário		Resultado Primário		Receita Total		Despesa Total	
	R\$	% do PIB/RS	R\$	% do PIB/RS	% do PIB/RS	% do PIB/RS	% do PIB/RS	% do PIB/RS
2000	-3.341.370.050	-0,66%	-2.506.349.956	-0,49%	11,26%	11,99%		
2001	-2.974.474.092	-0,59%	-1.578.536.083	-0,31%	11,39%	12,16%		
2002	-1.074.866.312	-0,23%	-280.354.952	-0,06%	11,60%	11,96%		
2003	-249.818.331	-0,05%	-393.634.440	-0,08%	11,12%	11,42%		
2004	-2.661.588.214	-0,55%	126.732.902	0,03%	10,50%	11,17%		
2005	-3.181.212.337	-0,64%	1.981.896.188	0,40%	11,55%	12,19%		
2006	-3.007.959.335	-0,57%	1.520.022.049	0,29%	11,54%	12,12%		
2007	1.954.401.129	0,35%	2.992.817.301	0,54%	11,41%	11,05%		
2008	1.248.459.257	0,22%	6.066.077.586	1,08%	11,81%	11,61%		
2009	29.835.279	0,00%	5.225.237.160	0,84%	10,97%	10,97%		
2010	-405.703.945	-0,06%	4.109.589.414	0,66%	11,87%	11,93%		
2011	-1.197.080.589	-0,18%	3.569.967.823	0,55%	11,18%	11,36%		
2012	-1.662.980.843	-0,26%	1.827.255.648	0,28%	11,34%	11,60%		
2013	-3.000.242.992	-0,42%	1.342.698.716	0,19%	10,98%	11,40%		
2014	-2.626.942.748	-0,35%	-1.124.368.769	-0,15%	11,60%	11,95%		
2015	-9.259.386.968	-1,29%	-3.329.302.822	-0,47%	10,73%	11,93%		
2016	-250.181.037	-0,04%	1.493.879.270	0,21%	11,50%	11,51%		
2017	-2.929.720.487	-0,39%	-741.749.741	-0,10%	11,47%	11,86%		
2018	-4.487.828.164	-0,60%	-422.643.760	-0,06%	11,64%	12,28%		
2019	-5.224.356.877	-0,71%	-665.357.217	-0,09%	11,41%	12,07%		
2020	-738.642.464	-0,13%	3.542.815.850	0,50%	10,00%	10,16%		
2021	2.674.364.106	0,44%	4.892.151.662	0,80%	9,73%	9,35%		
2022	3.340.408.043	0,56%	1.352.248.888	0,23%	9,51%	8,95%		

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

Nota 1: As receitas e as despesas com relação ao PIB estão em valores nominais, sem as transferências intraorçamentárias.

2: Os valores da tabela foram atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2022.

A evolução dos Restos a Pagar

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas ou liquidadas que não foram pagas dentro no exercício no qual elas ocorreram. O aumento dos estoques entre 2015 e 2017 foi devido ao não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais, sendo quitado ao longo do exercício seguinte, e ao

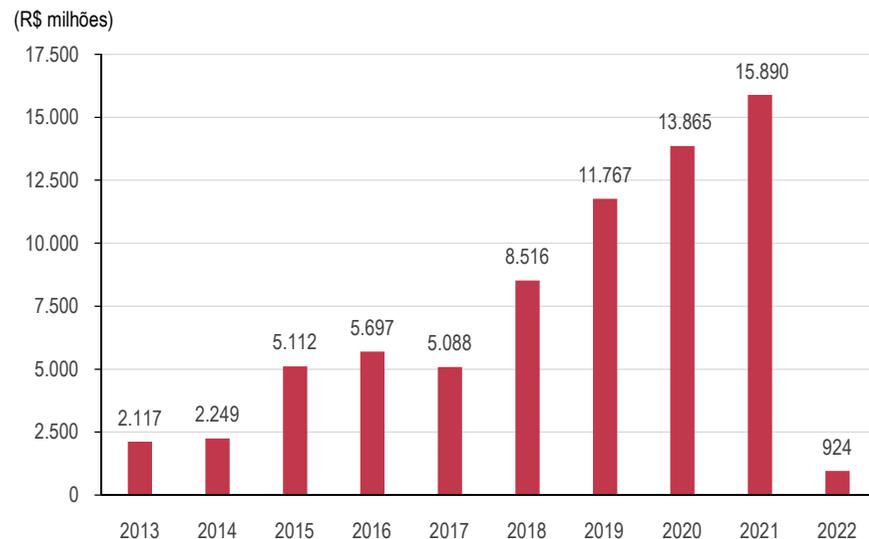
não pagamento da folha salarial de competência do mês de dezembro, paga no início do ano seguinte.

Já o aumento do saldo dos Restos a Pagar, a partir de 2018 até 2021, decorreu, principalmente, do não pagamento das parcelas da dívida pública com a União, em função de liminar junto ao STF.

Os valores acumulados de Restos a Pagar referentes à dívida pública com a União atingiram, ao final de 2021, o montante de R\$ 14,54 bilhões (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018, R\$ 3,45 bilhões em 2019, R\$ 3,47 bilhões em 2020 e R\$ 3,42 bilhões em 2021). É importante ressaltar que, em 2020 e 2021, o estoque não foi maior porque tanto a folha de pagamento mensal como o décimo terceiro salário foi quitado integralmente dentro dos seus respectivos exercícios.

Em 2022, o estoque de Restos a Pagar não processados totalizou R\$ 924 milhões. A queda significativa foi devido a dois fatores principais: (i) a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, no qual se renegociou as parcelas não pagas da dívida com a União (R\$ 14,54 bilhões), que estavam na conta de Restos a Pagar; e (ii) pela recuperação do caixa do Estado, possibilitando honrar os compromissos em dia. O Gráfico 8 exibe os valores dos Restos a Pagar Processados.

Gráfico 8 – Estoque de Restos a Pagar no RS — 2013-22



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

Nota: Valores nominais.

Os principais agregados da receita pública

A Tabela 8 mostra a evolução real da receita pública consolidada do Estado. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas Impostos e Taxas (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes (repasse advindos da União).

Tabela 8 – Receitas orçamentárias consolidadas no RS — 2013-2022

(R\$ milhões)

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	% 2022/ 2013	% 2022/ 2021
Receitas Correntes	49.238	51.090	48.659	51.828	51.291	53.470	54.170	55.290	59.842	54.987	11,7	-8,1
Impostos e Taxas	50.876	51.641	49.960	51.263	52.504	55.608	56.361	54.588	64.239	56.145	10,4	-12,6
Receita de Contribuições	3.776	4.186	4.039	4.307	4.214	4.629	4.597	5.274	5.045	5.122	35,6	1,5
Receita Patrimonial	837	961	885	2.664	972	1.120	1.192	978	1.349	2.025	141,9	50,1
Receita Agropecuária, Industrial e Serviços	556	498	533	533	678	674	638	483	582	618	11,2	6,2
Transferências Correntes	11.991	12.526	11.953	11.582	11.098	11.134	11.001	14.209	12.332	11.890	-0,8	-3,6
Outras Receitas Correntes	1.069	1.385	910	1.213	1.749	1.597	1.290	691	1.308	1.047	-2,0	-19,9
Deduções Receita Corrente	-19.867	-20.107	-19.621	-19.734	-19.922	-21.292	-20.910	-20.933	-25.013	-21.861	10,0	-12,6
Receitas de Capital	1.559	4.285	645	769	1.052	1.747	1.040	1.239	3.188	2.561	64,3	-19,7
Operações de Crédito	935	3.545	295	457	736	346	237	30	47	97	-89,6	108,2
Alienação de Bens	171	156	206	115	169	1.103	706	943	2.958	2.107	1.132,6	-28,8
Demais Receitas de Capital	453	584	144	197	148	298	97	266	184	356	-21,4	94,0
Total das Receitas	50.797	55.375	49.304	52.597	52.343	55.217	55.209	56.529	63.030	57.547	13,3	-8,7

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

Nota 1: O grande volume de Transferências Correntes, em 2020, deve-se a maiores repasses pela União, a título de ajuda emergencial ao Estado, e de recursos vinculados ao combate da covid-19.

2: Em 2021, houve a contabilização escritural na rubrica Impostos e Taxas, de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em Dívida Ativa pela venda da CEEE-D.

3: Em 2021, R\$ 804 milhões de Deduções na Receita Corrente (R\$ 515 milhões de repasses financeiros aos municípios e R\$ 289 milhões de repasses financeiros ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb), em valores nominais, referentes ao que foi contabilizado em Dívida Ativa pela venda da CEEE-D.

4: Em 2021, houve o recebimento financeiro de R\$ 2,670 bilhões (Receitas de Capital), em valores nominais, referente à venda da CEEE-T. Em 2022, R\$ 928 milhões, referentes à venda da Sulgás, e R\$ 928 milhões pela venda da CEEE-G.

5: Em 2021, houve o recebimento financeiro de R\$ 599 milhões (Outras Receitas Correntes), em valores nominais, pela assunção dos pagamentos futuros dos aposentados autárquicos da CEEE.

6: Os números acima estão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (dez./2022).

Em termos reais, ajustado pelo IPCA, no período de 2013 a 2022, as receitas totais cresceram 13,3%. Nesse período, as receitas correntes tiveram alta de 11,7%, sendo que os impostos e as taxas cresceram 10,4%, enquanto as transferências advindas da União decresceram 0,8%. Comparando-se 2022 em relação a 2021, as receitas totais foram menores em 8,7%, sendo que as receitas correntes decresceram 8,1%, e as receitas de capital decresceram 19,7%.

O ICMS

São diversas as variáveis que impactam direta e/ou indiretamente a arrecadação do ICMS, algumas mais que outras, destacando-se: o PIB brasileiro e o PIB gaúcho, a inflação, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros da economia, os preços das *commodities* no mercado internacional, o valor das importações e das exportações, o nível de produção das indústrias, o poder de compra do consumidor, a taxa de emprego, a confiança na economia interna e externa, as

crises econômicas, tanto interna como externa, as guerras, a instabilidade política interna e global, as condições climáticas (agricultura e sistema hídrico), as imunidades tributárias, os eventos pandêmicos, as desonerações fiscais, as novas legislações e a sonegação fiscal.

A Tabela 9 mostra a evolução da arrecadação do ICMS total (ICMS principal, dívida ativa, e os programas Compensa-RS e Ampara-RS) entre 2013 e 2022. Observa-se que, no período, o ICMS total cresceu 80,3%, em termos nominais, e 5,4%, em termos reais (ajuste pelo IPCA). Em 2022, comparando-se com 2021, o ICMS total decresceu 8,8%, nominalmente, e 16,4%, considerando-se a inflação. A partir de julho de 2022, o ICMS foi severamente impactado negativamente pela chamada “PEC dos Combustíveis”. Em 2022, o ICMS arrecadado representou 7,3% do PIB gaúcho. No ano anterior, havia representado 8,1% do PIB do Rio Grande do Sul.

Tabela 9 – Evolução da arrecadação do ICMS total no RS — 2013-2022

(R\$ milhões)

Arrecadação do ICMS					
Ano	Nominal	% Variação anual	IPCA 31/12/2022	% Variação anual	% PIB/RS
2013	24.061	12,6	41.877	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	42.321	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	40.747	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	41.975	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	42.641	1,6	7,5
2018	34.839	9,1	44.845	5,2	7,6
2019	36.531	4,9	45.331	1,1	7,6
2020	36.381	-0,4	43.708	-3,6	7,7
2021	47.560	30,7	52.783	20,8	8,1
2022	43.382	-8,8	44.126	-16,4	7,3
% 2022/2013	80,3	-	5,4	-	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

Nota 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram as alíquotas majoradas de ICMS (30%) sobre energia, comunicação e combustíveis.

2: Na arrecadação do ICMS Total de 2021, houve a contabilização escritural de uma entrada de R\$ 2.576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da estatal CEEE-D.

3: Os PIBs de 2021 e de 2022 são preliminares.

As transferências constitucionais e legais da União ao Estado do RS

As duas principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a Cota-Parte do IPI-Exportação. A Tabela 10 mostra os valores transferidos entre os anos 2013 e 2022. Em 2022, o Fundo de Participação do Estado mais o IPI-Exportação representou 6,7% sobre o total dos Impostos e das Taxas.

Tabela 10 – Transferências da União ao Estado do RS — 2013-22

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cota-parte do FPE	1.569	1.710	1.799	1.974	1.918	2.038	2.183	2.136	2.698	3.251
Cota-parte IPI-EXPORTAÇÃO	353	466	529	380	487	509	534	514	514	423
TOTAL	1.922	2.176	2.328	2.354	2.405	2.547	2.717	2.650	3.212	3.675
Impostos e Taxas	29.236	31.555	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432	45.452	57.919	55.236
% Transferências da União / Impostos e Taxas	6,6	6,9	7,0	6,3	6,1	5,9	6,0	5,8	5,5	6,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão em valores nominais.

No tocante às compensações das perdas de ICMS decorrentes da isenção de produtos exportados por conta da Lei Kandir, houve um acordo entre todos os entes federativos, sendo homologado pelo STF e avalizado pelo Congresso Nacional. O Rio Grande do Sul receberá um montante aproximado de R\$ 6,5 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões destinados ao Tesouro do Estado (75%) e R\$ 1,6 bilhão aos municípios (25%), considerando todo o período do acordo (a partir de 2020 até 2037).

A Lei Estadual n.º 15.577/20 autorizou o Poder Executivo Estadual a dar quitação total a possíveis créditos vencidos e vencidos da Lei Kandir, em obediência ao novo regramento da LCF n.º 176/2020. Dessa forma, o Estado já recebeu da União a quantia líquida de R\$ 760 milhões em valores nominais (R\$ 276 milhões em 2020, R\$ 266 milhões em 2021 e R\$ 218 milhões em 2022).

As considerações sobre as receitas públicas

Para potencializar o recebimento de seus tributos, o Estado empreende esforço ininterrupto para modernizar e aprimorar a função arrecadadora. Para

tanto, diversas ações foram postas em prática nos últimos anos: (i) aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) constituição do sistema da Nota Fiscal Eletrônica; (iii) criação da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), com 3,0 milhões de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista apto a incluir o Cadastro de Pessoa Física (CPF) na nota fiscal; (iv) estabelecimento do Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a “malha fina” estadual, o rigor para com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico; e (v) a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de financiar projetos junto à Receita Estadual na melhoria da gestão tributária (PROFISCO II).

É política governamental a revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, no intuito de corrigir possíveis distorções. Em outra frente, o Estado está avançando na qualificação das ações de fiscalização, com foco principal na simplificação da vida das empresas, a fim de que a única obrigação do contribuinte seja emitir devidamente a nota fiscal. O objetivo, no médio prazo, é transformar a Receita 100% Digital, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação.

Por fim, as ações do Fisco estadual dão respostas desafiadoras por maior transparência e por melhor *performance* de arrecadação tributária. Ampliaram-se os mecanismos de controle. Tão importante quanto à racionalização do gasto público é manter o nível da arrecadação compatível com o potencial contributivo da sociedade gaúcha.

A evolução do gasto total do Estado do RS

A Tabela 11 mostra a evolução da despesa pública consolidada a partir de 2013 até 2022. Em 2013, o Estado gastou 16,0% acima da RCL, e, em 2022, as despesas ficaram acima da RCL em 5,2%. Pode-se notar uma melhora substancial das contas públicas estaduais a partir de 2019,

em termos de queda da relação Total da Despesa/RCL, convergindo para uma situação financeira equilibrada.

No demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Tabela 11 – Despesas empenhadas consolidadas no RS — 2013-22

Grupo da Despesa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal e Encargos Sociais	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085
Outras Despesas Correntes	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736	21.207	21.823	12.050	13.624	15.564
(-) Distribuição aos Municípios	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327	10.345	10.543	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	7.376	8.407	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564
Serviço da Dívida	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857
Investimentos Amplos	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	5.508	3.760
(-) Capitalização (CEEE-D)	0	0	0	0	0	0	0	0	2.603	0
(-) Dação pagamento (CEEE-D)	0	0	0	0	0	0	0	0	512	0
Investimentos Amplos Ajustados	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760
Total do Grupo da Despesa	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858	45.799	47.707	47.847	51.523	53.266
Receita Corrente Líquida (RCL)	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.790	50.634
Total da Despesa/RCL	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6	121,2	119,9	113,7	95,8	105,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Valores nominais.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 12 mostra a evolução quantitativa de vínculos de pessoal do Estado. No período entre 31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 2022, os vínculos totais da administração direta e indireta do Estado (ativos, inativos, pensionistas e outros) cresceram 18.285 matrículas (5,3%). Em 31 de dezembro

de 2022, do total de 363.326 matrículas, 141.294 são de ativos (38,9% do total) e 222.032 são de inativos, pensionistas e outros (61,1% do total). No período considerado (23 anos), o quadro de ativos foi reduzido em 19% (menos 33.134 matrículas), enquanto os inativos, pensionistas e outros tiveram acréscimo de 30,1% (mais 51.419 matrículas). Nesse interstício, em média, 2.335 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade.

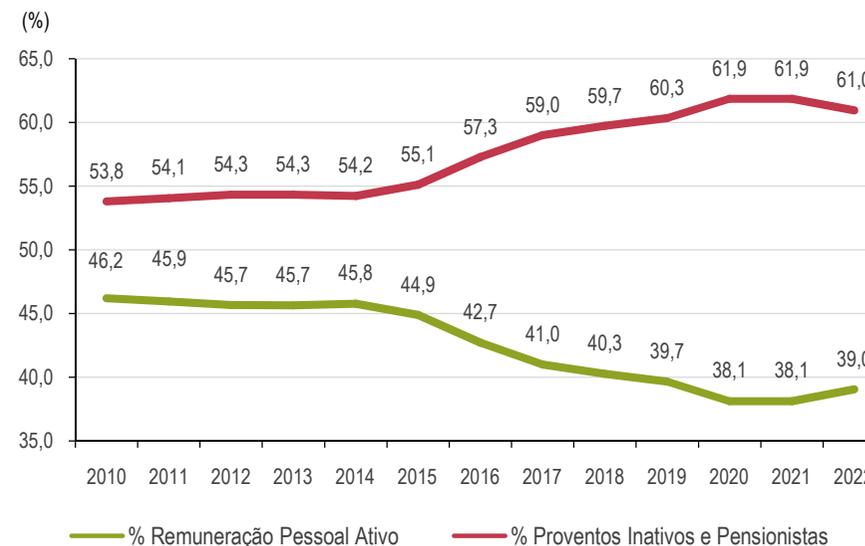
Tabela 12 – Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas na administração direta e indireta do Estado — 2000-2022

Órgãos	Matrículas	31/12/2000	31/12/2022	(B) – (A)	% (B)/(A)
		(A)	(B)		
Administração Direta	Ativos	165.180	134.685	-30.495	-18,5
	Inativos, Pensionistas e Outros	110.344	173.049	62.705	56,8
	Subtotal	275.524	307.734	32.210	11,7
Fundações	Ativos	4.943	4.183	-760	-15,4
	Inativos, Pensionistas e Outros	0	38	38	-
	Subtotal	4.943	4.221	-722	-14,6
Autarquias	Ativos	4.305	2.426	-1.879	-43,6
	Inativos, Pensionistas e Outros	60.269	48.945	-11.324	-18,8
	Subtotal	64.574	51.371	-13.203	-20,4
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	141.294	-33.134	-19,0
	Inativos, Pensionistas e Outros	170.613	222.032	51.419	30,1
	Total	345.041	363.326	18.285	5,3

Fonte: Painel de Informações de Pessoal (Sefaz-RS).

O Gráfico 9 mostra a evolução das despesas exclusivamente com a folha salarial de 2010 a 2022. Em 2022, 39,0% dos gastos foram alocados para pagar a folha do pessoal ativo (elementos 11 e 12) e 61,0% para pagar os proventos dos aposentados e pensionistas (elementos das despesas 01 e 03).

Gráfico 9 – Percentual empenhado com a remuneração de pessoal da administração pública consolidada no RS — 2010-22



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 13 dá total transparência às médias salariais dos principais órgãos do Poder Executivo e dos demais Poderes e Órgãos Autônomos do Estado. Enquanto a média salarial (ativos e inativos) do Poder Executivo é de R\$ 6.103, a dos demais Poderes e Órgãos autônomos é de R\$ 17.109. Ou seja, a média salarial do Poder Executivo é, praticamente, 1/3 dos valores recebidos pelos demais Poderes e Órgãos Autônomos.

Tabela 13 – Média salarial de órgãos da administração direta no RS

Poderes e Órgãos do Estado	Média Salarial		
	Ativos	Inativos	Total
Poder Executivo	5.924	6.231	6.103
Secretaria da Fazenda	28.030	30.463	29.470
Procuradoria-Geral do Estado	18.380	29.554	20.306
SUSEPE	9.616	13.877	10.687
Secretaria da Segurança Pública	9.493	13.397	11.581
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão	9.120	10.195	9.421
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	7.475	5.755	6.391
Secretaria da Saúde	7.439	5.288	6.052
Demais Secretarias da Administração Direta	6.976	5.899	6.237
Secretaria da Educação	3.392	3.589	3.512
Demais Poderes e Órgãos Autônomos	16.175	19.013	17.109
Tribunal de Contas	22.692	35.883	28.733
Ministério Público	20.721	24.553	21.302
Defensoria Pública	16.494	24.886	17.906
Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Justiça Militar)	14.855	14.913	14.876
Assembleia Legislativa	11.193	26.035	15.659
Total da Média Salarial	7.113	6.771	6.924

Fonte: Boletim de Pessoal (Sefaz-RS).

Nota: Tendo como referência 31 de dezembro de 2022.

A Tabela 14 mostra a relação entre a arrecadação de ICMS total líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2013, o ICMS líquido pagava 95,4% de todos os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Já em 2022, o ICMS líquido pagou 98,7%. Entre 2013 e 2022 (10 anos), em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido subiu 81,0%, enquanto a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais variou 74,9%.

A Tabela 15 processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2013 e 2022.

Tabela 14 – Relação entre o ICMS líquido e o grupo Pessoal e Encargos Sociais no RS — 2013-22

Especificação											(R\$ milhões)
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	%2022 / 2013
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	74,9
Total arrecadado de ICMS	24.061	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	36.381	44.984	43.382	-
(-) Transferências aos Municípios (25%)	6.015	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	8.988	11.338	10.722	-
(=) ICMS Líquido	18.046	19.390	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	27.393	33.646	32.660	81,0
ICMS Líquido – Gasto Pessoal	-874	-2.221	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-3.094	2.521	-425	-
ICMS Líquido/Gasto Pessoal (%)	95,4	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	89,9	108,1	98,7	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2021, houve a contabilização escritural de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em dívida ativa de ICMS pela venda da CEEE-D, sendo que, para efeitos desse demonstrativo, esse valor foi deduzido da conta acima.

Tabela 15 – Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais no RS — 2013-22

(R\$ milhões)

Elementos da Despesa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aposentadorias	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251	13.770	13.804	14.708
Vencimento pessoal civil	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838	8.653	8.693	9.686
Pensões	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284	3.355	3.333	3.513
Vencimento pessoal militar	1014	1177	1272	1344	1533	1.815	2.027	1.903	1.868	1.987
Sentenças judiciais	656	831	1175	898	1031	1.073	1.838	799	983	1.013
Despesas exercícios anteriores	606	659	368	492	370	585	613	844	1.297	820
Demais Despesas	317	385	377	500	765	949	874	699	666	764
Obrigação Patronal (RGPS)	327	373	381	384	406	440	435	464	480	594
Total da Despesa	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085
Receita Corrente Líquida (RCL)	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634
% Total da Despesa/RCL	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3	72,5	57,8	65,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O percentual de gasto com pessoal sobre a RCL teve queda significativa em 2016, por contada majoração das alíquotas de ICMS.

2: Valores nominais.

Em 2022, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 14,7 bilhões. Com o pessoal ativo civil, R\$ 9,7 bilhões, com as pensões, R\$ 3,5 bilhões e com o pessoal ativo militar, R\$ 2,0 bilhões. Em 2013, gastava-se com o grupo Pessoal e Encargos Sociais o equivalente a 71,7% da RCL. Em 2022, esse percentual reduziu-se para 65,3% da RCL. Observa-se que, a partir de 2020, na comparação com os anos anteriores, houve uma queda significativa da relação da despesa do grupo de pessoal e encargos sociais sobre a RCL.

O demonstrativo da despesa total com pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A LRF limita os gastos com pessoal. Para os Poderes e Órgãos do Estado, o limite prudencial não deve ultrapassar 57,0% da Receita Corrente

Líquida (RCL), sendo que o do Poder Executivo é de 46,55% da RCL, o do Tribunal de Justiça 5,59%, o do Tribunal de Justiça Militar 0,11%, o da Assembleia Legislativa 1,73%, o do Tribunal de Contas 1,12% e o do Ministério Público 1,90%.

Ao final de 2022, o Poder Executivo gastou em pessoal 47,88% da RCL, o Tribunal de Justiça 4,70%, o Tribunal de Justiça Militar 0,06%, a Assembleia Legislativa 0,90%, o Tribunal de Contas 0,88% e o Ministério Público 1,76%. A despesa total consolidada com pessoal foi de 56,18% da RCL, abaixo do limite prudencial de 57,0% da RCL.

A Tabela 16 mostra especificamente que, ao final de 2022, o gasto total com pessoal do Poder Executivo foi de R\$ 24,174 bilhões, a RCL de R\$ 50,492 bilhões, assim, perfazendo 47,88% da RCL, acima do limite prudencial de 46,55%.

Tabela 16 – Demonstrativo da despesa total com pessoal do Poder Executivo do RS —
2022

(R\$ milhões)

Especificação	Despesas Liquidadas
Despesa Bruta com Pessoal	33.068
Pessoal ativo	13.122
Pessoal inativo e pensionista	19.741
Contratos de terceirização	203
Restos a Pagar não processados	3
Despesas não computadas	8.894
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	44
Decorrentes de decisão Judicial	1.022
Despesas de exercícios anteriores	454
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	7.374
Despesa Total com Pessoal	24.174
Receita Corrente Líquida	50.492
Despesa Total com Pessoal/Receita Corrente Líquida (%)	47,88
Limite máximo (%)	49,00
Limite prudencial (%)	46,55

Fonte: Balanço Geral do Estado(CAGE-RS).

O grupo Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública e os repasses vinculados para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A Tabela 17 mostra a evolução das Outras Despesas Correntes de 2013 a 2022, sem as transferências intraorçamentárias, discriminada por elemento da despesa. Em 2013, gastava-se 28,0% da RCL com o grupo Outras Despesas Correntes e, em 2022, a proporção se elevou para 30,7% da RCL, o maior volume de recursos aplicados de toda a série apresentada.

No período considerado, as despesas cresceram 111,0% em valores nominais (de R\$ 7,376 bilhões para R\$ 15,564 bilhões). Os quatro principais gastos são: outros serviços de terceiros, as despesas de exercício anteriores, as contribuições e os repasses vinculados dos SUS.

Tabela 17 – Outras Despesas Correntes no RS, por elemento da despesa nominal empenhada — 2013-2022

Elementos da Despesa	(R\$ milhões)									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Outros serviços de terceiros	2.805	3.083	2.958	3.384	3.817	4.123	3.893	4.035	4.627	5.011
Despesas exercícios anteriores	601	679	976	1.072	1.031	1.058	1.173	1.384	1.537	1.711
Contribuições	738	949	874	943	1.057	1.050	1.239	1.183	1.464	1.621
Repasses vinculados do SUS	661	772	757	794	770	806	919	1.090	1.382	1.155
Demais "Outras Despesas Correntes"	511	543	368	399	499	519	432	680	696	969
Material de consumo	449	450	415	469	483	559	610	697	669	934
Indenizações e restituições	226	476	872	1.164	930	802	826	593	748	932
Sentenças judiciais	201	132	245	235	270	355	528	684	579	767
Obrigações tributárias e contribuições	290	319	381	397	403	438	482	534	552	581
Locação de mão de obra	267	322	356	380	404	413	433	440	486	504
Auxílio-Alimentação	253	281	297	328	367	360	356	394	436	505
Outros auxílios às pessoas físicas	27	63	44	10	6	8	7	9	106	492
Outros serviços terceiros - física	347	339	346	353	370	373	382	327	342	383
Total das Outras Despesas Correntes	7.376	8.408	8.889	9.927	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564
Receita Corrente Líquida (RCL)	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634
% Outras Despesas Correntes/RCL	28,0	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,6	25,3	30,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Valores nominais.

Os grupos Investimentos Amplos

A Tabela 18 demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras), por elemento da

despesa, de 2013 a 2022. Em 2013, aplicou-se 5,4% da Receita Corrente Líquida. Em 2022, a proporção subiu para 7,4% da RCL, o maior da série apresentada.

Tabela 18 – Valores empenhados em investimentos amplos no RS — 2013-22

Elementos da Despesa	(R\$ milhões)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Obras e instalações	458	683	343	509	657	1.013	513	367	960	1.389	
Equipamento e material	491	400	212	198	223	422	207	357	609	1.119	
Auxílios financeiros	273	272	41	91	87	49	31	39	606	730	
Outros investimentos e inversões financeiras	99	171	60	29	26	111	97	81	106	309	
Constituição de capital	20	160	38	236	56	94	51	80	80	176	
Despesas exercícios anteriores	88	89	115	34	57	63	29	46	32	36	
Total	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	
Receita Corrente Líquida (RCL)	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	
% Investimentos/RCL	5,4	6,2	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3	2,3	4,4	7,4	
% Outras Despesas Correntes/RCL	28,0	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,6	25,3	30,7	

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 2021, houve a contabilização extraordinária de R\$ 512 milhões em inversões financeiras (Outras Despesas com Investimentos), em valores nominais, referente à dação em pagamento de imóveis pela venda da CEEE-D. Esse valor foi excluído da tabela. Houve, ainda, a contabilização extraordinária escritural de R\$ 2,603 bilhões, em inversões financeiras (constituição de capital), em valores nominais, referente à capitalização da CEEE-D. Esse valor também foi excluído da tabela.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O Gráfico 10 mostra os investimentos de vários mandatários gaúchos. Os Governos de Triches, Guazelli e Amaral investiram, respectivamente, 29,7%, 29,1% e 27,6% da Receita Corrente Líquida. Já os governos mais recentes de Tarso Genro, Ivo Sartori e Eduardo Leite, investiram, em média, respectivamente, 5,5%, 3,5% e 4,3% da RCL.

Gráfico 10 – Percentual de investimento, por governo, sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) — 1971-2022



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).
Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

No tocante aos investimentos sobre o PIB do Rio Grande do Sul (Gráfico 11), os Governos Triches, Guazelli e Amaral investiram, respectivamente, 1,9%, 1,6% e 1,4% do PIB. Já os governos mais recentes de Tarso Genro, Ivo Sartori e

Eduardo Leite, investiram, em média, respectivamente, 0,4%, 0,3% e 0,4% do PIB gaúcho. A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 1990, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado.

Gráfico 11 – Percentual de investimento, por governo, sobre o Produto Interno Bruto (PIB) — 1971-2022



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).
Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

No Governo Leite, o Programa Avançar representou um salto na aplicação de recursos próprios, direcionados aos projetos sociais e à infraestrutura. Em 2021 e 2022, foram liquidados R\$ 1,1 bilhão e R\$ 3,4 bilhões, respectivamente, divididos entre os 19 eixos do programa, destacando-se os setores de Logística e Transporte, de Educação, de Justiça e de Saúde. Em

2023, em continuação ao programa estão sendo aplicados mais R\$ 1,8 bilhão, totalizando R\$ 6,3 bilhões.

Os grupos Serviço da Dívida

Em 31 de dezembro de 2022, o Estado do Rio Grande do Sul contabilizou uma dívida total (dívida consolidada interna e externa) de R\$ 93,6 bilhões. A Tabela 19 mostra os valores empenhados no Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização da dívida) de 2013 a 2022. Em 2013, foram comprometidos 11,0% da RCL. Em 2022, a participação caiu para 1,7% da RCL.

Tabela 19 – Valores empenhados com serviço da dívida/RCL — 2013-22

Especificação	(R\$ milhões)									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Serviço da Dívida	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857
Receita Corrente Líquida	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634
% Serviço da Dívida/RCL	11,0	11,4	12,4	5,0	6,4	10,5	10,9	10,3	8,1	1,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

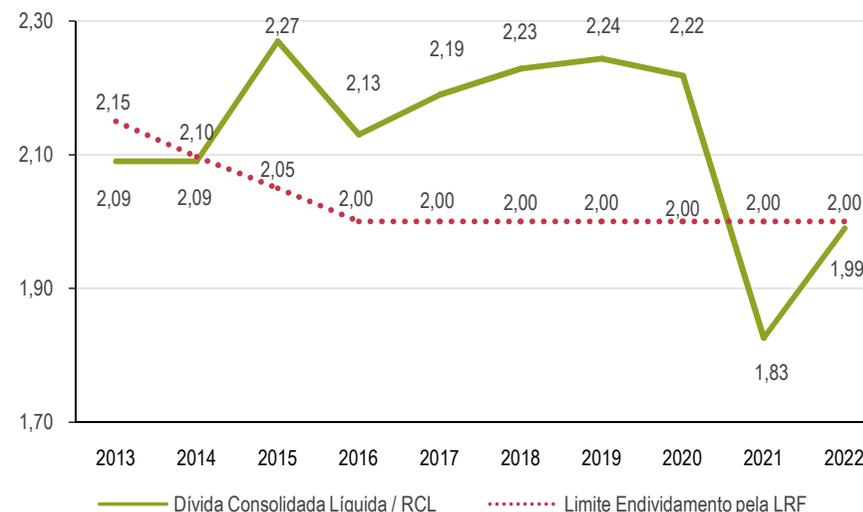
Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A queda brusca do percentual empenhado de serviço da dívida em relação à RCL, que se verificou em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União entre abril e junho de 2016 e à suspensão do pagamento entre julho e dezembro de 2016. A partir de julho de 2017, o Estado não pagou as parcelas mensais de sua dívida com a União, tendo em vista liminar concedida pelo STF, contudo, contabilizou normalmente o empenho e a liquidação. Em 2022, o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, sendo que, nesse ano, não teve encargos da dívida.

A dívida com a União representa importante encargo para as finanças estaduais. Em título especial adiante, tratar-se-á de maneira individualizada a dívida contratualizada do Estado com a União.

O Gráfico 12 mostra a Dívida Consolidada Líquida de 2013 a 2022, em relação à RCL. Em 2013, a dívida comprometia 2,09 vezes a RCL e, ao final de 2022, a relação DCL/RCL foi reduzida para 1,99 vez, cumprindo a LC 101/2000.

Gráfico 12 – Comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à RCL— 2013-22



Fonte: Relatório Gestão Fiscal (Sefaz-RS).

A evolução do gasto com educação

A Tabela 20 mostra os valores aplicados em educação entre 2013 e 2022 em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Em 2022,

foram aplicados 27,9% da RLIT em Educação. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT. A Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 20 – Percentuais liquidados em educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) — 2013-22

	(R\$ milhões)										
Aplicação em educação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Recursos aplicados em Educação	7.115	8.116	8.843	8.542	8.919	9.169	9.535	9.952	11.614	12.031	
RLIT	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	
% Recursos aplicados em educação / RLIT	31,2	32,8	33,7	29,3	28,9	27,3	27,3	28,1	25,8	27,9	

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).
Nota: Valores nominais.

A evolução do gasto com saúde

A Tabela 21 mostra os valores aplicados em saúde de 2013 a 2022 em relação à RLIT. Em 2022, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT. A Constituição Estadual, 10,0% da Receita Tributária Líquida (RTL).

Tabela 21 – Percentuais liquidados em saúde, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) — 2013-22

	(R\$ milhões)										
Aplicação em saúde	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Total aplicado em saúde	2.844	3.161	3.219	3.559	3.787	4.090	4.242	4.299	5.494	5.246	
RLIT	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	
% Total aplicado em saúde / RLIT	12,5	12,8	12,2	12,1	12,2	12,2	12,2	12,1	12,2	12,2	

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).
Nota: Valores nominais.

A evolução do gasto com a segurança pública

A Tabela 22 mostra os gastos com segurança pública em relação à RLIT entre 2013 e 2022. Em 2022, foram aplicados 15,7% da RLIT. Nos últimos anos, houve forte crescimento dos gastos com a segurança pública, por conta de aumentos salariais, promoções, novas contratações, modernização da frota e compra de equipamentos.

Tabela 22 – Percentuais liquidados em segurança, em relação à RLIT — 2013-22

	(R\$ milhões)										
Aplicação em segurança	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Recursos aplicados em segurança	2.527	3.018	3.048	3.304	3.762	4.442	4.914	5.439	5.699	6.754	
RLIT	22.820	24.754	26.257	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	
% Recursos aplicados em segurança / RLIT	11,1	12,2	11,6	11,3	12,2	13,2	14,1	15,4	12,6	15,7	

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os valores referem-se tão somente aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança, não constando inativos e pensionistas.

2: Valores nominais.

O Fundo da Educação Básica (Fundeb)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação é um fundo de natureza contábil, instituído originariamente pela EC n.º 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela MP n.º 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos n.º 6.253, de 13 de novembro de 2007 e n.º 6.278, de 29 de novembro de 2007. Ele substituiu o Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou entre 1998 e 2006.

O Fundeb foi inicialmente implantado em 1.º de janeiro de 2007, alcançando sua plenitude no ano de 2009, ao cobrir todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial. A EC n.º 53 estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para a vigência do fundo — prazo este que expirou, portanto, em 31 de dezembro de 2020. A partir de 01 de janeiro de 2021, o Fundo foi reinstituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública pela EC n.º 108, promulgada em 27 de agosto de 2020, regulamentada pela Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e esta pelo Decreto n.º 10.656, de 22 de março de 2021.

O Fundeb promove, de um lado, a constituição de 27 fundos (26 estados e Distrito Federal) e, de outro lado, a distribuição de seus recursos, que é realizada com base no número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica, informado no Censo Escolar do ano anterior. São computados os alunos nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211 da CF). Com as novas regras, está prevista a revisão dos critérios de distribuição dos recursos a cada 10 anos, devendo a primeira ocorrer no sexto ano de vigência do novo Fundeb, isto é, em 2026.

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos estados e dos municípios e por complementações da União, que visam reduzir as disparidades de financiamento entre os diversos Estados, garantindo um valor anual mínimo por aluno a ser investido na Educação Básica (VAAF-MIN) nos estados, um valor anual total mínimo por aluno a ser investido na Educação

Básica (VAAT-MIN) nos municípios, estados e Distrito Federal, e um valor baseado na melhora dos índices de ensino (VAAR).

Os estados participam com 20% das seguintes fontes de receitas: do ICMS líquido, do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) líquido, do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD), do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da cota-parte do Imposto sobre o IPI-Exportação, da cota-parte da desoneração das exportações e das receitas da dívida ativa (juros e multas sobre as fontes acima relacionadas).

Os municípios contribuem também com 20% da seguinte composição de fontes de receitas: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cota-parte do ICMS, cota-parte do IPI-Exportação, cota-parte das desonerações das exportações (Lei Kandir), cota-parte do IPVA, Imposto Territorial Rural (ITR) e receitas da dívida ativa e dos juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas (Lei 14.113/2020).

Com a nova regra, no mínimo, 65% da cota-parte do ICMS aos municípios será alocada com base nas atividades econômicas relativas à sua área territorial, e de 25% a 35% serão repassados de acordo com lei estadual, tendo como base "indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos" (inciso II do art. 1.º da EC n.º 108/2020).

Quanto às complementações da União, conforme a EC 108/2020, elas ocorrerão sempre que o valor anual por aluno (VAAF) e o valor anual total por aluno (VAAT) não alcançarem o mínimo definido nacionalmente, e conforme as

melhorias identificadas na Educação Básica (VAAR). Não há um valor fixo para as complementações, pois depende se o município alcançar os valores mínimos (VAAF-MIN e VAAT-MIN) e VAAR. Até o final de 2020, o percentual de complementação da União, consubstanciado apenas no VAFF, alcançava o patamar máximo de 10% do total da contribuição de estados, DF e municípios ao Fundo.

Com o novo Fundeb, o percentual de participação da União no financiamento da Educação Básica eleva-se de 10% para 23% do total dos recursos dos fundos, com previsão de aumentos graduais durante seis anos.

Em 2021, o percentual mínimo de participação da União no Fundeb passou de 10% para 12%. Em 2022, para 15%. Em 2023, para 17%. Em 2024, 19%. Em 2025, 21% e, em 2026, 23%. Iniciando em 2026, a complementação federal total será distribuída da seguinte forma: (i) 10% de acordo com o VAAF; (ii) 10,5% de acordo com o VAAT; e (iii) 2,5% de acordo com os resultados educacionais (gestão educacional, indicadores de atendimento escolar e de aprendizagem).

Em 2023, a estimativa de receita total do Fundeb é de R\$ 263,0 bilhões. Desse total, R\$ 224,9 bilhões são provenientes dos tesouros dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A União aportará R\$ 22,5 bilhões referente à complementação do Valor Aluno-Ano do Fundeb (VAAF), R\$ 14,0 bilhões como complementação ao Valor-Aluno Ano Total (VAAT) e R\$ 1,6 bilhão complementação ao VAAR da União ao Fundeb. A complementação beneficiará 11 estados e os seus municípios: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Os recursos do Fundeb destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme dados apurados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A aplicação desses recursos pelos gestores estaduais e municipais deve obedecer à destinação constitucional (parágrafos 2.º e 3.º, do art. 211 da Constituição Federal), com os estados atendendo preferencialmente os ensinos fundamental e médio, e os municípios, os ensinos infantil e fundamental. A distribuição dos recursos entre os estados e seus municípios é em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino.

Na nova legislação do Fundeb, também estão previstos como indicadores para a distribuição dos recursos do Fundo, o nível socioeconômico dos educandos, os indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação de cada ente federado e os indicadores de utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado. Na distribuição dos recursos, também deve ser considerada a aplicação mínima de 70% dos recursos totais na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica pública, e os restantes 30%

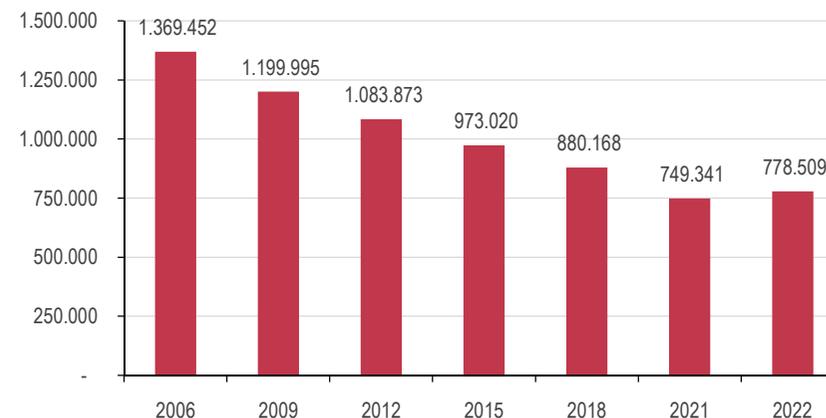
poderão ser aplicados em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

As "perdas" do Estado do RS com o Fundeb

Durante todo o período de vigência do Fundeb, o Estado contribuiu com mais recursos do que obteve de retorno. Dadas as regras de funcionamento, os montantes aportados são superiores aos retornados. Assim, o Estado computa "perdas" ao longo de todos os anos, que decorrem de dois fatores principais: (i) os aumentos reais nas receitas vinculadas aos aportes para o fundo; e (ii) o flagrante decréscimo no número de matrículas na rede de ensino estadual, resultado do fenômeno da transição demográfica registrada no RS.

O Gráfico 13 exibe a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais gaúchas de 2006 a 2022. Em 2006, eram 1.369 mil alunos; em 2022, o número caiu drasticamente para 779 mil alunos. Ao longo de somente 17 anos, a rede pública estadual teve um decréscimo de 591 mil alunos (-43,2%).

Gráfico 13 – Número de alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do RS — 2006-22



Fonte: Censo Escolar (Seduc-RS).

Nota: Em 2022, o dado foi coletado diretamente na Secretaria Estadual de Educação.

A Tabela 23 demonstra as "perdas" financeiras do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundeb de 2013 a 2022. Neste último exercício, aportou-se ao Fundo a quantia de R\$ 7,951 bilhões. Contudo, o retorno foi de R\$ 5,461 bilhões, resultando em um saldo negativo de R\$ 2,490 bilhões, equivalente a 4,9% da RCL, o terceiro maior patamar de perda anual de toda a série histórica.

Caso o valor da "perda" (R\$ 2,5 bilhões) fosse revertido para o caixa do Estado, seria suficiente para, por exemplo, pagar um mês de salário a todos os servidores estaduais (ativos e inativos). No período entre 2013 e 2022 (10 anos), o Estado arcou com "perdas" para o Fundeb no montante de R\$ 16,3 bilhões, correspondendo a 4,1%, em média, da RCL.

Tabela 23 – "Perdas" do Estado com o Fundeb —2013-22

Especificação	(R\$ milhões)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Transferência do Fundeb	3.436	3.712	3.866	4.158	4.170	4.483	4.411	4.350	5.571	5.461	43.618
Deduções para o Fundeb	4.288	4.612	4.923	5.355	5.590	6.184	6.311	6.364	8.357	7.951	59.935
Perdas com o Fundeb	852	900	1.057	1.197	1.420	1.701	1.900	2.014	2.786	2.490	16.317
% Perdas Fundeb/RCL	3,2	3,1	3,5	3,5	4,1	4,5	5,0	4,8	5,2	4,9	4,1

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Valores nominais.

A dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União

O Programa de Apoio à Reestruturação da Dívida do Estado e ao Ajuste Fiscal — Lei n.º 9.496/1997 e normas posteriores

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20 de setembro de 1996, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul concordou em refinanciar junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase a totalidade da dívida contratual existente na época. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Estadual n.º 10.920, de 03 de janeiro de 1997, e da Resolução do Senado Federal n.º 104, de 19 de dezembro de 1996. O acordo foi assinado por meio do Contrato n.º 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

As principais cláusulas contratuais originárias foram: (i) atualização monetária pela variação do IGP-DI; (ii) taxa de juros de 6% ao ano, sendo os juros

calculados e debitados mensalmente; (iii) sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) receitas próprias e as transferências constitucionais como garantia; (v) prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) o saldo devedor, caso houvesse, seria prorrogado por mais 10 anos. A Tabela 24 mostra o valor do saldo devedor do refinanciamento da dívida do Estado do RS junto à União.

Tabela 24 – Saldo devedor do refinanciamento da dívida com a União — 31 dez./1999 (R\$ milhões)

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Resíduo	Fundação Banrisul contrapartida PROES	FINAME	BNDES	Total
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

A partir de 2000, entrou em vigor o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual (amortização mais juros), no patamar de até 13% da Receita Líquida Real. Quando o serviço da dívida ultrapassasse esse limite, a diferença — chamada de resíduo — deveria ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato original, ou seja, em 120 prestações mensais, com prazo de 10 anos, a partir de abril de 2028 até março de 2038.

O acúmulo de saldo devedor decorria de dois fatores: (i) o pagamento da prestação mensal era inferior à prestação devida, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; e (ii) a atualização do estoque pelo IGP-DI mais 6% ao ano.

Tendo em vista os índices negociados e os demais termos contratuais que foram estabelecidos com a União, a dívida cresceu de forma exponencial. Dessa forma, os Estados endividados, que assinaram acordos com a União no âmbito do programa acima referido, pleiteavam mudança de cláusulas contratuais,

tais como a utilização de um novo indexador e a redução da taxa de juros. O argumento era simples: a dívida, ao final do contrato, tornar-se-ia impagável.

Em novembro de 2014, a União sancionou a Lei Complementar n.º 148, que fez valer o IPCA mais 4% ao ano ou a taxa Selic, o que for menor, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. Através do Decreto n.º 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e da Lei Complementar n.º 156, de 28 de dezembro de 2016, a matéria foi regulamentada e está em plena vigência. Tanto o Decreto como a Lei Complementar prevêm a aplicação mensal do coeficiente de atualização monetária sobre a prestação devida, sendo apurado e divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As prestações estão sendo calculadas mensalmente com base na Tabela Price, sendo que não há mais o limitador de 13% da Receita Líquida Real sobre as prestações nem a geração de resíduo. Em relação à amplitude contratual da dívida dos estados com a União, a Lei Complementar n.º 156 alongou os prazos por mais 20 anos, até abril de 2048.

A Tabela 25 apresenta toda a evolução do estoque da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União a partir de 1998 até 2022, e o que representa em relação ao PIB do Estado. Em 2022, a dívida totalizou R\$ 82,5 bilhões, representando 13,9% do PIB estadual.

Tabela 25 – Demonstrativo do estoque total da dívida do Estado contratada junto à União — 1998-2022

(R\$ milhões)

Ano	Total do estoque da dívida com a União (A)	PIB (R\$) (B)	% (A / B)
1998	9.566	67.673	14,1
1999	11.781	74.016	15,9
2000	13.417	81.815	16,4
2001	15.210	92.310	16,5
2002	19.102	105.487	18,1
2003	21.210	124.551	17,0
2004	24.159	137.831	17,5
2005	25.793	144.218	17,9
2006	27.676	156.827	17,6
2007	30.041	176.615	17,0
2008	33.903	199.494	17,0
2009	33.760	215.864	15,6
2010	37.040	241.256	15,4
2011	39.423	264.969	14,9
2012	42.619	287.056	14,8
2013	45.231	332.293	13,6
2014	47.181	357.816	13,2
2015	51.617	381.985	13,5
2016	57.421	408.645	14,1
2017	58.572	423.270	13,8
2018	63.006	457.294	13,8
2019	66.915	482.464	13,9
2020	69.064	470.942	14,7
2021	73.723	584.602	12,6
2022	82.467	594.968	13,9

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Departamento de Economia e Estatística (SPGG-RS).

Nota: Os PIBs do Estado do RS dos anos de 2021 e 2022 são preliminares.

A adesão do Estado do RS ao Regime de Recuperação Fiscal

No acordo firmado através da Lei Complementar n.º 156, de 28 de dezembro de 2016, foi concedida a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 a junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção de 5,55% ao mês, de forma cumulativa e crescente até chegar a 100%. Contudo, entre julho de 2017 e dezembro de 2021, amparado por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Sul deixou de pagar as parcelas mensais devidas, provocando a discussão sobre um possível programa federal visando ao reequilíbrio das contas estaduais.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar n.º 159, de 19 de maio de 2017, e modificado pela Lei Complementar n.º 178, de 13 de janeiro de 2021, visa fornecer os instrumentos para o ajuste de suas contas aos estados em situação de desequilíbrio financeiro.

A LC n.º 159 estabeleceu três indicadores para determinar a situação de desequilíbrio financeiro de um estado: (i) Receita Corrente Líquida anual menor do que a Dívida Consolidada ao final do último exercício; (ii) despesas correntes superiores a 95% da RCL ou despesas com pessoal superiores a 60% da RCL; e (iii) valor total de obrigações superior ao valor das disponibilidades e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação. Assim, só poderá aderir ao RRF o estado que cumprir as três exigências conjuntamente.

Em 2020, a Lei Complementar n.º 173, de 29 de maio de 2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao SARS-Cov-2. Entre as medidas,

destacam-se: (i) suspensão de pagamentos, entre março a dezembro de 2020, das dívidas dos estados, Distrito Federal e municípios contratadas com a União; (ii) afastamento de disposições, limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais durante o estado de calamidade pública para o enfrentamento da covid-19; (iii) suspensão de pagamentos de estados, Distrito Federal e municípios, de empréstimos internos e externos com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito devidos em 2020; e (iv) a entrega, pela União, de auxílio financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, em quatro parcelas mensais e iguais, no valor de R\$ 60 bilhões, para aplicação em ações de enfrentamento à covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

A mesma LC n.º 159 estabelece como prazo de vigência do Regime de Recuperação Fiscal até nove exercícios financeiros e autoriza a União a celebrar com o Estado, cujo pedido de adesão ao RRF tenha sido aprovado, nos termos do art. 4º, o contrato de refinanciamento dos valores não pagos em decorrência da aplicação do art. 9º e do disposto na alínea “a” do inciso II do art. 4º-A. O pagamento será em parcelas mensais e sucessivas, apuradas pela tabela Price, com prazo de 360 meses.

Em geral, o estado que aderir ao RRF tem asseguradas as seguintes prerrogativas: (i) suspensão total de dívidas pelo prazo de até 12 meses; (ii) suspensão dos limites de despesa com pessoal e de dívida consolidada, prevista na LRF; (iii) desobrigação de comprovação prevista na LRF, para fins de recebimento de transferências voluntárias; (iv) dispensa de todos os requisitos legais exigidos para a contratação de operação de crédito com garantia da União; e (v) dispensa de verificação dos requisitos exigidos pela LRF para a realização de

operações de crédito e para a assinatura de termos aditivos aos contratos de refinanciamento.

Caso o estado, ao final do exercício financeiro anterior ao pedido de adesão, possua RCL menor que a Dívida Consolidada Líquida, serão concedidas as seguintes vantagens: redução extraordinária das prestações relativas a contratos de dívidas administrados pelo Tesouro Nacional contratados em data anterior ao protocolo do pedido de adesão ao RRF; e pagamento, pela União, em nome do estado, por até 12 meses, das prestações relativas às operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União.

A suspensão do pagamento das dívidas com a União será: (i) integral, durante o primeiro exercício de vigência do RRF; e (ii) decrescente à razão de 11,111 pontos percentuais anuais, a partir do segundo ano, até que, ao final do nono ano de Regime, as prestações voltem a ser pagas integralmente. Todos os valores não pagos por conta da liminar serão refinanciados por um novo contrato com as mesmas condições da Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, em um prazo de 30 anos, sendo atualizado pelo IPCA mais juros de 4% ao ano ou o percentual da taxa Selic, o que for menor. Os pagamentos iniciam-se após a formalização do acordo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Em contrapartida, o Estado deverá cumprir uma série de exigências e vedações previstas na LC n.º 159. As vedações impostas estão elencadas no art. 8º, destacando-se as principais: (i) não concessão de reajustes a servidores e empregados públicos e militares além da revisão anual assegurada pela CF, com exceção dos provenientes de sentença judicial; (ii) criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; alteração de estrutura de carreira que

implique aumento de despesa; (iii) admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; (iv) realização de concurso público; (v) criação de despesa obrigatória de caráter continuado; (vi) adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória; (vii) concessão, prorrogação, renovação ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita; e (viii) alteração de alíquotas ou bases de cálculo de tributos que implique redução da arrecadação.

O objetivo principal do Regime de Recuperação Fiscal é assegurar que, ao longo da vigência do programa, o Estado alcance *superávits* primários superiores ao serviço de sua dívida e, portanto, atingir um nível sustentável da dívida pública no longo prazo.

Por fim, ressalta-se que o Estado do Rio Grande do Sul formalizou oficialmente o pedido de adesão ao RRF no dia 23 de dezembro de 2021. O Parecer n.º 66/2022, de 18 de janeiro de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que o Estado se encontrava habilitado a aderir ao RRF, por cumprir os três requisitos do artigo 3.º da LC n.º 159/2017. Após despacho favorável do Ministro de Estado da Economia, no dia 24 de maio de 2022, o Plano de Recuperação Fiscal foi homologado pelo Presidente da República, em 20 de junho de 2022, e terá vigência de 1.º de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2030.

O sistema previdenciário do Estado do RS

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS)

O sistema previdenciário brasileiro é composto por três regimes:

- O **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)** — art. 201 da Constituição Federal —, gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pela repartição simples, que engloba os trabalhadores da iniciativa privada e servidores não filiados a regimes próprios;
- Os **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs)** — art. 40 da Constituição Federal —, específicos para servidores públicos concursados, titulares de cargo efetivo, geridos pelos entes federados (União, estados e municípios); e
- Os **Regimes de Previdência Complementar (RPCs)** — art. 202 da Constituição Federal —, também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo (podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados, voltados a participantes de um determinado grupo) e destinados a suprir a necessidade de renda adicional na aposentadoria.

A Constituição Federal de 1988¹⁰ lançou as bases da reforma da previdência do serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

O parágrafo 20 do referido artigo veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais.

A Lei Federal n.º 9.717/98 definiu as regras gerais para a organização e funcionamento do RPPS, dentre as quais se destaca o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano específico de contas e na existência de fundo distinto da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar a suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como o impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

¹⁰ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 de junho de 2023.

Ao longo dos anos, as alíquotas previdenciárias do RPPS/RS sofreram alterações diversas vezes. Com a finalidade de se adequar aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a LC n.º 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a alíquota de contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários de contribuição, igualmente para os inativos e pensionistas, porém somente sobre o excedente em relação ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

No tocante à parcela patronal, o artigo 2.º da referida lei complementar fixou a transferência do Estado na proporção do dobro da contribuição de seus servidores, ou seja, 22%. Também autorizou, em seu artigo 3.º, o repasse, pelo caixa do Tesouro, de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes, conhecido como déficit previdenciário.

Após várias discussões judiciais, a partir de abril de 2013 a alíquota das contribuições foi majorada para 13,25%, tanto para servidores civis como para militares, através da Lei n.º 14.015 e da n.º 14.016, de 21 de junho de 2012. Por meio das Leis n.º 14.967 e n.º 14.968, de 29 de dezembro de 2016, a alíquota de contribuição previdenciária teve nova elevação, passando para 14,0% para todo o funcionalismo, com entrada em vigor a partir de abril de 2017.

Com a aprovação da LC n.º 15.429, de 22 de dezembro de 2019 (Reforma Previdenciária), as contribuições dos servidores ativos civis passaram a ter alíquotas progressivas entre 7,5% e 22%, conforme tabela de rendimentos, a contar de abril de 2020. Para os aposentados e pensionistas, as alíquotas de contribuição são as mesmas dos servidores ativos civis, e passam a ser recolhidas

no que exceder a um salário-mínimo nacional. Posteriormente, com a LC n.º 15.602, de 16 de março de 2021, a partir de julho de 2021, as alíquotas dos servidores ativos, inativos e pensionistas militares passaram a ser idênticas às aplicadas aos civis.

Na Lei Orçamentária de 2019, pela primeira vez, todos os poderes e órgãos autônomos do Estado elaboraram orçamento de acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 15.143, de 05 de abril de 2018, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, em Unidade Previdenciária Descentralizada (UPD), integrante do Regime Próprio de Previdência do Estado e discriminando os valores das contribuições patronais e de eventuais insuficiências.

Nos orçamentos anuais, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira, decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de benefícios aos inativos e pensionistas, lançadas também como receitas no orçamento do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE-Prev). Essa sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS torna transparente a chamada “dupla contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

Os sistemas de repartição simples e de capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul é organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização. A aprovação das Leis Complementares n.º 13.757 e n.º 13.758, ambas de 15 de julho de 2011, permitiu a segregação de massas de segurados, com a instituição dos Fundos Previdenciários Civil e Militar: FUNDOPREV Civil e FUNDOPREV Militar. Dessa forma, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 18 de julho de 2011 (data de entrada em vigor das respectivas leis) ficaram vinculados aos FUNDOPREVs civil e militar.

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões do regime simples. O Estado contribui com a parte patronal, na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. No sistema de capitalização, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são acumulados para pagamento dos futuros benefícios. A contribuição patronal para os fundos previdenciários é paritária.

A Lei Complementar n.º 14.750, de 15 de outubro de 2015, criou o Regime de Previdência Complementar para os novos servidores civis. Para a implantação e estruturação desse regime complementar, foi criada a entidade fechada denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do RS (RS-Prev). O RPC permite também a adesão dos antigos servidores, nos termos da Lei.

A regra do Regime de Previdência Complementar é prevista para os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, data de sua homologação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O servidor contribuirá com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). De outro lado, o Estado deve arcar com o mesmo percentual de aporte. Uma vez aposentado, o servidor receberá do Estado um benefício que estará limitado ao teto do RGPS, conforme a média de suas remunerações. Para ter um benefício maior do que o teto do RGPS, o servidor poderá aderir à Previdência Complementar, contribuindo sobre o que exceder ao referido teto do RGPS. Nesse caso, o Estado contribuirá com o mesmo valor pago pelo servidor, limitado a 7,5% da base de contribuição.

Contudo, a adesão ao plano de previdência complementar é opcional. O servidor poderá buscar outra previdência privada em instituições financeiras de mercado caso preferir não aderir à Previdência Complementar patrocinada pelo Estado. Porém, receberá do Estado, através do IPERGS, apenas até o limite máximo do RGPS e não contará com a contribuição do Estado em outro plano de previdência complementar.

Para o RS-Prev, foi criado um comitê gestor para cada plano de benefícios complementares e um comitê de investimentos. O Comitê Gestor é o órgão responsável pela definição da estratégia das aplicações financeiras e acompanhamento do respectivo plano de benefícios previdenciários do RS-Prev. O Comitê de Investimentos é o órgão responsável por assessorar a Diretoria Executiva do RS-Prev na gestão econômico-financeira dos recursos administrados.

Por meio da Lei Complementar n.º 15.511, de 24 de agosto de 2020, foi alterada a data de corte da segregação de massas dos segurados civis, conforme previsto originalmente na LC n.º 13.758/2011, resultando na transferência de cerca de 17 mil vínculos de servidores civis do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro. A data de corte foi alinhada com a data de publicação do ato de instituição do RPC (19 de agosto de 2016).

A referida norma também autorizou a utilização de parte dos recursos recolhidos ao FUNDOPREV Civil correspondente às contribuições previdenciárias dos servidores, à contrapartida patronal paritária e aos rendimentos das aplicações financeiras referentes ao grupo de servidores transferidos para o Fundo Financeiro Civil, como aporte para o pagamento de benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão. Criou também um benefício especial, de caráter estatutário e compensatório, aos servidores e membros dos Poderes, como forma de incentivo à migração ao RPC/RS, proporcional ao tempo que o servidor ficou vinculado ao RPPS antes da migração ao Regime de Previdência Complementar, a ser pago pelo Estado do Rio Grande do Sul na forma de regulamento. É importante referir que, até o momento, a transferência de recursos do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro não foi efetivada.

O déficit previdenciário do Sistema de Repartição Simples

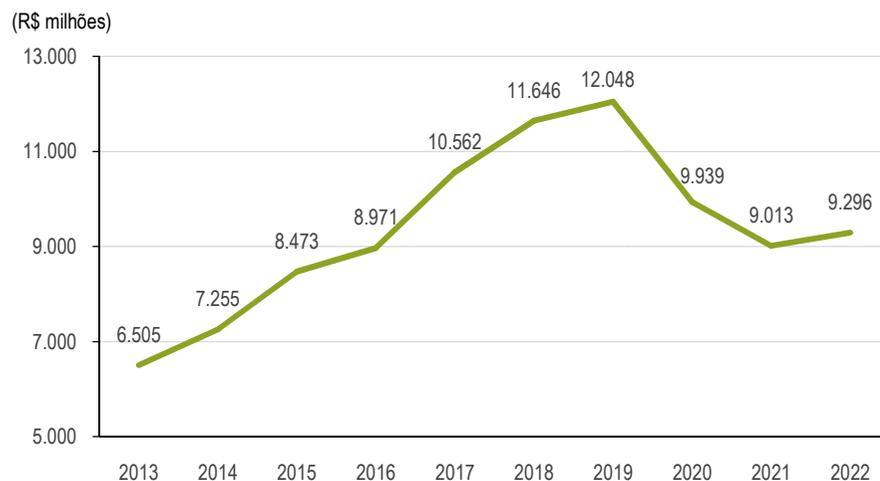
No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores ativos são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões do regime simples, sendo que o Estado contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. Todavia, as contribuições (pessoal e patronal) são insuficientes para cobrir com todos os

benefícios previdenciários, o que resulta no chamado "déficit previdenciário financeiro". Dessa forma, é necessária uma complementação financeira, realizada pelo caixa do Tesouro Estadual.

Ao final de 2022, do total de 363.326 matrículas, 222.032 matrículas (61,1%) eram de inativos, pensionistas e outros. Entre 31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 2022 (22 anos), em média, 2.335 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade. Ressalva-se que, no sistema de repartição simples, o ideal é ter uma proporção de 5 ativos contribuindo para cada inativo. Em 31 de dezembro de 2022, de cada 10 matrículas, 3,9 eram ativas, equação desigual.

O Gráfico 14 mostra a evolução do déficit previdenciário — plano financeiro — entre 2013 e 2022. Em 2013, o déficit contabilizado foi de R\$ 6,5 bilhões; em 2019, atingiu o pico de R\$ 12,0 bilhões. Com a entrada em vigor das novas regras, o déficit caiu para R\$ 9,9 bilhões em 2020; e para R\$ 9,0 bilhões em 2021. Já em 2022, o déficit foi de R\$ 9,3 bilhões. Nesse período de 10 anos, o rombo acumulado do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 93,7 bilhões, em valores nominais.

Gráfico 14 – Déficit previdenciário no plano financeiro do RS — 2013-22



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).
Nota: Valores nominais.

Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa ocorridas no final de 2019 e em 2020, constatam-se os seus impactos já no curto prazo, quando se verificou uma quebra da tendência de crescimento do *déficit* previdenciário. Contudo, no longo prazo, somar-se-ão ainda os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar.

Atualmente, o desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está, justamente, associado ao sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os gastos futuros com aposentadorias e pensões, através, por exemplo, da criação de um fundo previdenciário. Sem esse fundo garantidor, as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal não foram suficientes para pagar o seu custeio, acarretando *déficit* previdenciário bilionário.

Registra-se também que a Lei Complementar n.º 15.602, de 16 de março de 2021, alterou a previdência dos militares, ampliando a base de cálculo e as alíquotas previdenciárias progressivas para manter equivalência com as alíquotas do pessoal civil, aprovadas no final de 2019 pela Assembleia Legislativa do Estado. O Rio Grande do Sul não aderiu ao Sistema de Proteção dos Militares decorrente da EC n.º 103/2019 e da Lei Federal n.º 13.954, de 16 de setembro de 2019. A manutenção dos Planos Financeiro e Previdenciário dos Militares foi garantida em liminar do STF mediante Ação Cível Originária (ACO) n.º 3.350.

A Tabela 26, transcrita do Anexo I, da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLDO 2024), demonstra a projeção do *déficit* previdenciário do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul de 2023 a 2050. É importante mencionar que o *déficit* previdenciário projetado é decrescente ao longo de todo o período analisado.

Tabela 26 – Demonstrativo da projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (Plano Financeiro do Orçamento da Seguridade Social) — 2023-50

Anos	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	7.814.677.037	17.257.650.256	-9.442.973.219	-9.442.973.219
2024	7.392.959.140	16.762.171.079	-9.369.211.939	-18.812.185.158
2025	6.975.089.079	15.890.535.321	-8.915.446.241	-27.727.631.399
2026	6.571.325.706	15.075.471.731	-8.504.146.026	-36.231.777.425
2027	6.186.979.147	14.247.833.656	-8.060.854.510	-44.292.631.935
2028	5.813.868.453	13.460.573.631	-7.646.705.178	-51.939.337.113
2029	5.460.845.209	12.671.968.839	-7.211.123.629	-59.150.460.742
2030	5.118.641.592	11.973.789.157	-6.855.147.565	-66.005.608.307
2031	4.792.258.225	11.255.862.972	-6.463.604.747	-72.469.213.054
2032	4.479.223.904	10.595.362.706	-6.116.138.802	-78.585.351.856
2033	4.181.791.446	9.930.858.944	-5.749.067.499	-84.334.419.355
2034	3.897.405.949	9.305.187.018	-5.407.781.069	-89.742.200.423
2035	3.626.120.497	8.761.178.449	-5.135.057.952	-94.877.258.375
2036	3.369.051.008	8.188.360.226	-4.819.309.218	-99.696.567.593
2037	3.124.249.525	7.658.324.064	-4.534.074.539	-104.230.642.132
2038	2.892.696.662	7.142.152.576	-4.249.455.914	-108.480.098.046
2039	2.673.547.673	6.698.441.800	-4.024.894.126	-112.504.992.172
2040	2.466.223.241	6.234.861.504	-3.768.638.263	-116.273.630.435
2041	2.270.424.711	5.796.104.479	-3.525.679.768	-119.799.310.203
2042	2.082.725.404	5.461.477.545	-3.378.752.141	-123.178.062.344
2043	1.910.136.558	5.048.743.976	-3.138.607.418	-126.316.669.762
2044	1.748.467.336	4.662.210.949	-2.913.743.614	-129.230.413.375
2045	1.598.353.105	4.295.488.467	-2.697.135.362	-131.927.548.737
2046	1.458.594.910	3.950.842.925	-2.492.248.015	-134.419.796.752
2047	1.329.381.710	3.626.192.055	-2.296.810.345	-136.716.607.097
2048	1.210.242.702	3.318.701.094	-2.108.458.392	-138.825.065.489
2049	1.099.819.070	3.034.057.081	-1.934.238.010	-140.759.303.499
2050	998.445.648	2.766.002.095	-1.767.556.447	-142.526.859.946

Fonte: RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1.º, inciso II).

Nota: Projeção atuarial elaborada em dezembro de 2022, com dados de setembro 2022, cujo Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) foi enviado ao Ministério da Previdência Social (MPS) em 30 de março de 2023.

Uma série de fatores contribuiu para que o Estado do Rio Grande do Sul apresente, atualmente, um comprometimento com gastos previdenciários tão expressivos em relação à RCL, destacando-se: (i) elevada expectativa de vida da população gaúcha; (ii) perfil etário do funcionalismo ativo estadual, que reflete um perfil etário mais elevado do que a média da população gaúcha; (iii) constituição de uma máquina pública anterior à da maioria dos demais estados brasileiros; e (iv) as regras previdenciárias especiais voltadas, particularmente, às funções de segurança e educação que apresentam grande contingente de beneficiários.

Por outro lado, as reformas previdenciária e administrativa estão promovendo uma estabilidade do *déficit* previdenciário, destacando-se os seguintes fatores: (i) majoração das contribuições tanto pessoal como patronal; (ii) ampliação da base de incidência; (iii) adoção de alíquotas progressivas; e (iv) a mudança da idade de jubilação dos servidores civis, atualmente aos 62 anos para as mulheres e aos 65 anos para os homens, exceto os casos especiais, que se aposentam com 57 anos (mulheres) e 60 anos (homens).

As reformas estruturantes

Entre os anos de 2019 e 2021, o Estado implementou um conjunto extenso de reformas, com foco previdenciário e administrativo, aprovadas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS). No final do ano de 2019, foi lançado o programa denominado “Reforma RS”, com o objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas, enfrentando o crescimento da despesa com pessoal, modernizando a legislação sobre as carreiras dos servidores públicos e

recepcionando as novas regras previdenciárias dispostas na Emenda Constitucional Federal n.º 103/2019.

No âmbito do programa, a Lei Complementar n.º 15.429, de 22 de dezembro de 2019 adequou as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à Legislação Federal, revogando a LC n.º 13.758, de 15 de julho de 2011, introduzindo as novas alíquotas de contribuição e as novas regras para a aposentadoria.

A Emenda Constitucional Estadual n.º 78, de 02 de dezembro de 2020, introduziu as alterações nas carreiras dos servidores e atualizou as regras previdenciárias, como a vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão, remuneração do cargo efetivo ou proventos de inatividade. Houve, ainda, a extinção das vantagens por tempo de serviço atribuídas aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, em decorrência de avanços, anuênios, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 e de 25 anos. Ademais, a idade mínima de aposentadoria passou a ser de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens. Os professores, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério, estabelecidos em lei complementar, terão idade mínima para aposentadoria reduzida em cinco anos, em relação às idades dos demais servidores públicos.

A Lei Complementar n.º 15.450, de 17 de fevereiro de 2020, tratou sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado do RS. A Lei n.º 15.454, de 17 de fevereiro de 2020, fixou o subsídio mensal dos militares

estaduais, alterou a Lei Complementar n.º 10.990, de 01 de maio de 1997, que dispôs sobre o Estatuto dos Militares Estaduais e alterou a Lei Complementar n.º 10.992, de 18 de agosto de 1997, que versou sobre a carreira dos servidores militares do Estado.

A Lei Complementar n.º 15.451, de 17 de fevereiro de 2020, que alterou a Lei n.º 6.672, de 22 de abril de 1974, instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público. Entre as alterações, destaca-se que a remuneração de seus membros por meio de subsídio. A LC n.º 15.452, de 17 de fevereiro de 2020, fixou o subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias (IGP). A LC n.º 15.453, de 17 de fevereiro de 2020, dispôs sobre aposentadoria especial para os policiais civis e agentes penitenciários. A proposta, alinhada com a EC n.º 103/2019, alterou as idades mínimas e de tempo de contribuição a que se refere o inciso IV, do *caput* do art. 144 da CF.

Por meio da Lei Complementar n.º 15.602, de 16 de março de 2021, foram adotadas alíquotas progressivas para os militares, bem como se ajustou uma nova base de cálculo para os inativos e pensionistas. Dessa forma, a partir de julho de 2021, as alíquotas sobre as contribuições previdenciárias aplicadas aos militares passaram a ser as mesmas aplicadas aos servidores civis.

Outra reforma significativa é a Lei Complementar n.º 15.756, de 08 de dezembro de 2021 (Lei do Teto de Gastos), importante ato de política fiscal que prevê o crescimento anual das despesas primárias, conforme a variação acumulada do IPCA. O limite é individualizado para os poderes, órgãos autônomos e à administração direta, seus fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes. A base de referência é a despesa primária

empenhada no exercício de 2021, sem a inclusão das despesas intraorçamentárias.

Em 2021, foi retomado o processo de privatização. A venda da distribuidora da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-Distribuição) foi efetivada em leilão ocorrido em 31 de março de 2021, no valor de R\$ 100 mil. Cabe aqui destacar que a empresa vencedora assumiu um passivo em torno de R\$ 7,0 bilhões.

A CEEE-Transmissão foi arrematada por R\$ 2,67 bilhões, em 16 de julho de 2021. A Companhia de Gás do Estado do RS (Sulgás) foi vendida em 22 de outubro de 2021, pelo valor de R\$ 928 milhões. A privatização da CEEE-G deu-se em 29 de julho de 2022, por R\$ 928 milhões. Por fim, o leilão de privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), ocorreu em 20 de dezembro de 2022, com um lance único de R\$ 4,15 bilhões. Contudo, esta última se encontrava em situação judicializada. A receita das vendas dessas cinco estatais totalizou R\$ 8,8 bilhões.

A privatização dessas companhias trará maiores investimentos em setores específicos, com ganhos de eficiência, produtividade e competitividade. Aomesmo tempo, a arrecadação será potencializada no seu máximo, garantindo recursos valiosos para fazer frente às demandas sempre crescentes em saúde, educação, segurança e infraestrutura.

O Estado mantém em operação o Programa RS Parcerias, que propõe a promoção de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), a fim de elevar o

nível de investimento em âmbito regional, bem como melhorar a qualidade dos serviços ofertados à população.

Nas concessões, o leilão do Parque Estadual do Caracol e do Parque Estadual do Tainhas foi realizado e assinado em 2022, pelo lance de R\$ 150 milhões.

Nas concessões de rodovias, em julho de 2021, foi assinado o contrato da RSC-287, cuja concessão está em plena operação. O leilão do Bloco 3 (Serra e Vale do Cai) foi realizado em abril de 2022, na qual o contrato foi assinado em dezembro de 2022. Já os blocos 1 (Região Metropolitana de Porto Alegre, Vale do Paranhana e Região das Hortências) e 2 (Vale do Rio Pardo, Região da Produção e Região Norte) passarão por ajustes e deverão ser licitados ainda em 2023.

Cenário fiscal do Plano Plurianual 2024-2027

O projeto de lei do PPA 2024-2027, que está sendo levado à apreciação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul foi concebido tendo em conta os seguintes parâmetros macroeconômicos:

Tabela 27 – Previsão de PIB, inflação e taxa Selic, durante vigência do PPA 2024-2027

Especificação	2024-2027 (%)			
	2024	2025	2026	2027
Crescimento real do PIB brasileiro	1,48	1,80	1,80	1,79
IPCA	4,13	4,00	4,00	3,70
Taxa Selic média	9,95	8,72	8,58	9,00

Fonte: Relatório Focus (Banco Central do Brasil).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024¹¹ (LDO 2024) determina para o orçamento de 2024, nos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras:

Art. 16. Os Poderes do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado terão como limites para as despesas financiadas com os recursos 0001 – Tesouro-Livres, 0011 – Tesouro utilizado pelos Outros Poderes e suas contrapartidas, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2024, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2023, com as

¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.982, de 24 de julho de 2023. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2024 e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=883262>. Acesso em: 25 julho 2023.

alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2023, com tais recursos, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto para o exercício de 2023, no último Boletim Focus do Banco Central do Brasil disponível em 30 de junho de 2023.

§ 1º Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo às despesas classificadas nos grupos de natureza de despesa 01 - Pessoal e Encargos Sociais, 03 - Outras Despesas Correntes, 04 - Investimentos e 05 - Inversões Financeiras.

§ 2º Para as dotações do grupo de natureza de despesa 03 – Outras Despesas Correntes do Poder Executivo Estadual, o limite estabelecido no “caput” deste artigo deverá ser aplicado individualmente.

§ 3º Considera-se incluído no limite a que se refere o “caput” deste artigo o disposto nos arts. 51 e 52 desta Lei.

§ 4º Exclui-se da apuração do limite de que trata o “caput” deste artigo a complementação de dotações orçamentárias de que trata o art. 8.º da Lei n.º 15.232, de 1.º de outubro de 2018, ao Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário.

[...]

Art. 51. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do §1.º do art. 169 da Constituição Federal, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, alterações e criação de carreiras, cargos e funções, bem como a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 e desde que observado o disposto no art. 16 desta Lei.

Art. 52. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado.

A estimativa da receita pública para o PPA 2024-2027

A arrecadação para o PPA 2024-2027 foi estimada em R\$ 320,1 bilhões, compreendendo a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a própria das autarquias e fundações.

Tabela 28 – Receitas da Administração Pública consolidada durante vigência do PPA 2024-2027

Especificação	Valores
Receitas correntes	249.187.853.887
Receitas de capital	2.623.483.723
Receitas intraorçamentárias	68.342.573.001
Total das receitas	320.153.910.611

A Tabela 29 mostra os principais agregados da receita pública. Para os exercícios de 2024 a 2027, a receita total estimada é de R\$ 320,1 bilhões. Ao se excluírem as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 68,3 bilhões, o montante de arrecadação ajustado é de R\$ 251,8 bilhões, sendo R\$ 249,2 bilhões de receitas correntes e R\$ 2,6 bilhões de receitas de capital.

Tabela 29 – Principais agregados das receitas estimadas do Estado para o PPA 2024-2027

Agregados da Receita Pública	Valores
Receitas correntes	249.187.853.887
Receitas de imposto e taxas	254.852.285.652
Receita de contribuições	22.330.399.101
Receita patrimonial	7.232.720.656
Receita agropecuária, industrial e de serviços	2.561.851.559
Receitas de transferências correntes	56.328.244.737
Outras receitas correntes	3.729.660.702
Deduções das receitas para a formação do Fundeb	-37.032.361.853
Deduções das receitas para as transferências aos municípios	-60.547.267.087
Outras deduções	-267.679.580
Receitas de capital	2.623.483.723
Total das receitas sem as intraorçamentárias	251.811.337.611
(+) Transferências de receitas intraorçamentárias	68.342.573.001
Total das receitas com as intraorçamentárias	320.153.910.612

A fixação da despesa pública para o PPA 2024-2027

As despesas totais para o PPA 2024-2027 foram fixadas em R\$ 319,6 bilhões, compreendendo a Administração Direta, assim como as autarquias e fundações, distribuídos conforme a Tabela 30:

Tabela 30 – Despesas fixadas da Administração Pública consolidada para o PPA 2024-2027

Dotação de Despesas	Valores
Despesas correntes	231.919.447.605
Despesas de capital	14.097.868.730
Reserva de contingência orçamentária e previdenciária	5.282.370.586
Despesas intraorçamentárias	68.342.573.001
Despesas totais	319.642.259.923

A Tabela 31 mostra os principais agregados da despesa pública para os exercícios de 2024 a 2027. Excluindo-se as despesas intraorçamentárias, de R\$ 68,3 bilhões, prevê-se uma despesa total de R\$ 251,3 bilhões.

Tomando-se as despesas sem a dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias) para o período do PPA 2024-2027, o gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais foi fixado em R\$ 150,9 bilhões; o grupo com as Outras Despesas Correntes consumirá R\$ 69,5 bilhões; os grupos do Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização) outros R\$ 19,3 bilhões; e os grupos dos Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) mais R\$ 6,4 bilhões. É previsto ainda uma Reserva de Contingência Orçamentária e Previdenciária de R\$ 5,3 bilhões.

Tabela 31 – Principais agregados da despesa pública consolidada para o PPA 2024-2027

Agregados da Despesa Pública	Valores
Pessoal e Encargos Sociais	150.858.487.349
Outras Despesas Correntes	69.482.562.856
Investimentos e Inversões Financeiras	6.378.937.130
Juros e Encargos e Amortização da Dívida	19.297.329.000
Reserva de Contingência Orçamentária e Previdenciária	5.282.370.586
Total das despesas sem as intraorçamentárias	251.299.686.921
(+) Transferências intraorçamentárias	68.342.573.001
Total das despesas com as intraorçamentárias	319.642.259.923

É importante ressaltar que a despesa total média anual (sem as intraorçamentárias) fixada no PPA 2024-2027 é de R\$ 62,8 bilhões, correspondendo a, aproximadamente, 9,8% do PIB gaúcho, em valores de 2023.

DIFERENCIAIS COMPETITIVOS E DESAFIOS DO RIO GRANDE DO SUL EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS GLOBAIS

Questões como o envelhecimento populacional e as mudanças climáticas são temas que extrapolam as fronteiras regionais e nacionais, pois atingem todos os continentes, em um grau mais avançado ou em uma escala mais lenta. Fato é que países ainda em desenvolvimento, como o Brasil, terão que focar na solução desses problemas, tendo que conviver e desenvolver estratégias para enfrentar as dificuldades socioeconômicas decorrentes, o que aumenta o desafio em relação às nações desenvolvidas.

Nessa ótica, embora o Rio Grande do Sul seja um ente federativo com um grau de desenvolvimento acima do nacional, o Estado também se defronta com diversos desafios a serem superados, em alguns casos, com cenários piores que as demais unidades da Federação. Assim, o processo de definição das prioridades que alimentam o Mapa Estratégico de Governo, servindo de base para o PPA 2024-2027, e seus respectivos objetivos, para os próximos quatro anos, precisa dialogar com o cenário socioeconômico atual do Estado, considerando seus diferenciais competitivos e seus desafios, bem como o contexto de transformação do cenário global.

Este texto propõe-se a apresentar, de forma sucinta, os pontos acima destacados, definindo alguns temas em cada um dos aspectos considerados mais relevantes. Trata-se de uma versão reduzida, com modificações de uma apresentação mais extensa que foi realizada em março de 2023 a todo o

secretariado do Estado e que serviu de insumo para iniciar a construção do Mapa Estratégico do RS.

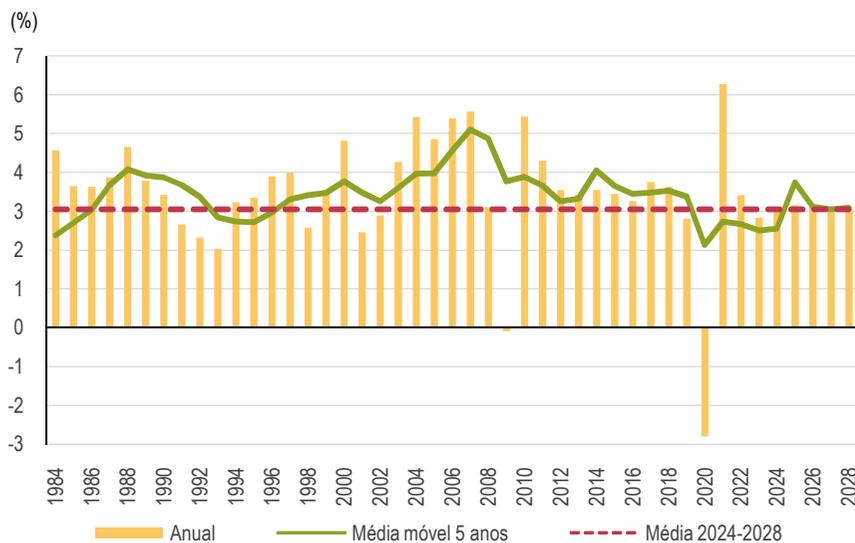
Macrotendências globais

O mundo vem passando por profundas transformações em diferentes aspectos, as quais condicionam as economias em seus processos de desenvolvimento socioeconômico. Tais mudanças impõem maiores desafios e, ao mesmo tempo, podem abrir novas possibilidades e trajetórias de crescimento. No contexto desse cenário desafiador, é possível definir algumas macrotendências que condicionarão as perspectivas de crescimento econômico e de desenvolvimento social das economias nacionais (e subnacionais) nos próximos anos.

A primeira delas consiste no fraco ritmo de crescimento do PIB global dos últimos anos comparado a períodos anteriores. Segundo projeções de abril do Fundo Monetário Internacional, o PIB global cresceu 3,4% em 2022, resultado, entre outros fatores, do atual quadro de elevada inflação e do aperto nas condições monetárias. Entretanto, além de fatores conjunturais, o fraco ritmo de crescimento da economia mundial também encontra explicações em condicionantes estruturais. Em uma perspectiva mais longa, verifica-se uma redução na tendência de crescimento do PIB global a partir de meados da década

1990 e, especialmente, após a crise financeira global de 2009 (Gráfico 15). Olhando-se para frente, ainda de acordo com as projeções do FMI, a economia global deve crescer, em média, 3% até 2028, a taxa mais baixa desde meados dos anos 1990 e bem abaixo da média de 3,8% das últimas duas décadas, sinalizando a continuidade do baixo ritmo de expansão econômica global nos próximos anos.

Gráfico 15 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial — 1984-2028

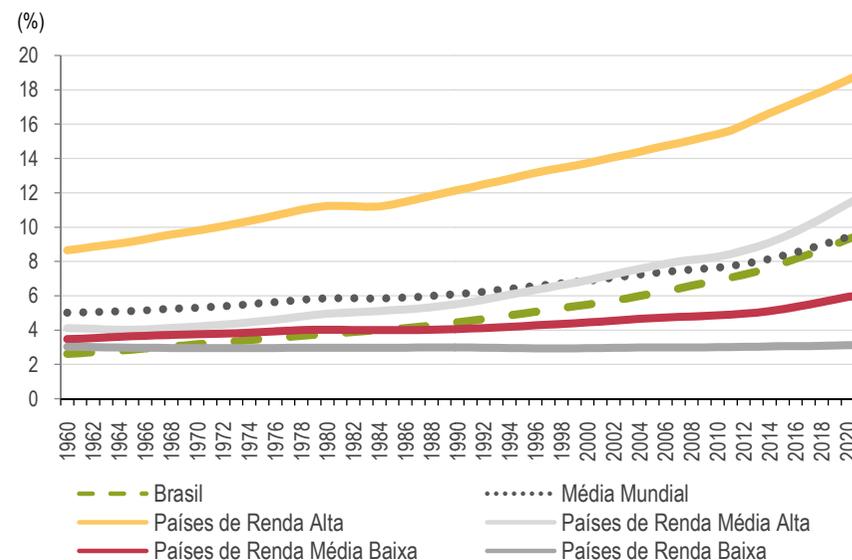


Fonte: Fundo Monetário Internacional.
Nota: Projeções a partir de 2022.

As perspectivas de um cenário de baixo ritmo de crescimento do produto mundial apresentam-se ainda mais desafiadoras ao considerar outra macrotendência global, qual seja, a transição demográfica, decorrente do envelhecimento da população e da redução, ou mesmo fim, do bônus demográfico em diversas

economias. Embora o envelhecimento da população seja uma característica mais evidente nas economias avançadas, ele também começa a se manifestar mais fortemente nas economias em desenvolvimento (Gráfico 16). Tal característica reflete-se, no longo prazo, na redução da força de trabalho e, em última instância, na diminuição da taxa de crescimento econômico. A tendência da transição demográfica não sinaliza melhoras no médio prazo, pelo contrário, projeta ainda mais desafios para o crescimento econômico global e para a melhora de indicadores sociais.

Gráfico 16 – Porcentagem da população acima de 65 anos — 1960-2021

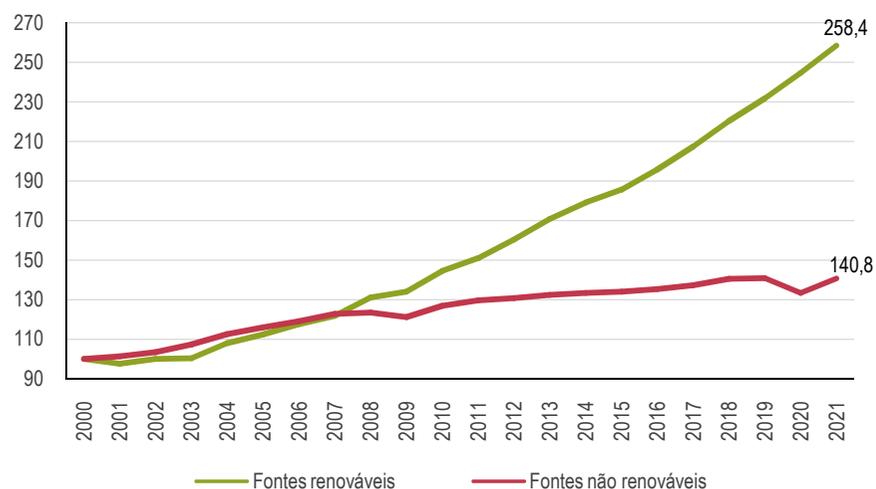


Fonte: Banco Mundial.

Outra macrotendência global refere-se ao movimento em direção à descarbonização das economias a partir da redução das emissões de gases do

efeito estufa e de suas consequências nas mudanças climáticas. Tal movimento, ao mesmo tempo que impõe grandes desafios no processo de transição, também proporciona enormes oportunidades produtivas e tecnológicas para as economias. Embora a proporção mundial do consumo de energia de fontes renováveis ainda seja baixa em comparação ao consumo total (13% em 2021), ela vem aumentando a um ritmo considerável ao longo dos anos. No período de 2000 a 2021, o consumo de energia não renovável cresceu a uma taxa média anual de 1,6%, enquanto o de fontes renováveis cresceu 4,6% ao ano (Gráfico 17). Apesar desse resultado global, existem grandes heterogeneidades entre os países, com alguns em etapas mais avançadas do que outros no processo de transição energética para uma economia de baixo carbono.

Gráfico 17 – Índice de consumo de energia no mundo — 2000-21



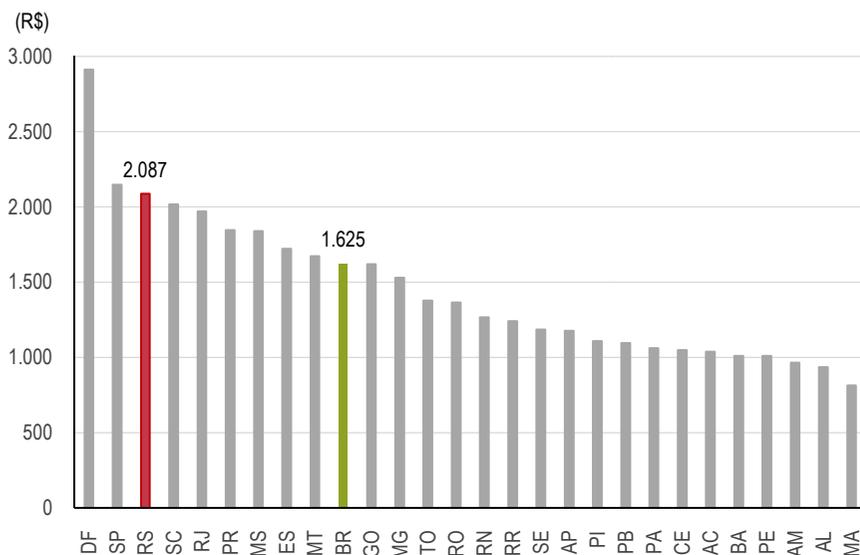
Fonte: *Statistical Review of World Energy (2022)*.
 Nota: Índice com base 2000 = 100.

Diferenciais competitivos do Rio Grande do Sul

Dentro do contexto global e nacional de constantes transformações, o Rio Grande do Sul insere-se em uma posição econômica, social e ambiental privilegiada em relação à grande parte das demais unidades da Federação. O Estado apresenta-se como um dos mais desenvolvidos do País em termos econômicos e sociais, com diversos indicadores superiores à média nacional.

No caso do PIB, o Estado exibe um dos maiores valores entre as unidades federativas, juntamente a São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Já em relação ao rendimento médio domiciliar *per capita*, o Estado ocupou a terceira colocação em 2022, atrás do Distrito Federal e de São Paulo, com um rendimento de R\$ 2.087, valor quase 30% maior que a média nacional (Gráfico 18). Ademais, o Rio Grande do Sul registra uma das maiores produtividades do trabalho do Brasil, estando à frente dos demais estados da Região Sul. Isso pode ser associado à estrutura produtiva local e às características de seu sistema regional de inovação. Em geral, a maior produtividade do trabalho traduz-se em maior remuneração da força de trabalho ocupada, característica vigente no Rio Grande do Sul.

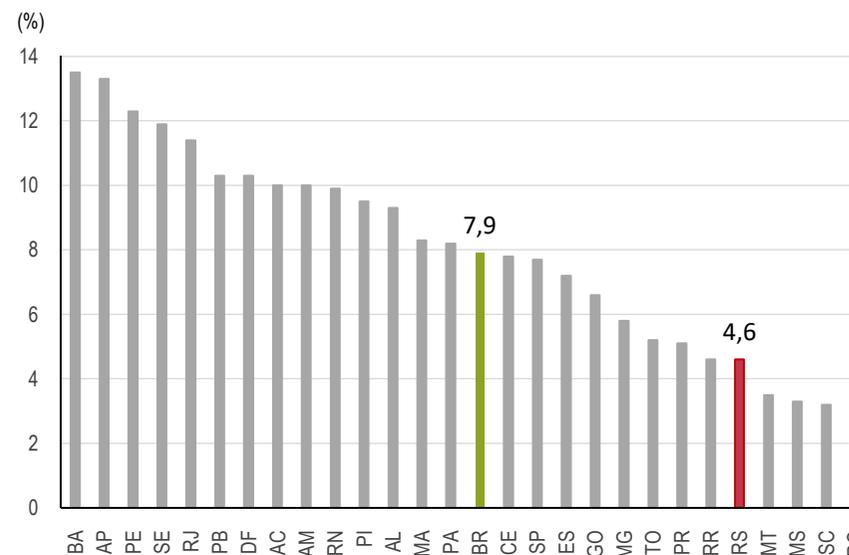
Gráfico 18 – Rendimento médio domiciliar *per capita* por unidade federativa — 2022



Fonte: IBGE.

Em termos de taxa de desocupação, o Estado também apresenta bons resultados. No quarto trimestre de 2022, conforme exposto no Gráfico 19, o Rio Grande do Sul registrou uma taxa de 4,6%, abaixo da média nacional (7,9%), apenas maior que a de Rondônia (3,1%), Santa Catarina (3,2%), Mato Grosso do Sul (3,3%) e Mato Grosso (3,5%). A referida taxa é a menor da série temporal da PNAD Contínua desde o primeiro trimestre de 2013. Em oposição, alguns estados da Região Nordeste, assim como o Rio de Janeiro e o Distrito Federal registraram taxas de desocupação superiores a 10%.

Gráfico 19 – Taxa de desocupação no Brasil e em estados brasileiros — 4.º trim./2022



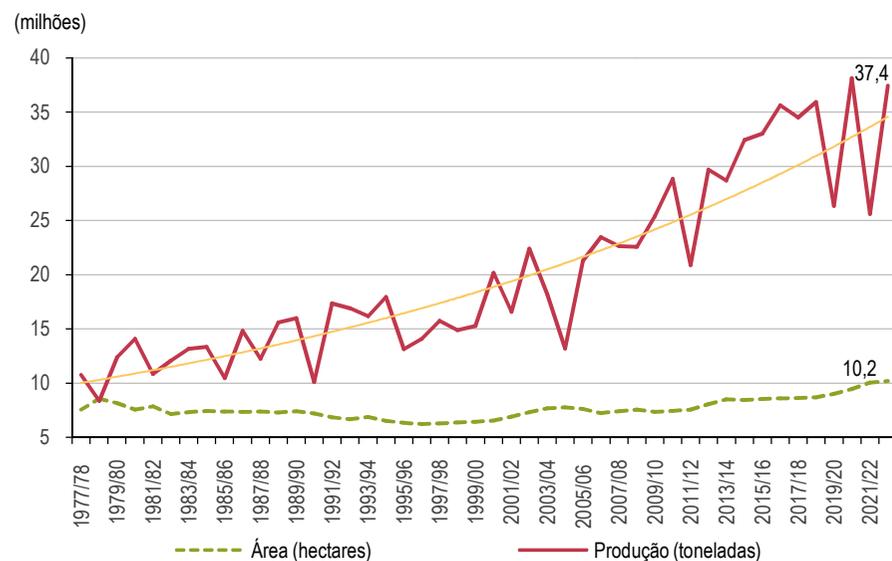
Fonte: IBGE.

A despeito da redução da importância relativa para o conjunto da oferta nacional, a produção gaúcha de grãos avançou significativamente em termos absolutos, tendo sido multiplicada em mais de três vezes desde a década de 1970 (Gráfico 20). A produtividade foi o principal vetor desse crescimento, que permitiu ao Estado aproveitar o estímulo derivado da acelerada expansão da demanda externa por alimentos, com protagonismo da China.

Defrontando-se com uma fronteira agrícola mais inelástica que o restante do Brasil, os agricultores gaúchos absorveram inovações tecnológicas da indústria de máquinas e de insumos, alteraram o uso do solo e valeram-se de novas técnicas de cultivo (rotação de culturas, plantio direto, agricultura de precisão,

etc.), além de modificarem seus modelos de gestão e organização da produção. Isso fez com que, apesar da redução da população ocupada no campo — de 1,89 milhão em 1975 para menos de 1 milhão em 2017 —, a produção de grãos tenha se expandido em mais de 250%. Nos últimos 20 anos, com o avanço da agricultura temporária em tradicionais regiões de pecuária, a área destinada à produção de grãos cresceu com maior velocidade, sobretudo a soja na região do bioma Pampa.

Gráfico 20 – Área e produção de grãos no Rio Grande do Sul — 1977-2022

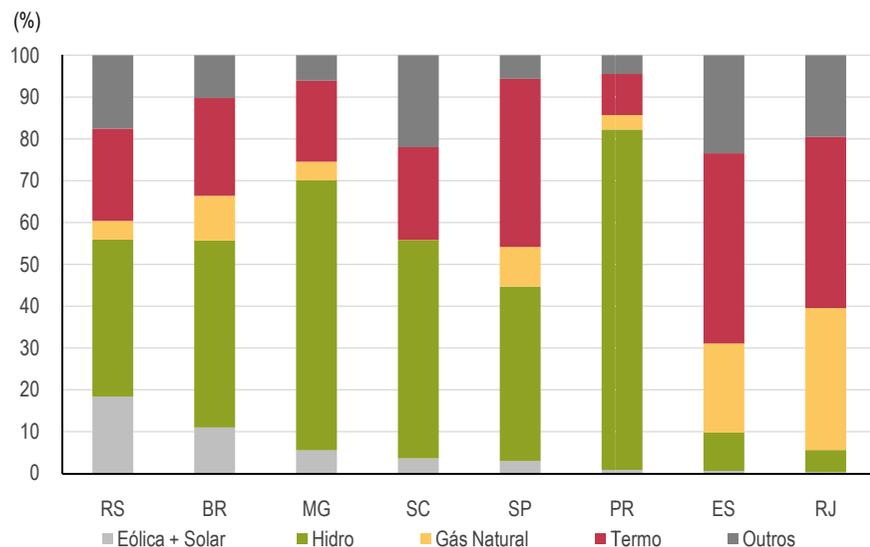


Fonte: CONAB.

As fontes não renováveis — especialmente as relacionadas à queima de combustíveis fósseis, como os derivados de petróleo — emitem, no processo de geração de energia, grandes volumes de gases de efeito estufa (GEE), que, por

sua vez, são os principais responsáveis pelo incremento da temperatura média global e consequente mudança na dinâmica do clima do planeta. Por essa razão, a transição da composição da matriz energética — visando ao aumento da utilização de fontes renováveis de energia —, é um dos principais pilares para o combate às mudanças climáticas. No Brasil a utilização de fontes de energia consideradas limpas (eólica, solar e hidrelétrica) vem aumentando nos últimos anos, conforme demonstrado no Gráfico 21, com uma participação de 55,7% na matriz energética, em 2021. Nesse ano, dentre as unidades federativas selecionadas, o Rio Grande do Sul foi o terceiro estado com o maior percentual de utilização de fontes limpas de energia, com 55,9%, atrás apenas do Paraná (82,2%) e de Minas Gerais (70,1%). Analisando-se apenas o percentual da matriz ocupado pelas fontes de energia solar e eólica (consideradas as mais sustentáveis por não utilizarem recursos naturais na sua geração), o Rio Grande do Sul foi o estado com a maior participação, com 18,4%. No Brasil, esse percentual foi de 11%.

Gráfico 21 – Fontes de energia na matriz energética do Brasil e de estados selecionados — 2021



Fonte: Balanço Energético Nacional (2022).

Nota: Consistem em outras fontes a energia nuclear, a lenha, o carvão, o gás coque, o óleo combustível e o diesel.

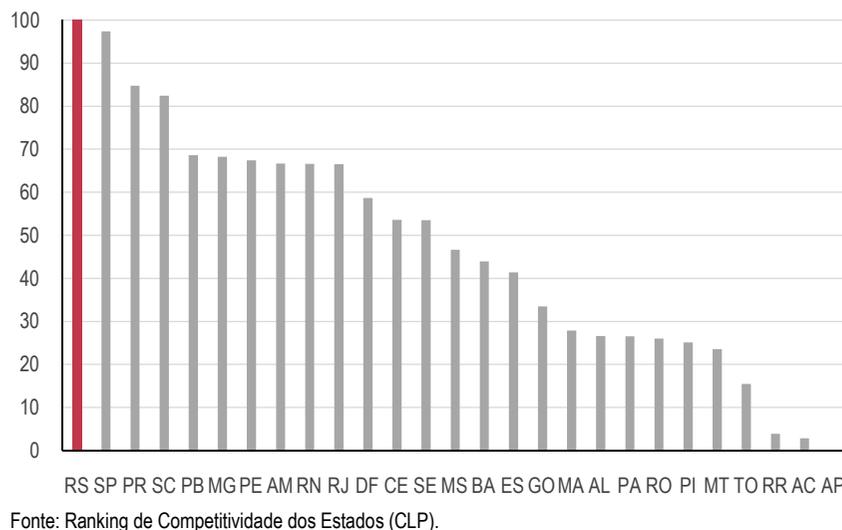
O Rio Grande do Sul é nacionalmente reconhecido por dispor de um ecossistema de inovação mais complexo e maduro que a média brasileira. As principais instituições de ensino superior gaúchas figuram em posições destacadas nos *rankings* que avaliam as melhores universidades da América do Sul e, ao longo das últimas décadas, apresentaram melhoras expressivas em diversos indicadores.

Em relação às empresas da indústria e de serviços intensivos em conhecimento, o Estado apresenta desempenho muito superior ao observado no

País, em diferentes indicadores que retratam os esforços de inovação, tais como: o terceiro maior nível de dispêndio em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelas empresas como proporção do PIB entre os estados mais industrializados e a maior proporção de empresas que implementaram inovações, tendo realizado atividades internas de P&D em caráter contínuo. Em âmbito geral, os resultados obtidos mostram que o sistema de inovação do Rio Grande do Sul está entre os melhores desempenhos para os padrões brasileiros.

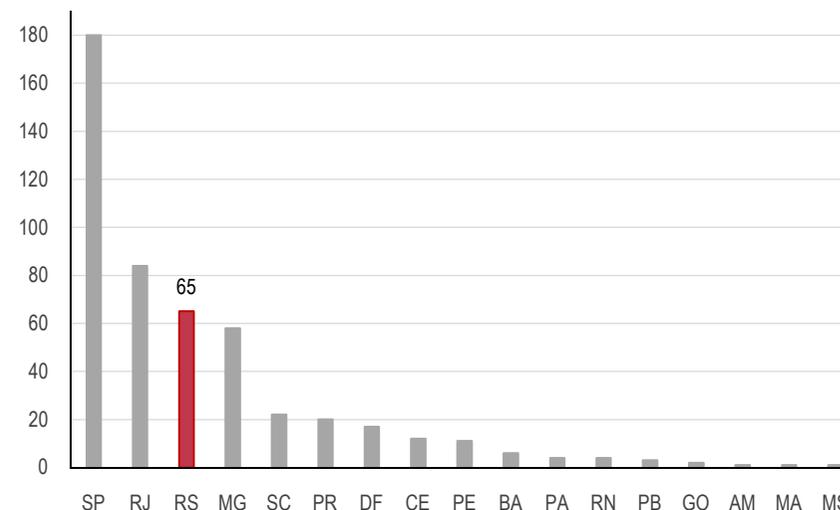
Outro aspecto a destacar que dialoga com a estrutura produtiva local é a ampliação do número e o espraiamento de parques tecnológicos instalados no Estado, com distintos graus de maturidade, mas com potencial para impactar positivamente a economia de suas respectivas regiões. A posição destacada do Rio Grande do Sul em termos nacionais também é retratada na dimensão de inovação no *Ranking* de Competitividade dos Estados (Gráfico 22). Em 2022, o Rio Grande do Sul liderou o *ranking* de inovação dos estados brasileiros, sendo o primeiro em termos de registro de patentes e de empreendimentos inovadores.

Gráfico 22 – Ranking de Inovação dos estados brasileiros — 2022



A qualidade da educação de nível superior pode ser avaliada pelo número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) com conceitos seis ou sete, os quais equivalem ao nível de excelência internacional na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES). Em relação ao ano base 2021, apenas 17 estados brasileiros exibiram pelo menos um PPG de excelência (Gráfico 23). Enquanto São Paulo concentrou a maior parte desses PPGs (180 de um total de 491, ou 37%), o Rio Grande do Sul apresentou 65 PPGs de excelência internacional (13% do total), atrás do Rio de Janeiro (84), mas a frente de Minas Gerais (58), estado este com níveis superiores de PIB e população em relação ao estado gaúcho.

Gráfico 23 – Número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) com conceitos seis ou sete, por unidade federativa — 2021

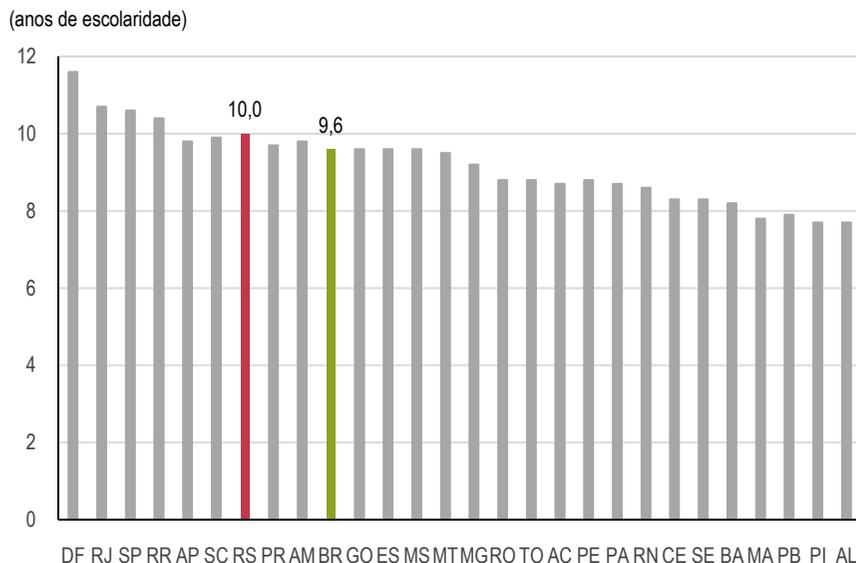


A média de anos de escolaridade reflete o grau de acesso da população aos serviços educacionais, o que influencia diretamente na inserção no mercado de trabalho. De maneira geral, indivíduos com baixa escolaridade tendem a se inserir de forma mais precária no mercado de trabalho, com maior informalidade e menores salários.

Em 2019, conjuntamente com Amapá e Santa Catarina, o Rio Grande do Sul ocupava a quinta colocação dentre as unidades federativas com relação à média de anos de escolaridade na faixa etária “15 anos ou mais”, com 10,1 anos de estudo. No País, a média foi de 9,8 anos de estudo, tendo o Distrito Federal

ficado em primeiro lugar, com 11,5 anos, e Alagoas ficou com o pior desempenho, com média de 8,1 anos (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Média de anos de escolaridade (15 anos ou mais) no Brasil e nas unidades federativas — 2019



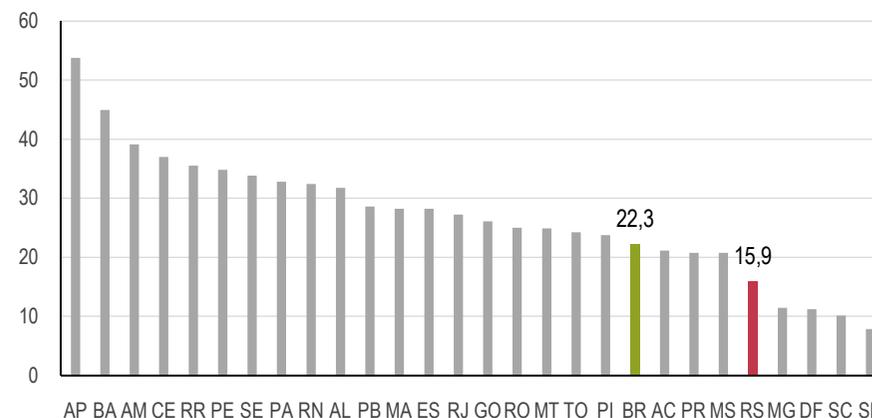
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2.º trimestre).

Nota: Distrito Federal ocupa a primeira posição, com 11,5 anos para “15 anos ou mais” e 11,6 para “25 anos ou mais”.

O comportamento das taxas de mortes violentas intencionais — que incluem homicídios dolosos, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais — não é linear ao longo do tempo, pois sua variação está relacionada a uma série de fatores locais, regionais e temporais que influenciam no seu aumento ou na sua redução, não tendo, portanto, um único fator de causalidade. De acordo com o

Gráfico 25, em 2021, a taxa de mortes violentas intencionais no Brasil era de 22,3. Nesse ano, o RS possuía a quinta menor taxa dentre as unidades da Federação, com 15,9, atrás de Minas Gerais (11,4), Distrito Federal (11,2), Santa Catarina (10,1) e São Paulo, que tinha uma taxa de 7,9, a menor do Brasil. Amapá, Bahia e Amazonas possuíam as maiores taxas: 53,8, 44,9 e 39,1, respectivamente.

Gráfico 25 – Número de mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes no Brasil e em unidades federativas — 2021



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

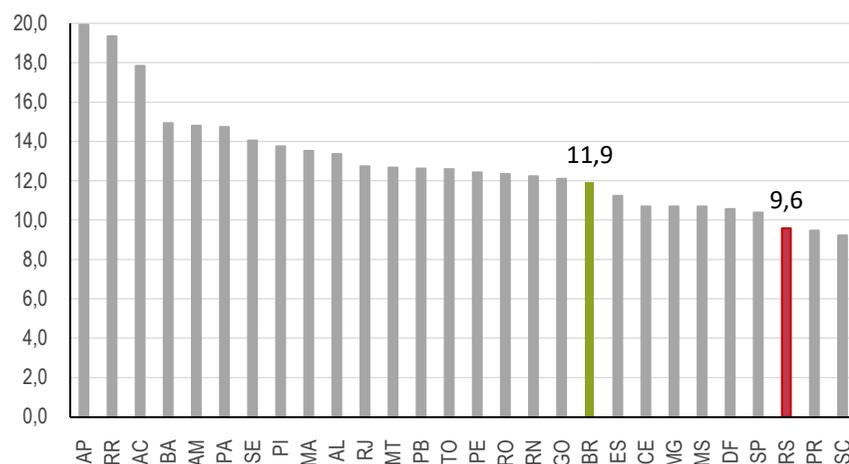
Nota: São consideradas mortes violentas homicídios dolosos, latrocínios e lesões seguidas de morte.

A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador de qualidade de vida e de saúde de uma população, pois, através dela é possível estimar o risco de óbito de uma criança no seu primeiro ano de vida — incluindo-se aquelas por causas evitáveis, que são a maioria dos casos. Altas taxas de mortalidade infantil estão relacionadas a baixos níveis de desenvolvimento econômico e social, condições precárias de saúde e dificuldade de acesso a serviços básicos. De

acordo com a Meta 3.2 dos ODS, o Brasil precisa reduzir as taxas de mortalidade infantil em no máximo cinco para cada mil nascidos vivos, até 2030. Em 2021, o Brasil apresentava uma taxa de mortalidade infantil de 11,9 óbitos de crianças até um ano de idade para cada mil nascidos vivos. O RS registrava, nesse ano, a terceira menor taxa entre as unidades federativas, com 9,59, atrás de Paraná (9,46) e Santa Catarina (9,23). Por outro lado, Amapá e Roraima apresentaram as taxas mais altas: 19,94 e 19,35 respectivamente (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Taxa de mortalidade infantil, no Brasil e em unidades federativas —2020

(óbitos infantis/mil nascidos vivos)



Fonte: SIM/DATASUS e Tabnet/DATASUS (2023).

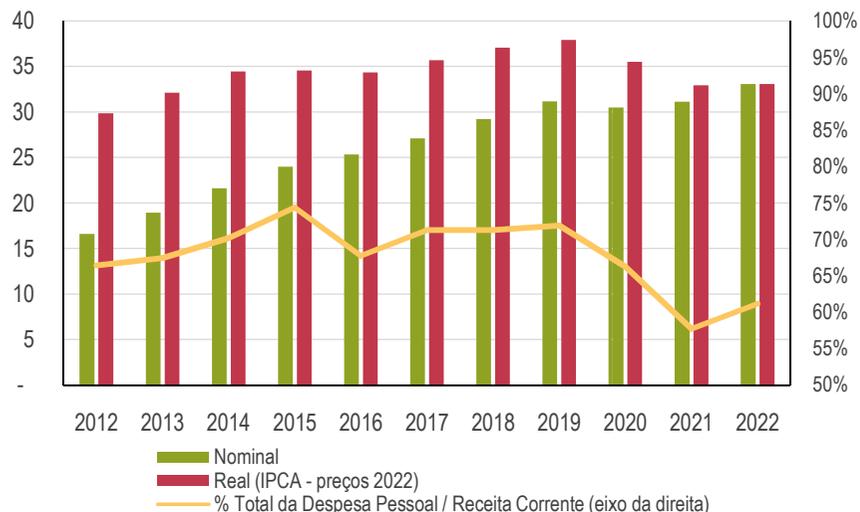
Embora o ajuste das finanças públicas continue sendo um desafio, a implementação de reformas estruturantes aproximou o Rio Grande do Sul de uma posição mais equilibrada e funcional ao desenvolvimento econômico. A despesa corrente do Rio Grande do Sul foi a que menos cresceu no Brasil de 2021 a 2022,

e o valor das despesas de pessoal registrou uma queda real superior a R\$ 4,8 bilhões entre 2019 e 2022, recuando aos níveis praticados no período 2013-14 (Gráfico 27).

A redução do *déficit* atuarial, o controle das despesas e o acesso a recursos extraordinários provenientes de privatizações, concessões e parcerias também contribuíram para a recuperação de espaço fiscal para investimento com recursos livres do Poder Executivo. Em 2022, os investimentos com recursos do Tesouro Estadual representaram 5,4% da Receita Corrente Líquida, enquanto, em 2018, era apenas 1,2%.

Gráfico 27 – Despesa de pessoal participação percentual na receita corrente — 2012-22

(R\$ bilhões)



Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 01 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Nota 1: Valores reais a preços de 2021 atualizados pelo IPCA.

2: Não corresponde ao percentual de Despesa com Pessoal Sobre Receita Corrente Líquida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3: Estado consolidado (todos os poderes, autarquias e fundações).

4: Não considera receitas e despesas intraorçamentárias.

5: Receita corrente descontada das transferências para os municípios e FUNDEB.

financeiras, produtivas e as recorrentes estiagens, bem como pontos importantes em temas da saúde, educação e saneamento.

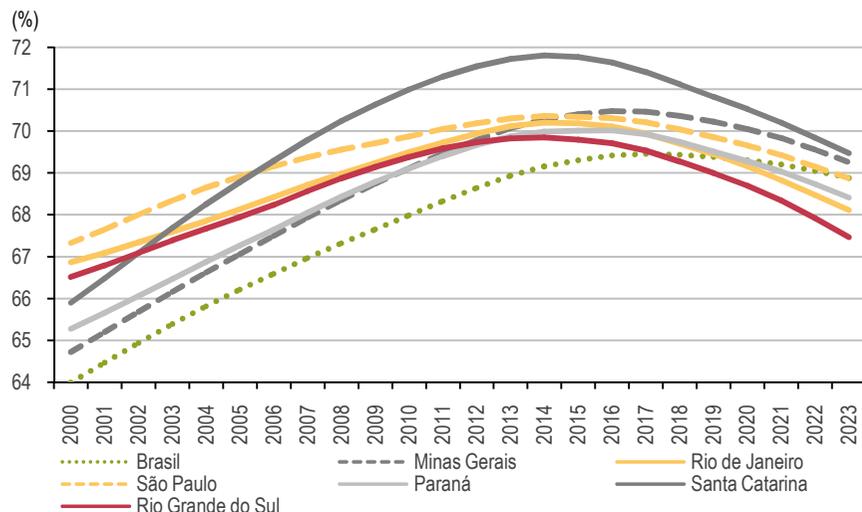
O período do bônus demográfico, em que a população de 15 a 64 anos (potencialmente ativa) aumenta proporcionalmente, assim contribuindo para o crescimento econômico, terminou, no RS, em meados da segunda década do século XXI, alguns anos antes do Brasil (Gráfico 28). Dessa forma, o desafio que se impõe para o crescimento econômico nas próximas décadas, tanto local quanto nacionalmente, é crescer a produtividade por trabalhador, uma vez que, nos próximos anos, a tendência é de uma proporção cada vez menor da população nessa faixa etária.

Essa tendência pode ser postergada se invertido o saldo migratório negativo observado no passado. Porém, mantida a tendência atual, além de gerar um desafio para o crescimento econômico, o envelhecimento da população representa um aumento de demanda por serviços públicos como saúde, previdência e assistência social.

Desafios a serem superados pelo Estado

Ainda que o Rio Grande do Sul apresente diversos indicadores econômicos, sociais e ambientais superiores à média brasileira, também existem grandes desafios para que o Estado permaneça e avance em sua trajetória de desenvolvimento. Entre os desafios pontuam-se questões demográficas,

Gráfico 28 – Participação da população entre 15 e 64 anos no Brasil e em estados selecionados — 2000-23



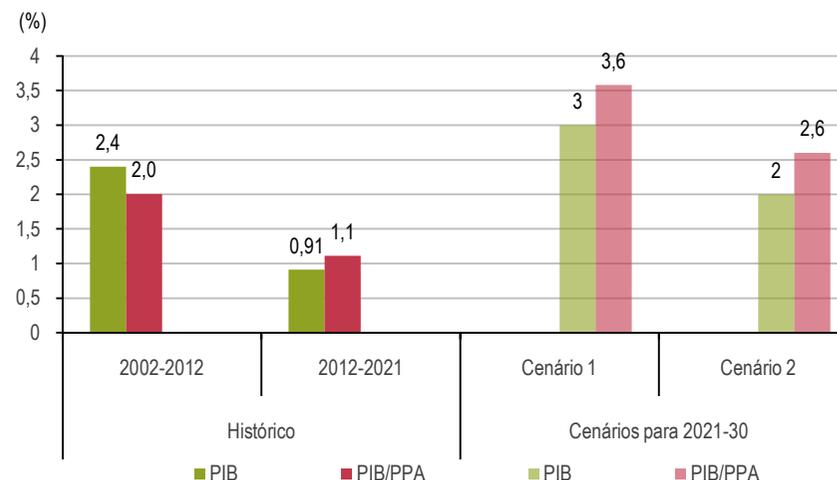
Fonte: Projeções Populacionais 2018 (IBGE).

Se dividido PIB pela População Potencialmente Ativa (15 a 64 anos), obtém-se um indicador semelhante à produtividade do trabalho, mas que, ao invés de considerar os trabalhadores ativos no denominador, considera as pessoas potencialmente ativas de acordo com sua idade.

Ao passo que o PIB gaúcho cresceu 2,4% ao ano no período 2002-12 e 0,9% ao ano no período 2012-21, tem-se que o crescimento da produtividade por pessoa potencialmente ativa foi inferior ao do PIB no período 2002-12 e superior ao do PIB em 2012-21 (Gráfico 29). Em outras palavras, enquanto, no período 2002-12, a demografia contribuiu para o PIB aumentar acima da produtividade, em 2012-21, a demografia desfavoreceu o crescimento econômico.

Para as próximas décadas, a tendência de continuidade da redução da população de 15 a 64 anos mostra-se desafiadora, pois tende a aumentar essa contribuição negativa. Nessa ótica, o Gráfico 29 apresenta dois cenários de crescimento do RS para o período 2021-30: o primeiro apresenta um crescimento do PIB de 3,0% ao ano, enquanto o segundo apresenta um crescimento de 2,0% ao ano, ou seja, percentuais considerados conservadores para um Estado de uma região em desenvolvimento. É possível verificar que, para se atingirem esses crescimentos, seria necessário aumentar a produtividade por pessoa potencialmente ativa em 3,6% e 2,6%, respectivamente. Ou seja, o Estado necessitará crescer a produtividade a taxas maiores que as obtidas nas décadas anteriores.

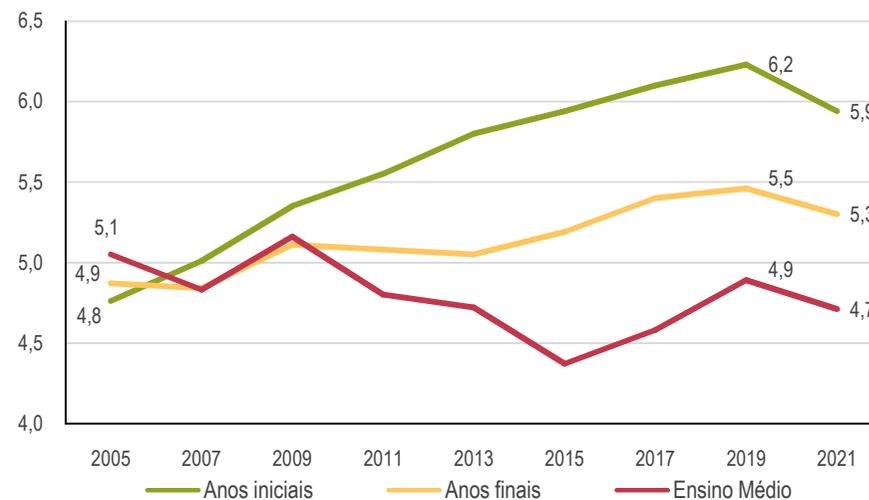
Gráfico 29 – Crescimento histórico do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB sobre a População Potencialmente Ativa (PPA) entre 15 e 64 anos e cenários de crescimento para 2021-30 no RS



Fonte: IBGE.

Como demonstra o Gráfico 30, o Rio Grande do Sul vinha apresentando, nos últimos anos, uma melhora gradativa no desempenho dos alunos da rede pública de ensino no Sistema de Educação Básica (SAEB) do Ensino Fundamental — anos iniciais e anos finais — atingindo, em 2019, as maiores notas da série histórica analisada: 6,2 e 5,5, respectivamente. Na prova de 2021, no entanto, ambos os níveis apresentam piora, ainda que não muito significativa, nos resultados, com notas de 5,9 e 5,3, nos anos iniciais e finais, respectivamente. Essa piora pode estar relacionada ao fechamento temporário das escolas e à suspensão das atividades pedagógicas presenciais causadas pela pandemia, o que dificultou o acompanhamento das crianças, especialmente nas faixas de renda mais baixas, no ensino remoto. O Ensino Médio apresentou um comportamento diferente comparado aos níveis do Ensino Fundamental ao longo da série analisada: uma piora gradativa entre 2009 e 2015 (precedida de uma oscilação entre 2005 e 2009), quando atingiu o pior desempenho, com uma nota de 4,4. De 2015 a 2019, houve uma significativa melhora (embora com desempenho abaixo do apresentado em 2005 e 2009), com uma nota de 4,9. Em 2021, a nota média foi de 4,7, seguindo o comportamento apresentado nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 30 – Notas médias de desempenho no Sistema de Educação Básica (SAEB) do Rio Grande do Sul — 2005-21



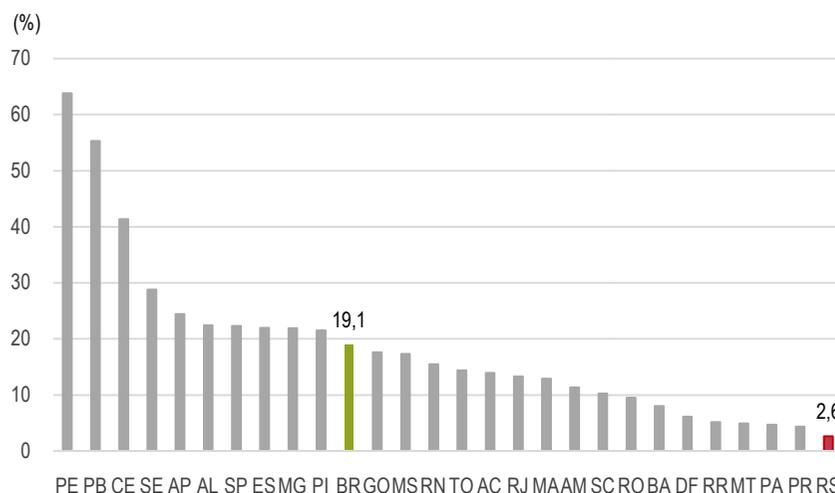
Fonte: INEP-MEC.

Nota: Para os anos iniciais e finais, são consideradas a totalidade da rede pública (municipal, estadual e federal). Para o Ensino Médio, apenas a rede estadual. No SAEB, foi utilizada a nota padronizada das provas de Língua Portuguesa e de Matemática.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino em tempo integral é de grande relevância para a melhoria na qualidade da formação básica, uma vez que permite aos estudantes o acesso a uma variedade de atividades, inclusive extracurriculares, que garantem uma formação mais completa, além de ampliar as vivências dentro da comunidade escolar. Por essa razão, o acesso à educação em tempo integral compõe os Planos Nacional e Estadual (RS) de Educação, que definem como meta oferecer, até 2024, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica. No Rio Grande do Sul, em 2022, o percentual de participação das matrículas em tempo integral, no

Ensino Médio da rede estadual de ensino, era de apenas 2,6%, colocando o Estado na última colocação entre as unidades federativas, enquanto, no Brasil, esse percentual era de 19,1%. Pernambuco, Paraíba e Ceará foram as unidades federativas que apresentam as maiores participações: 63,8%, 55,3% e 41,4% (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Participação de matrículas de turno integral na rede estadual de ensino médio, no Brasil e nas unidades federativas — 2022



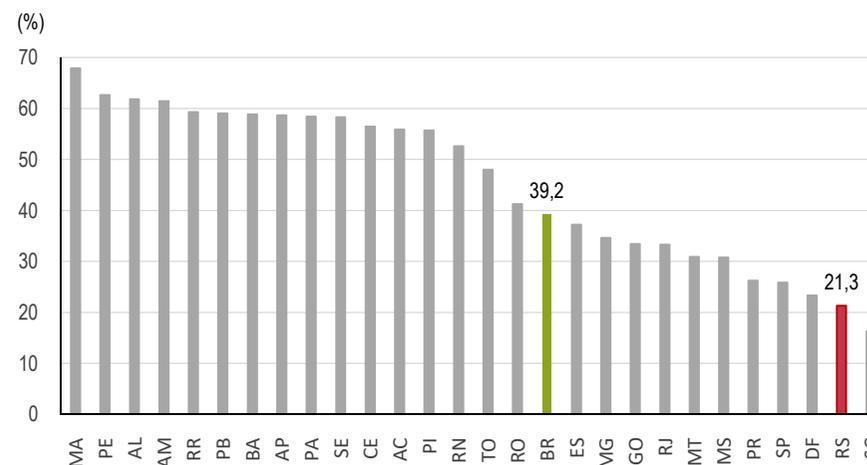
Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, Censo Escolar (Inep-MEC).

De acordo com o Banco Mundial, o limiar da extrema pobreza, ou o valor que um indivíduo necessita para atender minimamente às suas necessidades básicas, é de US\$ 2,15 por dia (aproximadamente R\$ 11,00), em termos de paridade de poder de compra (PPC). Para adaptar esse limiar para diferentes níveis de renda nacional, o Banco Mundial criou mais dois patamares de monitoramento, de forma que, para países de renda média-baixa, a linha foi

estipulada em US\$ 3,65 (cerca de R\$ 18,00), enquanto, para países de renda média-alta, a mesma linha foi definida em US\$ 6,85 (cerca de R\$ 32,00), sendo este último o patamar a ser levado em consideração para o Brasil.

Conforme mostra o Gráfico 32, no País, em 2021, 39,2% da população vivia abaixo da linha de extrema pobreza (considerando US\$ 6,85 PPC). No caso do RS, 21,3% da população encontrava-se nessa situação. Embora o percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza coloque o Estado na segunda melhor posição do País, esse indicador foi selecionado para estar na seção de desafios, e não na de diferenciais competitivos, uma vez que o elevado percentual deve ser enfrentado com total prioridade.

Gráfico 32 – Percentual da população com renda familiar de até US\$ 6,85 no Brasil e em unidades federativas — 2021

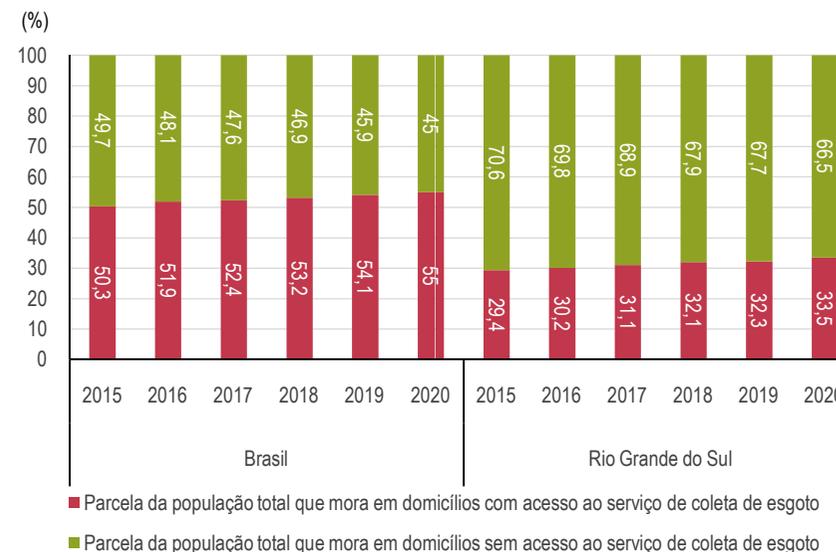


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE).

O acesso a serviços básicos de saneamento — como abastecimento seguro de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário — está diretamente relacionado à promoção da saúde humana. As doenças diarreicas — que são amplamente relacionadas com a falta de saneamento —, por exemplo, mataram cerca de 1,5 milhão de pessoas no mundo em 2019. Esses quadros, que podem variar desde doenças leves até casos graves de febre tifoide e cólera, atingem um número estimado de 2,9 milhões de casos por ano. Eles podem resultar em óbito, em poucas horas, se não forem tratados de maneira adequada. As principais vítimas das doenças relacionadas com a falta de saneamento são as crianças: entre os menores de cinco anos, essa é a principal causa de morte no mundo.

No Brasil, em 2020, 45% da população total vivia em domicílios sem acesso ao serviço de coleta de esgoto sanitário (Gráfico 33). Já no Rio Grande do Sul, os desafios nessa temática são elevados, tendo em vista que esse percentual representava 66,5% do total da população — patamar pior que o nacional. Tanto o Estado quanto o País apresentam uma trajetória de melhora lenta e gradual.

Gráfico 33 – Parcela da população que mora em domicílios com e sem acesso ao serviço de coleta de esgoto no Brasil e no RS — 2015-20



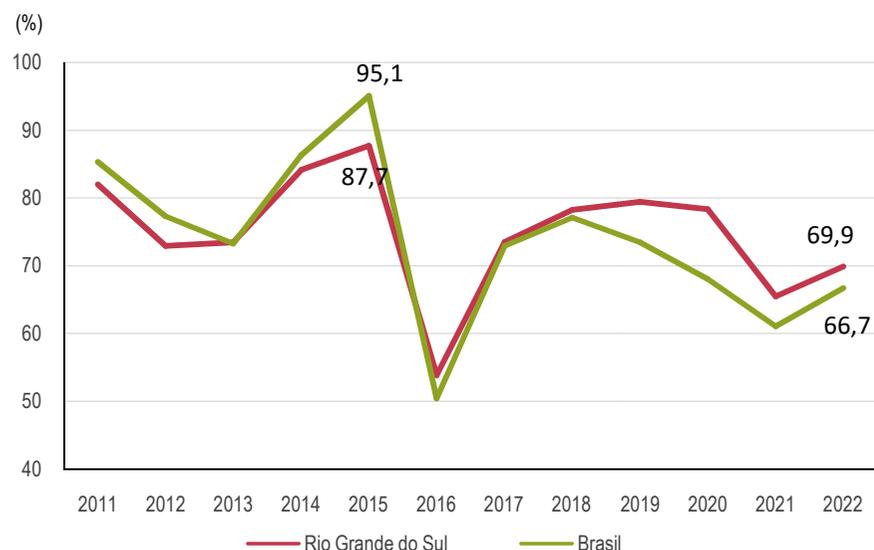
Fonte: SNIS.
Instituto Trata Brasil.

A imunização de uma população é uma das ações de saúde pública mais importantes, uma vez que a vacinação é responsável pelo controle e erradicação de uma série de doenças, reduzindo as taxas de mortalidade, especialmente entre as populações mais vulneráveis, como crianças e idosos. O acompanhamento da cobertura vacinal é um importante indicador de saúde, pois permite monitorar o desempenho dos programas de vacinação e está previsto no Programa Nacional de Imunizações, bem como nas ações das secretarias estaduais de saúde.

Historicamente, o Brasil possui uma boa cobertura vacinal, tendo atingido, em 2015, 95,1% do público-alvo. Nesse ano, no RS, o percentual de pessoas

vacinadas foi de 87,7%, também a maior da série histórica analisada. Após uma significativa queda em 2016, quando os percentuais chegaram a 50,4% no Brasil e 72,9% no RS, a cobertura vacinal sofreu oscilações, atingindo o percentual, em 2022, de 69,9% no Estado frente a 66,7% no País (Gráfico 34). Os baixos percentuais de cobertura vacinal merecem atenção no âmbito das políticas públicas, tendo em vista o risco de reintrodução de doenças que já foram eliminadas, como a poliomielite.

Gráfico 34 – Percentual de cobertura vacinal dos públicos-alvo no Brasil e RS — 2011-22



Fonte: DATASUS/SISAB.

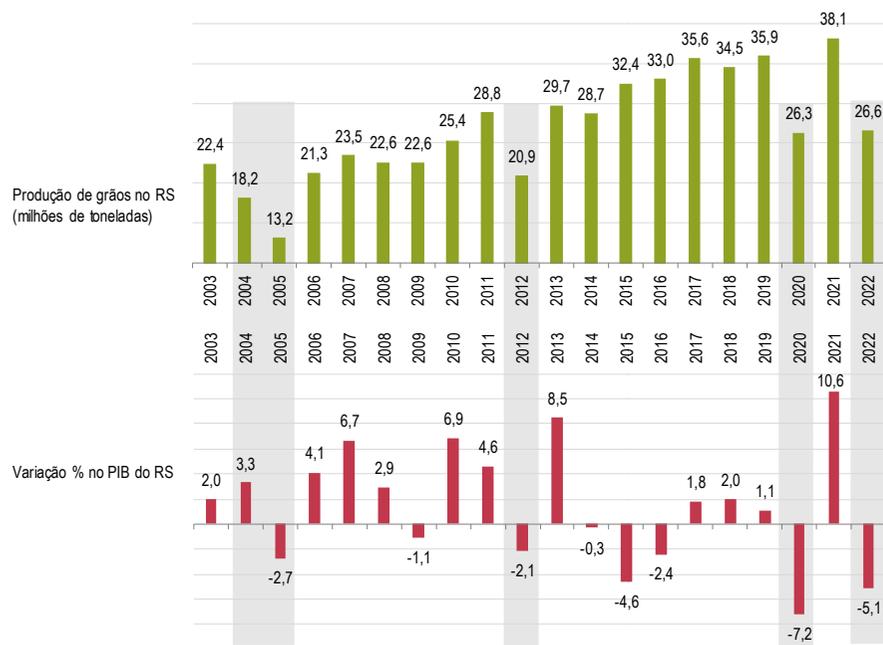
A ocorrência de estiagens tem-se tornado frequente e gerado impactos socioeconômicos e ambientais expressivos no Rio Grande do Sul. Via de regra, o atraso dos períodos chuvosos ou a redução das precipitações pluviométricas para

níveis sensivelmente inferiores aos da normal climatológica traduzem-se em situações de emergência regional, motivadas, principalmente, pelas repercussões negativas na produção agropecuária e na oferta de água para abastecimento público, notadamente para a população de estratos inferiores de renda.

Os encadeamentos da oferta agropecuária local sobre os demais setores de atividade e o conjunto da economia explicam a estreita relação entre o nível de produção de grãos e as taxas de crescimento no PIB. No Rio Grande do Sul, as atividades agropecuárias desempenhadas no verão e com colheita no primeiro semestre são fundamentais para a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, representando 85% do total. É justamente essa parcela da produção que está mais suscetível ao risco climático de estiagem.

Nos últimos 20 anos, houve cinco grandes estiagens no Rio Grande do Sul (2004, 2005, 2012, 2020 e 2022), com impactos importantes sobre o PIB do Estado (Gráfico 35). Com exceção de 2004, em todos os outros anos, o impacto da estiagem sobre a agropecuária redundou em queda do PIB, com repercussões negativas sobre a renda, o emprego e a arrecadação. Os impactos das estiagens também são heterogêneos no âmbito regional e afetam sobretudo municípios de menor porte. Segundo as estatísticas do PIB municipal de 2020, a agropecuária é responsável por mais de 30% da atividade econômica em 264 municípios gaúchos, sendo a sua participação superior a 50% da atividade econômica em 69 municípios do Rio Grande do Sul. Essa característica é mais frequente nos municípios interioranos com menos de 5.000 habitantes. Em geral, esses municípios se integram às economias regionais por meio da oferta de produtos finais e de matéria-prima para a agroindústria e demandam um variado conjunto de bens e serviços agropecuários e não agropecuários.

Gráfico 35 – Produção de grãos e variação no Produto Interno Bruto (PIB) do RS — 2003-22



Fonte: Séries Históricas das Safras (Conab) e PIB trimestral (SPGG/DEE).

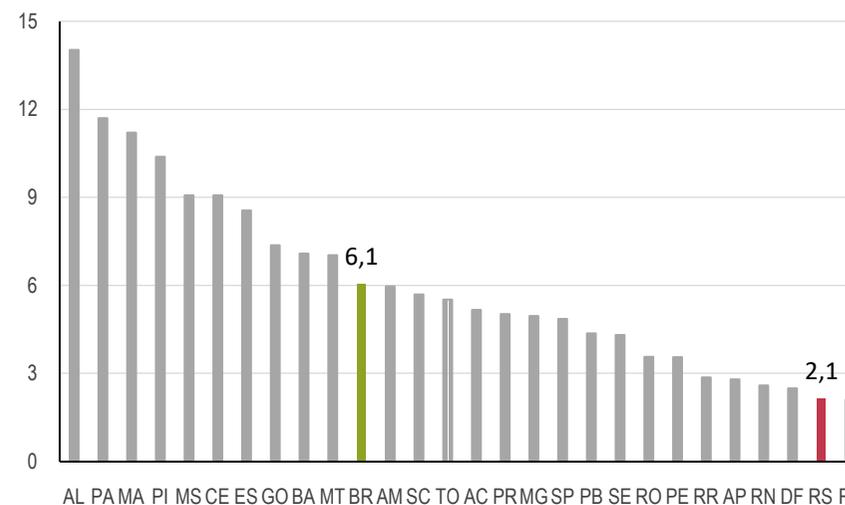
Nota: 1. As áreas hachuradas representam os anos em que ocorreram estiagens severas.

2. Para 2022 as estimativas de produção agrícola são preliminares e a variação do PIB refere-se ao acumulado até setembro.

Os desafios acima apresentados só podem ser enfrentados na forma adequada se, primeiramente, o Estado solucionar seus gargalos fiscais. Embora o RS tenha feito diversas reformas estruturantes ao longo dos últimos anos, o Estado ainda apresentava, em 2021, um baixo percentual de investimento liquidado em relação à Receita Corrente Líquida, em decorrência do ainda

desafiante cenário fiscal. Quando comparado a outros estados, esse indicador, de 2,1%, ficou acima somente do Estado do Rio de Janeiro (Gráfico 36). No ano seguinte, 2022, houve crescimento dos investimentos, porém, esse aumento foi impulsionado pelas receitas extraordinárias. No contexto do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o equilíbrio das contas públicas é uma meta a ser atingida, conforme os termos de adesão do Estado, e, por mais que esforços difíceis tenham sido feitos nos últimos anos, o desafio fiscal permanece sendo um ponto de atenção constante do Governo.

Gráfico 36 – Investimento Liquidado sobre a Receita Corrente Líquida no Brasil e nas unidades federativas — 2021



Fonte: Ranking de Competividade dos Estados.

Prioridades e desafios

Com base em todos os elementos abordados, salienta-se a importância da continuidade do processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul a fim de superar os desafios apresentados, como a questão fiscal e os problemas sociais e, concomitantemente, lidar com a questão demográfica de envelhecimento populacional e redução do contingente de pessoas em idade produtiva. Assim, torna-se imperativa a busca do planejamento estadual para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, potencializar a eficiência do processo produtivo, fazendo com que cada trabalhador tenha mais ganhos por hora trabalhada.

Nesse contexto, definiram-se as cinco prioridades do Estado, fazendo-se necessário priorizar a educação e a inovação, a fim de proporcionar empregos de nível técnico de maior remuneração, valorizando, ao mesmo tempo, aspectos como a saúde e o combate à pobreza, pois, além de serem temas importantíssimos sob o aspecto humanitário, são essenciais para ofertar uma mão de obra qualificada, capaz de produzir o seu máximo. Também, e não menos importante, é preciso focar em uma particularidade gaúcha, qual seja, a incidência de estiagens, as quais se repetiram em três dos últimos quatro anos. Dessa forma, o fortalecimento de políticas de irrigação pode contribuir para os desafios trazidos pela alta volatilidade associada ao clima e para o aumento da produtividade no campo.

Adicionalmente, o Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul aborda 22 objetivos dentro de quatro eixos temáticos, que buscam agir sobre os desafios que precisam ser enfrentados, como, por exemplo, o ainda

difícil cenário fiscal — uma particularidade do Estado — ou o enfrentamento às mudanças climáticas, que impactam o mundo inteiro conjuntamente.

Como já mencionado, limitou-se, aqui, a uma breve análise de alguns dos principais temas que serviram de alicerce para a elaboração do Mapa Estratégico de Governo. Não obstante, cada Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul precisou entrar em níveis de detalhamentos de sua pasta de forma muito mais aprofundada para a elaboração do PPA, mas sempre tendo os principais desafios do Estado como norte para a definição de suas estratégias de atuação.

PROJETO DE LEI DO PPA 2024-2027

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual – PPA, para o período 2024-2027, conforme o disposto no art. 149, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 10.336, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 11.180, de 25 de junho de 1998, no que não contrariar as normas estabelecidas pela União.

Art. 2º Constituem os eixos estratégicos da administração pública estadual, direta ou indireta, orientadores do planejamento plurianual para o período 2024-2027:

- I - Estado Próspero;
- II - Planejamento, Governança e Gestão;
- III - Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz;
- IV - Desenvolvimento Econômico Inovador.

Art. 3º O conteúdo do Plano Plurianual 2024-2027 encontra-se explicitado no Anexo desta Lei, no qual são apresentados os Programas, as Ações Programáticas, as Iniciativas, seus Produtos e metas.

Art. 4º Os Programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5º Para efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Programa Temático: Programa de natureza finalística, que resulta em bens e/ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Consiste em conjunto articulado de esforços intersetoriais que buscam dar tratamento a macroproblemas socialmente identificados sob um escopo temático comum, reconhecidos e declarados pelo Governo como objeto de política pública;

III - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Programa que produz bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos demais Programas;

IV - Programa de Crédito: Programa gerido pelas instituições de crédito do Estado. Possui objetivos e metas físicas, caracterizadas pelo volume de crédito concedido, pelo número de operações realizadas e/ou pelo número de beneficiários dessas operações;

V - Encargos Especiais: Programa de natureza exclusivamente financeira, registrado por meio de Iniciativas padronizadas, e considerado para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas;

VI - Ação Programática: conjunto viável de Iniciativas, com o qual se pretende atacar, eficazmente, as causas de um macroproblema e, assim, provocar-lhes mudanças no sentido esperado, no médio e longo prazo;

VII - Iniciativa: processo que, combinando apropriadamente os recursos adequados, produz bens e serviços com os quais se procura atacar as causas de um macroproblema.

VIII - Produto: bem e/ou serviço ofertado pela organização implementadora diretamente para beneficiários da uma Iniciativa;

IX - Meta: valor desejado de entrega direta do produto para seus beneficiários.

Art. 6º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das suas autarquias, fundações e empresas estatais, das operações de crédito internas e externas, dos convênios com a União, das transferências obrigatórias e, subsidiariamente, poderá apontar recursos de parcerias com municípios e com a iniciativa privada.

§ 1º Os valores financeiros previstos nesta Lei são referenciais e não se constituem limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais que dela advirão, cujos parâmetros são definidos nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Os valores financeiros previstos nesta Lei estão vinculados às Iniciativas que constituem os programas do PPA 2024-2027, sendo previstas também Iniciativas não orçamentárias, às quais não estão associados recursos de natureza financeira.

Art. 7º As metas físicas dos Produtos estabelecidas para o período 2024-2027 se constituem em referências a serem observadas pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 8º Considera-se revisão do PPA 2024-2027 mudanças substanciais na estrutura do Plano, como a inclusão, exclusão ou adequação de Eixos Estratégicos e de Programas Temáticos, e/ou mudanças que ampliem os valores financeiros previstos nas Iniciativas do Plano Plurianual, quando não regulamentadas por Lei posterior.

§ 1º O Poder Executivo poderá revisar anualmente o Plano Plurianual, encaminhando projeto de lei à Assembleia Legislativa até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária anual (PLOA) do exercício seguinte.

§ 2º O projeto de lei de revisão do PPA 2024-2027 deverá conter as razões que motivam a proposta.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a alterar o PPA 2024-2027, mediante decreto, no caso de adequações necessárias decorrentes de Leis posteriores, que resultem diretamente na alteração, inclusão ou exclusão de Programas, Ações Programáticas, Iniciativas, Produtos e Metas.

Art. 10º O Poder Executivo fica autorizado a alterar o PPA 2024-2027, mediante decreto, a fim de ajustar informações gerenciais, que não afetam a estrutura do Plano, bem como os seguintes atributos de Programa Temático do PPA 2024-2027:

- I – contextualização do Programa Temático;
- II – justificativa de Ação Programática;

III – indicador temático;

IV – indicador de resultado;

V – meta física, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

VI - órgão coordenador de Ação Programática;

VII - órgão responsável por Iniciativa;

VIII – regionalização de meta física.

Parágrafo único. As alterações no PPA 2024-2027 devem ser divulgadas no sítio oficial da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Art. 11 O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

§ 1º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, conforme Decreto nº 56.179, de 3 de novembro de 2021, que instituiu a Rede de Planejamento, Governança e Gestão do Estado.

§ 2º O relatório de acompanhamento da execução dos programas do PPA, de que trata o “caput” deste artigo, será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado concomitantemente com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º O relatório mencionado no § 2º também deverá atender ao disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, atualizada pela Lei Complementar nº 11.180, de 26 de junho de 1998.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I



PROGRAMAS



PODER EXECUTIVO



PROGRAMAS TEMÁTICOS



EIXO ESTADO PRÓSPERO



Programa: EQUILÍBRIO FISCAL E NOVAS PARCERIAS **Temático**

Objetivo Temático: Ampliar a capacidade de investimentos e qualificar a entrega dos serviços públicos, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas e intensificando as parcerias junto ao setor privado.

Contextualização: O Programa Equilíbrio Fiscal e Novas Parcerias aborda as temáticas relacionadas às receitas e despesas e às possibilidades de parcerias com o setor privado e o terceiro setor. A responsabilidade com a gestão fiscal norteia a atuação do Governo do Rio Grande do Sul. Em 2022, a homologação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) permitiu o escalonamento da dívida com a União e de outros contratos. No mesmo ano, o Estado apurou um superávit orçamentário de R\$ 3,34 bilhões. Além disso, a capacidade de investimento do Estado, expressa pelo percentual de 6,76% de investimentos sobre a receita líquida, voltou a crescer. Não obstante, a relação entre dívida corrente líquida e receita corrente líquida atingiu 199,3%, o que evidencia que a situação fiscal do Estado ainda inspira cuidados. Diante disso, o Governo do Rio Grande do Sul propõe, no âmbito deste Programa, a revisão dos termos do RRF de forma a garantir uma trajetória mais sustentável da dívida. Da mesma forma, são elencadas ações voltadas à melhoria contínua dos processos de gestão fazendária e da administração tributária e financeira e à racionalização do gasto público. Além disso, com o objetivo de qualificar a prestação dos serviços sem comprometer os recursos públicos, a gestão reforça sua disposição de realizar novas concessões e parcerias junto à iniciativa privada.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
1.644.631.521	1.514.069.233	130.562.288	Dívida corrente líquida sobre receita corrente líquida	%	199,33	Negativa
			Percentual de investimentos sobre a receita corrente líquida	%	6,76	Positiva
			Resultado primário em relação ao serviço da dívida	Índice	1,67	Positiva

Ação Programática: RS PARCERIAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES

Resultado Esperado: Qualificação na prestação de serviços públicos e adequação da infraestrutura às necessidades atuais e futuras do Estado por meio de captação de recursos privados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
108.791.201	34.460.113	74.331.088	Número de contratos de parcerias acompanhados	Unidade	3	19
			Número de contratos de parcerias assinados	Unidade	3	19

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Acompanhamento e fiscalização de concessões e parcerias	SEPAR	Avaliar a efetividade dos contratos de parcerias firmados a fim de garantir a eficácia e a conformidade com os objetivos estabelecidos.	4.068.027	Nota técnica emitida	unidade	48
				Relatório elaborado	unidade	19
				Vistoria realizada	unidade	200
Análise de Instrumentos Jurídicos	AGERGS	Análise de Instrumentos Jurídicos	0	Edital e Contrato Analisado	unidade	23
Concessões e parcerias para valorização de ativos ambientais	SEMA	Estruturação da modelagem mais adequada para a companhia, com meta de capitalização, ajuste e melhoria dos índices financeiros para atração de investidores e garantia de atingimento das metas para concessão dos serviços junto a agências reguladoras.	3.000.000	Estudo de viabilidade para parcerias e/ou concessões na área ambiental realizado	unidade	3
Desenvolvimento de negócios e parcerias	SEPAR	Identificar, analisar, estruturar projetos de Parcerias visando o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul através de investimentos privados para a melhoria da infraestrutura e serviços públicos.	16.272.108	Edital publicado	unidade	12
				Estruturador contratado	unidade	2
				Modelagem de concessão elaborada	unidade	7
				Modelagem de parceria público-privada elaborada	unidade	3
Fiscalização de concessões	SELT	Contratação de serviços para fiscalização de contratos de concessão no âmbito da Secretaria de Logística e Transportes	1.200.000	Contrato de concessão fiscalizado	unidade	4
Privatização	SEMA	Estruturação da modelagem mais adequada para cada companhia, com meta de capitalização, ajuste e melhoria dos índices financeiros para atração de investidores e garantia de atingimento das metas para concessão dos serviços junto a agências reguladoras.	500.000	Desestatização da CRM implementada	unidade	1
				Estudo para definir o modelo de desestatização da CRM elaborado	unidade	1
Promoção da Participação Social	AGERGS	Promoção da Participação Social por meio de Audiências e Consultas Públicas	80.000	Audiência Pública Realizada	unidade	20
				Consulta Pública Realizada	unidade	20
Reestruturação do Parque Estadual da Guarita	SETUR	Reestruturação do Parque da Guarita após completar 50 anos. Implementação de ações destinadas a aprimorar a sinalização e a experiência dos turistas. O objetivo é reforçar a instalação geral das placas de sinalização para atender a padrões internacionais de segurança, além de revitalizar determinados espaços, por meio de uma parceria realizada entre o setor público e a iniciativa privada.	1.146.276	Parque reestruturado	%	100

Regulação da Concessão de Aeroportos	AGERGS	Orientar a confecção e homologar os editais e contratos.	40.000	Aeroporto Regulado	unidade	2
				Contrato Homologado	unidade	2
				Edital Homologado	unidade	2
Regulação do serviço de distribuição do gás canalizado	AGERGS	Regulação Técnica Comercial e Econômico - Financeira do Mercado de Gás Canalizado	11.000.000	Análise Técnica Realizada	unidade	8
				Fiscalização Realizada	unidade	8
				Normativa Proposta	unidade	4
				Tarifa Regulada	unidade	12
Regulação do serviço de energia elétrica - Convênio ANEEL	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para ações fiscalizatórias dos serviços públicos delegados de energia elétrica de competência da União.	5.120.911	Fiscalização Realizada	unidade	96
Regulação dos serviços das Rodovias Concedidas	AGERGS	Regulação (de qualidade e econômico-financeira) da concessão de rodovias. Exercício de atividades decorrentes da concessão referente às atribuições da AGERGS. (base legal: Lei 10.931 de 09/01/97 atualizada até a Lei 13.696, de 05/04/2011, art. 3º, parágrafo único, alínea c, e art.4º, inciso: VII.	10.200.000	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	132
				Tarifa Regulada	unidade	13
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Saneamento	AGERGS	Busca da modicidade tarifária e o justo retorno dos investimentos, fixação, reajuste, revisão e homologação tarifas, fiscalização da qualidade dos serviços, aplicação de sanções decorrentes da inobservância da legislação, moderação e arbitragem de conflitos de interesse, entre outros.	27.923.879	Fiscalização comercial da qualidade do serviço realizada	unidade	8
				Fiscalização por indicador da qualidade do serviço realizada	unidade	1.000
				Fiscalização técnica da qualidade do serviço realizada	unidade	65
				Tarifa Regulada	unidade	8
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Intermunicipal Hidroviário de Passageiros e Veículos	AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Intermunicipal Hidroviário de Passageiros e Veículos - Busca da modicidade tarifária e o justo retorno dos investimentos, fixação, reajuste, revisão e homologação tarifas, fiscalização da qualidade dos serviços, aplicação de sanções decorrentes da inobservância da legislação, moderação e arbitragem de conflitos de interesse, entre outros.	8.080.000	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	24
				Tarifa Regulada	unidade	12
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros - Busca da modicidade tarifária e o justo retorno dos investimentos, fixação, reajuste, revisão e homologação tarifas, fiscalização da qualidade dos serviços, aplicação de sanções decorrentes da inobservância da legislação, moderação e arbitragem de conflitos de interesse, entre outros.	12.120.000	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	220
				Tarifa Regulada	unidade	20
Regulação dos serviços públicos delegados das Estações Rodoviárias	AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados das Estações Rodoviárias - fiscalização da qualidade dos serviços, aplicação de sanções decorrentes da inobservância da legislação, moderação e arbitragem de conflitos de interesse, entre outros.	8.040.000	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	70

Ação Programática: RECEITA DIGITAL 2030+

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Qualificação dos processos de tributação e fiscalização da Receita Estadual, com serviços digitais simplificados, com vistas à arrecadação eficiente e um melhor ambiente de negócios.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.417.520.000	1.417.000.000	520.000	Acréscimo na arrecadação com impostos	R\$ (milhão)	-2.222	3.229

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Análise dos setores da economia gerando informações e identificando oportunidades para o desenvolvimento econômico e social do Estado	SEFAZ	Análises dos setores da economia para identificação de oportunidades para alavancar o desenvolvimento estadual, mediante a utilização das bases de dados da Receita Estadual gerando informações tributárias qualificadas para subsidiar a política de desenvolvimento econômico do Estado.	0	CNPJ cadastrado no APP minha empresa	unidade	25.000
				Reunião do Conselho de Boas Práticas Tributárias (CBPT) realizada	unidade	24
				Revista RS360 publicada no Portal Receita.doc	unidade	48
Aprimoramento das premissas econômicas e atuariais do RPPS/RS	IPEPREV	Construção de ferramenta para otimização e modernização de cálculo atuarial para concessão e manutenção de benefícios previdenciários a partir da base de dados dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS/RS, de premissas biométricas, econômicas, financeiras e demográficas, visando evolução do nível de maturidade na gestão e mensuração dos passivos previdenciários do RPPS/RS.	2.000.000	Cálculo atuarial e administrativo automatizado	%	100
				Gestão de fundos qualificada	%	100
				Sistema de Perícia Previdenciária Única (PPU) automatizado	%	100
Aprimoramento do Sistema de Controle de Arrecadação Previdenciária	IPEPREV	O Sistema de Controle de Arrecadação Previdenciária é um sistema que visa atualizar os meios para controle da arrecadação e da cobrança das contribuições previdenciárias dos servidores e pensionistas. O objetivo é otimizar o tratamento da informação para controle gerencial, a classe de cálculo das contribuições previdenciárias e a gestão dos dependentes previdenciários.	500.000	Sistema de Controle de Arrecadação previdenciária implementado	%	100
Gestão da taxa de administração	IPEPREV	Implementar ferramentas para gestão da taxa de administração das contribuições previdenciárias, visando gestão dos repasses dos recursos taxa de administração de forma transparente e eficiente.	1.000.000	Sistema de controle de receitas administrativas implementado	%	100
Gestão do COMPREV	IPEPREV	Implementar ferramentas para gestão do sistema COMPREV visando agilidade nos processos da compensação previdenciária entre os regimes previdenciários RGPS e RPPS.	1.500.000	Sistema de gestão da compensação previdenciária implementado	%	100
Gestão efetiva dos gastos tributários	SEFAZ	Realização de estudos da efetividade dos gastos tributários, entendidos as diversas modalidades de renúncia de receita, buscando construir informações para auxiliar na tomada de decisões para evitar benefícios inadequados e não efetivos e, conseqüentemente, obter maior eficiência da economia gaúcha.	84.520.000	Estudo do impacto na arrecadação para concessão e operação de novos benefícios fiscais realizado	unidade	96
Nota Fiscal Gaúcha	SEFAZ	Programa do Estado que visa fomentar a cidadania fiscal, a concorrência leal e o aumento da arrecadação, por meio do estímulo à emissão de documentos fiscais pelas empresas e sua exigência por parte dos consumidores. Através do Programa da Nota Fiscal Gaúcha os cidadãos acumulam pontos sempre que solicitarem a inclusão do número do seu CPF no documento fiscal no momento de suas compras em estabelecimentos participantes. Os pontos serão convertidos em bilhetes (números) que possibilitam a participação em sorteios mensais.	288.000.000	Sorteio realizado	unidade	48

Nota Fiscal Gaúcha - Assistência Social	SAS	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos para entidades beneficiadas pelo Nota Fiscal Gaúcha - SAS	26.400.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Nota Fiscal Gaúcha - Educação	SEDUC	Repassar para as escolas da rede estadual os valores da premiação das etapas do programa Nota Fiscal Gaúcha, conforme disposto na Lei nº 14.020/2012.	24.000.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Programa Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Nota Fiscal Gaúcha - Meio Ambiente	SEMA	Repasse de recursos para entidades beneficiadas pela Nota Fiscal Gaúcha.	5.600.000	Recurso repassado para entidades beneficiadas pela Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Nota Fiscal Gaúcha - Saúde	SES	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos para entidades beneficiadas pelo Nota Fiscal Gaúcha - Saúde.	24.000.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Qualificação do Programa Devolve ICMS	SEFAZ	O programa visa devolver ICMS para famílias de baixa renda. Abrange famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) com base nos critérios de que recebam o benefício do Bolsa Família ou cujo titular familiar tenha algum dependente matriculado na rede estadual de ensino médio regular. Todas as famílias beneficiadas possuem renda mensal de até três salários mínimos nacionais ou renda per capita por mês inferior a meio salário mínimo nacional, conforme critérios do CadÚnico. A devolução é de R\$ 400,00 por ano, paga em quatro parcelas anuais de R\$ 100,00. Essa devolução tem o intuito de garantir uma maior justiça tributária, pois em relação à sua renda as famílias mais pobres pagam, proporcionalmente, mais impostos. A medida também incentiva a cidadania fiscal, porque quanto mais notas fiscais são emitidas, mais cresce a arrecadação do Estado. O Devolve ICMS é viabilizado por meio de recursos próprios do caixa do Estado.	960.000.000	Valor devolvido à população de baixa renda promovendo a justiça tributária e atenuando a regressividade do ICMS	R\$	240.000.000

Ação Programática: EQUACIONAR O EQUILÍBRIO FISCAL RELACIONADO AOS PRECATÓRIOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Auxiliar o Estado em seu processo de ajuste fiscal, através da redução da dívida de precatórios judiciais, harmonizando-se com a retomada do fôlego financeiro propiciado, no médio e longo prazo, pelas reformas estruturais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
40.000	40.000	0	Percentual de recursos utilizados na redução do estoque de precatórios	%	0	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Contratação da operação de crédito Pró-Sustentabilidade	SEFAZ	<p>O Pró-Sustentabilidade é um programa destinado a auxiliar o Estado em seu processo de ajuste fiscal. Trata-se de um financiamento de US\$ 500 milhões do Rio Grande do Sul junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com vistas à quitação de precatórios judiciais, já aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) em outubro de 2022. Esta operação de crédito contará com a garantia da União.</p> <p>Atualmente, os recursos destinados pelo Estado para o pagamento de precatórios, de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), são insuficientes para que o estoque de cerca de R\$ 16 bilhões seja quitado até 2029. Com os US\$ 500 milhões, ou cerca de R\$ 2,5 bilhões, haverá mais agilidade nos processos de pagamento conduzidos pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Os recursos para quitação de precatórios do Pró-Sustentabilidade serão destinados 100% para acordos judiciais, com deságio, o que permitirá a quitação de um valor do passivo total estimado em cerca de R\$ 4 bilhões.</p>	40.000	Operação de crédito contratada	unidade	1



Ação Programática: MODELO DE CONTROLE INTERNO DO ESTADO ADERENTE ÀS MELHORES PRÁTICAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Maior contribuição do controle para a avaliação das políticas públicas e entregas do Estado ao cidadão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
3.240.000	3.200.000	40.000	Modelo de Capacidade em Auditoria Interna - IA-CM	Nível	1	3

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Implementação de metodologia baseada em riscos no controle	SEFAZ	Atuação do controle interno mais direcionado para atividades que envolvam riscos no atingimento dos objetivos dos órgãos e entidades.	3.240.000	Maturidade no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) aperfeiçoada	unidade	3
Modernização do sistema de convênios	SEFAZ	Simplificação de fluxos, redução de erros nas prestações de contas de convênios, por meio do uso de dados disponíveis nos sistemas do Estado com apoio de inteligência artificial.	0	Análise automatizada de convênios implantada	unidade	1
				Sistema de prestação de contas de convênios implantado	unidade	1
Projeto Escola Íntegra	SEFAZ	Difusão da cultura de integridade e de conceitos relacionados às finanças públicas do Estado nas escolas gaúchas.	0	Concurso de manifestações artísticas sobre integridade realizado	unidade	4
Promoção da integridade pública e privada	SEFAZ	Fortalecimento dos mecanismos de governança nos órgãos e entidades, contribuindo para prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, além de desvios éticos e de conduta.	0	Programa de integridade de fornecedores avaliado	%	100
				Programa de integridade dos órgãos e das entidades do Poder Executivo implantado	%	70

Ação Programática: QUALIDADE DO GASTO: MELHORAR A GESTÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Racionalizar o gasto público por meio da promoção e da integração de ações voltadas para a gestão eficiente do gasto

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
10.000.000	10.000.000	0	Número de projetos de pesquisa entregues	Unidade	0	13

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Programa de Inovação do Tesouro	SEFAZ	O propósito do PIT é desenvolver novas ações, materializar ideias e melhorar a prestação de serviços, a partir de um processo colaborativo com parceiros externos. Sete eixos compõem o PIT: Inovação Fiscal; Governança Colaborativa; Relação com o Cidadão; Desenvolvimento Econômico e Social; Equilíbrio Financeiro; Inovação Tecnológica e Qualidade do Gasto.	0	Central de Informações do Servidor implementada (piloto)	unidade	1
				Matriz de Avaliação da Estrutura Produtiva do Estado (MAEP) elaborada e disponibilizada	unidade	1
				Projeto Design de Novos Negócios com Dados Governamentais implementado	unidade	2
Programa de Qualidade do Gasto	SEFAZ	Programa de Qualidade do Gasto: É coordenado pelo Tesouro do Estado e sua função é desenvolver projetos para a melhor gestão da aplicação dos recursos públicos e consequente melhoria da prestação dos serviços.	10.000.000	Ferramenta para qualificar as decisões dos gestores disponibilizada	unidade	4
				Metodologia de priorização dos programas a serem avaliados e de implementação das propostas criada	unidade	1

Ação Programática: APRIMORAMENTO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Atingimento de uma governança do RRF, com termos mais saudáveis às finanças do Estado

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Resultado primário	R\$ (milhão)	1.352	7.553,72

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Implementação de governança interna do RRF com integração entre os órgãos colegiados	SEFAZ	Subsidiar a tomada de decisão sobre atos que impactem no plano de recuperação fiscal de forma otimizada, integrada e com fluxos bem definidos entre os órgãos colegiados (Comitê Estadual do RRF, GAE e JUNCOF) sempre tendo em vista as metas, vedações e medidas de ajustes.	0	Sistemática de acompanhamento do plano de recuperação fiscal implantada	unidade	1
Revisão do RRF	SEFAZ	A revisão dos termos do RRF se faz necessária visto que os termos atuais mantêm uma trajetória de dívida inalcançável para o Estado. Trajetória da dívida do Estado mais sustentável a partir da revisão dos termos do RRF. Para a revisão de metas e compromissos, ter em conta que há a necessidade de refletir as mudanças na arrecadação do ICMS causadas pela LC194. Para a proposta de alteração da LC 159, se visa à revisão de encargos e prazo da dívida pública de forma a atingir o equilíbrio fiscal ao fim do regime.	0	Meta e/ou compromisso do RRF vigente revisado	unidade	1
				Proposta de alteração da LC 159/17 elaborada	unidade	1

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Aperfeiçoamento da gestão e da transparência fiscal do Estado, por meio da modernização dos processos financeiros, tributários e de resolução dos contenciosos fiscais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
105.040.320	49.369.120	55.671.200	Valor de arrecadação do ICMS	R\$ (milhão)	43.252	54.648,9

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Profisco - PGE	PGE	Programa de Modernização dos Fiscos Estaduais, com o objetivo de implementar ações nas áreas de gestão fazendária, transparência, administração financeira e tributária, contencioso fiscal e gasto público, visando aprimorar e simplificar os serviços prestados pelas fazendas estaduais, otimizar o uso e o controle dos gastos públicos, bem como ampliar as receitas com tributos.	10.504.320	Profisco executado	%	100
Profisco - SEFAZ	SEFAZ	Programa de Modernização dos Fiscos Estaduais, com objetivo de implementar ações nas áreas de gestão fazendária, transparência, administração financeira e tributária, contencioso fiscal e gasto público, visando aprimorar e simplificar os serviços prestados pelas fazendas estaduais, otimizar o uso e controle dos gastos públicos, bem como ampliar as receitas com tributos.	94.536.000	Profisco executado	%	100

EIXO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO



Programa: GOVERNO MODERNO E EFICIENTE

Temático

Objetivo Temático: Entregar serviços ao cidadão de forma ágil, simples e qualificada, considerando as necessidades regionais do Rio Grande do Sul, por meio de processos eficientes de planejamento e gestão, ampliação da oferta de serviços públicos digitais e atendimento por servidores qualificados

Contextualização: O Programa Temático Governo Moderno e Eficiente reúne os principais macroproblemas a serem enfrentados pelo Governo do Estado para que sejam entregues serviços cada vez mais qualificados ao cidadão gaúcho. Para isso, estão previstos avanços nas estratégias de comunicação, ações de melhoria na gestão, inovação e integração de processos, desde o planejamento, incluindo questões de inteligência e governança de dados, passando por compras públicas, gestão de ativos e qualificação dos servidores. Uma dimensão fundamental da modernização da gestão pública envolve a oferta de serviços públicos digitais, que pode ser mensurada através do índice da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC), o qual envolve três pilares: Capacidades para a Oferta Digital de Serviços; Oferta de Serviços Digitais e Regulamentação sobre Modernização Para Oferta de Serviços Públicos. Em 2022 o Rio Grande do Sul atingiu a primeira posição no ranking dos Estados na oferta de serviços digitais, sendo o primeiro colocado em duas das três dimensões consideradas: Capacidades para a Oferta Digital de Serviços e Oferta de Serviços Digitais. Em relação à Regulamentação sobre Modernização Para Oferta de Serviços Públicos o Estado ocupa a 3ª posição, ficando atrás de Minas Gerais e Rio de Janeiro apenas. No Ranking de Competitividade dos Estados, o Rio Grande do Sul ocupou a sexta colocação em 2022, ao receber 58,16 pontos, atrás de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso, tendo subido três posições em relação a 2021. Esse ranking é calculado com base em 68 indicadores e em 10 pilares estratégicos para o desenvolvimento, a citar: capital humano, educação, eficiência da máquina pública, infraestrutura, inovação, potencial de mercado, segurança pública, solidez fiscal, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental. Diante disso, o programa temático Governo Moderno e Eficiente tem como objetivo entregar serviços ao cidadão de forma ágil, simples e qualificada, considerando as necessidades regionais do Rio Grande do Sul, por meio de processos eficientes de planejamento e gestão, ampliação da oferta de serviços públicos digitais e atendimento por servidores qualificados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
17.803.355.407	17.726.725.645	76.629.762	Oferta de serviços públicos digitais	Ponto	100,00	Positiva
			Pontuação no ranking de competitividade dos estados	Ponto	58,16	Positiva



Ação Programática: INTELIGÊNCIA E GOVERNANÇA DE DADOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Transparência, acessibilidade e confiabilidade dos dados governamentais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
93.790.307	57.133.209	36.657.098	Índice de maturidade da governança de dados	Percentual	Não apurado	70
			Número de conjuntos de dados disponibilizados no portal de dados abertos	Unidade	302	450
			Percentual de dados estratégicos catalogados	Percentual	Não apurado	100
			Percentual de disponibilização de informações sobre a frota do Estado	Percentual	Não apurado	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aperfeiçoamento da formulação das políticas públicas	SPGG	Realização de estudos quantitativos e qualitativos de avaliação de políticas públicas.	0	Avaliação de política pública realizada	unidade	8
Aperfeiçoamento da governança e gestão da privacidade e proteção de dados e de segurança da informação no Poder Executivo Estadual	PGE	Contempla os esforços e ações voltadas ao aperfeiçoamento da governança e gestão da privacidade e proteção de dados e de segurança da informação no Poder Executivo Estadual, perpassando a gestão executiva anual do GT LGPD com vista a proposição para implementação dos mecanismos e estruturas de governança necessários à efetiva gestão da proteção de dados e da segurança da informação no Estado.	0	Estrutura responsável pela governança em privacidade de dados Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e segurança da informação proposta	unidade	1
				Plano de trabalho para gestão do Grupo de Trabalho Estadual Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) executado	unidade	4
Banco de dados socioeconômicos	SPGG	Alimentação contínua do DEE Dados: Base de dados importantíssima sobre a realidade do RS, que alimenta o Dados Abertos RS e a Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE).	0	Banco de dado socioeconômico atualizado	%	100
Conexão dos dados da frota de veículos oficiais através de painéis de gerenciamento	SPGG	Desenvolvimento de sistema para divulgação em tempo real dos veículos oficiais em uso ou disponível por órgão/região visando a transparência da utilização do bem público, aumento da fiscalização, otimização de recursos (gastos com abastecimento, manutenção e alienações), auxiliar prefeituras nos pedidos de doações, melhorar a gestão do uso do bem público, etc.	3.107.960	Painel de consulta do dado de veículo oficial implantado e com base de dado compartilhada	%	100
Elaboração e publicação de indicadores e estudos socioeconômicos	SPGG	Realização de estudos e Indicadores que subsidiem políticas públicas e retratem a realidade do RS.	0	Estudo e indicador divulgado	unidade	160
Estratégia RS Data-driven	SPGG	Solidificar processos e cultura de orientação a dados e garantir infraestrutura tecnológica adequada para governança, compartilhamento, abertura e auditoria de dados a fim de contribuir para a melhoria das políticas públicas e suporte a transformação digital para entrega serviços públicos eficientes, modernos e ágeis ao cidadão.	16.850.000	Dado estratégico e aberto mapeado, catalogado e disponibilizado de forma automática	%	70
				Diretriz e regramento para o uso de Inteligência Artificial (IA) estabelecido	unidade	1
				Estrutura tecnológica para governança, compartilhamento, abertura de dado, proteção de dado pessoal implantada e operando	%	100
				Programa de governança e alfabetização de dado implantado	unidade	270
				Regramento de dado aberto atualizado	unidade	1

Gerenciamento de limites municipais	SPGG	Atendimento a solicitações provenientes de gestores municipais, de cidadãos e demandas do poder judiciário relativas a dúvidas de limites entre municípios, valor de áreas territoriais, localização de propriedades, entre outros. Atuação junto à Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), para análise de processos de correções de limites, e encaminhamento à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) dos dados utilizados no cálculo do retorno de ICMS aos municípios. Atualização sistemática da base cartográfica oficial de limites municipais.	0	Análise de limite municipal realizada	unidade	48
Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)	SPGG	Atualização da interface do Geoportal da IEDE e ampliação do número de parceiros para compartilhamento de dados espaciais. Elaboração da base cartográfica digital contínua na escala 1:25.000, nos termos do Projeto-Piloto executado na Região Funcional 1.	15.045.200	Base cartográfica digital elaborada	km2	32.971
				Interface do geoportal atualizada	%	100
				Portal e licença atualizada	%	100
Integra RS	JUCISRS	Garantir o funcionamento e a evolução da estrutura tecnológica e de serviços que viabiliza a REDESIM, ampliando a Integração de dados pelo digital via Integrador Estadual (Sistema de Registro Empresarial SRM/Integrador - solução pública). Disponibilização das informações utilizando ferramentas de internet e aplicações de celular, via Governo Estadual na Internet (Portal de Informações para tomada de decisão e/ou Oportunidade de Investimentos no Estado, nas mais variadas áreas que a informação puder alcançar). Atualização recorrente do Sistema de Informações, replicado no portal do Estado.	22.041.386	Portal e aplicação implantado	%	100
				Redesim conectada	%	100
Jornada JucisRS	JUCISRS	Capacitação e atualização de profissionais e gestores públicos por meio de palestras e workshops direcionados às atividades de registro empresarial. Atualização do público alvo quanto às mudanças na legislação e atualizações tecnológicas no Registro Empresarial. Fomento das integrações com foco na melhoria do ambiente de negócios. Capacitação de empreendedores.	8.240.000	Palestra e workshop realizado	unidade	28
				Treinamento para empreendedores realizado	unidade	840
Junta Digital	JUCISRS	Ateste da qualidade e resolução do acervo digitalizado, garantindo que todo o arquivo (100%) encontra-se alocado em nuvem com backup. Disponibilização de certidões instantâneas para os usuários (empreendedores, profissionais, empresários, poder público). Liberação do acervo em papel para destinação futura (descarte, caso seja autorizado por Lei), ou sua manutenção em local e condições adequadas para a conservação. Incremento permanente da capacidade de análise de processos da JucisRS, por meio de ações combinadas de tecnologia (Metaverso), convênios (Unidades Desconcentradas), e terceirizações (via Lei que autorize), entre outras ações complementares.	21.150.708	Capacidade ampliada de análise implementada	%	40
				Digitalização revisada e atestada	unidade	100
Levantamento e divulgação de dados da cadeia orizícola	IRGA	Organizar bases de dados estatísticos relacionados à produção e produtividade, bem como coligar os elementos elucidativos das atividades orizícolas no Rio Grande do Sul.	6.955.053	Dado da lavoura arrozeira divulgado	unidade	140
Qualificação das ações de promoção de transparência ativa e governança de dados	CC	Implantação e manutenção de sistema informatizado que visa disponibilizar, em portal online, de forma indexada e correlacionada, a pesquisa abrangente e flexível dos atos oficiais e normativos do Governador do Estado, mediante a transformação para meio digital das informações de fichas catalográficas e de acervo histórico.	400.000	Conjunto de dados dos atos oficiais normas do Governador do Estado inserido e disponibilizado	%	100
				Portal de Pesquisa de Atos Oficiais e Normas do Governador do Estado implantado	%	100
Sensibilização de gestores públicos sobre a política de dados abertos	CC	Sensibilização de gestores públicos sobre a política de dados abertos, com foco na ampliação de conjunto de dados disponibilizados no Portal Dados RS e atualização do regramento de dados abertos.	0	Conjunto de dados no Portal Dados RS atualizado e ampliado	%	100
				Regramento de dados abertos atualizado	%	100



Ação Programática: MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Processos mais eficientes, efetivos e eficazes, gerando economia e agilidade na entrega dos serviços públicos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
2.426.775.000	2.419.775.000	7.000.000	Índice de maturidade da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Percentual	Não apurado	70
			Número de órgãos com processos aprimorados com auxílio do Escritório de Processos	Unidade	Não apurado	27
			Número de processos comuns aos órgãos padronizados com auxílio do Escritório de Processos	Unidade	0	4
			Percentual de serviços transversais compartilhados devidamente implantados/renovados	Percentual	Não apurado	100
			Total de pessoas atingidas no Programa de Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Unidade	Não apurado	2.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aperfeiçoamento e solidificação dos processos	SPGG	Realização de ações com o objetivo de desenvolvimento de uma cultura de gestão por processos nos órgãos do Poder Executivo Estadual.	0	Escritório de processo implantado	unidade	1
				Metodologia de mapeamento de processo desenvolvida e disseminada	unidade	1
Apoio à ampliação dos serviços na plataforma RS.GOV.BR	PROCERGS	Os serviços ofertados ao cidadão devem estar informatizados e oferecer agilidade, simplicidade e conveniência, explorando o potencial dos canais digitais e fornecendo uma melhor experiência de uso. A Iniciativa envolve diversos órgãos do Estado: Procergs, SPGG, CC, EDP, além do órgão responsável pelo serviço, incluindo serviços no âmbito municipal. A Iniciativa envolve o atendimento de 100% das demandas que ingressarem na Companhia.	4.523.000	Processo informatizado ao cidadão	%	100
Automação e melhoria de processos	SPGG	Automatizar atividades repetitivas e comuns a todos os órgãos de estado visando a eficiência dos processos e serviços.	250.000	Processo melhorado e automatizado	unidade	5
Engajamento do cidadão na utilização da Central de Serviços	DETRAN	Melhoria na gestão, inovação e integração de processos por meio da promoção da simplificação administrativa, compartilhamento de serviços, modernização da gestão pública e integração dos serviços públicos, especialmente os que podem ser prestados por meio eletrônico. Essa iniciativa visa enfrentar o macroproblema da ineficiência na gestão, inovação e integração dos processos na administração pública estadual.	48.000.000	Serviço aberto/requerido de forma nato-digital	%	60

Gestão dos serviços compartilhados	SPGG	Os Centros de Serviços Compartilhados (CSC), são unidades operacionais que reúnem funções de apoio de uma instituição. A estruturação e atuação de um CSC, segundo a literatura, contribui para a o combate de situações bastante comuns em organizações de grande porte, como o Estado do RS, tais como: duplicidade de funções; complexidade dos processos; despadronização dos processos; multiplicidade de funções, cargos e estruturas para suporte nas diversas divisões; diversidade de sistemas de gestão e controle; inconsistência nos sistemas de informações gerenciais; subutilização da força de trabalho e dos recursos físicos; desperdício de recursos financeiros; e diminuição da competitividade. Para realizar a gestão dos Serviços Compartilhados, se faz necessário a estruturação de uma unidade focada no planejamento, gestão e avaliação dos serviços, atuando nas contratações dos serviços, na padronização e simplificação dos processos envolvidos e desenvolvendo suas atividades com ferramentas de apoio (sistemas, relatórios gerenciais dinâmicos...). Também é necessária uma plataforma para disponibilização dos serviços e acesso de todos os usuários.	13.230.000	Almoxarifado centralizado	%	100
				Centro de serviço compartilhado implantado	%	100
				Plataforma de serviço implantada	%	100
				Unidade de gestão de serviço compartilhado implantada	%	100
Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	SPGG	Melhorar e consolidar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para garantir alinhamento dos processos e soluções de tecnologia com a estratégia do Estado.	5.200.000	Modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) atualizado e com plano estratégico diretor e de aquisição implementado	%	90
				Processo de acompanhamento de sistema transversal implementado	unidade	12
				Segurança da informação mantida e evoluída de maneira uniforme e igualitária entre todo órgão e entidade supervisionada	%	90
Implementação da Pensão Previdenciária Eletrônica	IPEPREV	Implantar no sistema de Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE) o módulo Habilitação – Atendimento On-line que visa automatizar o requerimento do benefício Pensão por Morte, bem como agilizar a análise pelo atendente do IPE Prev e padronizar a comunicação com os beneficiários, tornando o atendimento mais transparente. Com a implantação do PPE, o beneficiário fará o requerimento de forma totalmente digital, assim como o acompanhamento do seu pedido. O PPE possui integração com os sistemas IF-RHE, IPA Suite e SBI, para validações e obtenções de dados.	900.000	Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE) implementada	%	100

Implementação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGPREV)	IPEPREV	<p>Desenvolvimento e implantação de um Sistema de Gestão Previdenciária que integre os sistemas já existentes e crie novas visões para a gestão do instituto.</p> <p>Integrar as etapas de concessão de benefícios aos dependentes previdenciários, visando agilizar e desburocratizar o processo.</p> <p>P1 - Módulo de dependentes previdenciários - designação, pelo servidor, de dependentes econômicos, para fins de futuro recebimento de pensão por morte, desde que se enquadrem nas condições previstas em lei. Os servidores ativos utilizam o sistema IF-RHE e os servidores inativos utilizam o APP do Servidor RS. Será implementado a partir de 2024.</p> <p>P2 - A Integração dos sistemas - Desenvolver ferramenta para auxiliar a gestão nos processos de tomada de decisão, utilizando recursos modernos que contribuem para eficiência dos serviços e alcance dos resultados almejados pelo instituto, bem como estender as capacidades atuais do ambiente RHE nos seguintes módulos:</p> <p>P3 - Base de dados previdenciária implementada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação das informações de bases previdenciárias; - Consolidação das bases e valores previdenciários; - Simplificar a atualização de averbações e desaverbações; - Construção de bases previdenciárias individualizadas. <p>P4 - Módulo de CTC implementado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recepção de CTCs; - Geração de CTCs para encaminhamento a outros órgãos. <p>P5 - Gestão do Processo de Aposentadoria qualificada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simulações de cálculo de aposentadoria e apuração por média de contribuição; - Processos relativos à aposentadoria; - Integração dos processos de aposentadoria com o TCE/RS; - Indicadores de performance e de qualidade. <p>P6 - Gestão do Processo de Pensão por Morte qualificada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processos relativos à pensão por morte; - Integração do RHE com outras plataformas; - Perícias médicas de invalidez temporária ou permanente de pensionistas; - Indicadores de performance e de qualidade. <p>P7 - Ferramenta contratada para qualificações nos processos de tomada de decisão.</p> <p>P8 - Ferramenta contratada para atendimento interativo com o objetivo de qualificar e agilizar o atendimento ao beneficiário.</p>	12.000.000	Base de dados previdenciária implementada	%	100
				Ferramenta contratada para qualificar as decisões da gestão	%	100
				Ferramenta de atendimento interativo contratada	%	100
				Gestão do processo de aposentadoria qualificada	%	100
				Gestão do processo de pensão por morte qualificada	%	100
				Integração dos sistemas para geração de um sistema único implementada	%	100
				Módulo de CTC implementado	%	100
				Módulo de dependentes previdenciários implementado	%	100
Junta Comercial Integrada	JUCISRS	<p>Avanço na Integração de Processos que envolvem a constituição de empresas e o seu licenciamento (alvarás). Melhoria qualitativa de ambiente para negócios devido a celeridade e gratuidade para a abertura de empresas via Tudo Fácil Empresas e Registro Automático de Empresas. Informações integradas entre JucisRS, licenciadores estaduais e municípios, no tocante a empresas mercantis em atividade no Estado do RS.</p>	7.780.000	Módulo de licenciamento implantado	unidade	120
				Tudo Fácil Empresas implantado	unidade	80

Laboratório de Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação do RS - LabTech RS	SPGG	Potencializar as inovações tecnológicas nos processos e serviços do estado através da transversalidade, conhecimento, colaboração, cocriação , experimentação e aproximação coordenada do ecossistema de inovação do Estado.	28.000.000	Conselho de inovação ativado	unidade	24
				Gov hub implantado	unidade	1
				Programa de inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) implementado	unidade	42
Melhorias em sistemas transversais	SPGG	Os sistemas transversais são soluções essenciais que atendem grande parte dos órgãos do Estado. Por serem essenciais para o funcionamento dos órgãos, necessitam que suas funcionalidades sejam constantemente aperfeiçoadas para simplificar processos e potencializar o uso pelos servidores. O APE é um sistema que contém os registros analíticos e sintéticos dos bens móveis pertencentes à administração estadual, com descrição completa do item e valor de aquisição, bem como de depreciação. Já a Suíte permite a comunicação e o trabalho colaborativo entre todos os servidores do Estado, e traz consigo uma série de funcionalidades extras capazes de potencializar o serviço público. SGO é o sistema que faz a gestão das obras públicas. E SUF- sistema único de fomento que atende o recebimento e tramitação dos programas de leis de incentivos e fundos de diversas secretarias.	24.600.000	Ferramenta do suite de escritório e colaboração adotada	%	100
				Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) evoluído	%	100
				Sistema de Gestão de Obras (SGO) evoluído	%	100
				Sistema Único de Fomento (SUF) evoluído	%	100
Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	SEMA	Modernização, melhorias e manutenção de sistemas de informação e produtos tecnológicos no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.	2.000.000	Ferramenta computacional - Roadmap climático desenvolvida	unidade	1
				Ferramenta para implementação da logística reversa de embalagens em geral desenvolvida	unidade	1
				Manutenção e evolução do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) implementada	%	100
				Manutenção e evolução do sistema de Invasoras - RS implementada	%	100
				Manutenção e evolução do Sistema de Outorgas do Rio Grande do Sul (SIOUR RS) implementada	%	100
				Manutenção e evolução do Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL) implementada	%	100
				Manutenção e evolução do sistema SIGBio-RS implementada	%	100
				Manutenção e evolução do sistema virtual de avaliação de espécies ameaçadas de extinção no estado do Rio Grande do Sul - LIVE implementada	%	100
				Sistema estadual de informações sobre recursos hídricos disponíveis ao público desenvolvido	unidade	1
Otimização do sistema de processo administrativo eletrônico	SPGG	Revisão dos principais tipos de processos realizados via sistema de processos eletrônicos utilizando os metadados de utilização do sistema e tramitação, propostas de otimização de processo criadas e alinhadas com atores envolvidos, melhorias implementadas.	3.200.000	Sistema de processo administrativo revisado, otimizado e com dado gerencial disponibilizado	%	60
Otimização e eficiência na gestão da frota	SPGG	Revisão e modernização na otimização e na integração dos processos de gestão eficiente da frota de veículos do Estado	13.530.000	Carsharing Estadual ampliado	%	100
				Telemetria para a frota administrativa do Estado implantada	%	100

Prestação de Serviços de TIC para o setor público	PROCERGS	Abrange todos os serviços de TIC prestados aos órgãos do Estado, de modo a suportar o atendimento aos processos de missão crítica dos órgãos. Compreende a adequação dos sistemas existentes e o desenvolvimento de novas funcionalidades, buscando aumentar a eficiência do serviço público, a Inclusão Digital e o atendimento das demandas estratégicas de Governo.	2.260.062.000	Transação disponibilizada	unidade	103.205
Pró-Gestão RPPS - Modernização e qualificação da gestão previdenciária	IPEPREV	Implementação de ações para modernização da gestão do instituto, visando à qualificação na gestão e à obtenção/manutenção de certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS). P1 - Adequação ao Programa Pró-Gestão RPPS. P2 - Mapear e manualizar as grandes áreas de atuação do RPPS/RS. P3 - Organizar e disponibilizar o arquivo histórico. P4 - Qualificar os servidores com capacitação relacionada ao Pró-Gestão RPPS. P5 - Qualificar o atendimento ao beneficiário.	3.500.000	Arquivo histórico do IPE Prev organizado e disponibilizado	%	100
				Atendimento qualificado ao beneficiário	%	100
				Grande área de atuação do RPPS/RS mapeada e manualizada	%	100
				IPE Prev adequado ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS)	%	100
				Servidor qualificado e certificado com foco no Pró-Gestão RPPS	%	100

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Melhorar a eficácia, eficiência e efetividade das compras públicas.

Estruturar a capacidade de obter o melhor desempenho nas contratações públicas.

Centralização e fortalecimento do planejamento das compras e contratações.

Possibilitar aos órgãos demandantes um maior foco em suas atividades fim e na fiscalização do objeto demandado.

Ampliar a sistematização tecnológica e a inovação nas compras públicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
28.400.000	28.400.000	0	Percentual de implantação efetiva da governança contratual no âmbito do Estado	percentual	Não apurado	100
			Percentual de evolução de seis novas funcionalidades dos sistemas corporativos de compras do Estado	Percentual	Não apurado	100
			Percentual de implantação da gestão do desempenho em compras públicas	Percentual	Não apurado	100
			Percentual de implantação de inovações legais não essenciais da Lei nº. 14.133/21	Percentual	Não apurado	70
			Percentual de implantação do plano de contratações anual da administração direta, fundações e autarquias do RS sistematizado	Percentual	Não apurado	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação da capacidade institucional para a realização de compras públicas de forma centralizada e otimizada	SPGG	Ampliação dos recursos humanos e financeiros e aumento da capacidade institucional para a realização de compras públicas de forma centralizada e otimizada.	7.000.000	Gestão do desempenho em compra, da análise e transparência de dado e de compliance implantada	%	100
				Governança contratual implantada	%	100
				Plano anual de capacitação em compra, do planejamento ao acompanhamento, para gestor e fiscal de contrato, implantado de forma perene e continuado	%	100
				Portal do planejamento e gestão contratual implantado	%	100
Ampliação da implantação do novo marco legal de licitações	SPGG	Aprofundar a implantação do novo marco legal de licitações, em especial no tocante ao planejamento das compras públicas, à visão integrada do ciclo de contratação, à gestão de riscos e às novas estratégias de compras trazidas pela Lei 14.133/2021.	1.400.000	Inovação legal da Lei 14.133/21 implantada	%	70
				Plano anual de contratação para a administração direta, fundação e autarquia instituído	%	100
Evolução dos sistemas de compras existentes e em novas soluções tecnológicas	SPGG	Investimento constante na evolução dos sistemas de compras existentes e em novas soluções tecnológicas.	20.000.000	Sistema de gestão de compra, gestão de contrato e de compra eletrônica evoluído	%	100



Ação Programática: INOVAÇÃO E APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

Resultado Esperado: Comunicação aprimorada e executada de forma inovadora e com estratégia

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
127.938.057	127.886.057	52.000	Número de acessos aos conteúdos jornalísticos	Unidade	7.175.847	32.175.240
			Número de conteúdos jornalísticos produzidos	Unidade	3.732	17.856
			Número de contratações para aprimoramento da comunicação digital e institucional realizadas	Unidade	Não apurado	2
			Número de seguidores das redes sociais do Governo do Estado	Unidade	1.185.792	2.000.000
			Número de servidores e cidadãos capacitados	Unidade	Não apurado	400

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aprimoramento da comunicação estratégica	SECOM	Desenvolvimento de atividades de Endomarketing e Comunicação Interna em todo Estado por meio de ações de valorização profissional, engajamento e informação sobre as ações governamentais. Desenvolvimento de um fluxo eficiente de informação, melhorando a relação entre o servidor e o Governo.	40.000	Empresa especializada em comunicação institucional e gerenciamento de crise contratada	unidade	1
Aprimoramento da regionalização das ações de governo com a segmentação da comunicação	SECOM	Distribuição regional das informações das ações de governo através de comunicação digital e da publicidade.	2.400.000	Serviço e/ou ferramenta especializada para criação de estratégia para entrega regionalizada e segmentada da informação contratada	unidade	1
Aprimoramento do sistema de alinhamento de comunicação	SECOM	Alinhamento estratégico da comunicação entre todos os níveis de governo, por meio de diretrizes, processos e rotinas de relacionamento. Elaboração de manual de orientação para ações de jornalismo, publicidade e comunicação digital.	40.000	Assessoria de comunicação orientada por normas que regem o sistema de alinhamento coordenado pela SECOM (seminários, workshops e manuais)	%	100
Comunicação digital governamental	SECOM	Inovação, aperfeiçoamento e facilitação da comunicação entre sociedade e governo através das redes sociais e ferramentas digitais, bem como otimização da prestação de serviços online à população	850.984	Serviço e ferramenta especializada contratada	unidade	1
Criação da Escola Gaúcha de Comunicação	SECOM	Criar Escola Gaúcha de Comunicação voltada à capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional para oferecer cursos voltados à capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional de membros da sociedade nas funções correlatas à comunicação, radiodifusão e audiovisual, assim como de servidores.	80.000	Curso oferecido	unidade	8
				Escola criada	unidade	1
Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	SECOM	Digitalizar retransmissoras da TVE no interior do Estado para atender a Portaria MCOM nº 2.524, de 4 de maio de 2021, que prevê a obrigatoriedade da migração do sinal analógico para o digital.	40.000	Retransmissora digitalizada	unidade	31
Digitalização do acervo de imagens da TVE	SECOM	Digitalização e catalogação do acervo de imagens de emissora pública TVE, com ferramentas especializadas e nos padrões	40.000	Acervo digitalizado	%	100
Digitalização, armazenamento seguro e catalogação do acervo de imagens do Estado	SECOM	Arquivar de forma segura o acervo de imagens do Governo do Estado de forma a garantir o histórico da comunicação gaúcha.	1.280.000	Armazenamento em nuvem com a PROCERGS contratado	unidade	1
				Ferramenta contratada para digitalização e catalogação do acervo	unidade	1

Fomento à produção audiovisual	SECOM	Adquirir equipamentos para modernização e aperfeiçoamento da estrutura da Rádio e da TV	40.000	Edital de fomento lançado	unidade	1
Fomento à produção jornalística independente	SECOM	Lançar editais de incentivo a empresas, projetos e produções jornalísticas, com foco em aceleração de iniciativas jornalísticas, "fact-checking" e projetos de reportagem.	40.000	Edital lançado	unidade	12
Gestão da comunicação governamental	SECOM	Realização de cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgação das informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádio e televisão, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de e-mails. Atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realização de acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliação do acesso a informações a toda a sociedade.	400.000	Comunicação aprimorada por meio do envolvimento dos diversos departamentos da pasta	%	100
Gestão estratégica da publicidade institucional do Estado	SECOM	Criação, aprovação, gestão e acompanhamento das campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Gestão da política e aprovação de patrocínios das Autarquias, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Realização de pesquisas de mercado e opinião de serviços prestados. Fortalecimento, informatização e modernização das ações de publicidade do Governo do Estado	112.000.000	Ação de publicidade realizada	unidade	64
				Planejamento estratégico das ações de publicidade elaborado	unidade	4
Modernização e qualificação da estrutura técnica da comunicação institucional	SECOM	Adquirir equipamentos para modernização e aperfeiçoamento da captação e edição de imagens, estrutura de áudio das transmissões na Secretaria de Comunicação.	8.000	Equipamento adquirido e instalado	unidade	100
Modernização e qualificação da estrutura técnica das emissoras públicas	SECOM	Adquirir equipamentos para modernização e aperfeiçoamento da estrutura da Rádio e da TV.	44.000	Equipamento adquirido e instalado	unidade	200
Palácio Aberto	SECOM	Abertura do "Palácio Piratini" para debates de temas relevantes com a comunidade.	400.000	Evento realizado	unidade	24
Pesquisas virtuais para aferir percepção sobre políticas públicas	SECOM	Contratar pesquisas virtuais para aferir percepção sobre políticas públicas.	40.000	Empresa especializada contratada	unidade	1
				Pesquisa realizada e inserida estrategicamente no fluxo das ações de comunicação	unidade	48
Potencialização das atividades e funções das emissoras públicas educativas	SECOM	Manutenção da programação TV e Rádio: continuar gerando conteúdos educativos, culturais e jornalísticos diários.	8.955.073	Papel das emissoras redefinido, por meio de ações e parcerias	%	100
Realização de eventos institucionais	SECOM	Assessoramento, orientação e execução, de forma integrada, de eventos institucionais do Governo do Estado. Estabelecimento de fluxo de informações entre os órgãos do Governo e a SECOM.	1.240.000	Empresa contratada por meio de licitação	unidade	1
				Evento realizado	unidade	192



Ação Programática: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Qualificação da oferta de serviços conforme as demandas e as necessidades regionais e as necessidade regionais, a partir da integração das diferentes metodologias de regionalização e da simplificação do processo de participação popular na tomada de decisão pública.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
24.850.000	24.850.000	0	Número de votantes na consulta popular	Unidade	137.764	275.528
			Percentual de execução orçamentária das demandas eleitas na consulta popular	Percentual	Não apurado	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Descomplica RS	SPGG	Descomplica RS promoverá a facilitação das ações, junto aos órgãos e entidades do governo e da sociedade civil visando a desburocratização, o desenvolvimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios.	950.000	Lei da liberdade econômica difundida no município	unidade	300
				Projeto empresa sustentável realizado no município	unidade	19
				Tudo Fácil empresa implantado no município	unidade	350
Iconicidades	SPGG	Ressignificação e estímulo de espaços arquitetônicos icônicos nas cidades, promovendo e estimulando a inovação e a economia baseada no capital intelectual, contribuindo para criar ecossistemas criativos e que estimulem novos negócios.	9.200.000	Convênio realizado	unidade	10
Planejamento regional por meio da participação popular	SPGG	Consulta direta à população visando definição e alocação de serviços e investimentos de políticas públicas estaduais.	12.900.000	Consulta popular realizada	unidade	4
				Participação popular digital ampliada	%	100
Plano de políticas públicas de desenvolvimento da fronteira do RS	SPGG	O objetivo da política é o de estruturar e monitorar uma agenda de políticas públicas voltada ao desenvolvimento da faixa de fronteira no Rio Grande do Sul para o período 2024-2027, considerando a cooperação com as unidades subnacionais da Argentina e do Uruguai .	0	Agenda de política pública estruturada e monitorada	unidade	1
RS Digital	SPGG	Apoiar os municípios na jornada de transformação digital por meio da implementação de estratégias municipais de Governo Digital.	1.800.000	Município com adesão ao RS Digital realizada	unidade	397



Ação Programática: VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Servidores valorizados, qualificados, motivados e comprometidos

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
12.013.959.629	12.013.759.629	200.000	Número de ações de qualidade de vida no trabalho realizados	Unidade	10	15
			Número de pessoas selecionadas no Qualifica RS	Unidade	72	90
			Número total de horas de capacitação ofertadas pela Escola de Governo (EGOV)	Unidade	296	350
			Percentual de perfis cadastrados no banco de talentos	Percentual	Não apurado	10
			Percentual de servidores respondentes da pesquisa de clima	Percentual	49	51
			Quantidade de autosserviço disponibilizado para servidor	Unidade	Não apurado	10
			Quantidade de certificações emitidas pela Escola de Governo (EGOV)	Unidade	8.074	9.500

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação do Qualifica RS	SPGG	Atração e seleção de pessoas por competências para cargos de lideranças do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Alocação das pessoas de forma adequada visando bem estar no trabalho e eficiência na entrega dos serviços públicos.	151.763	Banco de Talento implantado	unidade	1
				Processo de seleção por competência de liderança ampliado	unidade	28
Gestão da Saúde de Conveniados a Entidades de Registro Profissional	IPESAÚDE	Prevenir e recuperar a saúde dos empregados ou filiados, e seus dependentes, de entidades de registro e fiscalização profissional, inclusive as de natureza autárquica "sui generis", através da oferta de plano de saúde que disponibilize consultas, exames e internações.	200.000.000	Atendimento prestado	unidade	200.000
Gestão da Saúde do Servidor Público	IPESAÚDE	Prevenir e recuperar a saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, e de outros servidores de entes conveniados, através da oferta de plano de saúde que disponibilize consultas, exames e internações.	11.790.267.866	Atendimento prestado	unidade	15.000.000
Gestão do Conhecimento	IPESAÚDE	Pesquisar, analisar alternativas de sistematização, plataformas e ferramentas de gestão do conhecimento, coordenar/orientar e executar a forma de aquisição da solução informatizada e implantar o processo (treinamento da ferramenta adquirida e normativas) de gestão.	1.400.000	Plataforma e normativa para a Gestão do Conhecimento implantada	%	100
Promoção da qualidade de vida no trabalho	SPGG	Elaboração e implantação de um plano de qualidade de vida no trabalho-QVT, de forma que todos os órgãos tenham uma orientação para a estruturação e realização de ações de promoção à saúde a seus servidores de acordo com suas particularidades.	240.000	Pesquisa de clima realizada	unidade	4
				Plano de qualidade de vida no trabalho implantado	%	100

Qualificação da Escola de Governo	SPGG	A qualificação de uma escola de governo é indispensável para o fortalecimento e aprimoramento do setor público. Ao investir em educação e capacitação nessa área, estamos contribuindo para o desenvolvimento de líderes, gestores e todos servidores que estarão mais comprometidos em enfrentar os desafios e promover melhorias significativas na administração governamental, resultando em benefícios diretos para a população e o progresso do país como um todo.	9.900.000	Capacitação realizada	unidade	4
				Escola de Governo com estrutura física qualificada	%	100
				Escola de Governo digital implantada	%	100
				LideraRS implantado - servidor com perfil de liderança prospectado e desenvolvido	unidade	4
				Programa de capacitação customizado para cada nível de liderança - com edição anual diferenciada	unidade	4
Sistemas estruturantes de gestão de pessoas	SPGG	Estrutura única de serviços de atendimento de gestão de pessoas, por meio de sistema informatizado e com processos automatizados por workflow.	12.000.000	Centro de serviço compartilhado para atendimento ao servidor modelado	%	100
				Integração e ampliação de funcionalidade do sistema estruturante realizada	%	100

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: planejamento mais eficaz

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
4.260.000	4.260.000	0	Percentual de atingimento de metas pactuadas no acordo de resultados	Percentual	50	100
			Percentual de implementação dos Pilares do Programa Arquivo Digital	Percentual	6	100
			Taxa média de atingimento da meta física dos produtos do Plano Plurianual (PPA)	Percentual	64,9	60

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	EDP	Apoio aos órgãos da Administração Pública Estadual no desenvolvimento de projetos, programas e portfólios, por meio da utilização de ferramentas e modernas técnicas de projetos e processos, disponíveis na Autarquia, além da realização de parcerias com instituições públicas e privadas. A iniciativa visa garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis de Governo com a finalidade de contribuir para a modernização e para melhoria da eficiência do Estado do Rio Grande do Sul.	80.000	Projeto Estratégico Designado desenvolvido	%	100
Apoio ao Gerenciamento de Projetos	EDP	Auxílio aos órgãos da Administração Pública Estadual para o gerenciamento de projetos através da unidade de entrega onde o EDP poderá apenas apoiar como também fazer a cogestão na execução e gerenciamento micro do projeto, por meio do uso de conhecimentos, métodos e técnicas inovadoras, com vista a maximização dos resultados atuando em situações emergenciais como "Blitz Team".	80.000	Projeto Estratégico Designado gerenciado	%	100
Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	SPGG	Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros, para a qualificação do serviço público.	0	Banco de Fonte de Recursos implementado	unidade	1
				Capacitação em captação de recurso técnico e financeiro e execução realizada	unidade	8
				Cooperação técnica internacional celebrada	unidade	2
				Órgão do Estado capacitado e habilitado para usar Banco de Projeto	unidade	27
				Órgão do Estado com projeto cadastrado no Banco de Projeto	unidade	24
				Recurso captado	R\$	800.000.000
				Relatório gerencial de instrumento de repasse federal no RS publicado	unidade	8
Fortalecimento da rede de planejamento, governança e gestão	SPGG	Realizações de capacitações voltadas para os membros da Rede de Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas a qualificar a execução pelos órgãos, de processos coordenados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).	0	Capacitação da rede de planejamento, governança e gestão disponibilizada	unidade	12

Gestão documental	SPGG	Fomentar a gestão documental no Estado do RS é a principal competência do Departamento de Arquivo Público, a partir de normativas e orientações acerca da produção, identificação, utilização, rastreabilidade, armazenamento, acesso e preservação da informação pública, tornando o Estado ativamente transparente em seus atos.	1.460.000	Assessoria de órgão sobre gestão documental realizada	unidade	200
				Capacitação em gestão documental realizada	unidade	20
				Programa arquivo digital implantado	%	100
Planejamento de longo prazo	SPGG	Atualização de instrumento de planejamento de longo prazo com vistas a orientar as demais ferramentas de planejamento e execução de políticas públicas.	0	Instrumento de planejamento de longo prazo atualizado	%	100
Sistema de governança	SPGG	Consolidação de um sistema de governança único, que sirva ao alinhamento, à orientação, ao diálogo e a comunicação das prioridades de decisão, ação e de desenvolvimento de projetos estratégicos ao estado, aperfeiçoando a capacidade de resposta, a prestação de contas, a transparência e a entrega de resultados para o cidadão.	2.640.000	Acordo de resultado pactuado	unidade	4
				Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) evoluído	%	100

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Garantir a entrega dos serviços ao cidadão é um dos objetivos principais da Administração pública e com esta ação pretende-se aproximar o Estado e entregar valor a todo cidadão do RS, por meio de um atendimento integrado, híbrido, mais simples e ágil. O desafio é estar presente, de alguma forma, nos 497 municípios gaúchos e ter uma percepção pelo usuário de um Estado moderno e ágil, tendo uma proximidade como cidadão com abordagem que respeite as características regionais e os perfis de usuários. Assim, haverá um reposicionamento da estratégia de atendimento integrado e melhoria da eficácia na utilização dos recursos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
2.903.191.110	2.891.091.110	12.100.000	Número médio de acessos aos serviços digitais do Governo RS	Unidade	6.800.000	7.000.000
Percentual de satisfação dos usuários dos serviços do Tudo Fácil				Percentual	98,21	90

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação e melhoria dos serviços técnicos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) ao cidadão	DETRAN	Criação e melhoria de serviços que diminuam a distância entre o DETRAN e o cidadão, melhorando a imagem da autarquia, que se refere ao atendimento e à comunicação.	2.724.441.110	Carteira Nacional de Habilitação (CNH) emitida	%	100
				Licenciamento veicular realizado	%	100
Canais integrados de atendimento ao cidadão	SPGG	Garantir a entrega dos serviços ao cidadão por meio de um atendimento integrado, híbrido, mais simples e ágil, ampliando e qualificando os serviços de atendimento via chat, telefônico, qualificando o atendimento presencial nas unidades do Tudo Fácil e ampliando o atendimento implantando novas unidades. Inovando na geração de novos modelos de atendimento.	173.100.000	Atendimento realizado presencialmente na unidade central de atendimento Tudo Fácil	unidade	3.400.000
				Atendimento realizado via central telefônica integrada - AIÔ 155 - qualificado e ampliado	%	100
				Atendimento realizado via chat integrado, qualificado e ampliado	%	100
				Outro modelo de atendimento implantado para município	unidade	4
				Unidade central de atendimento Tudo Fácil implantada	unidade	4
Disponibilização do RS.GOV.BR	SPGG	Transformação da experiência no relacionamento do cidadão com o Estado por meio da transformação digital. Identificação, priorização e digitalização dos serviços mais acessados pelo cidadão, de forma a aumentar os padrões de nível de serviço, melhorar as interações com os cidadãos e aumentar a eficiência.	2.800.000	Carta de serviço do Estado com linguagem simples implementada	%	100
				Login GOV. BR no serviço digital que necessite login implementado	%	100
Qualificação da entrega de políticas e serviços públicos de forma integrada nos territórios do RS Seguro	CC	Implantação de sistemática de governança, que viabilize a integração das ações setoriais bem como parcerias com instituições do terceiro setor e iniciativa privada, com articulação com as comunidades beneficiadas.	2.850.000	Sistemática de Governança Central e nos Territórios do RS Seguro implantada	unidade	1



Ação Programática: MODERNIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, DA CONCILIAÇÃO, DA CONSULTORIA, DA PROBIDADE, DA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E DA GESTÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

Órgão Coordenador: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Resultado Esperado: Garantia da tutela jurídica, judicial e extrajudicial, das políticas públicas. Incremento da cobrança judicial da dívida ativa. Implantação de novas tecnologias de informação e de inteligência fiscal. Fortalecimento da sistemática de gestão para mitigar os riscos fiscais de passivos contingentes. Aperfeiçoamento do controle sobre a economia gerada pela atuação jurídica da PGE. Incremento de medidas que promovam a redução da litigiosidade, especialmente por meio da atuação conciliatória. Fortalecimento do Sistema de Advocacia de Estado, da advocacia preventiva e da atuação consultiva para viabilização de políticas públicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Atividade jurídica executada	Unidade	1.262.564	1.410.000
			Qualificação realizada - procuradores do Estado e servidores	horas	68	70
			Representação em outros órgãos - coordenadores de procuradorias setoriais	Unidade	23	45
			Tempo médio de tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs)	dias	732	660
			Tempo médio de tramitação na consultoria jurídica	dias	100	60
			Valores arrecadados da dívida ativa	R\$/ano	264.766.187	577.140.170
			Valores economizados com a atuação jurídica	R\$/ano	250.640.732	676.013.975

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	PGE	Atualmente, mais de 97% dos processos judiciais novos ingressam por meio eletrônico. Isso implica a necessidade de aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado. Para tanto, por meio desta iniciativa busca-se viabilizar o aparelhamento das soluções tecnológicas para a integração das plataformas de processo judicial eletrônico e para possibilitar a adoção de soluções digitais inovadoras, a fim de melhorar a conectividade e a operação dos sistemas judiciais e de garantir a integridade e a segurança das informações jurídicas. Essa ação irá beneficiar todo o Sistema de Advocacia de Estado e os cidadãos com maior agilidade e transparência em relação aos serviços prestados e às informações geradas. Isso contempla: a implantação de uma política institucional que oriente a inovação e direcione a transformação digital; a implementação do programa de projetos, ações e iniciativas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), a fim de viabilizar a execução do desenvolvimento tecnológico direcionado à transformação digital; a sustentação de infraestrutura moderna ao parque tecnológico de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado; a modernização e automação de processos de trabalho com a adoção de aplicativos e robotização de rotinas de trabalho; tendo como premissa viabilizar o acesso de gestores públicos e de cidadãos às informações gerenciadas e aos serviços prestados pelo Sistema de Advocacia de Estado.	0	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) implementado	%	100
				Conjunto de automação de processo desenvolvido	unidade	4
				Parque Tecnológico modernizado	%	80
				Política de inovação e transformação digital Implantada	unidade	1

Aprimoramento da atuação voltada para a redução dos gastos e proteção dos recursos públicos	PGE	Por meio da atuação jurídica da PGE, o RS economiza, em média R\$ 800 milhões por ano, com base em registros acompanhados nos últimos 3 anos. Com a implementação dessa iniciativa busca-se modernizar o controle de processos judiciais com a implantação de mecanismo de mensuração da economia gerada na atuação jurídica para potencializar a geração de economias, a fim de reduzir os gastos e proteger os recursos financeiros do Estado.	0	Mecanismo de mensuração da economia gerada pela atuação jurídica ampliado e aperfeiçoado	%	100
Desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento profissional	PGE	Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de Procuradores do Estado e servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas modernas e inovadoras que confirmam efetividade na execução de suas atividades institucionais. Promover o desenvolvimento de competências e o aperfeiçoamento profissional de Procuradores do Estado e servidores da PGE, por meio de cursos, workshops, palestras e atividades de educação, treinamento e capacitação por meio da Escola Superior de Advocacia de Estado (ESAE), a fim de atingir-se, com qualidade, a quantidade média de 70 horas de capacitação realizadas por pessoa ao ano.	0	Plano de capacitação anual executado	unidade	4
Fortalecimento da gestão dos passivos contingentes	PGE	O RS possui uma carteira de passivos contingentes, sob gestão da PGE, estimada em quase R\$ 150 bilhões, e mais cerca de R\$ 20 bilhões em passivos consolidados. Não há capacidade econômica e financeira para suportar o impacto de tais riscos no fluxo de caixa do Tesouro, logo esses riscos relacionados a processos judiciais precisam ser administrados com rigor e segurança jurídica a fim de se garantir a adequada proteção do gasto público. Com essa iniciativa busca-se melhorar a efetividade na identificação, diagnóstico e avaliação de riscos relacionados ao impactos de passivos contingentes, bem como aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão jurídicas para proposição de medidas de mitigação de tais riscos a fim de prover recomendações jurídicas aos gestores e tomadores de decisão envolvidos na gestão das políticas públicas correlatas, e, ainda, modernizar o sistemas de informação e gestão para melhoria do controle de passivos contingentes e consolidados a fim de proteger os recursos financeiros do Estado.	0	Plano de trabalho para gestão de passivo contingente e consolidado executado	unidade	4
				Relatório de passivo contingente elaborado	unidade	4
				Sistema de controle de processo judicial modernizado	%	100
Modernização da infraestrutura de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	PGE	A Modernização da infraestrutura visa atender a interesse público do Estado do Rio Grande do Sul, porquanto irá proporcionar um espaço físico adequado para a Procuradoria-Geral do Estado executar com eficiência sua missão constitucional de viabilizar a orientação jurídica para implantação das políticas públicas, representação e defesa do interesse público no âmbito judicial e extrajudicial. Empreender a construção da Sede Administrativa da PGE, inclusive com projeto executivo já elaborado e aprovado, aguardando apenas os procedimentos de adequação dos projetos ao novo terreno afetado e de contratação e a execução física da edificação. Com isso será possível, ainda, liberar espaço ocupado pela Instituição para utilização de outras Secretarias de Estado que hoje pagam aluguel, gerando assim economia para o Estado do Rio Grande do Sul.	0	Obra executada (sede administrativa)	%	100

Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal	PGE	O RS possui uma carteira de créditos inscritos em dívida ativa, sob gestão da PGE, que perfaz a soma de cerca de R\$ 38 bilhões, e 45% dessa carteira (R\$ 17 bilhões) é considerada como de recuperação viável. O indicador de cobrança da dívida ativa da PGE aponta que, em média, nos últimos 3 anos (2020-2022), foram recuperados R\$ 425 milhões por ano, isto é, uma taxa de recuperação de 2,5% do estoque viável ao ano. No entanto, os sistemas e tecnologias da informação ainda utilizados foram desenvolvidos sob plataformas tecnológicas já desatualizadas, e ainda carecem de integrações sistêmicas de dados com sistemas de informação de outros órgãos e do poder judiciário, bem como precisam ser habilitados com modernas tecnologias de governança de dados e de inteligência analítica e com soluções digitais que viabilizem a interface com os contribuintes para a quitação ou negociação, parcelamento de débitos fiscais judicializados. Com essa iniciativa busca-se aperfeiçoar a capacidade de cobrança e inteligência fiscal da atuação jurídica por meio da modernização de processos e sistemas de informação e por meio da adoção de novas tecnologias de inteligência analítica e de soluções digitais para facilitar a interação com os contribuintes; a fim de se viabilizar o incremento de arrecadação da Dívida Ativa.	0	Sistema de pagamento digital de débito fiscal judicializado implementado	%	100
			Sistema informatizado de cobrança judicial modernizado	%	100	
			Tecnologia de inteligência fiscal implantada	%	100	



Ação Programática: REDUÇÃO DA INSEGURANÇA JURÍDICA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Órgão Coordenador: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Resultado Esperado: Redução da insegurança jurídica na tomada de decisões administrativas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Qualificação realizada - procuradorias setoriais e assessorias jurídicas do Sistema de Advocacia de Estado (SAE)	Horas	24	36

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Implementação dos centros de estudos jurídicos do Sistema de Advocacia de Estado	PGE	Face à complexidade do ordenamento jurídico, as ações propostas neste iniciativa buscam garantir o adequado aprofundamento dos estudos nas áreas jurídicas demandadas pela Administração Pública Estadual.	0	Centro de estudo jurídico implementado	%	100
Qualificação técnico-administrativa e jurídica	PGE	Diante da percepção de lacuna de capacidade técnica, administrativa e jurídica; busca-se capacitar e qualificar os gestores e servidores estaduais para melhoria da tomada de decisão e da execução das políticas públicas.	0	Plano de capacitação anual do Sistema de Advocacia de Estado (SAE) executado	unidade	4
Viabilização jurídica de aquisições inovadoras	PGE	Considerando a falta de legislação viabilizadora da inovação e/ou dificuldade de sua aplicação; a realização das ações previstas nesta iniciativa tem por propósito viabilizar aquisições inovadoras para qualificar a prestação de serviços à sociedade gaúcha.	0	Curso, workshop ou material didático de orientação jurídica sobre aquisição inovadora elaborado	unidade	2
				Grupo de trabalho implementado	unidade	1
				Legislação existente sobre aquisição de inovação mapeada	unidade	1



Ação Programática: MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Resultado Esperado: Adequada destinação, transparência e gestão dos imóveis estaduais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
180.191.304	159.570.640	20.620.664	Número de cadastros imobiliários atualizados	Unidade	Não apurado	1.000
			Quantidade de pessoas capacitadas pelo Laboratório de Estudos e Tecnologias Building Information Modeling (LaBIM-RS)	Unidade	Não apurado	200
			Quantidade de Planos de Implementação BIM (PIB) coordenados pelo Laboratório de Estudos e Tecnologias Building Information Modeling (LaBIM-RS)	Unidade	Não apurado	6
			Quantidade de projetos atendidos pelo Laboratório de Estudos e Tecnologias Building Information Modeling (LaBIM-RS)	Unidade	Não apurado	16
			Taxa de variação de manutenção corretivas no Centro Administrativo do Estado (CAE)	Percentual	1	20
			Valor da receita arrecadada pela desestatização dos imóveis estaduais	R\$ (milhão)	Não apurado	171

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Centro Integrado da Agricultura	SEAPI	Edificação de novas instalações modernas e otimizadas da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI), em área disponível no terreno da Sede Central, por meio de permuta com o terreno/prédio da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).	0	Projeto concluído	%	100
				Projeto executado	%	100
Estabelecimento de novas oportunidades para execução de projetos e obras em prédios públicos	SOP	Desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada para qualificação de prédios públicos.	80.000	Parceria firmada	unidade	4
Gestão eficiente de imóveis públicos estaduais	SPGG	Destinação ou alienação de bens imóveis dominiais. Ações para incrementar a receita patrimonial.	0	Enfiteuse resgatado	unidade	4
				Imóvel alienado	unidade	40
				Imóvel destinado	unidade	40
Implantação da estratégia BIMGov-RS (Building Modeling Information)	SPGG	Implementação da metodologia Building Modeling Information (BIM) nas fases de desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, orçamento, detalhamento e especificações técnicas para execução de obras e na gestão de facilities.	8.600.000	Caderno elaborado de processo Building Modeling Information (BIM) para gestão de manutenção de edifício público	unidade	4
				Laboratório de Estudos e Tecnologias Building Information Modeling (LaBIM-RS) mantido	unidade	1
				Órgão da administração pública com Plano de Implementação Building Information Modeling (PIB) realizado	unidade	6
				Pessoa capacitada pelo Laboratório de Estudos e Tecnologias Building Information Modeling (LaBIM-RS)	unidade	200

Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	SOP	A Secretaria de Obras Públicas passa a contar com uma Equipe de Padronização de Informação da Construção (EPIC), vinculada à Subsecretaria de Obras da Educação, mas com a premissa de atuação transversal a todos os projetos e obras que passem pela Secretaria de Obras Públicas, inicialmente contando com arquitetas dedicadas integralmente aos esforços no processo de implementação da metodologia BIM na secretaria. A esta equipe permanente se prevê que serão agregados novos colaboradores, de acordo com os projetos a serem desenvolvidos pela secretaria. O horizonte é que todos os projetos da secretaria passem a ser realizados a partir da metodologia BIM no médio-longo prazo.	80.000	Caderno de encargos elaborado	%	100
				Plano de implementação executado	%	100
Implementação de novos modelos de negócio para a gestão patrimonial	SPGG	Implementação de novos modelos de negócio para a gestão patrimonial e meios de divulgação das oportunidades que visam a alienação de bens	12.875.000	Gestão do Cais Mauá implantada	%	100
				Modelo de negócio implantado	unidade	1
				Portal de imóveis implantado	unidade	1
Manutenção e preservação dos bens dominiais	SPGG	Disponibilização em tempo hábil dos serviços de vigilância, monitoramento digital, serviços de chaveiro, encanador e reformas em geral.	1.200.000	Imóvel resguardado	unidade	8
Otimização do sistema Gestão Patrimonial do Estado (GPE) e higienização de dados	SPGG	Implementação de melhorias de funcionalidade no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE). Higienização dos dados cadastrais no Sistema GPE. Cadastramento de imóveis da Administração Indireta no Sistema GPE.	200.000	Imóvel da administração indireta cadastrado	unidade	20
				Imóvel regularizado	unidade	1.000
				Melhoria de funcionalidade do sistema Gestão Patrimonial do Estado (GPE) implantada	unidade	8
Projetos estruturantes do Complexo Administrativo do Estado (CAE) e anexos	SPGG	Promover a revitalização e modernização do complexo administrativo do Estado, visando a melhoria da infraestrutura, o aumento da eficiência operacional e o oferecimento de um ambiente de trabalho adequado e funcional para as diversas secretarias de Estado sediadas no local. Também, elaborará um modelo de execução de manutenção compartilhada para otimizar os recursos humanos e garantir a eficiência no atendimento às demandas de serviços de manutenção às diversas secretarias de Estado sediadas no local.	104.314.056	Complexo Administrativo do Estado (CAE) restaurado e modernizado	%	100
				Manutenção do Complexo Administrativo do Estado (CAE) executada através de serviço compartilhado	%	100
Qualificação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPI	Apoio e realização de feiras e eventos. Melhorias e benfeitorias no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil.	48.762.248	Benfeitoria realizada	%	100
				Evento apoiado	unidade	20
				Feira realizada	unidade	4
				Parceria celebrada	unidade	1
				Plano diretor elaborado	unidade	1
Recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria	CC	Promover ações de recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria.	4.080.000	Estrutura/Prédio público requalificado/recuperado	%	60

EIXO SOCIEDADE INCLUSIVA, JUSTA E FELIZ



Programa: CULTURA DE PAZ E SEGURANÇA **Temático**

Objetivo Temático: Garantir a redução da violência e da criminalidade e o consequente aumento da sensação de segurança pública, além de tornar o sistema prisional mais seguro e humanizado favorecendo a reintegração social.

Contextualização: O Programa Cultura de Paz e Segurança abarca as principais temáticas relacionadas à segurança do cidadão e à disseminação da Cultura de Paz no Rio Grande do Sul, essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e, por fim, impactar positivamente o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Apesar dos grandes avanços já alcançados nos últimos anos, o Governo se compromete a aprimorar ainda mais as entregas à sociedade nessa área. A taxa de feminicídio expandida, por exemplo, vem apresentando elevação nos últimos anos e chegou a 6,33 por mil habitantes em 2022, demonstrando a necessidade de reforçar as atuais políticas voltadas ao combate deste crime e criar novas políticas para além da proteção à mulher. A Taxa de mortalidade por causas violentas, que inclui homicídio doloso, homicídio decorrente de oposição a intervenção policial, lesão corporal seguida de morte e roubo com morte (latrocínio), vem apresentando redução nos últimos anos, mas em 2022 ainda foi de quase 20 por mil habitantes. Além disso, a taxa de crimes violentos contra o patrimônio chegou a 318 por mil habitantes em 2022. O Programa agrupa ações que visam enfrentar os principais riscos e ameaças à segurança da população, bem como a precariedade do sistema prisional e a baixa oferta de serviços públicos no período de veraneio em locais de grande deslocamento populacional. Dessa forma, busca-se garantir a redução da violência e da criminalidade e o consequente aumento da sensação de segurança pública, além de tornar o sistema prisional mais seguro e humanizado favorecendo a reintegração social.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
4.242.657.748	3.391.274.464	851.383.284	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio	por 100 mil habitantes	381,03	Negativa
			Taxa de feminicídio (consumado e tentado)	por 100 mil habitantes	6,33	Negativa
			Taxa de mortalidade por causas violentas exceto feminicídio	por 100 mil habitantes	19,77	Negativa



Ação Programática: RS MAIS SEGURO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado Esperado: Garantia da tranquilidade pública, com a redução da violência e da criminalidade e o aumento da sensação de segurança pública.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
2.381.185.769	1.668.440.097	712.745.672	Taxa de feminicídios	por cem mil	1,9	1,3
			Taxa de furto de veículos	por cem mil	47,6	34,7
			Taxa de homicídios dolosos	por cem mil	15,2	10,5
			Taxa de roubo a pedestres	por cem mil	232	151
			Taxa de roubo de veículos	por cem mil	24	15

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação do Programa Balada Segura	DETRAN	Ampliação do programa "Balada Segura" como parte do enfrentamento qualificado da violência e da criminalidade, visando garantir a tranquilidade pública e aumentar a sensação de segurança à população do Estado do Rio Grande do Sul.	0	Condutor abordado nas operações Balada Segura	unidade	666.021
Apoio a projetos de promoção da equidade	CC	Oportunizar para o órgão principal estratégias e/ou soluções para redução das desigualdades sociais.	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2
Consolidação da plataforma Peça Legal	DETRAN	A iniciativa "Consolidação da Plataforma "Peça Legal" tem como objetivo garantir a tranquilidade pública, reduzindo a violência e a criminalidade e aumentando a sensação de segurança pública. Para alcançar esse resultado, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) trabalha na consolidação e aprimoramento da plataforma "Peça Legal". A plataforma "Peça Legal" é um sistema que permite a consulta de peças veiculares usadas legalizadas. Ela oferece uma maneira confiável e acessível para verificar a procedência e a legalidade das peças utilizadas em veículos. Por meio dessa iniciativa, a população do Rio Grande do Sul pode realizar consultas na plataforma "Peça Legal" para garantir que as peças adquiridas para seus veículos sejam legais e estejam em conformidade com as normas e regulamentos.	0	Consulta a peça veicular usada legalizada na plataforma Peça Legal realizada	unidade	1.000.000
Enfrentamento à violência contra os grupos vulneráveis	SSP	Iniciativa que busca a defesa dos Grupo Vulneráveis , com ênfase nas patrulhas que atendem vítimas de violência doméstica e relacionadas a gênero, bem como monitoramento de agressores.	60.480.800	Agressor monitorado - RS Seguro	unidade	2.000
				Exame pericial de vulnerável realizado	unidade	42.297
				Procedimento policial remetido pelas delegacias especializadas no atendimento à vítima mulher, idoso ou menor	unidade	166.608
				Visita realizada pela Patrulha Maria da Penha	unidade	618.240
				Vítima de violência doméstica atendida pela Patrulha Maria da Penha	unidade	79.018

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	SSP	Iniciativa voltada ao constante reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública, para o melhor enfrentamento da violência e da criminalidade.	422.266.775	Armamento adquirido para Brigada Militar (BM)	unidade	1.950
				Armamento adquirido para Polícia Civil (PC)	unidade	1.350
				Equipamento de busca, resgate e salvamento adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	400
				Equipamento de Proteção Individual (EPI) adquirido para a Brigada Militar (BM)	unidade	12.000
				Equipamento de Proteção Individual (EPI) adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	800
				Equipamento de Proteção Individual (EPI) adquirido para Polícia Civil (PC)	unidade	5.600
				Equipamento pericial adquirido para o Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	1.000
				Viatura adquirida para Brigada Militar (BM)	unidade	645
				Viatura adquirida para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	20
				Viatura adquirida para o Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	121
Viatura adquirida para Polícia Civil (PC)	unidade	230				
Fortalecimento das ações de polícia comunitária	SSP	Iniciativa de ampliar o relacionamento da Brigada Militar com a comunidade, ofertando as visitas periódicas e mantendo bases móveis comunitárias.	7.200.000	Base móvel comunitária disponibilizada pela Brigada Militar (BM)	unidade	8
				Visita comunitária realizada pela Brigada Militar (BM)	unidade	618.240
Implantação das Regiões Integradas de Segurança Pública (Risip)	SSP	Voltada à ampliação da sensação de segurança à população do Estado, se faz necessária a ampliação das Regiões Integradas de Segurança Pública, as quais visam o trabalho em conjunto das forças policiais e comunidade, para o compartilhamento de informações relativas à Segurança Pública.	0	Região Integrada de Segurança Pública Implantada - RS Seguro	unidade	21
Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas	SSPS	Implementação do mapeamento e análise com o objetivo de identificar a estrutura hierárquica, as conexões entre membros e a fonte de financiamento. o mapeamento permite que as autoridades tenham uma visão mais clara do funcionamento dessas organizações. A análise dos dados obtidos através do mapeamento possibilita a criação de estratégias mais efetivas na luta contra o crime. Serão elaborados relatórios de análise contínua da influência das organizações criminosas, atividades de integração com outras forças de segurança pública, supervisão de eventos públicos pelo monitoramento eletrônico e operação de fiscalização das prisões domiciliares realizada.	0	Atividade de integração com outras forças de segurança pública realizada	unidade	432
				Mapeamento das organizações criminosas pelas agências de inteligência implementado	unidade	16
				Operação de fiscalização das prisões domiciliares realizada	unidade	480
				Relatório de análise contínua da influência das organizações criminosas realizado	unidade	2.400
				Supervisão de eventos pelo monitoramento eletrônico realizada	unidade	85
Implementação do Programa Em Defesa da Vida	DETRAN	A iniciativa "Implementação do Programa 'Em Defesa da Vida'" tem como objetivo promover a segurança e preservação da vida no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa visa enfrentar os desafios relacionados à segurança e à prevenção de acidentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e protegida.	48.000.000	Encontro regional realizado	unidade	3

Implementação do Sistema On-line de Licenciamento do Corpo de Bombeiros Militar	SSP	A iniciativa busca modernizar o Corpo de Bombeiros Militar dotando a instituição de um Sistema próprio para licenciamento on-line, fornecendo assim maior agilidade no atendimento da população do RS, e consequentemente prestando um melhor serviço à sociedade gaúcha.	9.000.000	Sistema On-line de Licenciamento do Corpo de Bombeiros Militar aprimorado	%	100
Implementação e consolidação do Programa CNH Cidadã	DETRAN	A iniciativa "Implementação e Consolidação do programa 'CNH Cidadã'" tem como objetivo promover a inclusão social e o acesso à carteira nacional de habilitação (CNH) para a população de baixa renda. O programa busca fornecer oportunidades iguais de mobilidade e empregabilidade, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais. A implementação e consolidação do programa "CNH Cidadã" envolve a criação de políticas e ações que facilitem o acesso à CNH para pessoas de baixa renda. Isso inclui a disponibilização de recursos financeiros para cobrir os custos associados ao processo de habilitação, como aulas teóricas e práticas, exames médicos, taxas e emissão da CNH.	42.000.000	Edição do programa realizada	unidade	1
				Vaga ofertada	unidade	5.000
Modernização tecnológica da segurança pública	SSP	Mediante grandes avanços nos últimos anos, com a redução de indicadores criminais e o aparelhamento qualificado dos Órgãos de Segurança Pública, existe a necessidade de constante atualização das tecnologias utilizadas no combate ao crime, dotando as forças de segurança dos mais avançados instrumentos para investigação e elucidação de crimes.	124.369.994	Centro de Operações Bombeiro Militar (COBOM) centralizado	unidade	12
				Centro Integrado de Operações e Emergências (CIOPE) instalado	unidade	22
				Equipamento de cercamento eletrônico implantado	unidade	2.000
				Equipamento de radiocomunicação digital adquirido para Brigada Militar (BM)	unidade	2.250
				Equipamento de Tecnologia da Informação (TI) e software adquirido para a Brigada Militar (BM)	unidade	3.008
				Equipamento de Tecnologia da Informação (TI) e software adquirido para a Polícia Civil (PC)	unidade	3.275
				Equipamento de Tecnologia da Informação (TI) e software adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	240
				Equipamento de Tecnologia da Informação (TI) e software pericial adquirido para o Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	1.000
				Infraestrutura de radiocomunicação digital instalada na Secretaria de Segurança Pública (SSP)	%	100
				Quartel com infraestrutura de rede rádio digital instalada na Brigada Militar (BM)	unidade	38
Quartel da Brigada Militar (BM) conectado à InfoVIA	unidade	60				
Sistema de Inteligência fortalecido	%	100				
Sistema GSEg ampliado - RS Seguro	%	100				

Promoção da qualidade de vida e da saúde dos profissionais de segurança pública	SSP	Iniciativa voltada à saúde mental e psicológica dos servidores da SSP, que pretende afastar ocorrências de suicídio e situações de risco envolvendo servidores da SSP.	210.376.595	Atendimento médico na Policlínica da Polícia Civil realizado	unidade	27.116
				Atendimento médico realizado no Sistema de Saúde da Brigada Militar	unidade	521.302
				Atendimento realizado por psicólogos na Policlínica da Polícia Civil	unidade	12.924
				Medida de prevenção ao suicídio realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	9
				Militar do Corpo de Bombeiros em situação de risco encaminhado para atendimento no Hospital da Brigada Militar	unidade	100
				Profissional da Brigada Militar atendido pelo Programa de Saúde Mental	unidade	19.105
Qualificação da infraestrutura da segurança pública	SSP	Iniciativa voltada à adaptação e melhoria da infraestrutura da segurança pública, para melhor atendimento da população gaúcha, bem como para prover melhores condições aos servidores do Estado.	142.324.739	Estrutura física adequada ao atendimento na Brigada Militar (BM)	m2	12.500
				Estrutura física adequada ao atendimento na Polícia Civil (PC)	unidade	6
				Estrutura física adequada ao atendimento no Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	1
				Estrutura física adequada ao atendimento no Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	9
				Estrutura física da Secretaria de Segurança Pública (SSP) adequada	%	100
Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	SSP	Iniciativa voltada à qualificação dos serviços prestados pela polícia judiciária, no que diz respeito aos procedimentos que são enviados para o Poder Judiciário.	465.888.273	Inquérito policial remetido	unidade	644.876
				Procedimento de adolescente infrator remetido	unidade	44.708
				Termo circunstanciado remetido	unidade	350.220
Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento	SSP	Iniciativa voltada para a melhoria dos processos de licenciamento e vistorias em ambientes suscetíveis à ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar.	46.960.000	Análise padronizada pela central de licenciamento	unidade	80.000
				Estabelecimento vistoriado	unidade	40.000
Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	SSP	Iniciativa voltada às ações de polícia ostensiva que envolvem barreiras, abordagens, fiscalização, atendimento à ocorrências, tudo visando a preservação da ordem pública.	601.829.662	Arma de fogo apreendida	unidade	25.160
				Barreira policial realizada	unidade	480.168
				Ocorrência atendida	unidade	3.108.135
				Pessoa abordada/identificada	unidade	23.547.158
				Prisão realizada	unidade	391.552
				Veículo fiscalizado	unidade	11.766.304
Qualificação dos serviços periciais	SSP	Iniciativa voltada ao acréscimo quantitativo e qualitativo do serviço prestado pelo Instituto-Geral de Perícias, em termos de perícias.	71.280.000	Acréscimo de trabalho expedido pelo Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	228.876
				Material genético coletado em apenado condenado	unidade	9.000
				Perfil balístico indexado	unidade	14.000
				Perfil Genético inserido no Banco de Perfis Genéticos	unidade	6.300

Qualificação dos servidores da segurança pública	SSP	Iniciativa voltada à constante qualificação dos servidores da Segurança Pública, refletindo em um melhor atendimento às necessidades dos gaúchos.	8.149.931	Militar do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) qualificado	unidade	400
				Servidor da Brigada Militar (BM) qualificado	unidade	27.800
				Servidor da Polícia Civil (PC) qualificado	unidade	8.000
				Servidor do Instituto Geral de Perícias (IGP) qualificado	unidade	740
Qualificação e ampliação no serviço de identificação civil	SSP	Iniciativa que busca a qualificação e ampliação da emissão de documentos de identificação civil, visando uma melhor prestação de serviço à população do RS.	120.000.000	Documento de identidade emitido	unidade	3.938.828
Realização de operações das forças-tarefa da Secretaria de Segurança Pública (SSP)	SSP	Ações coordenadas envolvendo operações conjuntas que visam ao combate dos crimes relacionados com o roubo e furto de veículos, bem como de fios e cabos de energia.	0	Operação realizada	unidade	246
Segurança pública na comunidade escolar	SSP	Iniciativa voltada à educação, em visitas e aulas ministradas por agentes de segurança da PC, BM e CBM, cujos objetivos são ensinar crianças e adolescentes sobre assuntos relacionados com segurança, respeito, violência, drogas, criminalidade, entre outros.	1.059.000	Aluno atendido pelo Projeto Bombeiro na Escola	unidade	80.000
				Aluno formado no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	unidade	332.000
				Professor capacitado pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	unidade	1.000
				Público atendido pelo Programa Papo de Resposta	unidade	258.388
				Visita realizada nas escolas pela Brigada Militar (BM)	unidade	262.539
Supervisão e fiscalização de credenciados	DETRAN	A iniciativa "Supervisão e Fiscalização de Credenciados" tem como justificativa a necessidade de ampliar a sensação de segurança da população do Estado, por meio de um enfrentamento qualificado da violência e da criminalidade. Em colaboração com outras instituições de diferentes níveis, busca-se promover a paz social e garantir a tranquilidade pública.	0	Credenciado fiscalizado	unidade	1.176



Ação Programática: QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Resultado Esperado: Sistema prisional mais seguro e humanizado, com servidores qualificados, estruturas físicas adequadas, equipamentos modernos e gestão baseadas em dados, favorecendo a reintegração social com conseqüente redução das taxas de reingresso no sistema prisional.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.646.715.543	1.537.789.931	108.925.612	Percentual de frota com condições adequadas	%	46	60
			Percentual de pessoas privadas de liberdade em educação formal	%	6,86	14
			Percentual de pessoas privadas de liberdade em trabalho remunerado	%	9,99	25
			Percentual de servidores penitenciários atendidos em formação continuada	%	80	100
			Taxa de ocupação prisional	%	141,58	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Articulação e fomento a alternativas penais e políticas de apoio aos egressos	SSPS	Articulação e fomento em alternativas penais que possam ressocializar o indivíduo e evitar a reincidência. Iniciativa com a Central Integrada de Alternativas Penais - CIAP, Iniciativa com os Escritório social, Iniciativa com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC. Políticas de apoio aos egressos são fundamentais para que essas pessoas possam se reintegrar à sociedade de forma digna.	0	Iniciativa de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) apoiada	unidade	4
				Iniciativa de Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) apoiada	unidade	6
				Iniciativa de Escritório Social apoiada	unidade	4
Articulação, implantação e monitoramento da política de educação formal, do EAD, da educação profissional e das atividades sociais educativas	SSPS	Implantação de um programa de educação profissionalizante, formalização de parecerias com as Secretarias de Estado, Instituições e Entes Federados, implantação e aumento de unidades prisionais com educação formal EAD e oferta de educação formal, oportunidade de mais pessoas privadas de liberdade cursarem a educação formal para assim participarem do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e do Exame Nacional do Ensino Médio.	14.341.717	Parceria com as secretarias de estado, instituições e entes federados formalizada	unidade	4
				Pessoa privada de liberdade matriculada na educação formal	unidade	3.300
				Pessoa privada de liberdade participante do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	%	30
				Programa de educação profissional implantado	unidade	1
				Unidade prisional com educação formal a distancia (EAD) implantada	unidade	10
				Unidade prisional com oferta de educação formal implantada	unidade	32
				Fomento ao trabalho remunerado com utilização de mão de obra prisional	SSPS	Objetivo de promover a ressocialização de pessoas privadas de liberdade, proporcionando uma ocupação para eles e contribuindo para a redução da reincidência criminal. Implantação de oficinas de empreendedorismo, celebração de termos ou acordos de cooperação, implantação de oficinas de capacitação profissional e oficina permanente para assim aumentar o número de pessoas privadas de liberdade com trabalho remunerado.
Pessoa privada de liberdade com trabalho remunerado realizado	unidade	5.200				
Unidade prisional com oficina de empreendedorismo implantada	unidade	4				
Unidade prisional com termo de cooperação/acordo de cooperação celebrado	%	12				

Fortalecimento da governança de dados e do Observatório do Sistema Prisional	SSPS	O Observatório do Sistema Prisional, criado em 2022 (Portaria Nº 57/2022 de 24/06/2022 DOE), consiste no desenvolvimento de um conjunto de processos, tecnologias e pessoas dedicadas à análise de dados para a compreensão das políticas públicas do sistema prisional, tendo como objetivo principal a geração de informação e suporte para a tomada de decisão. O Observatório tem como objetivo o fomento da qualificação da geração de dados e a publicação de informações e conhecimentos relevantes e fidedignos acerca do sistema prisional do Estado. Pertence à estrutura da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), com ampla articulação interna e atuação em rede, e conta com a parceria da PROCERGS para a automatização dos dados. Sua organização está pautada em três eixos: i) Gestão da informação para a Governança, ii) Atendimento legal e divulgação pública e iii) Parcerias com universidades e institutos de pesquisa. No primeiro eixo, as ações se destinam à gestão dos dados do sistema prisional, notadamente à produção realizada por servidores da SSPS e SUSEPE de relatórios e painéis de monitoramento e ao atendimento das demandas específicas do Secretário da SSPS, do Superintendente da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), dos chefes de departamentos, delegados, diretores de estabelecimentos prisionais (EPs) e suas equipes, subsidiando reuniões com outros poderes e Ministério Público, inclusive. O segundo eixo objetiva o cumprimento da Lei de Dados Abertos da Segurança Pública (Art. 6º da Lei 15.610/21) e a publicação de informações estatística e boletins de análises de políticas públicas, a fim de se comunicar com o público externo sobre o sistema prisional gaúcho. No terceiro eixo, o foco está na cooperação acadêmica para produção de conhecimento nesta área.	614.643	Boletim de análise de política pública divulgado	unidade	8
				Cooperação com centro de pesquisa/universidade mantida	unidade	1
				Indicador e/ou painel de monitoramento do sistema prisional publicizado	unidade	48
				Kit para Sala Informações Penitenciárias (Infopen) dos estabelecimentos prisionais e delegacias penitenciárias implantado	unidade	150
				Procedimento em compliance implantado	unidade	1
Sistema de dados integrados implementado	unidade	1				
Implantação do programa de capacitação continuada de servidores	SSPS	A implantação do programa de capacitação continuada de servidores é uma medida fundamental para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. No caso dos agentes penitenciários, essa capacitação é ainda mais importante, pois eles lidam diariamente com situações de risco e precisam estar preparados para agir da forma mais adequada em cada situação. Com base nisso serão ofertados cursos e capacitações, certificados, para qualificar tanto os docentes quanto os servidores penitenciários.	8.195.266	Certificação emitida	%	100
				Docente qualificado	%	100
				Servidor penitenciário qualificado	%	100
Modernização permanente de bens e equipamentos	SSPS	Modernização permanente de bens e equipamentos para garantir a segurança e o bem-estar das pessoas privadas de liberdade e dos agentes. Essa modernização será feita através da aquisições de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), aquisições de veículos, aquisições de armamentos e aquisições de munições.	32.781.069	Armamento adquirido	unidade	3.580
				Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC) adquirido	unidade	1.000
				Munição adquirida	unidade	1.134.800
				Veículo adquirido	unidade	200

Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional	SSPS	Estabelecimentos prisionais modernizados, construídos e ampliados. Construção de uma sede para a Superintendência dos Serviços Penitenciários. Manutenção do sistema prisional. Implementação de 3 programas: Regularização Ambiental dos Estabelecimentos Prisionais, Projeto Padrão de Arquitetura e Engenharia nos Estabelecimentos Prisionais e Programa de prevenção e proteção de combate a incêndio, além de um mapeamento de todos os imóveis do Estado a fim de agilizar a busca por áreas que possam ser usadas pelo Sistema Prisional.	1.328.109.625	Estabelecimento prisional ampliado	unidade	4
				Estabelecimento prisional construído	unidade	3
				Estabelecimento prisional modernizado	unidade	10
				Mapeamento de imóveis realizado	unidade	1
				Programa de Prevenção e Proteção de Combate a Incêndio implementado	unidade	1
				Programa de Projeto Padrão de Arquitetura e Engenharia nos Estabelecimentos Prisionais implementado	unidade	1
				Programa de Regularização Ambiental dos Estabelecimentos Prisionais implementado	unidade	1
				Sede adquirida	unidade	1
Promoção da educação formal no sistema prisional	SEDUC	A escola em espaços de privação de liberdade assume papel fundamental como promotora de oportunidades que garantam a aprendizagem ao longo da vida, além de promover a equidade e a inclusão. Para isso, busca-se oferecer as condições necessárias para que as pessoas privadas de liberdade possam ter acesso à educação formal no sistema prisional.	424.647	Pessoa privada de liberdade matriculada	unidade	18.500
Qualificação e inovação tecnológica	SSPS	Utilização de tecnologia para qualificar o sistema prisional com a contratação de scanners corporais, bloqueadores de celulares e bens e equipamentos de tecnologia. Ativação de tornozeleiras eletrônicas. Implantação de salas de videoaudiência. Além da aquisição/contratação de software e equipamento destinado à inteligência e à corregedoria.	249.955.676	Bem e equipamento de tecnologia adquirido ou contratado	unidade	1.000
				Bloqueador de celular adquirido ou contratado	unidade	10
				Decisão judicial de uso de tornozeleira eletrônica atendida	%	100
				Sala de videoconferência implantada	unidade	200
				Scanner corporal adquirido ou contratado	unidade	20
				Software e equipamento destinado à inteligência e à corregedoria adquirido ou contratado	unidade	40



Ação Programática: OPERAÇÃO VERÃO TOTAL

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado:

Ampliação da prestação de serviços para residentes e veranistas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
214.756.436	185.044.436	29.712.000	Percentual de balneários/pontos acessíveis nos municípios integrantes da Rede Praia Acessível	%	29	50
			Percentual de indivíduos resgatados em situação de emergência hídrica	%	1,3	2,2
			Taxa de homicídio doloso em municípios litorâneos e de áreas internas	por 100 mil habitantes	19,6	13,6

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de veraneio	FEPAM	Propiciar o banho recreativo e a prática de atividades esportiva, tais como natação, esqui aquático e mergulho. Para avaliação da balneabilidade são monitorados os indicadores e seus valores confrontados com padrões pré-estabelecidos, para que se possa identificar se as condições de balneabilidade em um determinado local são favoráveis ou não, relacionando com a existência da contaminação por esgotos sanitários e a sua interferência no bem estar e saúde da população. Realizar operações de fiscalização ambiental no período de veraneio.	2.000.000	Boletim divulgado no período da Operação Verão	unidade	364
				Relatório consolidado de atividades da operação de fiscalização ambiental elaborado	unidade	16
Divulgação e promoção dos destinos turísticos gaúchos durante o verão	SETUR	Realização de ações de promoção durante o verão com o objetivo de projetar os destinos turísticos gaúchos no âmbito estadual, nacional e internacional. Ações implementadas de forma física ou digital através de multimídia buscando influenciar e/ou informar os públicos visitantes ou comercializadores destes destinos, efetivos ou potenciais	764.184	Campanha realizada	unidade	4
Intensificação do Programa Balada Segura no RS Verão Total	DETRAN	Ampliação da prestação de serviços para residentes e veranistas através da intensificação do programa "Balada Segura" durante a Operação RS Verão Total. Essa iniciativa visa enfrentar o macroproblema da baixa oferta de serviços públicos durante o período de veraneio em locais de grande deslocamento populacional, nas regiões litorâneas, da serra e de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.	44.000.000	Ação educativa e fiscalizatória realizada nos municípios que recebem maior fluxo populacional no período de verão	unidade	108

Operação RS Verão realizada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP)	SSP	No período do verão, as regiões litorâneas, da serra e de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul recebem um grande fluxo populacional. Essa circunstância exige uma grande e integrada ação do poder público estadual no sentido de ampliar e reforçar a oferta de serviços para garantir segurança e bem-estar a todos, população residente e volante. O intenso deslocamento populacional característico do estado no período de verão também gera importantes oportunidades para o desenvolvimento econômico e social dos municípios que os recebem, movimentando a economia local. O fluxo de pessoas gera impacto sobre a mobilidade (grande aumento do deslocamento de veículos e passageiros de transporte coletivo); sobre a segurança, visto que com o aumento da população há o aumento da ocorrência de delitos; sobre a segurança alimentar porque há aumento do fornecimento de alimentos, notadamente de origem animal; dos riscos de afogamento devido o intenso fluxo de banhistas; sobre o sistema de saúde pública sendo necessário a ampliação e reforço de uma ampla oferta de serviços, entre outros. Por outro lado, há um grande incremento na geração de emprego e renda gerado pelo aumento do consumo. A ocupação hoteleira chega a quase 100% dos leitos no período e a geração de vagas temporárias cresce de forma acentuada, cuja ocupação muitas vezes é intermediada pelo estado por meio do SINE. Dentro deste contexto, e pela amplitude da demanda de serviços geradas pelo deslocamento populacional sazonal de veraneio, a Operação RS Verão Total é a maior ação transversal do governo estadual, abrangendo cerca de 39 órgãos. A articulação e a transversalidade que caracterizam a prestação de serviços à população residente e volante no período são essenciais para garantir segurança e bem-estar a cada um que se desloca pelo nosso território para usufruir de descanso e apreciar nossos destinos turísticos.	167.358.452	Operação realizada	unidade	4
Rede Praia Acessível	FADERS	Superação progressiva das barreiras arquitetônicas e atitudinais à acessibilidade e à inclusão das PcD a práticas de lazer e esporte próprias ao veraneio e ao desfrute das regiões litorâneas, mediante a expansão e consolidação da Rede Praia Acessível RS, implantada a contar do Verão 2023, consistindo na atuação conjunta, coordenada pela FADERS, de executivos municipais, órgãos e entidades, para promoção de acessibilidade em locais e serviços por meio da adesão formal de municípios e parceiros de entidades públicas e privadas que passam a se relacionar num consórcio de responsabilidades a fim de garantir acessibilidade permanente nos balneários dos municípios integrantes.	345.800	Município integrado à Rede Praia Acessível	unidade	24
				Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Mobilidade Reduzida participante	unidade	1.720
Segurança alimentar produtos de origem animal	SEAPI	Garantir a segurança alimentar de produtos de origem animal desenvolvendo boas práticas agropecuárias, com controle de qualidade e segurança nos processos de produção, pela capacitação e treinamento, fiscalização e rotulagem, além de monitoramento e fiscalização com inspeções periódicas nos estabelecimentos de produção animal.	288.000	Atividade educativa realizada	unidade	300
				Barreira realizada	unidade	300

Programa: EDUCAÇÃO ACOLHEDORA **Temático**

Objetivo Temático: Ofertar uma educação de qualidade e, assim, superar a baixa aprendizagem, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, em especial no ensino médio, através da formação de professores e da qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual.

Contextualização: O Programa Educação Acolhedora reúne os principais macroproblemas que serão objeto de ação do Governo Gaúcho nessa temática. A universalização do atendimento escolar está assegurada constitucionalmente, inserindo-se aí a busca por superar a dificuldade de acesso e permanência na Educação Básica Estadual, em especial no Ensino Médio, onde ainda persistem desafios a serem superados. A Taxa de abandono no Ensino Médio na Rede Pública apresentou tendência de queda na última década, passando de 11,6 em 2012 para 6,1% em 2019 (com estagnação em 8,2% nos anos de 2017 e 2018). Entretanto, em 2021 o valor apurado retroagiu aos patamares de 2012, chegando a 11,1%, e em 2022 sofreu leve redução para 10,8%. A qualidade da aprendizagem, por sua vez, reflete nas taxas de reprovação, que, ocorrendo em mais de dois anos, levam à distorção idade-série. Apesar de a Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental na Rede Pública do Estado estar apresentando tendência constante de queda nos últimos dez anos, passando de 24,8 em 2012 para 14,4% em 2022, segue sendo uma preocupação importante. A qualificação dos espaços pedagógicos e administrativos atingiu grande parte da rede pública estadual nos últimos anos, mas segue sendo um problema a ser enfrentado com prioridade pelo do governo, visando garantir um ambiente educacional mais saudável e propício ao aprendizado. Destaca-se, ainda, a necessidade de formação de professores em cursos superiores de licenciatura em áreas estratégicas para o fortalecimento da Educação Básica, especialmente as que tenham base tecnológica, científica e de inovação, buscando enfrentar o problema do déficit de professores em face da projeção das aposentadorias e projeções de matrículas. Assim, o Programa Educação Acolhedora tem o objetivo de ofertar uma educação de qualidade e superar a baixa aprendizagem, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, em especial no ensino médio, através da formação de professores e da qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
5.412.741.124	5.037.140.940	375.600.184	Percentual de alunos da rede estadual com nível de proficiência adequado/avançado no 9º ano em matemática - rede pública	%	0,00	Positiva
			Percentual de alunos da rede estadual com nível de proficiência adequado/avançado no 9º ano em português - rede pública	%	0,00	Positiva
			Taxa de abandono no ensino médio - rede pública	%	10,80	Negativa
			Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - rede pública	%	14,40	Negativa



Ação Programática: AUMENTO DOS ÍNDICES DE APRENDIZAGEM E APROVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Todos os alunos com aprendizado adequado na idade certa.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
238.125.085	226.348.875	11.776.210	Percentual de matrículas de ensino médio em tempo integral na rede pública estadual	%	3,3	25
			Proficiência média em língua portuguesa (leitura) no 2º ano do ensino fundamental (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	630	650
			Proficiência média em língua portuguesa 3ª série do ensino médio (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	262	337
			Proficiência média em língua portuguesa 5º ano do ensino fundamental (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	202	225
			Proficiência média em matemática 3ª série do ensino médio (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	257	375
			Proficiência média em matemática 5º ano do ensino fundamental (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	208	250
			Proficiência média em matemática no 2º ano do ensino fundamental (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS) na rede pública estadual	pontos	513	550
			Taxa de aprovação do ensino médio na rede pública estadual	%	80,1	95
			Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental na rede pública estadual	%	91,4	98
			Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública estadual	%	95	100
			Taxa de distorção idade - ano dos anos finais do ensino fundamental na rede pública estadual	%	33,5	10
			Taxa de distorção idade - ensino médio na rede pública estadual	%	33,9	10
			Taxa de distorção idade na rede pública estadual - ano dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública	%	12,7	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de promoção do protagonismo juvenil	SEDUC	Promover espaços e ações para que os estudantes possam exercer o protagonismo juvenil, desenvolvendo a autonomia, a colaboração, a responsabilidade, com liberdade para escolher, propor e criar. Para estimular que os estudantes tenham espaços e momentos de exercício do protagonismo, são propostas iniciativas de implantação de Grêmios Estudantis e, nas Escolas de Tempo Integral, serão implantados os Clubes de Protagonismo, os quais são clubes criados e geridos pelos próprios estudantes a partir de seus interesses. Outra iniciativa que visa promover e reconhecer estudantes engajados, além de ampliar o repertório acadêmico e cultural, é o projeto de intercâmbio.	424.647	Aluno beneficiado em Programa de Intercâmbio	unidade	50
				Escola com Grêmios Estudantis implantado	%	70
				Escola de Ensino Médio em Tempo Integral com clube juvenil instalado	%	70
Ações preventivas para a aprendizagem	FETLSVC	A iniciativa visa oportunizar atividades pedagógicas extraclasse, tais como aulas de reforço e monitoria, com vistas ao desenvolvimento pleno das aprendizagens.	0	Atendimento individual realizado - reforço e monitoria	unidade	12.000
				Evento extra-classe/atividade complementar realizada	h	1.600

Apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA)	SEDUC	Promover de forma efetiva e simplificada o acesso à educação para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos durante a fase escolar regular. O programa tem como objetivo primordial combater o analfabetismo funcional e fomentar a inclusão social por meio do conhecimento. Para isso, é necessário qualificar a oferta educacional para esse grupo específico dentro da rede estadual de ensino, levando em consideração sua diversidade e necessidades particulares. Nesse sentido, serão utilizados recursos tecnológicos que promovam a cidadania, a participação cidadã e o desenvolvimento das habilidades e competências dos jovens e adultos. Serão combinadas metodologias de ensino presenciais e à distância, com o intuito de atender as necessidades e a realidade desse público. A iniciativa também contempla o atendimento de alunos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos Profissional e Técnica, conhecida como EJA Tech. Essa modalidade busca capacitar os estudantes não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também no âmbito profissional, oferecendo habilidades técnicas e conhecimentos práticos em diversas áreas.	426.360	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	unidade	174.000
				Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos Profissional e Técnica (EJA Tech)	unidade	26.000
Atividades de mediação de leitura no ambiente escolar	SEDAC	Atividades de mediação de leitura no ambiente escolar, com a participação de mediadores e escritores e acompanhamento da frequência escolar dos alunos e do desempenho dos jovens atendidos; atividade com aquisição de acervo literário. As atividades tem o objetivo de estimular os alunos da rede pública estadual a perceberem na leitura um mecanismo capaz de auxiliar no processo de formação, aumentando, conseqüentemente, os índices de aprendizagem e aprovação.	40.000	Aluno participante de atividade de mediação de leitura acompanhado - RS Seguro	unidade	2.000
				Aluno participante de atividade de mediação de leitura acompanhado	unidade	1.000
				Aluno participante de oficina realizada	unidade	30.000
				Aluno participante de oficina realizada - RS Seguro	unidade	10.000
				Atividade de mediação de leitura realizada	unidade	580
				Atividade de mediação de leitura realizada - RS Seguro	unidade	330

Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	SEDUC	<p>Melhorar a qualidade e a abrangência do ensino médio no estado do Rio Grande do Sul, proporcionando aos estudantes uma formação sólida e diversificada que os prepare para os desafios da vida acadêmica e profissional. Para alcançar isso, estamos focados na inovação curricular e no desenvolvimento do corpo docente, buscando fortalecer a educação e oferecer uma formação mais completa para os jovens gaúchos. O Ensino Médio Gaúcho é regulamentado pela Lei nº 13.415/2017 e pelo Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio – RCGEM, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma das principais características desse modelo é a ampliação da carga horária, que passará a ser de 3.000 horas ao longo dos três anos, e a flexibilização do currículo, tornando-o mais atrativo e dando mais autonomia de escolha aos estudantes. Essa flexibilização curricular é alcançada por meio dos Itinerários Formativos, nos quais os estudantes podem escolher em quais áreas do conhecimento desejam se aprofundar. Isso fortalece a educação integral e promove o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, incluindo as cognitivas, físicas, emocionais, sociais, culturais e as relações interpessoais. Um dos principais pilares dessa iniciativa é a implementação e consolidação do 5º Itinerário Formativo, que se concentra na formação técnica e profissional. O objetivo é oferecer programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, considerando o contexto local e as possibilidades oferecidas pelo sistema de ensino. Isso permite que os estudantes explorem diferentes campos de estudo relevantes para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, a Iniciativa também investe na formação dos professores, preparando-os para atuar de forma eficaz nas trilhas de aprofundamento. Os professores participarão de formações continuadas, com o objetivo de aprimorar suas habilidades e conhecimentos específicos em cada trilha de estudo.</p>	8.492.928	Escola com 5º Itinerário implantado	unidade	65
				Professor formado para atuar nas Trilhas de Aprofundamento	%	75
Desenvolvimento dos profissionais da educação	SEDUC	<p>O desenvolvimento dos profissionais da educação (docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica (Lei 14276/21)) é indispensável para um ensino de qualidade e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Para promover o desenvolvimento dos profissionais, diversas iniciativas de formação continuada serão estabelecidas para impactarem professores, diretores, supervisores, orientadores e todos os profissionais que atuam nas escolas. A iniciativa também contempla o CEGEMTEC, o qual visa ser não apenas um espaço para gravação e transmissão de aulas e formação, mas uma comunidade de aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento dos profissionais da educação da rede estadual do Rio Grande do Sul também contempla outras ações além da formação continuada, como construir diretrizes para o estágio probatório, para o curso de ingressantes e o referencial de formação docente da rede estadual gaúcha.</p>	44.071.400	Formação disponibilizada via Centro Gaúcho de Educação Mediada por Tecnologia (CEGEMTEC)	unidade	27
				Professor formado (total, incluindo formações específicas de outras iniciativas)	%	75
				Profissional da educação formado (rol do art 26, parágrafo 1, inciso II da Lei 14276/21)	%	60

Desenvolvimento dos temas transversais na Educação Básica	SEDUC	Realizar iniciativas para desenvolvimento e fortalecimento dos temas transversais nas escolas. Os temas transversais estimulam o diálogo entre os diversos campos do saber e são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia, da cidadania, do diálogo e respeito às diferenças. A iniciativa contempla a criação e realização de projetos, além de formações continuadas para profissionais da educação em temas transversais como: Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Educação para as Relações Étnico-Raciais.	1.286.480	Professor com formação para atuar com temas transversais (diversidade, gênero, meio ambiente, finanças, entre outros)	unidade	38.000
Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	SEDUC	Elevar a qualidade e efetividade do ensino médio no estado do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de atender à meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014) e do Plano Estadual de Educação (2015), de ampliar a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral para 50% das escolas da rede estadual, busca-se ampliar essa oferta. As escolas de tempo integral possuem uma carga horária expandida proporcionando mais possibilidades de aprendizagem. Entretanto, o maior diferencial das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral é o modelo pedagógico que visa a formação integral dos estudantes, a partir de uma proposta pedagógica multidimensional, conectada à realidade dos jovens e ao desenvolvimento de suas competências cognitivas socioemocionais. Com uma abordagem inovadora, as escolas possuem disciplinas diversificadas e o projeto de vida dos estudantes é a centralidade do modelo. A iniciativa também visa capacitar professores, por meio de formação continuada, para atuar nessas escolas. Por fim, a iniciativa busca preparar as escolas com materiais e equipamentos necessários para as demandas de uma escola com oferta de educação em tempo integral. A expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral representa um marco na educação do estado, oferecendo uma proposta educacional inovadora e alinhada com as demandas do século XXI. Através da implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, da formação de professores qualificados e do aumento no número de alunos matriculados, a iniciativa busca transformar a educação gaúcha, proporcionando uma formação integral e preparando os jovens para os desafios futuros.	16.212.000	Escola de ensino médio em tempo integral implantada	%	50
				Professor da escola de ensino médio em tempo integral formado	%	100
Fomento à atividades culturais e de estímulo à leitura e à escrita	FETLSVC	A iniciativa visa oportunizar a participação em atividades culturais extraclasse e de estímulo à leitura e à escrita, com vistas a formação integral do estudante.	0	Aluno participante do Festival de Teatro	unidade	4.000
				Aluno participante do Liberarte	unidade	2.600
				Aluno participante do Show de Talentos	unidade	4.000
				Evento Liberarte realizado	unidade	4
				Evento troca-troca de livros realizado	unidade	4
				Festival de Teatro realizado	unidade	4
				Show de Talentos realizado	unidade	4

Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte	SEDUC	Garantir o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social e cultural. Para isso, diversas ações serão elaboradas no âmbito das escolas e da Secretaria de Educação. Dentre as iniciativas de fomento à ciência e cultura, serão realizadas mostras científicas e culturais anuais para que os estudantes realizem projetos escolares que estimulem o interesse pela investigação científica e contribuam para a formação cultural e artística, oportunizando novos saberes. Dentre as ações de fomento à inovação que compõem a iniciativa, a maratona Hackatchê também será realizada anualmente para integrar estudantes e professores da rede estadual a experiências em um ambiente de criação nas áreas de tecnologia e inovação. O projeto valoriza práticas docentes e a conexão dos alunos do Ensino Médio às soluções tecnológicas e ao ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul, incentivando os estudantes a explorarem ideias e soluções voltadas para a melhoria do dia a dia da rede estadual. Por fim, a iniciativa também contempla a criação de Centros de Inovação para que estudantes, professores e gestores possam experimentar Tecnologia e Inovação de ponta de forma prática e integrada através de trilhas formativas, incubação e mentorias.	4.900.000	Aluno participante de feira científica e cultural	%	80
				Centro de Inovação Educacional implantado	unidade	4
				Feira e mostra científica e cultural realizada	unidade	4
				Hackatchê realizado	unidade	4
				Professor participante de mostra científica e cultural	%	50
Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte na Educação Técnica e Profissional	SEDUC	Promover o desenvolvimento de ações voltadas a inovação, cultura e esporte. Incentivar os espaços de convivência e formação integral do educando.	5.942.053	Feira e mostra científica e cultural realizada na Educação Profissional e Técnica	unidade	16
Fortalecimento das modalidades na perspectiva da educação inclusiva	SEDUC	Realizar iniciativas que fortaleçam as modalidades e promovam uma educação de qualidade com equidade na rede estadual do Rio Grande do Sul. Garantir a equidade na educação é essencial, pois significa reconhecer a pluralidade dos estudantes e que cada um tem formas distintas de aprendizado. Para isso, busca-se conceder atenção e delinear estratégias, de acordo com as necessidades específicas de cada grupo. Para promover a inclusão e equidade, serão elaboradas e implementadas matrizes curriculares específicas para as modalidades de Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola. Além disso, os professores que atuarem nessas escolas receberão formação continuada para atuar nesses contextos. Também faz parte dessa iniciativa garantir que os estudantes público alvo da Educação Especial tenham um atendimento educacional especializado.	1.286.480	Escola com matriz curricular da educação do campo implantada	%	100
				Escola com matriz curricular da educação quilombola implantada	%	100
				Escola com matriz curricular indígena implantada	%	100
				Estudante público alvo da Educação Especial atendido por serviço de Atendimento Educacional Especializado	%	70
				Professor com formação para atuar nas modalidades de Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola	%	50
Fortalecimento do currículo e de projetos do Ensino Fundamental	SEDUC	Proporcionar uma educação de qualidade e preparar os alunos para os desafios do século XXI. Por meio dessa iniciativa, busca-se aprimorar o currículo escolar e promover a participação dos estudantes em projetos de iniciação científica e /ou tecnológica, além de formar professores de acordo com o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental (RCG EF). Incentivar a participação dos alunos em projetos de pesquisa científica e tecnológica desde o Ensino Fundamental proporciona aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades de investigação, experimentação e análise crítica, estimulando interesse pelas diversas áreas do conhecimento. Outro aspecto fundamental dessa iniciativa é a formação de professores de acordo com o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental (RCG EF). Os educadores serão capacitados por meio de programas de formação continuada, que abordarão não apenas os aspectos teóricos, mas também as práticas pedagógicas inovadoras e as estratégias de ensino alinhadas ao RCG EF. Essa formação aprofundada permitirá aos professores um melhor domínio dos conteúdos e a adoção de abordagens pedagógicas mais eficientes, criativas e inclusivas.	849.298	Aluno participante de projeto de iniciação científica e/ou tecnológica	%	50
				Professor formado a partir do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental (RCG EF)	%	75

Gestão pedagógica das escolas	SEDUC	<p>Melhorar a aprendizagem na rede estadual por meio do acompanhamento pedagógico das equipes gestoras (diretor e supervisor), realizando a formação continuada em serviço e fortalecendo a gestão escolar com foco em resultados de aprendizagem. A iniciativa contempla a Tutoria Pedagógica, na qual tutores alocados nas Coordenadorias Regionais realizarão encontros presenciais semanais ou quinzenais, com as equipes pedagógica e diretiva das escolas, para acompanhamento pedagógico e formações continuadas com foco no desenvolvimento pedagógico. As sessões de tutoria nas escolas têm como foco:</p> <p>garantir que as orientações pedagógicas da Secretaria cheguem e sejam priorizadas pelas escolas; ajudar as escolas a implementarem as ações priorizadas pela Secretaria que impactam na aprendizagem (melhoria da frequência dos estudantes, planejamento, participação nas avaliações, apoiar o Supervisor para observação de sala de aula e devolutiva aos professores, entre outras); e desenvolver os diretores e supervisores quanto a suas atuações práticas para melhoria de resultados de aprendizagens.</p>	636.970	Escola com programa de tutoria implantado	%	100
				Tutor formado	unidade	300
Manutenção da excelência no ensino do Colégio Tiradentes	SSP	<p>Em 2022 foram aplicadas as provas do SAERS aos alunos na rede de ensino do Rio Grande do Sul, com o objetivo de obter dados e informações sobre o desempenho destes em relação ao desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas necessárias à sua inserção e participação na vida social, cultural e econômica do País. Os resultados apontam que há um percentual elevado de alunos da rede classificados com desempenho abaixo do básico. Assim, constata-se que os alunos requerem atenção especial, necessitando de recuperação das competências e habilidades não desenvolvidas. Esses dados revelam o desafio a ser enfrentado para a oferta de uma educação de qualidade e superação da baixa aprendizagem. Ademais, as taxas de reprovação para a etapa do Ensino Fundamental e Médio e de distorção idade-ano na rede pública estadual também são preocupações importantes. A qualidade da aprendizagem está relacionada às taxas de reprovação, que, ocorrendo em mais de dois anos, levam à distorção idade-ano. As causas desses problemas são variadas, vão desde Falta de gestão por resultados: falta de acompanhamento pedagógico, ações preventivas e mensuração de resultados de aprendizagem, currículo pouco atrativo e baixa aderência com o projeto de vida do Estudante, desestruturação do ambiente familiar e fragilização dos laços socioafetivos, falta de recursos e/ou recursos de baixa qualidade: materiais didáticos, administrativos, gêneros alimentícios, formação inicial desconectada com a sala de aula, pouca formação continuada e desvalorização da carreira, até o adoecimento da comunidade escolar: problemas socioemocionais de estudantes e docentes. Conseqüentemente, os efeitos são danosos, gerando dificuldade no acesso ao ensino superior, aumento da criminalidade e violência, aumento dos problemas socioemocionais, precarização nas relações de trabalho, impacto no setor produtivo-econômico, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, redução da renda e aumento da desigualdade. Diante deste cenário, o aumento dos índices de aprendizagem e a redução das taxas de reprovação da educação básica na rede pública estadual do Rio Grande do Sul será objeto de ação do Governo Gaúcho nos próximos anos.</p>	1.571.310	Aluno formado	unidade	2.438

Programa de acompanhamento pedagógico na educação profissional integrada ao ensino médio	FETLSVC	O Programa visa qualificar o acompanhamento dos estudantes em suas aprendizagens e no desenvolvimento de suas competências, criando condições e ferramentas para uma comunicação ágil e acessível entre estudantes, profissionais da educação e responsáveis.	0	Conselho de Classe realizado	unidade	256
				Devolutiva para pais realizada	unidade	40
				Pré conselho realizado	unidade	32
Programa estadual de alfabetização em regime de colaboração - Alfabetiza Tchê	SEDUC	O Decreto nº 56.674/2022 Institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - "Alfabetiza Tchê". O programa atuará em cinco eixos: fortalecimento da aprendizagem; fortalecimento da gestão municipal e escolar; formação de professores; avaliação externa, acompanhamento e monitoramento dos indicadores; e cooperação, articulação e incentivo. Serão beneficiados alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental das redes municipais e estadual. O programa visa garantir que todos os estudantes das redes públicas estadual e municipais de ensino do Estado estejam alfabetizados, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental; reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficientes em séries avançadas; contribuir para a melhoria do Índice Municipal da Qualidade da Educação do RS - IMERS; e melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, no âmbito das escolas pertencentes às redes públicas estadual e municipais do Estado do Rio Grande do Sul.	58.371.712	Escola estadual com avaliação de fluência realizada	%	100
				Escola municipal com avaliação de fluência realizada	%	100
				Município com programa Alfabetiza Tchê em execução	%	100
				Professor Formado pelo Programa Alfabetiza Tchê (professor da Educação Infantil, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual e municipal)	unidade	26.000
Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	SEDUC	Expandir a oferta da Educação Profissional no Rio Grande do Sul, de forma qualificada com o objetivo de atender ao Plano Nacional de Educação e o Plano Decenal da Educação profissional e Tecnológica do RS	424.647	Aluno matriculado em curso técnico subsequente ou concomitante	unidade	35.000
				Escola Profissional e Técnica com currículo atualizado para o mundo do trabalho encaminhado para o Conselho Estadual de Educação	unidade	150
				Novo curso aderente ao arranjo produtivo local implementado	unidade	15
				Professor da Educação Profissional e Técnica com formação pedagógica	%	100
Recuperação e recomposição das aprendizagens	SEDUC	A Iniciativa é uma abrangente e comprometida resposta aos desafios educacionais decorrentes das interrupções no processo de aprendizado. Seu objetivo principal é auxiliar os alunos a superarem lacunas educacionais e fortalecerem suas habilidades. Para tanto, essa iniciativa se concentra em ações contínuas a serem realizadas no dia a dia das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula ao longo do trimestre letivo. Além disso, inclui um momento específico ao final de cada trimestre, que visa a superar dificuldades de aprendizagem e oferecer aos estudantes uma oportunidade de recuperar a nota trimestral. Durante o período dos Estudos de Recuperação Contínua, as atividades planejadas devem contemplar todos os estudantes da escola, seguindo o cronograma estabelecido pela Secretaria de Educação (SEDUC). No planejamento, é prioritário incluir atividades para os alunos que ainda não consolidaram suas aprendizagens ou que obtiveram notas abaixo de 6,0. Caso um estudante mantenha uma nota inferior a 6,0, o professor deve garantir, ao longo de todos os trimestres, a realização de atividades complementares com o intuito de desenvolver as habilidades essenciais. Isso possibilitará a consolidação das aprendizagens e a melhoria do desempenho em qualquer trimestre. Os professores desempenham um papel fundamental nessa iniciativa e terão formações específicas para compreensão dos indicadores educacionais, dos resultados das avaliações e para realizarem ações de recuperação. Além disso, a iniciativa também contará com a elaboração de materiais específicos para a consolidação das aprendizagens de português e matemática.	20.000.000	Escola com ação de recuperação	%	100
				Professor formado para realizar as ações de recuperação	%	75

Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	SEDUC	Realizar a avaliação em larga escala, universal e censitária nas escolas da Educação Básica da rede pública estadual, visando ao acompanhamento do processo educacional para elaboração de políticas públicas, buscando a evolução dos indicadores educacionais, bem como avaliações diagnósticas e formativas periódicas, visando devolutivas e projetos de recuperação contínua na aprendizagem dos estudantes. O SAERS, que é esse sistema de avaliação, poderá ser aplicado nas redes municipais por adesão. A partir dos resultados da avaliação, a SEDUC estabelece as metas e planos de ação para desenvolvimento das atividades pedagógicas voltadas à melhoria dos indicadores de resultados, incluindo reprovação, abandono e correção de fluxo.	73.188.800	Escola de Educação Básica com avaliação diagnóstica e formativa realizada	%	100
				Escola de Educação Básica estadual com Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) realizado	%	100
				Escola de Educação Básica municipal com Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) realizado	%	100



Ação Programática: QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS TECNOLÓGICOS DAS ESCOLAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Todas as escolas com infraestrutura adequada para receber a comunidade escolar.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.690.883.461	1.327.059.487	363.823.974	Percentual de escolas da rede pública estadual com intervenção na infraestrutura física	%	95	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Acesso a recursos tecnológicos e a ferramentas educacionais às pessoas privadas de liberdade	SSPS	Investimento em ferramentas educacionais com o auxílio de recursos tecnológicos para garantir que mais pessoas privadas de liberdade e egressos tenham acesso a educação formal na modalidade EAD. Articulação entre as secretarias para a ampliação de vagas e investimento em tecnologias que permitam aulas à distância.	0	Pessoa privada de liberdade cursando a educação formal a distância (EAD)	unidade	2.600
Adequação, reforma e qualificação da infraestrutura e de recursos pedagógicos e tecnológicos da Fundação Liberato	FETLSVC	A iniciativa visa fortalecer a educação técnica e profissional, buscando garantir a manutenção e modernização da infraestrutura para oferta de uma educação de qualidade pautada na proposta de formação integral. Contempla aquisição para modernização da infraestrutura e adequação e reforma dos prédios com vistas ao melhor atendimento dos estudantes em sua diversidade e necessidades. A iniciativa também prevê a diminuição de despesas com energia elétrica para melhor aproveitamento dos recursos.	6.684.447	Edificação escolar reformada	%	100
				Muro gradil na área escolar construído	%	100
				Projeto de prédio adequado/reformado para acessibilidade	%	100
				Subestação com energia solar fotovoltaica construída	%	100
Apoio à implementação do Projeto ConectaRS	CC	Apoio à SEDUC na reestruturação, planejamento e acompanhamento do Projeto ConectaRS	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2
				Projeto ConectaRS fortalecido e ampliado	%	10
Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas de Educação Básica	SEDUC	Fortalecer e aprimorar a gestão financeira e administrativa das escolas de educação básica, proporcionando-lhes maior autonomia e eficiência. O programa de autonomia financeira permite que as escolas possam gerir seus recursos de forma mais eficiente e adequada às suas necessidades específicas. Dessa forma, as escolas podem otimizar a utilização dos recursos disponíveis, promovendo investimentos que beneficiem diretamente os estudantes. Viabilizar a manutenção centralizada/descentralizada para atendimento de despesas de caráter continuado, como água, energia, saneamento, locação de espaços, serviços de vigilância, encargos, estagiários, despesas com gestão informatizada, incluindo manutenção dos sistemas tecnológicos e implementação dos mesmos. Essa iniciativa visa fortalecer a educação básica, garantindo que as escolas tenham os recursos e o suporte necessários para oferecer uma educação de qualidade, preparando os estudantes para os desafios do futuro.	645.472.488	Escola de Educação Básica atendida com manutenção centralizada/descentralizada para despesas de caráter continuado (água, energia, saneamento, locação, vigilância, insumos, dentre outros)	%	100

Apoio Administrativo, manutenção e qualificação das Escolas de Educação Profissional e Técnica	SEDUC	Fortalecer e aprimorar a gestão financeira e administrativa das Escolas de Educação Profissional e Técnica, proporcionando-lhes maior autonomia e eficiência. O programa de autonomia financeira permite que as escolas possam gerir seus recursos de forma mais eficiente e adequada às suas necessidades específicas. Dessa forma, as escolas podem otimizar a utilização dos recursos disponíveis, promovendo investimentos que beneficiem diretamente os estudantes. Viabilizar a manutenção centralizada/descentralizada para atendimento de despesas de caráter continuado, como água, energia, saneamento, locação de espaços, serviços de vigilância, encargos, estagiários, despesas com gestão informatizada, incluindo manutenção dos sistemas tecnológicos e implementação dos mesmos. Essa iniciativa visa fortalecer a educação técnica e profissional, garantindo que as escolas tenham os recursos e o suporte necessários para oferecer uma educação de qualidade, preparando os estudantes para os desafios do futuro.	7.721.005	Escola de Educação Profissional e Técnica atendida com manutenção centralizada/descentralizada para despesas de caráter continuado (água, energia, saneamento, locação, vigilância, insumos, etc)	%	100
Atualização do Planejamento Estratégico da insituição	FETLSVC	A iniciativa visa, a partir da atualização do planejamento estratégico, dar suporte à ampliação da oferta de vagas nos cursos técnicos e a formação de alunos com competências e habilidades de acordo com as exigências da sociedade atual, voltadas para a nova economia, o empreendedorismo e a inovação tecnológica.	55.000	Planejamento Estratégico atualizado	%	100
Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	SEDUC	Promover a conectividade e a inclusão digital nas escolas de Educação Básica do Rio Grande do Sul. Através dessa iniciativa, as escolas terão acesso à internet de alta qualidade e uma rede wi-fi eficiente, proporcionando aos alunos e professores uma experiência educacional mais enriquecedora e conectada. Uma das principais conquistas do CONECTA RS é a disponibilização de acesso à internet nas salas de aula. Isso permite que os educadores utilizem recursos digitais, conteúdos interativos e ferramentas online para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, os alunos têm a oportunidade de acessar informações atualizadas, realizar pesquisas e colaborar em projetos online, ampliando seu acesso ao conhecimento e fortalecendo suas habilidades digitais. Outro aspecto importante dessa iniciativa é a aquisição de equipamentos tecnológicos para as escolas de Educação Básica. Com esses recursos, os educadores podem explorar novas metodologias de ensino, utilizar aplicativos educacionais, realizar videoaulas e estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Através do CONECTA RS, as escolas têm a oportunidade de se tornarem ambientes educacionais modernos, onde a tecnologia é utilizada como uma ferramenta pedagógica poderosa. Os alunos podem experimentar uma aprendizagem mais dinâmica, interativa e personalizada, desenvolvendo habilidades essenciais para o século XXI, como o pensamento crítico, a colaboração e a resolução de problemas. Além disso, o CONECTA RS contribui para diminuir a desigualdade digital, assegurando que todas as escolas da Educação Básica tenham acesso igualitário às oportunidades proporcionadas pela tecnologia.	16.752.000	Equipamento tecnológico adquirido para escola de Educação Básica (chromebooks) Escola com acesso a internet e wi-fi de qualidade na sala de aula	unidade %	195.000 100
Construção de ambientes para prática de esportes	SOP	Fiscalização da construção de ambientes para prática de esportes na rede pública estadual do RS e em praças e parques públicos.	0	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100

Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	SEDUC	<p>Melhorar significativamente as instalações educacionais existentes, proporcionando um ambiente seguro, acessível e funcional para estudantes, professores e funcionários. Com foco na qualidade da educação e no bem-estar dos alunos, essa iniciativa tem como objetivo transformar as escolas em locais propícios ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Construir novas escolas. Essas novas unidades educacionais serão projetadas com base em padrões modernos de arquitetura e engenharia, levando em consideração a funcionalidade, a segurança e o conforto dos usuários. Reformar parcial ou totalmente as escolas já existentes. Essas reformas visam revitalizar e modernizar as instalações, proporcionando ambientes adequados para o aprendizado. Serão realizadas melhorias estruturais, elétricas e hidráulicas, garantindo a segurança e o bom funcionamento das escolas. Os ambientes serão reconfigurados para otimizar o uso do espaço e atender às necessidades específicas de cada unidade escolar. Construir ou reformar quadras poliesportivas para as escolas de Educação Básica. Reconhecendo a importância da prática esportiva e dos exercícios físicos para o desenvolvimento saudável dos estudantes, essas novas quadras proporcionarão um espaço adequado para a prática esportiva e atividades recreativas, promovendo um estilo de vida ativo e saudável. A acessibilidade é uma preocupação fundamental. As escolas construídas ou reformadas deverão garantir a acessibilidade total para alunos e funcionários com mobilidade reduzida. Serão instaladas rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados para atender às necessidades de todos. As calçadas serão equipadas com piso tátil, proporcionando orientação e segurança para pessoas com deficiência visual. Construir ou reformar cozinhas e refeitórios para as escolas de Educação Básica. Reconhecendo a importância de uma alimentação adequada e saudável para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos, essas instalações garantirão um espaço apropriado para a preparação e distribuição das refeições. Serão equipadas com utensílios modernos e seguros, seguindo padrões de higiene rigorosos. Essa iniciativa visa garantir aos alunos ambiente propício para aprender, crescer e se preparar para um futuro promissor.</p>	306.081.247	Escola de Educação Básica com quadra poliesportiva coberta	unidade	200
				Escola de Educação Básica construída	unidade	57
				Escola de Educação Básica reformada parcial ou totalmente	unidade	1.280

Construção, ampliação e reforma de escolas de Educação Profissional e Técnica	SEDUC	Melhorar significativamente as instalações educacionais existentes, proporcionando um ambiente seguro, acessível e funcional para estudantes, professores e funcionários. Com foco na qualidade da educação e no bem-estar dos alunos, essa iniciativa tem como objetivo transformar as escolas em locais propícios ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Construir novas escolas. Essas novas unidades educacionais serão projetadas com base em padrões modernos de arquitetura e engenharia, levando em consideração a funcionalidade, a segurança e o conforto dos usuários. Reformar parcial ou totalmente as escolas já existentes. Essas reformas visam revitalizar e modernizar as instalações, proporcionando ambientes adequados para o aprendizado. Serão realizadas melhorias estruturais, elétricas e hidráulicas, garantindo a segurança e o bom funcionamento das escolas. Os ambientes serão reconfigurados para otimizar o uso do espaço e atender às necessidades específicas de cada unidade escolar. Construir ou reformar quadras poliesportivas para as escolas de Educação Técnica e Profissional. Reconhecendo a importância da prática esportiva e dos exercícios físicos para o desenvolvimento saudável dos estudantes, essas novas quadras proporcionarão um espaço adequado para a prática esportiva e atividades recreativas, promovendo um estilo de vida ativo e saudável. A acessibilidade é uma preocupação fundamental. As escolas construídas ou reformadas deverão garantir a acessibilidade total para alunos e funcionários com mobilidade reduzida. Serão instaladas rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados para atender às necessidades de todos. As calçadas serão equipadas com piso tátil, proporcionando orientação e segurança para pessoas com deficiência visual. Construir ou reformar cozinhas e refeitórios para as Escolas de Educação Profissional e Técnica. Reconhecendo a importância de uma alimentação adequada e saudável para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos, essas instalações garantirão um espaço apropriado para a preparação e distribuição das refeições. Serão equipadas com utensílios modernos e seguros, seguindo padrões de higiene rigorosos. Essa iniciativa visa garantir aos alunos ambiente propício para aprender, crescer e se preparar para um futuro promissor.	5.095.757	Escola de Educação Profissional e Técnica integrada com o Ensino Médio com quadra poliesportiva coberta	%	40
				Escola de Educação Profissional e Técnica reformada	unidade	60
Manutenção predial de prédios escolares	SOP	Manutenção predial de prédios da rede pública estadual.	0	Manual de manutenção predial disponibilizado	%	100
				Processo de manutenção predial em prédios da educação implantado	%	100

Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Básica	SEDUC	Garantir um ambiente seguro, funcional e adequado para o desenvolvimento educacional. Implementar práticas de manutenção e conservação tanto preventiva quanto corretiva em escolas de Educação Básica, visando a melhoria contínua das instalações prediais. As escolas de Educação Básica terão cobertura contratual para serviços de manutenção e conservação predial. Isso significa que haverá um contrato estabelecido com uma empresa especializada, que ficará responsável por realizar inspeções regulares, identificar e resolver possíveis problemas e desgastes nas instalações. Dessa forma, a escola poderá contar com profissionais qualificados e capacitados para garantir a integridade estrutural do prédio, bem como a funcionalidade dos sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização e outros. As escolas de Educação Básica terão um Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) implantado. Esse plano é fundamental para promover a segurança dos alunos, professores e demais funcionários em caso de um eventual incêndio. Ele contemplará medidas preventivas, como a instalação de sistemas de detecção e combate a incêndio, saídas de emergência, sinalização adequada, treinamentos de evacuação e conscientização sobre práticas seguras. A implementação do PPCI será acompanhada de perto por equipes especializadas, que realizarão inspeções regulares e treinamentos para garantir que as medidas preventivas estejam em conformidade com as normas de segurança. Essa iniciativa proporcionará um ambiente escolar mais seguro, que valoriza a integridade física de todos os envolvidos no processo educacional.	70.023.021	Escola de Educação Básica com cobertura contratual para conservação (serviços de baixa complexidade, sem necessidade de responsável técnico)	%	28
				Escola de Educação Básica com cobertura contratual para manutenção	%	28
				Escola de Educação Básica com Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) implantado	%	100
Manutenção/Conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Profissional e Técnica	SEDUC	Garantir um ambiente seguro, funcional e adequado para o desenvolvimento educacional. Implementar práticas de manutenção e conservação tanto preventiva quanto corretiva em escolas de Educação Profissional e Técnica, visando a melhoria contínua das instalações prediais. As escolas de Educação Profissional e Técnica terão cobertura contratual para serviços de manutenção e conservação predial. Isso significa que haverá um contrato estabelecido com uma empresa especializada, que ficará responsável por realizar inspeções regulares, identificar e resolver possíveis problemas e desgastes nas instalações. Dessa forma, a escola poderá contar com profissionais qualificados e capacitados para garantir a integridade estrutural do prédio, bem como a funcionalidade dos sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização e outros. As escolas de Educação Profissional e Técnica terão um Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) implantado. Esse plano é fundamental para promover a segurança dos alunos, professores e demais funcionários em caso de um eventual incêndio. Ele contemplará medidas preventivas, como a instalação de sistemas de detecção e combate a incêndio, saídas de emergência, sinalização adequada, treinamentos de evacuação e conscientização sobre práticas seguras. A implementação do PPCI será acompanhada de perto por equipes especializadas, que realizarão inspeções regulares e treinamentos para garantir que as medidas preventivas estejam em conformidade com as normas de segurança. Essa iniciativa proporcionará um ambiente escolar mais seguro, que valoriza a integridade física de todos os envolvidos no processo educacional.	4.246.464	Escola de Educação Profissional e Técnica com cobertura contratual para conservação	%	20
				Escola de Educação Profissional e Técnica com cobertura contratual para manutenção	%	20
				Escola de Educação Profissional e Técnica com Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) implantado	%	100

Melhoria na eficiência da governança e gestão da rede escolar	SEDUC	<p>Aprimorar os processos e práticas de gestão na rede escolar, visando alcançar uma administração mais eficiente e eficaz. Serão mapeados e redesenhados os processos existentes, identificando oportunidades de otimização e simplificação. Isso permitirá uma maior transparência, agilidade e qualidade na tomada de decisões, bem como na execução das atividades relacionadas à gestão escolar. Será implementado um modelo de gestão nas CREs, visando fornecer orientações para os gestores, otimizar o desempenho, alcançar os objetivos e promover a excelência na execução das atividades. Esse modelo de gestão fornecerá diretrizes claras e estruturadas para a tomada de decisões, além de oferecer suporte técnico e pedagógico, promovendo o desenvolvimento profissional dos gestores. Um dos pilares dessa iniciativa é o investimento na formação dos diretores e vice-diretores, com cursos e capacitações específicas relacionadas à gestão escolar. Essa formação abordará temas como liderança, gestão de recursos humanos, gestão financeira, planejamento estratégico, pedagogia, entre outros, proporcionando aos gestores as habilidades e conhecimentos necessários para exercerem suas funções. Com a implementação dessas melhorias, espera-se que a governança e gestão da rede escolar alcancem níveis mais altos de desempenho, promovendo uma gestão educacional de qualidade, com processos bem estruturados, profissionais capacitados e uma cultura de excelência na busca pelo aprimoramento contínuo. Isso contribuirá para o desenvolvimento educacional dos estudantes e para a promoção de uma educação de qualidade em toda a rede escolar.</p>	424.646	Coordenadoria Regional de Educação (CRE) com modelo de gestão implementado	%	100
				Diretor e vice-diretor formado (formações relacionadas a gestão escolar)	%	100
				Processo mapeado e redesenhado	unidade	20
Modernização e gestão do Instituto de Educação Flores da Cunha - Museu Escola do Amanhã	SEDUC	<p>Revitalizar e transformar esse importante patrimônio educacional em um centro moderno e dinâmico para o aprendizado e a cultura. Com um foco especial na educação do futuro, a iniciativa busca não apenas restaurar o prédio histórico do Instituto de Educação Flores da Cunha, mas também equipar o Museu Escola do Amanhã e implantar um Centro de Referência em Educação. O Museu Escola do Amanhã será equipado com tecnologia de ponta e recursos educacionais inovadores. Serão criados espaços interativos e imersivos, nos quais os visitantes poderão explorar diferentes áreas do conhecimento. O objetivo é proporcionar uma experiência educacional enriquecedora, que estimule a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico dos visitantes de todas as idades. Implantar o Centro de Referência em Educação, que servirá como um espaço de capacitação e troca de conhecimento para educadores, pesquisadores e profissionais da área. O centro oferecerá programas de formação continuada, seminários, workshops e palestras, promovendo a atualização pedagógica e a disseminação de boas práticas educacionais. Também será um local de pesquisa e desenvolvimento de metodologias inovadoras, voltadas para a educação do futuro e alinhadas com as demandas da sociedade contemporânea. Essa iniciativa promoverá o acesso ao conhecimento, o estímulo à criatividade e o desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras, contribuindo para o progresso da educação e para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do amanhã.</p>	21.500.000	Centro de Referência em Educação implantado	%	100
				Museu Escola do Amanhã equipado	unidade	1
				Prédio do Instituto de Educação Flores da Cunha restaurado	unidade	1
Programa de autonomia financeira Escolas Educação Básica	SEDUC	<p>Prover a manutenção e proporcionar melhorias e investimentos nos espaços escolares, nos aspectos administrativos, pedagógicos e de gestão, por meio da autonomia financeira e pedagógica das escolas de Educação Básica, em conformidade com a Lei nº 10.576/95 e 11.695/01.</p>	486.122.319	Escola de Educação Básica atendida com programa de autonomia financeira	%	100

Programa de autonomia financeira para escolas de Educação Profissional e Técnica	SEDUC	Prover a manutenção e proporcionar melhorias e investimentos nos espaços escolares, nos aspectos administrativos, pedagógicos e de gestão, por meio da autonomia financeira e pedagógica das escolas de Educação Profissional e Técnica, em conformidade com a Lei nº 10.576/95 e 11.695/01.	39.614.000	Escola de Educação Profissional e Técnica atendida com programa de autonomia financeira	%	100
Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educ. Profissional e Técnica	SEDUC	<p>Aprimorar o ambiente educacional por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos, a fim de renovar e adequar os ambientes físicos às necessidades atuais das Escolas de Educação Profissional e Técnica, priorizando as propostas pedagógicas e as atividades transversais, culturais e sociais que contribuam para a consolidação das políticas públicas voltadas a melhorias nos resultados e índices educacionais. Essa iniciativa tem como objetivo principal fortalecer o sistema educacional estadual, oferecendo recursos essenciais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. A aquisição de mobiliário e equipamentos é realizada de acordo com o projeto pedagógico de cada escola, levando em consideração as demandas específicas de cada instituição de ensino. Esses recursos são selecionados para garantir conforto, ergonomia e funcionalidade, proporcionando espaços de aprendizagem estimulantes e propícios ao desenvolvimento dos estudantes. Implementar e/ou qualificar os laboratórios de ciências nas escolas, visando aprimorar o ensino e a experimentação científica, com a aquisição de equipamentos modernos e atualizados, visando proporcionar aos alunos a oportunidade de colocar em prática os conceitos aprendidos em sala de aula. Essa abordagem prática fortalece o aprendizado, desperta o interesse pela ciência e desenvolve habilidades de investigação e análise. Além disso, a iniciativa também busca qualificar os ambientes de leitura nas escolas. A aquisição de materiais pedagógicos, como livros, revistas, jornais e recursos digitais, amplia o acesso a diferentes formas de conhecimento e incentiva o hábito da leitura entre os estudantes. Esses espaços são projetados de forma aconchegante e acolhedora, estimulando a imaginação, a reflexão e o prazer pela leitura. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de explorar diversos gêneros literários, expandir seu vocabulário, desenvolver habilidades de interpretação e construir um repertório cultural mais amplo. Todas essas ações visam transformar as escolas em ambientes educacionais mais atrativos, funcionais e qualificados.</p>	12.985.856	Escola de Educação Profissional e Técnica com ambiente de leitura qualificado	unidade	15
				Escola de Educação Profissional e Técnica com equipamento tecnológico adquirido	unidade	60
				Escola de Educação Profissional e Técnica com laboratório em funcionamento	unidade	15
				Escola de Educação Profissional e Técnica com mobiliário e equipamento conforme projeto pedagógico	unidade	15

Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educação Básica	SEDUC	<p>Aprimorar o ambiente educacional por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos, a fim de renovar e adequar os ambientes físicos às necessidades atuais das escolas, priorizando as propostas pedagógicas e as atividades transversais, culturais e sociais que contribuam para a consolidação das políticas públicas voltadas a melhorias nos resultados e índices educacionais. Essa iniciativa tem como objetivo principal fortalecer o sistema educacional estadual, oferecendo recursos essenciais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. A aquisição de mobiliário e equipamentos é realizada de acordo com o projeto pedagógico de cada escola, levando em consideração as demandas específicas de cada instituição de ensino. Esses recursos são selecionados para garantir conforto, ergonomia e funcionalidade, proporcionando espaços de aprendizagem estimulantes e propícios ao desenvolvimento dos estudantes. Implementar e/ou qualificar os laboratórios de ciências nas escolas, visando aprimorar o ensino e a experimentação científica, com a aquisição de equipamentos modernos e atualizados, visando proporcionar aos alunos a oportunidade de colocar em prática os conceitos aprendidos em sala de aula. Essa abordagem prática fortalece o aprendizado, desperta o interesse pela ciência e desenvolve habilidades de investigação e análise. Além disso, a iniciativa também busca qualificar os ambientes de leitura nas escolas. A aquisição de materiais pedagógicos, como livros, revistas, jornais e recursos digitais, amplia o acesso a diferentes formas de conhecimento e incentiva o hábito da leitura entre os estudantes. Esses espaços são projetados de forma aconchegante e acolhedora, estimulando a imaginação, a reflexão e o prazer pela leitura. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de explorar diversos gêneros literários, expandir seu vocabulário, desenvolver habilidades de interpretação e construir um repertório cultural mais amplo. Todas essas ações visam transformar as escolas em ambientes educacionais mais atrativos, funcionais e qualificados.</p>	68.062.040	Escola com ambiente de leitura qualificado	%	60
				Escola com aquisição de mobiliário e equipamento conforme projeto pedagógico	unidade	600
				Escola com laboratório de ciências em funcionamento	%	50
Qualificação das estruturas escolares da socioeducação	FASE	<p>Garantir espaço físico autônomo, conforme previsto nos parâmetros arquitetônicos do SINASE, para a realização do processo da escolarização no âmbito da socioeducação para medida em meio fechado, conforme previsto na meta 2.3 do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2016-2025) do RS.</p>	43.171	Módulo anexo escolar construído junto ao centro de atendimento socioeducativo	unidade	2
Realização de obras de reforma e construção em prédios da educação	SOP	<p>Fiscalização da execução de obras de reforma e construção em prédios da rede pública estadual do Rio Grande do Sul.</p>	0	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100

 **Ação Programática: GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS**

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Todos os alunos concluindo a educação básica na idade certa e com qualidade.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
2.314.532.578	2.314.532.578	0	Taxa de abandono do ensino fundamental na rede pública estadual	%	1,3	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de cuidado e bem estar escolar	SEDUC	<p>Promover o cuidado e o bem-estar da comunidade escolar e criar um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento dos alunos. Serão estabelecidos programas de educação socioemocional, visando ao aprimoramento de habilidades fundamentais, como inteligência emocional, empatia, resolução de conflitos e tomada de decisões responsáveis. Essas iniciativas permitirão que alunos, professores, demais profissionais da educação e famílias tenham a oportunidade de reconhecer e expressar suas emoções, cultivar relacionamentos saudáveis e lidar com desafios de forma construtiva. Além disso, será enfatizada a construção de uma cultura escolar positiva, baseada no respeito mútuo, inclusão, apoio emocional e reconhecimento das conquistas dos alunos. O objetivo é fortalecer o senso de pertencimento e a autoestima dos indivíduos, proporcionando um ambiente acolhedor e motivador. Para isso, os educadores serão preparados e capacitados por meio de treinamentos e formação contínua, a fim de lidar adequadamente com questões emocionais e comportamentais dos alunos. Assim, eles estarão aptos a oferecer apoio individualizado, ajudando os alunos a enfrentar dificuldades e promovendo o bem-estar de cada um.</p> <p>A implementação dessas ações de cuidado e bem-estar escolar tem como objetivo principal promover o sucesso acadêmico dos alunos, bem como seu desenvolvimento integral, contemplando aspectos físicos, emocionais e sociais. Para integrar e articular de forma permanente a educação e a saúde, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, será adotado o Programa Saúde na Escola (PSE). Esse programa tem como propósito contribuir para a formação integral dos alunos por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com o intuito de enfrentar as vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.</p>	1.910.915	Aluno da Rede Pública Estadual de Educação atendido pelo Programa Saúde na Escola	%	80
				Escola atendida com ações de promoção à saúde mental e de desenvolvimento das competências socioemocionais	%	51
				Escola com Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE implementada	%	100
				Escola com projeto de combate a todo tipo de discriminação implantado	unidade	184
				Escola com projeto de combate à violência escolar implantado	unidade	2.342
				Profissional da educação formado em Educação Antirracista	%	100

Ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais	SEDUC	Implantar ações educacionais, sociais e culturais por meio de projetos/programas, reforçando as ações transversais, desenvolvendo estratégias interinstitucionais pelo trabalho em rede, concentrando esforços para que a população em idade escolar, assim como a que está fora dela, sejam atendidas. Realizar ações de fomento e incentivo ao regime de colaboração, visando a organização da rede estadual com a participação de outros entes. Estabelecer relação de parceria entre Estado e Associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através do repasse de recursos do FUNDEB, em especial as APAEs e Escola Família Agrícola, dentre outras. Realizar, mediante estudo de viabilidade e disponibilidade financeira, parcerias com organizações sociais para manutenção, administração, qualificação e atendimento de escolas da Rede Pública Estadual.	170.137.404	Vaga disponibilizada em escola agrícola - pedagogia com alternância ensino médio	unidade	674
				Vaga disponibilizada em instituição educacional comunitária ou da sociedade civil	unidade	4.966
Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar (Arte com educação)	SEDAC	Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar, objetivando estimular os alunos da rede pública estadual a produzir e a fruir das atividades culturais, tornando a escola um ambiente acolhedor, estimulante e receptivo às diversas manifestações artísticas, viabilizando a construção de um espaço capaz de incentivar as vocações culturais. Ações de capacitação para professores da rede de educação básica do Rio Grande do Sul, de modo a auxiliá-los na inserção de atividades artísticas e culturais como recursos pedagógicos, estimulando a participação dos alunos da rede pública estadual e aumentando os índices de aprovação e permanência no ambiente escolar.	310.000	Aluno atendido	unidade	12.000
				Aluno atendido - RS Seguro	unidade	6.000
				Atividade no âmbito escolar realizada	unidade	180
				Atividade no âmbito escolar realizada - RS Seguro	unidade	180
				Edital publicado	unidade	2
				Edital publicado - RS Seguro	unidade	2
				Oficina de capacitação de professores realizada	unidade	20
Apoio à alimentação escolar	SEDUC	Fornecer alimentação escolar qualificada aos alunos da Rede Estadual de Ensino, por meio dos recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE (Lei 11.947/2009) e pelo Programa Merenda Melhor, complementação que o Governo do Estado disponibiliza por estudante matriculado. A Secretaria da Educação repassa os recursos diretamente às escolas da Rede Estadual, via autonomia financeira, e as direções das escolas são responsáveis pela aquisição dos gêneros alimentícios. Cabe destacar que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.	922.000.000	Escola atendida pelos Programas de Alimentação Escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar e Merenda Melhor)	%	100
Apoio ao transporte escolar	SEDUC	Viabilizar o transporte escolar como ferramenta de acesso e permanência com qualidade aos alunos matriculados na educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural que dele necessitam, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) (Lei nº 10.880/2004) que consiste na transferência automática de recursos financeiros federais aos municípios e do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (PEATE/RS) (Lei Nº 12 882/2008, Decreto nº 54.458/ 2018) que tem sua execução, coordenada pela Secretaria de Estado da Educação e suas Coordenadorias Regionais de Educação e, de modo articulado sob o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, repassa os recursos financeiros aos municípios habilitados, em dez parcelas mensais.	1.188.826.971	Aluno atendido pelo transporte escolar rural	%	100
				Município incluído no Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS)	unidade	487

Formação de capital humano para a inovação	SICT	A iniciativa objetiva capacitar professores como forma de desenvolver e aprimorar as competências dos estudantes da rede pública de educação, preparando-os para o mercado do futuro através da inovação tecnológica e do empreendedorismo intensivo em conhecimento. Para tanto, serão desenvolvidos, com o auxílio de entidades parceiras, trilhas de conhecimento em temas como empreendedorismo, inovação (tecnológica, de negócios e social) e ciência da computação. Os professores serão capacitados em termos de conteúdo e de metodologias. Ademais, será realizado um evento anual de reconhecimento aos estudantes de destaque no Estado do RS.	233.608	Aluno com competências em inovação e empreendedorismo com foco no mundo do trabalho qualificado	unidade	40.000
				Escola da rede pública do RS com conexão de internet monitorada e avaliada	unidade	200
				Professor para ensino da inovação e do empreendedorismo capacitado	unidade	2.000
Implementação do programa de permanência de estudantes na educação profissional integrada ao Ensino Médio	FETLSVC	A iniciativa visa contribuir com a diminuição da desigualdade no acesso de todos a educação, incluindo ações que minimizem as dificuldades de permanência na educação técnica e profissional, tais como ajuda de custo para alimentação, transporte, material escolar, entre outras necessidades básicas para o estudo.	0	Aluno atendido por bolsa permanência em parceria com o setor privado	unidade	120
				Aluno transportado	unidade	140
Incentivo a realização de curso de Ensino Médio profissionalizante	FETLSVC	A iniciativa visa contribuir com a diminuição da desigualdade no acesso de todos a educação, oportunizando maior equidade na participação de estudantes de escola pública no processo seletivo da instituição.	0	Curso preparatório gratuito para o processo seletivo na Fundação Liberato ministrado (estudantes de escolas públicas)	unidade	4
Promoção da integração entre escola e comunidade	SEDUC	Apoiar a implementação de projetos e atividades educacionais que promovam a integração entre a comunidade escolar, ou seja, professores e profissionais que atuam na escola, por alunos matriculados que frequentam as aulas regularmente e por pais e/ou responsáveis dos alunos e a sociedade de forma geral. Garantir o acesso e permanência de alunos por meio da ampliação do atendimento educacional, com programas, tais como: - Escola Aberta para a Cidadania (Lei nº 12.865/2007 e Decreto nº 45.464/2008), que possibilita a abertura da escola à comunidade aos finais de semana, desenvolvendo oficinas planejadas de acordo com as peculiaridades e necessidades das escolas públicas estaduais, priorizando o protagonismo juvenil e a integração da escola com as famílias dos alunos e a comunidade. Este programa, que se constitui como uma política de fomento ao fortalecimento da participação social e democrática do cidadão, iniciou em 2003 na rede pública estadual e tornou-se política pública em 2007. - Escola Melhor, Sociedade Melhor (Lei nº 14.734/2015)- que contribui com a melhoria do ensino na Rede Pública Estadual. O objetivo maior é fazer um grande mutirão de recuperação dos prédios escolares, envolvendo toda a sociedade na busca pela qualidade da educação gaúcha. As parcerias desenvolvidas viabilizam uma diversidade de ações junto às escolas e suas comunidades, estabelecendo colaborações que atendem aos mais variados aspectos de infraestrutura e ao desenvolvimento de práticas que refletem aspectos multiculturais, tais como oficinas de dança, oficinas de teatro, oficinas de musicalidade, palestras para comunidade, oficinas e palestras para professores e funcionários e comumente as mais diversas doações de materiais, mobiliários e equipamentos, entre outros.	16.063.760	Escola com Programa Escola Aberta	unidade	15
				Escola com Programa Escola Melhor, Sociedade Melhor	unidade	940

Redução do abandono - busca ativa escolar	SEDUC	Com o objetivo de combater a infrequência e o abandono escolar de crianças e adolescentes, busca-se aprimorar o processo de abertura e preenchimento da Ficha de Comunicação do aluno infrequente (FICAI). Por meio de parceria entre a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, os dados da FICAI serão utilizados para estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar e criar políticas que assegurem a permanência na sala de aula. Esses parceiros atuam de forma conjunta para combater a infrequência, que representa o primeiro passo para o abandono e a evasão escolar. Ademais, reconhecendo que a pobreza menstrual é uma das razões que levam as alunas a faltarem às aulas, o governo estadual disponibilizará recursos às escolas para aquisição de absorventes íntimos destinados a jovens de 12 a 20 anos. Essa medida tem como objetivo evitar a evasão escolar e garantir que todas as alunas tenham acesso adequado a produtos de higiene menstrual, promovendo assim a equidade e o bem-estar das estudantes.	15.049.920	Aluna beneficiada pelo Programa Livres para Aprender	unidade	67.120
				Aluno que retorna após Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) aberta (sob gerência da escola, sem envolver Conselho Tutelar e Ministério Público)	%	12



Ação Programática: INCENTIVO À PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Redução da Evasão e do Abandono Escolar no Ensino Médio Regular da Rede Estadual de Ensino

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.092.000.000	1.092.000.000	0	Taxa de abandono dos estudantes de ensino médio em vulnerabilidade socioeconômica da rede estadual de ensino	%	4,4	3,2

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Auxílio na criação de projetos de inclusão digital para alunos de ensino médio	CC	Apoio ao GVG na reestruturação, planejamento e acompanhamento do Programa Todo Jovem na Escola.	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2
				Proposta de ação de inclusão digital para aluno do Ensino Médio elaborada e apresentada ao órgão principal	unidade	6
Programa Todo Jovem na Escola	SEDUC	Evitar o abandono e a evasão escolar, bem como motivar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a concluir o Ensino Médio na rede pública estadual. Para isso foi implementada auxílio financeiro na forma de Bolsa Permanência Estudantil. Para garantir o recebimento dessa bolsa, são estabelecidos requisitos, incluindo a comprovação dos critérios de renda do CadÚnico, a matrícula regular no Ensino Médio da rede estadual e a frequência mensal mínima de engajamento mensal de 75% das aulas no período.	1.092.000.000	Estudante de ensino médio atendido com bolsa	unidade	85.000

 **Ação Programática: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROFESSOR DO AMANHÃ**

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Professores formados em áreas estratégicas do conhecimento, em cursos de base tecnológica, científica e de inovação, focando no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, especialmente nas denominadas “competências do século 21”, como pensamento computacional, pensamento projetual e criativo, empreendedorismo, comunicação e domínio de tecnologias.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
77.200.000	77.200.000	0	Número de bolsas efetivadas das bolsas disponibilizadas às instituições comunitárias de educação superior para os cursos selecionados	Unidade	0	5.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio ao planejamento de formações de professores para práticas de inovação e uso de tecnologias digitais com finalidade pedagógica	CC	Oportunizar para o órgão principal estratégias e/ou soluções na formação de professores da área de tecnologia digital	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	4
Aprimoramento do relacionamento universidade-escola	SEDUC	Iniciativas que aproximam a universidade e a escola resultam em bons resultados na formação de professores e, conseqüentemente, em melhoras no aprendizado dos estudantes. O aprimoramento do relacionamento universidade-escola gera oportunidades de colocar em debate os saberes teóricos e os saberes práticos de modo que, juntos, professores/pesquisadores da universidade e professores da educação básica vivenciem uma dinâmica formativa tendo a prática e a construção teórica sobre ela como elemento fundamental de um processo formativo conjunto. Dentre as iniciativas propostas, está a construção e realização de uma formação de professores inovadora que qualifique os profissionais com as competências do século XXI.	400.000	Aluno de iniciação à docência atuando na escola estadual	unidade	35.000
				Estagiário de licenciatura atuando em escola estadual	unidade	90
Formação de professores qualificados para o Século XXI	SICT	A iniciativa objetiva formar docentes em cursos superiores de licenciatura de acordo com a Base Nacional Comum de Formação Inicial (BNC – FI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focando no desenvolvimento das competências Cognitivas e Socioemocionais, assim como as “Competências para o século XXI” (pensamento computacional, pensamento projetual e criativo, empreendedorismo, comunicação e domínio de tecnologias). Os professores formados irão atuar em áreas estratégicas visando o fortalecimento da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente as que tenham base tecnológica, científica e de inovação. Para tanto, serão selecionadas propostas de Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), com sede no Rio Grande do Sul, para a concessão de cotas de benefícios (taxa acadêmica à Instituição + bolsa permanência ao acadêmico) em cursos de licenciatura pré-definidos de acordo com as demandas regionais e em termos de conteúdo.	76.800.000	Aluno ingressante de curso superior de licenciatura com as competências do século XXI contemplado	unidade	1.000

Programa: INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES **Temático**

Objetivo Temático: Garantir os direitos básicos a todos os cidadãos gaúchos, em especial aos jovens, através do enfrentamento das desigualdades, gerando oportunidades de trabalho e renda e inclusão social

Contextualização: O programa Temático Inclusão Social e Geração de Oportunidades aborda a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, através da inclusão social, do combate à pobreza e ao desemprego. Segundo o IBGE, o percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza no Rio Grande do Sul foi de 2,8 % em 2021, sendo o maior percentual no Estado desde 2012. Por outro lado, o Coeficiente de Gini, que mede o nível de concentração de renda, apresentou redução entre 2019 e 2022 no Rio Grande do Sul, passando de 0,482 para 0,467, um dos menores índices do País. O percentual de jovens que não estudam nem trabalham vem aumentando nos últimos anos e chegou a 18,2% em 2021. Diante desse contexto, o programa temático Inclusão Social e Geração de Oportunidades tem como objetivo: “garantir os direitos básicos a todos os cidadãos gaúchos, em especial aos jovens, através do enfrentamento das desigualdades, gerando oportunidades de trabalho e renda e inclusão social”. Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta ações programáticas voltadas à promoção de oportunidades de trabalho, emprego e renda, inclusive no meio rural, além de ações que visam o enfrentamento das desigualdades e da vulnerabilidade social, à proteção social e à promoção de direitos, inclusive à Alimentação Adequada, à proteção e à reinserção de socioeducandos, bem como ao acesso à moradia digna.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
646.877.052	628.484.597	18.392.455	Índice de distribuição de renda (Gini)	Ponto	0,47	Negativa
			Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas	(R\$ milhões)	23.358,00	Positiva
			Percentual de jovens que não estudam nem trabalham	%	18,20	Negativa
			Percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza	%	2,78	Negativa
			Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas	R\$	2.963,00	Positiva



Ação Programática: RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Resultado Esperado: Desenvolver a geração de trabalho, emprego e renda, por meio de: qualificação de trabalhadores, inclusão de pessoas em vulnerabilidade social no mundo trabalho, fomento ao empreendedorismo; à criação e/ou sustentabilidade de negócios embrionários, ao fortalecimento de microempreendedores individuais (MEIs), e micro e pequenas empresas; à requalificação da mão de obra; e, à ampliação das oportunidades no mundo do trabalho.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
34.174.980	26.114.980	8.060.000	Índice de empregabilidade FGTA/Sine	índice	1,6	2
Percentual anual de municípios negativos no CAGED no RS				Percentual	16	12

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio à organização e execução de políticas públicas de equidade	CC	Oportunizar para o órgão principal estratégias e/ou soluções para execução de políticas públicas de equidade	0	Evento e campanha apoiada	unidade	14
Apoio à qualificação de produtores e trabalhadores rurais à luz de novas tecnologias do setor	CC	Apoio ao órgão principal na estruturação e planejamento da qualificação de produtores e trabalhadores rurais para profissões do futuro.	0	Projeto de Requalificação do trabalho safrista elaborado	unidade	1
				Projeto de Requalificação do trabalho safrista implementado	unidade	1
Apoio ao Desenvolvimento Rural	STDP	Promoção de condições para a geração de renda no campo, por meio da qualificação dos jovens agricultores em empreendedorismo e viabilização socioeconômica das famílias pelo fomento à sucessão rural. Qualificação dos pescadores artesanais através de cursos profissionalizantes, melhorando a pesca artesanal e beneficiando o processamento e a venda do pescado, possibilitando a aquisição de equipamentos às associações para melhor estrutura do empreendimento.	136.000	Jovem qualificado em empreendedorismo rural	unidade	200
				Pescador artesanal beneficiado - Pescar Renda	unidade	200
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	STDP	Promover a qualificação do empreendedorismo e micro empreendedorismo, visando uma melhor gestão de negócios; apoiar a formalização de ambulantes, o acesso ao crédito e a cadeia de economia solidária; disponibilizar para microempresas, Microempreendedores Individuais (MEIs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) uma plataforma de gestão de negócios.	1.340.000	Ambulante formalizado - RS Seguro	unidade	85
				Crédito concedido ao microempreendedor	unidade	4.500
				Empreendimento de economia solidária apoiado	unidade	15
				Empreendimento de economia solidária criado e apoiado - RS Seguro	unidade	70
				Instituição credenciada para concessão de crédito	unidade	3
				Microempreendedor capacitado para acesso ao crédito	unidade	4.500
				Microempreendedor qualificado para gestão de negócios	unidade	3.000
				Microempresa, Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) conectada à Plataforma de Gestão	unidade	2.000

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho	FGTAS	Apoio à organização do trabalho artesanal no RS, através da habilitação e da qualificação do artesão para o exercício da profissão, comercialização e divulgação de produtos artesanais, contribuindo para a geração de trabalho e renda. Emissão da carteira profissional (PGA e PAB); Apoio à realização de feiras de artesanato e à participação e comercialização dos produtos em feiras, eventos e Casas do Artesão; Revitalização e implantação das Casas do Artesão no RS; Fomento à divulgação do trabalho artesanal através do Portal do Artesanato Gaúcho; Efetivação da qualificação profissional, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	2.771.258	Artesão capacitado por meio de curso, oficina e palestra	unidade	10.000
				Artesão com produção divulgada no Portal do Artesanato Gaúcho	unidade	460
				Artesão contemplado com espaço de comercialização em feira, evento e Casa do Artesão	unidade	6.180
				Carteira de artesão do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) e do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) emitida	unidade	22.200
				Casa do artesão implantada ou revitalizada	unidade	9
Expansão de iniciativas de empregabilidade no sistema prisional com ênfase no empreendedorismo	SSPS	Expansão de iniciativas de empregabilidade no sistema prisional com ênfase no empreendedorismo, com a implantação de uma política de contratação de egresso do sistema prisional em empresas com Termo de Cooperação no sistema prisional e instrução de pessoas privadas de liberdade em oficinas de empreendedorismo.	491.715	Pessoa privada de liberdade instruída em oficina de empreendedorismo	unidade	30
				Política de contratação de egresso do sistema prisional em empresas com termo de cooperação no sistema prisional implementada	unidade	1
Fomento de novos cursos oferecidos em plataformas de governo para capacitação profissional voltada à área de tecnologia	CC	Apoio ao órgão principal na busca por novos cursos a serem oferecidos nas plataformas de governo voltados para a área de tecnologia.	0	Oportunidade de novo curso voltado à tecnologia criada	unidade	2
Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	STDP	Fortalecer as Políticas de Trabalho no Rio Grande do Sul por meio da realização de convênios e termos de cooperação com municípios, Organizações da Sociedade Civil e Sistema S, para fomentar o empreendedorismo, a promoção do trabalho decente e a qualificação da população para o trabalho, com base nas necessidades e vocações das regiões.	440.000	Ação da campanha para a Promoção do Trabalho Decente realizada	unidade	22
				Carreta para oferta de cursos de capacitação adquirida	unidade	10
				Convênio e ou Termo de Cooperação com município para o fortalecimento do trabalho e do empreendedorismo no RS efetivado	unidade	450
				Pessoa capacitada por meio do Projeto Carretas do Saber	unidade	4.500
				Pessoa em situação de vulnerabilidade social qualificada	unidade	4.500
Fortalecimento dos Núcleos de Inovação para o Trabalho	SEDUC	Oferta de qualificações para estudantes da rede pública de ensino e para a comunidade, por meio de cursos rápidos e cursos de qualificação profissional, que trabalhem o eixo da inovação, a fim de desenvolver competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho em seus estudantes e promover a inclusão produtiva dos mesmos, aproximando a escola do mundo do trabalho	8.300.647	Aluno formado pelo Núcleo de Inovação para o Trabalho	unidade	7.000
				Carga horária ofertada pelo Núcleo de Inovação para o Trabalho	h	9.000
				Núcleo de Inovação para o Trabalho com equipamento tecnológico adquirido	unidade	32
MobilizaRS	SPGG	MobilizaRS é a iniciativa do governo do Estado de oferta de capacitação profissional online e gratuita à população do Rio Grande do Sul. Por meio de parcerias com empresas e entidades, oferece em seu portal recursos como cursos online sob demanda, ferramentas e materiais de apoio em diferentes áreas do conhecimento. Acessível por todos os interessados, tem atenção especial à população jovem, que busca ingresso e/ou qualificação no mercado de trabalho.	1.200.000	Curso disponibilizado no portal	unidade	140

Promoção do trabalho decente	FGTAS	<p>Promoção da inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas agências FGTAS/Sine no RS.</p> <p>A rede FGTAS/Sine realiza atendimento presencial em postos distribuídos em todas as Regiões Funcionais do Estado e visa a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal. Promove a igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas, por meio da inserção digna e ativa no mundo do trabalho, além da garantia de proteção social para trabalhadores desempregados. Atua, permanentemente, na ampliação da inclusão social através da promoção do trabalho decente, promovendo oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. As ações da rede FGTAS/Sine são de caráter universal, tendo como público prioritário os trabalhadores habilitados ao seguro-desemprego, jovens, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo, pessoas com deficiência, imigrantes e refugiados, mulheres, beneficiários de outras políticas de inclusão social, entre outros.</p>	14.471.097	Ação do Sine Móvel realizada na comunidade	unidade	150
				Empregador sensibilizado para o trabalho decente	unidade	24.000
				População atendida nas agências FGTAS/Sine para intermediação de mão de obra e seguro-desemprego	unidade	3.600.000
				Rede FGTAS/Sine reestruturada	unidade	693
				Requerente de seguro-desemprego reinserido no mercado de trabalho	unidade	12.000
				Trabalhador inserido no mercado de trabalho	unidade	120.000
				Vaga de trabalho captada	unidade	320.000
Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho	FGTAS	<p>Promoção de cursos de qualificação a fim de atender as necessidades reais dos setores da economia e proporcionar melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho.</p> <p>Promoção de orientação profissional para fortalecer a inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho, complementando os serviços já disponibilizados pela rede FGTAS/Sine na medida em que orienta os trabalhadores sobre: a identificação de interesses, valores e aptidões; a trajetória profissional adequada ao seu perfil; as profissões mais demandadas; a elaboração de currículos; a identificação de habilidades e o aumento de autoestima; o comportamento ideal em entrevistas de emprego; os direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais, a exemplo da eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e a erradicação de todas as formas de trabalho forçado.</p>	1.339.822	Estudante orientado pelo Sine na Escola	unidade	22.000
				Jovem egresso do serviço militar obrigatório orientado pelo projeto Verde Oliva	unidade	31.000
				Trabalhador atendido pela qualificação social e profissional	unidade	1.560
				Trabalhador orientado para o empreendedorismo e formas alternativas de geração de renda	unidade	4.610
				Trabalhador orientado para o uso das ferramentas digitais no mundo do trabalho	unidade	144.000
Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	STDP	<p>Qualificar e orientar a população gaúcha promovendo e ampliando a sua inserção no mundo do trabalho. Criar a Escola do Trabalhador por meio de hospedagem no site da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP) para ofertar cursos e capacitações. Implantar e implementar Núcleos de Inovação para o Trabalho - NITs, em parceria com a Secretaria de Educação, para oferta de cursos de capacitação e qualificação para o público geral, alunos e comunidade escolar.</p> <p>Qualificar para o mercado de trabalho o público LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, por meio capacitação profissional e do oferecimento de bolsa de capacitação e certificar empresas na política LGBTI+. Incluir no mundo do trabalho mulheres em situação de vulnerabilidade social. Capacitar pessoas para o mercado digital.</p>	3.684.441	Artesão qualificado para o mundo do trabalho	unidade	3.000
				Empresa certificada na política LGBTI+	unidade	300
				Escola do Trabalhador e do Microempreendedor implantada e implementada	unidade	1
				Jovem capacitado para mundo do trabalho	unidade	1.900
				Mulher em situação de vulnerabilidade social incluída no mundo do trabalho	unidade	120
				Núcleo de Inovação para o Trabalho (NIT) implantado e implementado	unidade	50
				Pessoa capacitada para o mercado digital	unidade	2.100
				Pessoa LGBTI+ beneficiada com Bolsa Auxílio Capacitação	unidade	600
				Pessoa qualificada pelos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs) para o mundo do trabalho	unidade	3.700

Ação Programática: QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Resultado Esperado: Garantia dos direitos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e aperfeiçoamento do processo de reinserção social dos egressos desses sistema, diminuindo sua vulnerabilidade, e a de suas famílias, ao ciclos de exclusão e violência.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
229.126.495	228.771.733	354.762	Percentual de socioeducandos(as) desligados(as) com progresso escolar compatível com o tempo de permanência na FASE	Percentual	75	85
			Taxa de adolescentes e jovens privados de liberdade na FASE	por cem mil	57,4	53
			Taxa de egressos da FASE acolhidos no Programa de Oportunidade e Direitos Socioeducativo (POD Socioeducativo)	%	73,8	80
			Taxa de reingresso de socioeducandos(as) na FASE	Percentual	32,9	30
			Taxa de vagas de internação na FASE adequadas ao padrão arquitetônico do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)	Percentual	16,7	37,8

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Adequação, qualificação e manutenção das estruturas de atendimento ao socioeducando e modernização e manutenção permanente de bens e equipamentos	FASE	Manutenção e qualificação do atendimento socioeducativo e das estruturas físicas da FASE. Implantação e equipagem de novos Centros de Atendimento Socioeducativo de internação e de semiliberdade, visando atender à regionalização do atendimento e à adequação das estruturas físicas e do atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reforma e ampliação dos centros de atendimento da FASE de acordo com as normas regulamentadoras vigentes, disponibilizando estruturas que viabilizem atendimento mais humanizado para socioeducandos(as), suas famílias e servidores da Fundação.	8.811.463	Espaço de acolhimento a familiares construído e equipado	unidade	3
				Novo centro de atendimento socioeducativo construído e equipado	unidade	7
				Novo centro de semiliberdade implantado	unidade	2
				Vaga de internação qualificada no padrão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)	unidade	570
Aperfeiçoamento do atendimento ao(à) socioeducando(a) por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento (PIA) e PIA-Egresso	FASE	Qualificar o instrumento do Plano Individual de Atendimento ao Egresso(PIA-E) cujas ações deverão considerar as recomendações trabalhadas durante a medida socioeducativa, através do uso de metodologia em procedimentos restaurativos, como círculos de compromisso pactuados com a família, socioeducando(a) e comunidade.	431.704	Plano Individual de Atendimento ao Egresso (PIA-Egresso) elaborado com círculo de compromisso pactuado	%	80
				Socioeducando(a) e família orientada e encaminhada para a rede socioassistencial	%	90
Apoio no desenvolvimento de iniciativas profissionalizantes de inclusão digital	CC	Apoio ao órgão principal para viabilidade de novo curso profissionalizante voltado à inclusão digital	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2
				Oportunidade criada para integração de novo curso profissionalizante voltado à inclusão digital	unidade	2
Articulação de parcerias para qualificar a política socioeducativa	SSPS	Desenvolvimento de parcerias com entidades qualificadoras que possuam experiência com o contexto e realidade inerentes ao atendimento socioeducativo.	0	Parceria firmada	unidade	8
Criação de instâncias de interlocução permanentes entre o sistema de justiça e os executores das medidas socioeducativas	SSPS	Acompanhamento e monitoramento das metas do Plano Decenal por meio de instâncias de interlocução dos membros do Sistema de Garantia de Direitos, como por exemplo o Fórum Permanente de Medidas Socioeducativas, a ser realizado de modo trimestral.	0	Reunião de monitoramento do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo 2016-2026 realizada	unidade	30
				Reunião do fórum socioeducativo realizada	unidade	24

Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	FASE	A FASE necessita de soluções de TIC para qualificar e modernizar o registro e gerenciamento de informações nas diferentes áreas da instituição: atendimento socioeducativo; gestão de RH; gestão administrativa, incluindo a gestão do arquivo central, que contém prontuários de crianças e adolescentes atendidos desde a década de 1960. O Sistema de Informações para o Acompanhamento dos Socioeducandos atualmente utilizado foi implantado na década de 1980, sendo completamente arcaico e defasado às demandas atuais. A implantação de novos sistemas e aprimoramento dos já existentes é fundamental para a modernização dos processos de trabalho, apoiando a atividade-fim da FASE, tornar os serviços mais céleres, eliminando o retrabalho, e subsidiar a gestão com base em informações atualizadas e fidedignas.	863.408	Sistema de Acompanhamento do Socioeducando (SAS) desenvolvido e implantado	unidade	1
				Sistema de gestão aperfeiçoado e implantado	unidade	2
				Sistema para gestão de documentos implantado	unidade	2
Fomento da qualificação dos operadores do sistema de justiça e segurança pública, através de formação continuada na área de socioeducação	SSPS	Desenvolvimento e promoção de cursos e capacitações para os operadores do Sistema de Justiça e Segurança Pública, a fim de contextualizar as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como as especificidades do atendimento socioeducativo.	0	Evento de qualificação dos operadores de justiça e/ou segurança pública realizado	unidade	7
Implantação do Observatório da Socioeducação	SSPS	Desenvolvimento do painel de informações da Socioeducação, por meio de Power BI, com os dados já divulgados pela FASE. Definição do fluxo de trabalho entre DPS e FASE a fim de alimentar sistematicamente a base de dados do Observatório. Elaboração do Termo de Referência para contratação do sistema de acompanhamento ao socioeducando da FASE, que deve ser implementado até o final de 2024, e irá produzir dados para o Observatório.	0	Análise de impacto do sistema socioeducativo realizada	unidade	6
				Boletim informativo publicado	unidade	12
				Observatório da Socioeducação implantado	unidade	1
Implantação e manutenção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de adolescentes e jovens em regime de internação e semiliberdade	FASE	Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde em Regime de Internação e Semiliberdade (PNAISARI), do Ministério da Saúde, em consonância com as políticas de saúde do SUS, por meio da implementação e implantação dos Planos Operativos Locais e Planos de Ações e Metas, com assessoramento da Secretaria Estadual de Saúde e execução pela Secretarias Municipais de Saúde e dos Ambulatórios de Saúde dos Centros de Atendimento. Estímulo à autonomia, ao autocuidado e ao projeto de vida mais saudável, diminuindo a mortalidade da população adolescente e jovem adulto.	431.704	Atendimento a socioeducando(a) em ações de assistência e tratamento de saúde realizado	unidade	19.000
				Oficina de promoção de saúde realizada	unidade	390
				Plano de ação e metas de saúde junto aos municípios sede pactuado e mantido	unidade	11
Manutenção do atendimento socioeducativo e modernização das ações aos socioeducandos	FASE	Prover e manter a estrutura física, de equipamentos, de insumos e de recursos humanos adequada ao previsto nas normas regulamentadoras do atendimento socioeducativo, garantindo sua atualização de acordo às novas demandas. Atender, de forma adequada e humanizada, os(as) socioeducandos(as) em suas necessidades durante sua permanência na FASE.	214.331.865	Curso de formação e qualificação ofertado para o servidor	h	1.440
				Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de mobiliário adquirido	R\$	2.791.000
				Servidor(a) qualificado(a)	%	45
				Socioeducando(a) atendido(a)	unidade	1.300
Oferta de projetos de esporte, cultura e lazer para os(as) socioeducandos(as)	FASE	Necessidade de promover atividades esportivas, de lazer e culturais de qualidade, promovendo programação diversificada, com atividades pedagógicas e de formação, conforme previsto no SINASE.	431.704	Atividade esportiva e cultural entre centros de atendimento socioeducativo realizada	unidade	32
				Atividade esportiva e cultural realizada	unidade	128
				Socioeducando(a) atendido(a) em atividades dirigidas nas salas de leitura da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase)	%	100
				Socioeducando(a) participante em atividade esportiva e cultural continuada	unidade	330

Qualificação da profissionalização na socioeducação	FASE	Ampliar o oferta de cursos de educação profissional, disponibilizando ao menos dois cursos com certificação reconhecida, ao ano, em cada Centro de Atendimento de internação e semiliberdade e para o CECONP, com o fim de expandir as possibilidades de colocação do egresso da FASE no mercado de trabalho. A oferta de profissionalização deve ser continuada aos socioeducandos, pois é um direito previsto no ECA e no SINASE.	3.400.000	Curso profissionalizante contratado	unidade	158
				Socioeducando inserido em curso com certificação	unidade	1.260
Qualificação do atendimento educacional ao socioeducando	SEDUC	A educação é um direito de todos, inclusive para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Busca-se promover a socioeducação estimulando o desenvolvimento integral dos adolescentes e dos jovens. É necessário qualificar o atendimento educacional ao socioeducando, ofertando um ensino de qualidade com profissionais aptos ao atendimento aos socioeducandos em espaços propícios para o aprendizado.	424.647	Professor formado para atendimento ao socioeducando	%	25
				Socioeducando matriculado	unidade	1.060
Qualificação do fazer pedagógico na socioeducação	FASE	Promoção da qualificação do fazer pedagógico do atendimento escolar (educação formal), da educação cidadã e da qualificação profissional, incidindo na diminuição da defasagem escolar e no aumento da possibilidade de inserção no mercado de trabalho enquanto egressos da FASE.	0	Socioeducando(a) de internação matriculado em instituição de ensino	%	100
				Socioeducando(a) de semiliberdade matriculado(a) em escola da comunidade	%	100



Ação Programática: GERAÇÃO DE RENDA E QUALIFICAÇÃO RURAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Resultado Esperado: Melhoria na infraestrutura das comunidades no campo, viabilização da geração de renda para os residentes no meio rural e incentivo de ações que contribuam para a melhoria nas condições de vida de povos e comunidades tradicionais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
13.375.000	8.975.000	4.400.000	Percentual de famílias de povos e comunidades tradicionais e assentados do CAD ÚNICO no meio rural beneficiadas por ações de fomento	Percentual	Não apurado	30

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Desenvolvimento social e sustentável da pesca artesanal	SDR	Ação de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal, para melhoria da produção, geração de renda e sustentabilidade social.	2.275.000	Ação de ordenamento pesqueiro realizada	unidade	30
				Entidade representativa apoiada	unidade	30
				Projeto produtivo apoiado	unidade	80
Fomento às atividades produtivas rurais	SDR	Ação de fomento produtivo. Atividade que proporciona condições produtivas para a população rural em situação de pobreza.	1.420.000	Projeto apoiado	unidade	176
Fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas	SDR	Ação de apoio a produção de alimentos, segurança alimentar e geração de renda para indígenas e quilombolas.	7.395.000	Infraestrutura local apoiada	unidade	2
				Projeto indígena apoiado	unidade	906
				Projeto quilombola apoiado	unidade	580
Qualificação produtiva de assentamentos da reforma agrária	SDR	Ação de apoio a produção e qualificação de assentamentos de reforma agrária com o objetivo de incentivo a produção e viabilização socioeconômica dos agricultores.	2.285.000	Infraestrutura beneficiada	unidade	2
				Projeto produtivo apoiado	unidade	153
Regularização e titulação de assentamentos, reassentamentos e terras públicas	SDR	Ação de regularização fundiária de assentamentos, reassentamentos e terras públicas, atendendo as demandas legalmente previstas e representando melhorias na condição rural com a transferência definitiva de áreas, possibilitando acesso à políticas públicas da agricultura familiar.	0	Assentamento com regularização cadastral	unidade	20
				Beneficiário desalojado de área indígena ou barragem indenizado	unidade	6
				Beneficiário titulado	unidade	100
				Concessão de terra pública realizada	unidade	12
				Termo de Concessão de Uso (TCU) de assentamento concedido	unidade	1.200



Ação Programática: AÇÕES HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Resultado Esperado: Promover o acesso à moradia digna e aos serviços urbanos adequados, em busca da redução das desigualdades sociais e econômicas na sociedade gaúcha.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
21.648.444	16.885.288	4.763.156	Déficit habitacional na Região Metropolitana de Porto Alegre	Unidade	90.585	80.585
			População residente em aglomerados subnormais em municípios integrantes de Região Metropolitana ou Aglomerados Urbanos	unidade	387.290	300.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Promoção de ações habitacionais	SEHAB	Contratação de novos empreendimentos, diretamente ou em parcerias, e conclusão de ações habitacionais em execução, para famílias de baixa renda nas regiões do Estado. Construção de unidades habitacionais de interesse social, módulos sanitários e condomínios residenciais para a população de baixa renda.	4.763.156	Módulo Sanitário concluído	unidade	1.160
				Módulo Sanitário contratado/conveniado	unidade	264
				Recurso para a parcela de entrada de Unidade Habitacional de Interesse Social repassado	R\$	762.000
				Unidade Habitacional de Interesse Social concluída	unidade	479
				Unidade Habitacional de Interesse Social contratada/conveniada	unidade	800
				Unidade Habitacional para a população idosa contratada/conveniada	unidade	320
Reassentamento e remoção de famílias em áreas de risco	SEHAB	Ações emergenciais para a remoção e/ou o reassentamento de população residente em áreas de risco ou de interesse público.	3.400.000	Família assistida por aluguel social - RS Seguro	unidade	320
				Família assistida por indenização moradia - RS Seguro	unidade	600
Regulariza Tchê - Apoio aos municípios	SEHAB	Fornecimento de elementos técnicos necessários para os municípios executarem a REURB no seu território, no âmbito da Lei Estadual nº 15.934/23 e Lei Federal nº 13.465/17 em consonância com o Decreto Federal nº 9.310/18, por meio de duas modalidades: 1. Convênios com repasse de recursos; e 2. Termo de cooperação técnica e/ou assessoramento sem repasse de recursos.	222.888	Capacitação realizada	unidade	590
				Capacitação realizada - RS Seguro	unidade	60
				Lote conveniado	unidade	27.608
				Lote conveniado - RS Seguro	unidade	3.892
Regularização Fundiária e Urbana	SEHAB	Transferência da propriedade de imóveis remanescentes da COHAB -RS para mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda. Levantamentos topográficos para a retificação cartorial da gleba de terra de propriedade do Estado e dos lotes ocupados pelas famílias de baixa renda. Ações de assistência social para a identificação e levantamento cadastral das famílias de baixa renda nos aglomerados subnormais cujas áreas são de propriedade do Estado. Elaboração de estudos e projetos urbanísticos e de engenharia sanitária. Obras para urbanização e saneamento dos lotes. Emissão de termos de legitimação fundiária para legalizar a habitação das famílias nas áreas do Estado.	13.262.400	Escritura definitiva assinada	unidade	1.650
				Escritura definitiva assinada - RS Seguro	unidade	550
				Família assistida por Termo de Legitimação Fundiária	unidade	311
				Família assistida por Termo de Legitimação Fundiária - RS Seguro	unidade	106
				Lote com regularização cartorial	unidade	509
				Lote com regularização cartorial - RS Seguro	unidade	988
				Núcleo Urbano Informal (NUI) com melhoria de infraestrutura	unidade	4
				Núcleo Urbano Informal (NUI) com melhoria de infraestrutura - RS Seguro	unidade	4



Ação Programática: RS SEM FOME

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resultado Esperado: Mitigação da fome e promoção das condições de possibilidade para a consecução paulatina no Direito Humano à Alimentação Adequada.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
11.956.191	11.752.719	203.472	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseada em escala de insegurança alimentar	Percentual de domicílios	6,7	4,7

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Alimento comercializado no complexo Ceasa - registro estatístico e de controle	CEASA	Organização do abastecimento de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através de um centro de oferta e procura. Disponibilizando, também, serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha - sem custos de operação. Também contrata, anualmente, empresa para fazer o monitoramento de agrotóxicos nos alimentos que são comercializados no complexo, por amostragem de safras, tanto de produtores como de atacadistas e também, rateia os custos destas análises entre os parceiros (sendo 1/3 para cada ente).	458.000	Alimento comercializado no complexo	t	2.525.000
				Amostra coletada para monitoramento de agrotóxicos nos hortifrutigranjeiros comercializados	unidade	960
Assistência à agricultura familiar	SEDEC	Priorização de Arranjos Produtivos Locais (APL) voltados à produção de alimentos visando o combate à fome.	409.808	Arranjo Produtivo Local de agroindústria familiar beneficiado	unidade	1
Circuitos curtos de comercialização de alimentos tradicionais	SAS	Estímulo à comercialização de alimentos produzidos em comunidades quilombolas, articulado ao fomento do consumo consciente e solidário em centros urbanos.	203.472	Circuito criado	unidade	6
				Comunidade Atendida	unidade	6
Fomento a Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)	SAS	Fornecimento de itens de cozinha que potencializem a capacidade de processamento e preparação de alimentos dos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) beneficiados pela iniciativa.	203.472	Equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) apoiado tecnicamente	unidade	30
				Equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) equipado	unidade	30
Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	SAS	Financiamento e apoio das atividades de todos os componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Conferência Estadual de Soberania e Segurança Alimentar (CESSANS) e fomento da adesão dos municípios ao Sistema.	203.472	Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN) apoiada	unidade	1
				Cartilha de divulgação de atividades em SAN elaborada	unidade	3
				Conferência Estadual de Segurança Alimentar realizada	unidade	2
				Conselho Estadual de Segurança Alimentar apoiado	unidade	1
				Município aderido ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	unidade	110
				Município sensibilizado	unidade	150
				Plano Estadual de Segurança Alimentar Elaborado	unidade	1

Mitigação dos impactos do racismo ambiental no acesso à água e alimentação adequada	SJCDH	Mapeamento, diagnóstico e elaboração de um plano de ações para combater o racismo ambiental e mitigar os seus impactos para os povos indígenas e quilombolas do RS quanto ao acesso à água e à alimentação adequada.	40.000	Mapeamento e diagnóstico elaborado	unidade	1
				Plano de Ações elaborado	unidade	1
Política social de inclusão sócio-produtiva rural	SAS	Promover espaços de articulação e comercialização de produtos produzidos por pequenos agricultores rurais.	203.472	Projeto de agricultura familiar apoiado	unidade	200
Programa social da Ceasa/RS	CEASA	Oferta de produtos hortifrutigranjeiros excedentes de produção à população carente e a instituições assistenciais cadastradas pela CEASA/RS.	1.985.000	Alimento doado pelo programa	kg	3.660.000
				Pessoa atendida pelo programa social da Ceasa	unidade	980.000
Promoção da segurança alimentar nas famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz (PCF)	SAS	Entrega de assistência alimentar a famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz, concomitante com o estímulo da adesão ao SISAN dos municípios alcançados pela iniciativa e com o monitoramento do impacto da ação mediante aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).	203.472	Cesta básica entregue	unidade	7.850
				Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional constituído	unidade	49
				Levantamento da escala EBIA realizado	unidade	252
				Município aderido	unidade	49
				Visitador capacitado	unidade	252
RS sem fome - Do campo ao prato	SAS	Aquisição de alimentos de cooperativas de agricultores familiares e distribuição dos mesmos para Equipamentos Sociais e Públicos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.	8.046.023	Alimento Adquirido e Distribuído	kg	384.000
				Cooperativa Beneficiada	unidade	12
				Entidade Beneficiada	unidade	80



Ação Programática: ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resultado Esperado: Redução da pobreza, o risco e as vulnerabilidades sociais

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
228.624.061	228.235.706	388.355	Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social - IDCRAS médio do RS	Índice	3,38	3,71
			Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - IDCREAS médio do RS	Índice	2,97	3

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de inclusão social	FGTAS	Atendimento de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Fomento e oferta de serviços por meio de entidades do terceiro setor e de grupos de interesse da sociedade civil. Promoção e fomento de atividades nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, justiça, assistência jurídica e segurança pública, voltadas a famílias, idosos, adultos, imigrantes, adolescentes e crianças, na perspectiva de contribuir para o acesso aos direitos sociais básicos. Apoio a projetos de desenvolvimento local por meio da disponibilização de espaços físicos. Revitalização das estruturas do equipamento social Vida Centro Humanístico de Porto Alegre, em vista da qualificação e ampliação dos serviços e atendimento à população em situação de risco e vulnerabilidade social residente e atendida na região Eixo Baltazar.	6.642.995	Pessoa em situação de risco e vulnerabilidade social atendida	unidade	800.000
				Serviço de revitalização realizado no Vida Centro Humanístico	unidade	16
Acolhimento Institucional	SAS	Promover o acolhimento de pessoas com deficiências e/ou transtornos mentais e comportamentais que não possuem condições de autossustentabilidade	138.361.641	Pessoa acolhida	unidade	5.760
Acompanhamento de egressos do acolhimento institucional	SAS	Acompanhamento técnico e auxílio financeiro de jovens egressos do acolhimento institucional para colaborar no processo de desinstitucionalização	203.472	Bolsa distribuída	unidade	960
				Jovem acompanhado	unidade	80
Apoio à desinstitucionalização: Programa de Desligamento Institucional	FPERGS	Programa de Inserção Familiar, Social e Comunitária de Crianças e Adolescentes em processo de desligamento da Fundação de Proteção: aquisição de cestas básicas (alimentação), material de higiene e limpeza, material escolar e material de construção para adequação de espaço de moradia com o objetivo de realizar a desinstitucionalização de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.	587.941	Criança/adolescente desligado do acolhimento institucional e inserido no Programa de Inserção Familiar, Social e Comunitária de Crianças e Adolescentes em processo de desligamento da Fundação Proteção	unidade	120
Aprimoramento da gestão da Política Estadual de Assistência social	SAS	Aperfeiçoar a gestão Estadual da Política de Assistência Social ao fornecer apoio qualificado as ações do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), capacitar os trabalhadores do SUAS, apoiar tecnicamente os Municípios e produzir o diagnóstico socioterritorial, além de implantar o Sistema Estadual de Gestão da Assistência Social.	1.627.783	Conselho apoiado	unidade	1
				Diagnóstico socioterritorial e socioassistencial elaborado	unidade	1
				Município apoiado tecnicamente	%	100
				Sistema Estadual de Gestão Digital da Assistência Social implantado	%	100
				Trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) capacitado	%	100

Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social	SAS	Necessidade de ampliar a incidência das políticas públicas na melhoria das condições de vida das famílias gaúchas com maior grau de vulnerabilidade social por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas e articuladas nos territórios, segundo a necessidade de cada família e suas especificidades.	203.472	Comitê intersetorial implantado	unidade	360
				Família atendida	unidade	10.800
				Índice de vulnerabilidade familiar elaborado	unidade	1
				Sistema de Gestão e Monitoramento implantado	unidade	1
Atendimento em Serviço de Acolhimento Institucional	FPERGS	Atendimentos de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social atendidos na modalidade de acolhimento institucional, nos municípios de Porto Alegre, Taquari e através da modalidade de contratação de vagas junto a serviços em outras localidades do Estado, no período analisado. Este atendimento compreende ações de cuidado, proteção e garantia de direitos relacionados às áreas jurídica, de saúde, assistência social, educação e profissionalização, esporte, cultura e lazer e convivência familiar e comunitária. Atualmente, a população atendida na instituição apresenta significativas demandas em saúde clínica e mental, e de proteção, relacionadas ao envolvimento em atos infracionais e situações de ameaça à vida, conforme definido pela Ação Civil Pública 001/5.17.0003639-4.	52.644.905	Criança/adolescente atendido	unidade	220
Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	SAS	Considerando a necessidade de qualificação e aprimoramento da gestão estadual dentro da política de assistência social, organizada dentro do Sistema Único de Sistema Assistência Social. A NOB/SUAS, em seu artigo 8º, estabelece as competências e responsabilidades comuns entre a União, Estado e Municípios. Dentre elas, cabe ao Estado cofinanciar os serviços, programas, projetos, benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão.	24.823.705	Benefício Eventual cofinanciado	%	100
				Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro POP mais acolhedor (população de rua) cofinanciado	unidade	40
				Serviço de Proteção Social Básica (PSB) cofinanciado	%	100
				Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) cofinanciado	%	100
				Serviço regional vinculado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) cofinanciado e implantado	%	100
Elaboração e implementação de projeto de requalificação da mão de obra no campo	CC	Apoio ao órgão principal em enfrentar as desigualdades por meio de projeto de requalificação de mão de obra no campo, habilitando os trabalhadores a uso de novas tecnologias.	0	Projeto estratégico elaborado	unidade	1
				Projeto estratégico implementado	unidade	1
Formação e qualificação dos recursos humanos nos temas relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento	FPERGS	As ações são descentralizadas, estabelecidas em cada equipamento de acolhimento e os temas variam mensalmente de acordo com as demandas das pessoas em acolhimento e dos profissionais que trabalham no acolhimento.	61.242	Atividade de educação permanente, seminário ou oficina realizado	unidade	132
				Certificação pela Fundação de Proteção das atividades de capacitação e formação profissional aos servidores emitida	unidade	1.200
				Formação/Capacitação oferecida	unidade	120
Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (PETI)	SAS	O PETI é um programa de caráter intersetorial sendo que, no Estado do Rio Grande do Sul, objetiva-se elaborar Plano Estadual Decenal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador que conste marco conceitual e legal, bem como, promover o apoio técnico e capacitação dos municípios com o intuito de contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil e proteção ao adolescente.	203.472	Município apoiado e capacitado	%	100
				Plano elaborado e publicado	unidade	1

Fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial	SAS	Promover o fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial com o intuito de construir ações de Educação Permanente, oportunizar a atuação intersetorial e interinstitucional da rede de Cuidado e apoiar tecnicamente o conjunto de agentes da rede proteção socioassistencial.	406.945	Apoio técnico da rede socioassistencial realizado	%	100
				Colegiado Interinstitucional da Rede de Cuidado implantado	unidade	1
				Escola de Governo da Assistência Social implantada	unidade	1
				Matriz pedagógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) elaborada	unidade	1
Garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária e à inserção social das crianças e adolescentes atendidos	FPERGS	Promover a participação de crianças e adolescentes em atividades eventuais de esporte, lazer e cultura através de parcerias estabelecidas entre instituições com o objetivo de receber doações de ingressos para os eventos/atividades e ou a redução do valor do ingresso cobrado ao público em geral.	40.828	Criança/adolescente inserido em atividade comunitária de esporte, cultura e lazer	unidade	150
Implantação, qualificação e manutenção do atendimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	FPERGS	Promover ações de melhorias e adequações nos equipamentos da Fundação de Proteção e contratação, implementação e suporte técnico de sistema de banco e gestão de dados referentes à população em acolhimento institucional na Fundação de Proteção, para registro de informações dos usuários do serviço e subsídio às ações de monitoramento, avaliação dos atendimentos realizados e planejamento gerencial da atuação institucional.	2.041.655	Espaço de acolhimento reformado	unidade	16
				Sistema de gerenciamento e monitoramento adquirido e implantado	unidade	1
Implementação das Práticas Restaurativas na Fundação de Proteção	FPERGS	Realizar Círculos de Construção de Paz nos ingressos e nos desligamentos de crianças e adolescentes que encontra-se em acolhimento institucional.	0	Círculo de Construção de Paz no ingresso e desligamento realizado	unidade	96
Inclusão Socioprodutiva	SAS	Fomentar a qualificação profissional de beneficiários do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO) em situação de extrema pobreza e/ou pobreza, apoiar o desenvolvimento de suas capacidades produtivas através do empreendedorismo e/ou mercado formal de trabalho, a fim de que ampliem as atividades geradoras de renda.	203.472	Cooperativa ou associação de recicladores (catadores) fomentada	unidade	120
				Diagnóstico realizado	unidade	1
				Inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO) contratado para trabalhar em obra pública	%	3
				Microempreendedor orientado	unidade	1.000
				Mulher chefe de família qualificada e/ou capacitada	unidade	6.000
				Pessoa capacitada	unidade	12.000
Programa de Apadrinhamento Afetivo	FPERGS	Fomentar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que encontram-se em acolhimento institucional e possuem os requisitos legais para inclusão no Programa de Apadrinhamento Afetivo através da parceria com o Instituto Amigos de Lucas.	0	Criança/adolescente apadrinhado	unidade	80
Programa Universitário do Amanhã	SAS	Oferecimento de curso preparatório para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) aos jovens inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) residentes em municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul.	203.472	Jovem capacitado para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	unidade	20.000
Qualificação do atendimento à população em situação de rua nos centros POP	SAS	Elaborar um panorama quanti-qualitativo do atendimento a pessoa em situação de rua na PSEMC, a partir do monitoramento dos serviços socioassistenciais, bem como prestar o apoio técnico aos gestores e trabalhadores municipais da Assistência Social a fim de qualificar o atendimento a essa população usuária.	225.304	Estudo quantitativo realizado e publicado	unidade	1
				Município capacitado	%	100

Qualificação para inserção no mundo do trabalho	FPERGS	Fomentar projetos de inclusão social que visam a educação na profissionalização dos adolescentes em acolhimento institucional objetivando a promoção da autonomia de vida e a preparação gradual para o desligamento institucional.	20.414	Adolescente inserido em Programa de Aprendizagem	unidade	60
				Adolescente inserido no mundo do trabalho	unidade	20
Redução das desigualdades a partir de inovação e tecnologias sociais	SICT	A iniciativa tem como objetivo criar condições para implantar projetos de inovação em territórios de vulnerabilidade social. Para tanto, serão fomentados ambientes de colaboração e acesso, como os hubs de inovação por exemplo, visando atrair investimentos e serviços públicos e potencializar o empreendedorismo local, com foco no desenvolvimento de tecnologias sociais e inclusão de grupos minoritários, como mulheres e a população negra.	121.343	Comunidade periférica identificada e com suas principais características mapeadas	unidade	32
				Hub de inovação implementado na comunidade periférica	unidade	20
				Hub de inovação implementado na comunidade periférica - RS Seguro	unidade	12
				Projeto de empreendedorismo com mulheres de comunidade periférica apoiado	unidade	32



Ação Programática: JOVEM APRENDIZ

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Proporcionar um ambiente onde os jovens tenham acesso à oportunidades e direitos para seu pleno desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
102.379.847	102.379.847	0	Taxa de desocupação entre jovens de 14 a 17 anos no Rio Grande do Sul	%	27,1	23,9
			Taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos	%	11,5	9,6

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio a iniciativas para inserção do jovem no mercado de trabalho	SEDUC	Implementar o Programa de Aprendizagem nas escolas técnicas, a fim de que as mesmas realizem a qualificação dos estudantes, uma vez que estas se habilitam enquanto entidades qualificadoras junto ao Ministério do Trabalho, e efetivam a relação com o mundo do trabalho, para promover a inclusão produtiva dos estudantes por meio da contratação dos jovens aprendizes por parte das empresas da região.	384.647	Escola Profissional e Técnica com Programa de Aprendizagem Implementado (Jovem Aprendiz)	unidade	70
Incentivo e auxílio ao planejamento e implementação do Programa de Empregabilidade Jovem	CC	Apoio ao GVG na estruturação, planejamento e acompanhamento do Programa de Empregabilidade Jovem	0	Proposta de ação de novas áreas de ocupação voltadas à tecnologia para jovens elaborada e apresentada ao órgão principal	unidade	6
Programa Empregabilidade Jovem	SAS	Oferta de oportunidades de inserção profissional para jovens inseridos no CadÚnico nas modalidades de estágio e aprendizagem profissional	101.995.200	Jovem aprendiz contratado	unidade	2.500
				Jovem estagiário contratado - RS Seguro	unidade	336



Ação Programática: GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA NA TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Resultado Esperado: Redução dos índices de violação de direitos e das barreiras para o desenvolvimento socioemocional, educacional e profissional dos jovens, crianças e adolescentes

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
5.592.034	5.369.324	222.710	Número de violações de direitos humanos relativas à violência contra criança ou adolescente	Unidade	16.838	13.000
			Percentual de reingresso de socioeducandos na FASE	Percentual	0,348	0,25
			Taxa de adolescentes privados de liberdade na FASE	Taxa por 100 mil hab.	68,3	50
			Taxa de desocupação de jovens de 15 a 29 anos	Percentual	0,324	0,24
			Taxa de homicídios de jovens de 15 a 24 anos	Taxa por 100 mil hab.	28,09	23
			Taxa de óbitos por suicídio de pessoas de 15 a 29 anos de idade	Taxa por 100 mil hab.	20,57	15
			Taxa de violências contra pessoas de 15 a 29 anos de idade	Taxa por 100 mil hab.	362,1	320

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	SJCDH	Ampliação e fortalecimento do Programa Oportunidades e Direitos, especialmente no que toca à manutenção dos Centros da Juventude de Porto Alegre, Viamão e Alvorada, à manutenção das bolsas destinadas aos jovens multiplicadores, à aquisição de novos equipamentos de informática e equipamentos necessários para a implementação da educação a distância, e a implantação de novos Centros da Juventude.	4.350.000	Bolsa do Programa Jovem Multiplicador disponibilizada	unidade	1.368
				Centro da Juventude mantido e implementado - RS Seguro	unidade	6
				Equipamento de informática e educação à distância adquirido para os Centros da Juventude	unidade	6
				Município conveniado ao Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	unidade	15
				Novo Centro da Juventude implantado	unidade	15
Ampliação e fortalecimento dos órgãos de representatividade e de promoção e garantia dos direitos e do protagonismo da juventude	SJCDH	Iniciativa voltava para a promoção do protagonismo e representatividade juvenil, tendo seus produtos direcionados para a promoção da liderança juvenil em nível local, incentivo à participação e protagonismo juvenil e à formação de agremiações de jovens, a constituição do Observatório da Criança, Adolescente e Juventude, assim como para a implantação do Sistema Estadual da Juventude (composto do Conselho Estadual da Juventude, Fundo Estadual da Juventude, Conferências da Juventude, Observatório da Criança, Adolescente e Juventude, e Comitê Transversal de políticas para a Juventude).	40.000	Evento de promoção da liderança e protagonismo da criança, adolescente e juventude realizado	unidade	20
				Observatório da Juventude implantado	unidade	1
				Programa de incentivo à participação política e protagonismo juvenil e de estímulo a agremiações de jovens e estudantes implementado	unidade	1
				Sistema Estadual de Políticas para a Juventude implantado	unidade	1

Articulação e fomento com as redes municipais para o atendimento à mulher egressa e seus filhos	SSPS	A articulação e o fomento para garantir o atendimento adequado à Mulher Egressa e seus filhos. Parcerias entre as instituições governamentais e a sociedade civil para oferecer suporte e acolhimento a essas mulheres que deixam o sistema prisional. Políticas públicas que visem à reinserção de mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral. A articulação e o fomento com as redes municipais para que essas políticas sejam implementadas.	0	Iniciativa com as redes municipais apoiada	unidade	5
Centro de Referência para a Juventude	SAS	Oferta de espaços de sociabilidade juvenil e oferecimento de atividades de arte e cultural, esporte e lazer, qualificação profissional e inserção digital para jovens em situação de vulnerabilidade social.	426.182	Centro de referência implementado - RS Seguro	unidade	23
				Centro de referência mantido - RS Seguro	unidade	23
				Espaço digital implantado	unidade	50
Elaboração de um programa de prevenção, saúde mental e acolhimento aos servidores penitenciários	SSPS	Elaboração e implantação de um programa de prevenção e saúde mental aos servidores penitenciários. Além de um espaço disponibilizado para acolhimento dos servidores.	0	Espaço de acolhimento aos servidores disponibilizado	unidade	1
				Programa elaborado	unidade	1
				Programa implantado	unidade	1
Fomento à capacitação do jovem para o mercado de trabalho, inclusão produtiva, inovação e empreendedorismo juvenis	SJCDH	Iniciativa voltada para a capacitação, qualificação e captação do jovem pelo mercado de trabalho, a partir de várias frentes. Uma delas, visa a reformulação de uma plataforma digital para oferta de cursos de capacitação, de oportunidades de trabalho e divulgação de vagas e currículos (a plataforma Mobiliza). Outra frente é a ação com as empresas parceiras, a partir da oferta de uma certificação para boas práticas em relação à captação da mão-de-obra juvenil e/ou ações voltadas para a população jovem (o Selo Parceiro da Juventude). Outra frente ainda, é a implementação de espaço para a capacitação e qualificação da população jovem do RS.	40.000	Espaço de promoção do empreendedorismo, inclusão digital e capacitação juvenil instalado e equipado	unidade	48
				Bolsa de incentivo à capacitação, inovação, empreendedorismo e mobilização juvenil concedida	unidade	900
				Jovem participante em evento de empreendedorismo, inovação e liderança	unidade	400
				Plataforma digital Banco de Talentos implantada	unidade	1
				Programa de capacitação, inclusão produtiva, direcionamento vocacional, terapia ocupacional e de incentivo à inovação e empreendedorismo juvenis implantado	unidade	1
				Selo Entidade/Empresa Parceira da Juventude implantado	unidade	1
				Promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude	SJCDH	Projeto de capacitação da rede de atendimento da criança e do adolescente, assim como dos Conselhos Tutelares (CTs) do RS, em vista do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, e da capacitação tecnológica, especialmente para a utilização do Sistema digital de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIAWeb), fundamental para a efetivação de direitos, e com atual adesão de apenas 17% dos CTs do RS. Além disso, a iniciativa prevê a implantação da Escola de Conselhos, do Núcleo de apoio ao Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) e ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA).
Convênio ou parceria para estruturação e fortalecimento dos Conselhos Tutelares firmado	unidade	80				
Convênio ou parceria para capacitação dos Conselhos Tutelares executado	unidade	80				
Escola de Conselhos de Direitos e Políticas Públicas de crianças, adolescentes e juventude implementada	unidade	1				
Núcleo de apoio ao Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) implantado	unidade	1				
Núcleo de Apoio ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA) implementado	unidade	1				
Programa de capacitação continuada da rede de atenção e proteção da criança e do adolescente implementado	unidade	1				

Promoção da dignidade, da cidadania e da inclusão digital do jovem rural	SJCDH	Iniciativa voltada para a promoção da dignidade da juventude rural do RS, assim como para sua inclusão digital.	40.000	Município conveniado no Programa de promoção da dignidade e cidadania da juventude rural	unidade	28
				Programa de promoção da dignidade e cidadania da juventude rural implementado	unidade	1
Promoção do fortalecimento de vínculos familiares, da parentalidade responsável, segurança e cuidados com crianças, adolescentes e jovens	SJCDH	Iniciativa para conscientização e fortalecimento dos vínculos familiares, protocolos de segurança e cuidados para crianças e adolescentes, assim como para a prevenção de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes, que visa o monitoramento de redes sociais, aplicativos de interação mais utilizados de crianças e adolescentes, assim como campanhas de promoção do direitos da crianças, adolescentes e juventude, especialmente em vista dos últimos acontecimentos envolvendo a segurança de crianças e adolescentes no mundo virtual.	400.000	Programa de conscientização e fortalecimento de vínculos familiares, parentalidade responsável, segurança e cuidados com crianças, adolescentes e jovens implantado	unidade	1
				Programa de enfrentamento a crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes implantado	unidade	1
				Protocolo de segurança e cuidados com crianças, adolescentes e jovens elaborado e divulgado	unidade	1
				Serviço de conversação on line e visitação presencial de apenados e socioeducandos com familiares nos espaços humanizados disponibilizado	unidade	1
				Serviço digital de suporte às crianças, adolescentes e jovens disponibilizado	unidade	1
Promoção e garantia dos direitos humanos e enfrentamento às violências e desigualdades nas infâncias, adolescências e juventudes	SJCDH	Iniciativa que prevê ações diversas voltadas para a garantia de direitos humanos e promoção de direitos voltados par a criança, adolescente e jovem do RS. Entre os principais produtos, está a produção de cartilhas e materiais lúdicos/educativos, eventos relacionados à pauta de direitos, ações de ressocialização dos egressos do sistema socioeducativo, especialmente bolsas para reingresso no sistema educacional e produtivo, assim como convênios e parcerias para execução de projetos, serviços e programas voltados às crianças, adolescentes e juventudes.	40.000	Bolsa a egresso do Sistema Socioeducativo ou Prisional disponibilizada	unidade	300
				Convênio ou parceria de projeto, serviços ou programas executado	unidade	60
				Evento de promoção e garantia dos direitos humanos, diversidades e cultura de não-violência para crianças, adolescentes, jovens e profissionais realizado	unidade	4
				Material lúdico-educativo para a promoção e garantia dos Direitos Humanos elaborado e distribuído	unidade	4
Ressignificação de práticas violentas do(a) socioeducando(a) por meio de procedimentos restaurativos	FASE	Ampliação e fortalecimento das práticas restaurativas e da cultura de paz na FASE, promovendo a resignificação de comportamentos violentos e a atuação do socioeducando nesse contexto, contribuindo para uma mudança de postura nas relações pessoais e familiares, possibilitando a superação dos ciclos de violência em sua trajetória de vida	215.852	Prática restaurativa realizada em centros de internação e semiliberdade	unidade	180

Programa: QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIDADE

Temático

Objetivo Temático: Garantir uma sociedade mais próspera e igualitária, com direitos humanos assegurados, com foco na atenção à primeira infância e à população idosa, com ampliação do acesso à cultura e ao esporte.

Contextualização: O Programa Temático Qualidade de Vida e Diversidade reúne as ações do Governo do Estado que buscam assegurar os direitos humanos e as oportunidades para todos, o combate ao racismo e à desigualdade étnico-racial, as políticas para a primeira infância e para a pessoa idosa, bem como a promoção do esporte e o acesso à cultura, passando pela qualificação das instituições culturais. Considerando as desigualdades no acesso ao trabalho, observa-se que 66,58% da população de pretos ou pardos estavam empregados em trabalhos formais em 2021. Em relação às vagas ocupadas por pessoas com deficiência no total de vagas reservadas, que reflete a preocupação com ambientes de trabalho mais igualitários, observou-se um leve aumento no percentual entre 2020 e 2021, que passou de 63% para 64,92% no Estado em 2021. A Educação Infantil, por sua vez, é uma das preocupações relacionadas à primeira infância, por ser a etapa inicial da Educação Básica. O censo escolar mostra que as matrículas em creches, que haviam recuado entre 2019 e 2021, cresceram em 2022, quando observou-se uma taxa de matrícula de 53% da população nessa idade. Sobre a violação de direitos humanos, grande parte ocorre na dimensão de gênero e sexualidade. Com relação às mulheres, os registros de violações de direitos vêm crescendo nos últimos anos no RS, apresentando uma taxa de variação anual de 64,74% em 2022 quando comparado a 2021. Também preocupam as violações de direitos contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). No comparativo entre 2022 e o ano anterior, a variação anual do número de violações chegou a 131,39%. Assim, o Programa tem como objetivo garantir uma sociedade mais próspera e igualitária, com direitos humanos assegurados, com foco na atenção à primeira infância e à população idosa, com ampliação do acesso à cultura e ao esporte.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
663.798.773	596.023.186	67.775.587	Percentual de pessoas com deficiência (PCD) no total de vagas reservadas	%	64,92	Positiva
			Percentual de pretos e pardos em trabalhos formais	%	66,58	Positiva
			Taxa de matrícula na educação infantil (matrículas/população na idade da educação infantil)	%	53,01	Positiva
			Taxa de variação anual do número de violações contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT)	%	131,39	Negativa
			Taxa de variação anual do número de violações contra mulheres	%	64,74	Negativa



Ação Programática: DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E CULTURA DO ESPORTE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER

Resultado Esperado: Desenvolver a economia e a cultura do esporte.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
121.231.700	87.936.248	33.295.452	Número de municípios com estrutura de governança esportiva	Unidade	1	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de apoio ao esporte escolar	SEDUC	Promover a participação ativa dos alunos em competições esportivas nacionais e nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, visando incentivar a prática esportiva e valorizar o potencial atlético dos estudantes. Identificar talentos esportivos nas escolas, oferecer treinamento adequado e prepará-los para representar suas instituições de ensino em torneios nacionais renomados. Além disso, a iniciativa prioriza a participação dos alunos nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, um dos eventos mais importantes no calendário esportivo do estado. Essa competição reúne estudantes de diversas escolas, proporcionando um ambiente competitivo e saudável, onde os atletas podem testar suas habilidades e representar com orgulho suas instituições de ensino. A iniciativa busca proporcionar experiências enriquecedoras, desenvolver habilidades esportivas e valores como trabalho em equipe, disciplina e determinação, além de promover o orgulho e a união nas escolas e comunidades.	33.971.712	Aluno participante de competições esportivas nacionais	unidade	32
				Aluno participante dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul	unidade	510.000
CETE Sustentável	SEL	Manutenção e qualificação do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), ofertando à população o espaço adequado para a prática esportiva.	24.960.000	Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) mantido e conservado	unidade	1
				Aluno da rede pública atendido em atividades no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	2.000
				Atividade ofertada por meio de entidade/profissional cadastrado	unidade	20
				Centro Paradesportivo implementado	unidade	1
				Entidade regularmente conveniada para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	5
				Obra de infraestrutura concluída	unidade	8
				Profissional regularmente cadastrado para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	5
Reforma do Ginásio Poliesportivo concluída	unidade	1				

Criação do Observatório do Esporte	SEL	Criação do Observatório como responsável pela organização dos dados do esporte gaúcho para consumo interno da administração visando a melhor avaliação das políticas públicas, mas também para consumo externo com uma plataforma on line disponível para o público. Também ficará o Observatório responsável por todo tipo de capacitação, seja de proponentes de editais específicos, passando por gestores municipais e todos que fazem parte deste ecossistema.	400.000	Capacitação de proponentes de projetos realizada	unidade	8
				Capacitação para gestores realizada	unidade	8
				Gestor capacitado	unidade	80
				Plataforma online implementada	unidade	1
				Proponente de projeto capacitado	unidade	200
Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	SEL	Desenvolvimento, valorização e retenção de atletas, paratletas e treinadores.	8.000.000	Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento esportivo	unidade	80
				Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento paradesportivo	unidade	80
				Bolsa atleta concedida	unidade	1.600
				Bolsa atleta concedida a paratleta	unidade	400
				Bolsa treinador concedida	unidade	200
Distribuição de material para o esporte e lazer	SEL	Ações de entrega de material esportivo e de lazer, principalmente para projetos sociais.	6.000.000	Kit de material esportivo e/ou recreativo distribuído	unidade	4.000
				Kit de material esportivo e/ou recreativo distribuído - RS Seguro	unidade	2.000
Fomento ao esporte e ao paradesporto	SEL	Ações relacionadas ao Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul (Pró-Esporte), incluindo os projetos aprovados através da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE).	40.000	Edital de fomento ao esporte para pessoa com deficiência liberado	unidade	4
				Edital de fomento liberado	unidade	12
				Evento esportivo patrocinado	unidade	40
				Projeto viabilizado via edital de fomento - FEIE Pró-Esporte	unidade	40
				Projeto viabilizado via lei de incentivo - LIE Pró-Esporte	unidade	1.000
Promoção do esporte e do paradesporto	SEL	Calendário esportivo do Rio Grande do Sul. Eventos esportivos realizados pela SEL. Ações voltadas para o público com deficiência e ações voltadas para o paradesporto.	32.564.536	Evento esportivo e/ou recreativo realizado para alunos da rede pública	unidade	8
				Evento esportivo realizado	unidade	40
				Evento paradesportivo realizado	unidade	20
				Núcleo de referência do comitê paraolímpico brasileiro implementado	unidade	5
				Pessoa com deficiência contemplada em atividade esportiva	unidade	800
				Profissional do esporte capacitado para atender pessoa com deficiência	unidade	80
Promoção do esporte no ambiente escolar	SEL	Ações da SEL para auxiliar na melhoria da estrutura esportiva das escolas estaduais.	15.255.452	Infraestrutura esportiva de escola estadual requalificada	unidade	40
				Infraestrutura esportiva de escola estadual requalificada - RS Seguro	unidade	40

Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	SEL	Ações de melhorias de espaços esportivos, podendo ser tanto intervenções de infraestrutura como especificamente de iluminação. Também podem ser tanto ações de coinvestimento com municípios, como novas ações de investimento direto do Governo do Estado.	40.000	Edital de coinvestimento com prefeitura liberado	unidade	4
				Espaço esportivo com infraestrutura de iluminação instalada ou reestruturada	unidade	80
				Infraestrutura esportiva e de lazer implementada	unidade	200
				Infraestrutura esportiva e de lazer implementada - RS Seguro	unidade	40
				Infraestrutura esportiva e de lazer qualificada	unidade	200
				Infraestrutura esportiva e de lazer qualificada - RS Seguro	unidade	40



Ação Programática: ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Resultado Esperado: Melhoria da Qualidade de Vida da Pessoa Idosa do RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
68.878.640	52.612.919	16.265.721	Percentual de municípios do RS que possuem Conselho e Fundo Municipal da Pessoa Idosa	Percentual	62,77	90

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aprimoramento da Política Estadual da Pessoa Idosa	SAS	Capacitar e fomentar a educação continuada aos profissionais da rede de atendimento à pessoa idosa nos municípios gaúchos.	813.891	Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI) apoiado	unidade	1
				Plano Decenal da Pessoa Idosa atualizado e publicado	unidade	1
Fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa	SAS	Realizar o diagnóstico situacional das políticas públicas para a pessoa idosa nos municípios do Rio Grande do Sul, bem como, promover o cofinanciamento do centro de atenção a pessoa idosa, ofertar capacitações e apoio a equipamentos.	12.241.804	Capacitação realizada	unidade	56
				Centro de Atenção à Pessoa Idosa cofinanciado	unidade	32
				Diagnóstico situacional das políticas municipais à população idosa realizado	unidade	2
				Equipamento apoiado	unidade	40
Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	SES	Fortalecer a rede de atenção integral à saúde da pessoa idosa, com oferta de cuidado adequada, de qualidade, humanizada e oportuna, ampliando o acesso aos serviços básicos de saúde de referência ao envelhecimento saudável.	55.416.000	Curso de Cuidador da Pessoa Idosa descentralizado	unidade	620
				Serviço de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa implantado	unidade	30
Sensibilização da população gaúcha para viver bem e envelhecer melhor	SAS	Promover campanhas de sensibilização sobre a temática da pessoa idosa para a população gaúcha.	406.945	Campanha de sensibilização realizada	unidade	8



Ação Programática: PRIMEIRA INFÂNCIA RS

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Melhora do cuidado integral da primeira infância nas dimensões: saúde, nutrição, aprendizagem, segurança e nutrição e cuidados responsivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
205.788.265	203.338.961	2.449.304	Taxa de incidência de baixo peso ao nascer	por cem nascidos vivos	9,61	8
			Taxa de incidência de sífilis congênita	por mil nascimentos	15,34	10
			Taxa de mortalidade neonatal	por mil habitantes	7,01	6,9

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Adaptação das Instituições Culturais para a Primeira Infância	SEDAC	Ação para adaptação das Instituições Culturais para a Primeira Infância, a partir de melhorias estruturais nas instituições culturais pertencentes à Sedac, promovendo um espaço de acolhimento às crianças e suas famílias, a partir da adoção de instalação de trocadores em "espaço família" e da criação de espaços lúdicos que estimulem a criatividade e o interesse pela arte e pela cultura na Primeira Infância.	276.000	Espaço Lúdico implementado em Instituição Cultural	unidade	12
				Trocador instalado	unidade	12
Ampliação da oferta de vagas de creches e pré-escolas nas redes municipais	SEDUC	Atender à crescente demanda por vagas em creches e pré-escolas, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento e aprendizado das crianças em idade pré-escolar. A ampliação da oferta de vagas busca garantir que as famílias tenham acesso a serviços de qualidade, contribuindo para a equidade educacional e a inclusão social.	1.698.586	Município apoiado na implementação de creche	unidade	30
				Município apoiado na implementação de pré-escola	unidade	30
Articulação e fortalecimento do Primeira Infância Melhor - Prisional (PIM - Prisional) como política pública	SSPS	O Articulação e Fortalecimento do Primeira Infância Melhor - Prisional como Política Pública é uma medida importante para garantir que crianças que nasceram em um ambiente prisional tenham acesso a cuidados adequados e possam se desenvolver de forma saudável. Articulação entre os órgãos responsáveis pela execução do programa com o sistema prisional e as secretarias. Fortalecimento do programa para que seja implementado de forma efetiva e possa atingir o maior número possível de crianças em situação de vulnerabilidade.	491.715	Primeira Infância Melhor - Prisional (PIM - Prisional) incluído na Legislação do Primeira Infância Melhor (PIM)	unidade	1
Articulação e fortalecimento do Primeira Infância Melhor (PIM) como política pública para os filhos de socioeducandos	SSPS	Levantamento, por meio do Observatório da Socioeducação, em parceria com a FASE, do número atualizado de socioeducandos com filhos e interlocução das ações do PIM nas unidades de atendimento.	491.715	Socioeducando com filhos de até 6 anos e gestantes acompanhado	unidade	20

Assessoramento, capacitação e estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância	FADERS	Enfrentamento da debilidade de políticas integrais e transversais de cuidados para crianças em situação de vulnerabilidade através de atividades e projetos coordenados de atenção, atendimento, assessoramento e capacitação na temática da inclusão da criança e adolescente PcD com vistas a contribuir para a qualificação de Programas e a rede de serviços nas diferentes áreas de atuação do Estado, culminando com a implantação de Sala Sensorial e serviço de Equoterapia na unidade de atendimento clínico- terapêutico da FADERS, com a competência de proporcionar atendimento multiprofissional fundamentado em metodologias científicas para o processo de intervenção individualizada, bem como formação e capacitação de profissionais atuantes no atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, em especial pessoa com transtorno do espectro autista e sua comunidade.	180.000	Profissional capacitado	unidade	1.000
				Sala Sensorial implantada	unidade	1
Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	SAS	Promover a gestão e execução do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz em âmbito estadual, através do apoio técnico, capacitação e educação permanente aos municípios habilitados ao Programa conforme normativas definidas pelo Ministério da Cidadania.	406.945	Monitoramento realizado	unidade	83
				Monitoramento realizado - RS Seguro	unidade	2
				Município apoiado tecnicamente - RS Seguro	unidade	2
				Município apoiado tecnicamente	unidade	83
				Município capacitado	unidade	83
				Município capacitado - RS Seguro	unidade	2
Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	SAS	Promover e fortalecer a parentalidade positiva, autonomia e competências familiares, o acesso a direitos para que protagonizem o desenvolvimento integral de suas crianças na primeira infância, desde a gestação	48.000.000	Kit bebê entregue	unidade	160.000
				Repasse financeiro realizado	unidade	40.140
Implementação de espaços lúdicos	SEHAB	Instalação de equipamentos e criação de espaços para a recreação infantil, em empreendimentos de habitação de interesse social.	2.200.000	Espaço lúdico infantil contratado/conveniado	unidade	40
				Espaço lúdico infantil implantado	unidade	40

Manutenção e melhorias da educação infantil na creche Tio Chico	SSP	<p>As evidências relacionadas à primeira infância têm se mostrado preocupantes. Considerando as 681.608 crianças que vivem no estado (IBGE, 2021), temos 24% em situação de pobreza e 3,7 % vivem em situação de extrema pobreza. No que tange a mortalidade materna. Foram contabilizados 51 óbitos maternos por 100 mil nascimentos em 2020 e 115 óbitos maternos em 2021 – destes, 80,4% ocorreram no período do puerpério e apenas 23% destas mulheres realizaram 6 ou mais consultas de pré-natal. Para 2022, os dados preliminares indicam 36 óbitos maternos por 100 mil nascimentos. Em 2021, conforme dados preliminares, a mortalidade infantil foi de 9.57 óbitos/1.000 NV – 74.6% do total foram óbitos neonatais (0–28 dias). Em 2022, dados preliminares indicam o aumento da MI para 10,8 óbitos/1.000 NV. Além disso o RS registra 12,2% de partos prematuros e está acima da média mundial, que é de 10%. São registrados 27 casos de violência contra crianças e adolescentes por dia, sendo 25% deles de violência sexual. Entre 2018 e 2020, 29.320 crianças e adolescentes foram vítimas de violência no Estado – 6.659 foram de violência sexual, a segunda mais notificada. Adicionalmente tem se observado uma preocupante queda na cobertura de vacinas da primeira infância. Nesse quadro, as políticas voltadas à Primeira Infância são de extrema relevância para garantir desenvolvimento integral das crianças, conforme a abordagem do conceitual do “Nurturing Care” (OMS/UNICEF, 2018). Esse marco conceitual privilegia uma abordagem integrada e articulada de programas e ações, sendo organizado em 5 eixos: saúde, nutrição, cuidados responsivos, segurança e proteção e aprendizagem. Pautado por essas referências e pela importância, a coordenação das políticas da Primeira Infância passou, a partir do Decreto N° 56.840 de 12 de janeiro de 2023, a ser conduzida pelo Gabinete do Vice-Governador, por meio do Gabinete de Projetos Especiais. Tendo como base políticas consagradas como o Primeira Infância Melhor – PIM e o Criança Feliz e por meio da coordenação do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (CEIPI), visa desenvolver um conjunto de políticas amplas, e transversais que compreendam o cuidado integral da criança.</p>	601.304	Aluno matriculado	unidade	90
Promoção da Primeira Infância	SES	<p>Qualificar as ações de promoção da Primeira Infância. Expandir a Política da Primeira Infância Melhor (PIM), com foco em crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, incrementando o sistema de informações e estratégias desenvolvidas. Elaborar, produzir e distribuir materiais educativos, técnicos e de campanhas. Estabelecer e/ou manter termos de cooperação, convênios e contratos. Desenvolver projetos de pesquisas científicas na temática.</p>	150.000.000	Equipe de saúde da família amiga da mãe, parceria e criança certificada	unidade	300
				Programa Primeira Infância Melhor ampliado	unidade	44.400
				Rede Materno, Paterno Infantil implantada nas macrorregiões de saúde	unidade	16
Promoção do fortalecimento de vínculos de crianças na Primeira Infância com familiares em cumprimento de pena ou em regime socioeducativo	SJCDH	<p>Iniciativa para capacitação e sensibilização da equipe técnica do sistema prisional, Fase e das Cases para promoção de ambiente humanizado para visitação de crianças de 0 a 6 anos de idade, assim como estruturação de ambientes humanizados.</p>	517.000	Equipe técnica de presídios, Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e Centros de Atendimento Sócioeducativo (CASEs) capacitada para realização de conversação humanizada e acolhimento	unidade	3
				Espaço para visitação humanizada de crianças de 0 a 6 anos a apenas e socioeducandos em Centros de Atendimento Sócioeducativo (CASEs) e presídios implementado e estruturado	unidade	8
				Sistema de conversação online implantado	unidade	1

Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	SJCDH	Iniciativa voltada para ações relativas à primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade), visando, entre outras coisas, capacitação para elaboração dos planos municipais para a primeira infância, cartilhas e materiais lúdicos para a promoção de direitos, eventos, implantação do Núcleo de apoio ao Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA), plataforma digital de denúncia e suporte às crianças de 0 a 6 anos, elaboração do plano decenal da primeira infância.	445.000	Capacitação para elaboração dos planos municipais da primeira infância e para atuação da rede de atenção e sociedade civil realizada	unidade	40
				Cartilha e material lúdico/educativo para a promoção e garantia dos direitos humanos, cultura de não-violência, fortalecimento de vínculos familiares e de cuidados para a Primeira Infância elaborada	unidade	8
				Evento relacionado à promoção e garantia dos direitos humanos, cultura de não-violência, fortalecimento de vínculos familiares e de cuidados para a Primeira Infância realizado	unidade	8
				Núcleo de atenção integral à Primeira Infância no Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) implantado	unidade	1
				Plano Decenal da Primeira Infância elaborado	unidade	1
				Plataforma digital de denúncia e suporte às crianças de 0 a 6 anos ameaçadas ou vítimas de violência implantada	unidade	1
				Programa de conscientização e fortalecimento de vínculos familiares, parentalidade responsável, segurança e cuidados na Primeira Infância implantado	unidade	1
				Sistema de gestão, monitoramento e avaliação do plano decenal e do plano temático da Primeira Infância implementado	unidade	1
Qualificação da Escola de Educação Infantil do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)	SPGG	A proposta pedagógica da escola de educação infantil tem como objetivo fornecer uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento integral das crianças.	400.000	Proposta pedagógica da Escola de Educação Infantil do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) revisada e implantada	%	100
Qualificação das visitas domiciliares das equipes técnicas da Fundação Proteção às famílias das crianças de 0-6 anos em acolhimento realizada	FPERGS	Garantir o acesso aos direitos preconizados no Art. 4 do ECA, especialmente à convivência familiar e comunitária. A iniciativa se justifica considerando o aumento dos casos de acolhimento institucional na Primeira Infância na Fundação Proteção, com 23 ingressos somente no primeiro semestre de 2022.	80.000	Veículo adquirido	unidade	1
				Visita técnica domiciliar realizada	unidade	184



Ação Programática: IMPULSIONA CULTURA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA CULTURA

Resultado Esperado: Ser um estado mais acolhedor às diversidades culturais e estimulador do fazer artístico em todos segmentos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
116.661.814	116.661.814	0	Número de menções em veículo de imprensa	Unidade	612	800
			Número de municípios com adesão ao sistema estadual de cultura	Unidade	113	497
			Numero de pessoas inseridas em ações culturais por ano	Unidade	150.000	150.000
			Número de pontos de cultura por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2,066	3
			Percentual da população gaúcha abrangida pelo sistema estadual de cultura	%	68	100
			Percentual de municípios atingidos pela difusão ou ações culturais dos editais de fomento	%	46,47	100
			Taxa de engajamento nas redes sociais (Facebook e Instagram)	%	Não apurado	2
			Taxa de variação do número de estabelecimentos de atividades artísticas, criativas e de espetáculos	%	-1,92	1

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de promoção da economia criativa	SAS	Oferta de cursos de qualificação profissional dentro da área da economia criativa, destinado ao público inscrito no CadÚnico e profissionais informais da área.	203.472	Pessoa qualificada	unidade	5.000
Ampliação da produção, do acesso e da fruição aos bens culturais a populações em situação de vulnerabilidade	SEDAC	A iniciativa busca a ampliação do acesso e da fruição aos bens e serviços culturais a populações subrepresentadas, privadas de liberdade ou em situação de vulnerabilidade. Para isso, inclui a realização de atividades culturais e de mediação de leitura com pessoas privadas de liberdade, como medida de redução de pena e utilização da cultura como ferramenta de ressocialização; ações direcionadas às populações negra, LGBTQIA+, idosa, PCD e de povos originários, com o fim de fortalecer e ampliar expressões culturais subrepresentadas; liberação de edital para o apoio de artistas regionais, ampliando a oferta e produção de cultura para além dos centros metropolitanos, além do incentivo a projetos de intervenção artística, visando à qualificação e ao fortalecimento de espaço comunitários. Dessa forma, busca-se promover a igualdade de acesso à cultura, valorizando e ampliando as expressões culturais de grupos historicamente subrepresentados, objetivando criar uma sociedade mais justa, onde todos tenham a oportunidade de se envolver e fruir a cultura.	40.000	Ação de fortalecimento e valorização da cultura, produção artística e criativa da população negra, LGBTQIA+, pessoa idosa, pessoa com deficiência e povos indígenas e originários realizada	unidade	200
				Ação de fortalecimento e valorização da cultura, produção artística e criativa da população negra, LGBTQIA+, pessoa idosa, pessoa com deficiência e povos indígenas e originários realizada - RS Seguro	unidade	200
				Atividade cultural ou de mediação de leitura realizada no sistema prisional	unidade	24
				Edital de apoio a artistas regionais e representativos das populações subrepresentadas, privadas de liberdade e/ou em situação de vulnerabilidade liberado - RS Seguro	unidade	1
				Edital para seleção de projetos de intervenção artística visando a qualificar espaços comunitários - RS Seguro	unidade	1

Apoio à criação, à implementação, à manutenção e ao impulsionamento de equipamentos culturais no interior do Estado	SEDAC	A iniciativa tem o objetivo de apoiar a criação e a manutenção de equipamentos culturais no interior do Estado. Fá-lo-á por meio da realização de um mapeamento regionalizado de espaços e de equipamentos com vocação artística e/ou cultural e seu posterior impulsionamento por meio de edital de apoio. Por meio desse processo, a iniciativa busca fomentar a cultura e promover a desconcentração da oferta cultural, incentivando a criação de espaços culturais dinâmicos e sustentáveis no interior do Estado.	40.000	Edital de investimento liberado	unidade	4
				Espaço cultural e criativo ativado	unidade	4
				Mapeamento de espaços com vocação cultural e artística realizado	unidade	15
Capacitação de atores	FTSP	Curso para formação de atores em parceria realizada pela Fundação Teatro São Pedro e IACEN- Instituto Artes Cênicas.	40.000	Aluno atendido em curso de capacitação de atores	unidade	3.000
				Apresentação realizada pelos alunos do curso de capacitação de atores	unidade	3
Desenvolvimento estratégico de comunicação	SEDAC	A iniciativa se ocupa da criação de um plano estratégico de comunicação, incluindo a criação de um mailing regionalizado por setores culturais, visando sobretudo promover maior capilaridade no acesso a produtores e fruidores de cultura em todo o Estado, com especial atenção ao interior. Deste modo, estabelece-se uma maior presença e conexão com as diversas comunidades culturais em todo o estado, ampliando o acesso à cultura e promovendo uma maior diversidade e inclusão nos processos de produção e fruição cultural.	0	Mailing institucionalizado por regiões e setores criado	unidade	1
				Plano de comunicação elaborado e implementado	unidade	1
Fomento à cultura	SEDAC	A iniciativa busca o incremento e a qualificação do financiamento às atividades culturais, colaborando para a execução do Plano Estadual de Cultura, Rede RS Pontos de Cultura e Modernização de Bibliotecas, desenvolvendo as cadeias produtivas, estimulando a profissionalização, promovendo e facilitando o acesso, estimulando novas iniciativas e disponibilizando sistema eletrônico para apresentação e acompanhamento dos processos. Inclui o pagamento do Auxílio Emergencial do Estado, criado por meio da Lei nº 13.924, de 17 de janeiro de 2012, atualizada pela Lei nº 15.645, de 31 de maio de 2021, a qual instituiu em formato de coinvestimento com municípios gaúchos, o auxílio emergencial na forma estabelecida em regulamentação específica, de acordo com o Decreto nº 55.967, de 30 de junho de 2021; inclui, por fim, a disponibilização de recursos federais oriundos de ações emergenciais para o setor cultural, por meio da Lei Paulo Gustavo, Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, e a Lei Adir Blanc, Lei Federal nº 14.017/2020.	112.000.000	Recurso da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) liberado	R\$	410.000.000
				Recurso do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) liberado	R\$	180.000.000
				Repasse federal para o fomento e ações de apoio ao setor da cultura liberado	R\$	367.000.000
Formação de cantores líricos	FOSPA	Curso de Formação Interdisciplinar para Cantores Líricos com a formação de cantores através de aulas, masterclasses e workshops com referências profissionais na área. Cantores Líricos formados, aptos a trabalhar formalmente.	40.000	Aluno atendido pelo Ópera Estúdio	unidade	80
Fortalecimento e ampliação da governança do Sistema Estadual de Cultura	SEDAC	Ações para o fortalecimento e desenvolvimento da governança do Sistema Estadual de Cultura, dentre as quais estão a realização da Conferência Estadual de Cultura e outros eventos e ações culturais. Com isso espera-se aprimorar a articulação, a promoção, a gestão integrada e a participação cidadã nas políticas públicas culturais, com foco na interiorização. Inclui-se, ainda, a sistematização dos indicadores culturais para fins de orientação na formulação de políticas públicas e de sua avaliação, e também para promover o acesso à informação, divulgar e dar publicidade aos dados referentes ao setor cultural no Estado.	120.000	Comitê estratégico de parcerias entre SEDAC e dirigentes municipais de cultura incentivado	unidade	10
				Comitê estratégico de parcerias entre SEDAC e dirigentes municipais de cultura incentivado - RS Seguro	unidade	1
				Conferência Estadual de Cultura realizada	unidade	2
				Evento apoiado	unidade	200
				Plataforma online de indicadores implantada	unidade	1

Fortalecimento e ampliação da rede de Pontos de Cultura do RS	SEDAC	Fortalecimento e ampliação da Rede RS Pontos de Cultura, em cumprimento da Política Estadual de Cultura Viva (Lei nº 14.663/2014), que se destina a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes grupos de coletivos, constituindo-se como a política de base comunitária do Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.	0	Novo Ponto ou Pontão cadastrado	unidade	60
				Novo Ponto ou Pontão cadastrado - RS Seguro	unidade	20
				Ponto ou Pontão financiado	unidade	390
Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	SEDAC	A iniciativa objetiva fortalecer as ações de pesquisa, formação e qualificação na área cultural, por meio da oferta de cursos especializados, realizados pelos Institutos e Instituições da SEDAC, além de sistemas parceiros, para profissionalização na área cultural. Prevê ainda a realização de convênio para a oferta de bolsas de pós-graduação.	40.000	Curso de qualificação técnica realizado	unidade	240
				Parceria para a oferta de bolsas de extensão firmada - RS Seguro	unidade	4
				Pessoa qualificada em curso realizado	unidade	24.000
Preservação e promoção dos Institutos Culturais	SEDAC	Ações para a preservação e promoção dos Institutos Culturais.	50.000	Ação ou política setorial efetivada	unidade	2
				Evento de Instituto Cultural realizado	unidade	340
Produção de produtos de mídia digital	FTSP	Produção de vídeo/podcast a fim de difundir e divulgar as atividades culturais realizadas no Complexo Cultural Teatro São Pedro.	40.000	Conteúdo para mídia digital produzido	unidade	1.460
				Vídeo/Podcast produzido	unidade	84
Qualificação das atividades culturais adaptadas aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa	SSPS	Proposição de ações culturais específicas aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, tanto em meio fechado como em meio aberto, compreendendo as suas especificidades.	0	Instituição cultural visitada	unidade	8
				Oficina cultural realizada nas unidades de atendimento	unidade	40
Realização das atividades da Escola de Música e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	FOSPA	Realização da temporada artística da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) com a realização de espetáculos dos seus corpos artísticos (Coro Sinfônico, Orquestra, OSPA Jovem, Camerata Jovem, Coro Jovem, Coro Infante-Juvenil), bem como a manutenção das demais atividades pedagógicas e de formação musical da Escola de Música.	3.933.487	Aluno atendido pela Escola de Música da OSPA	unidade	280
				Apresentação da Escola de Música da OSPA realizada	unidade	40
				Apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) realizada	unidade	200
				Público contemplado em apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	unidade	160.000
Realização de atividades no Complexo do Theatro São Pedro	FTSP	Disponibilização de programação cultural de qualidade através de espetáculos de teatro, música, dança, artes plásticas, literatura, etc.	114.855	Público atendido em atividade artística e cultural	unidade	500.000
				Público atendido em visita guiada	unidade	37.000



Ação Programática: QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA CULTURA

Resultado Esperado: Patrimônio cultural preservado e disponível à população.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
57.809.486	49.187.374	8.622.112	Número de acessos às instituições culturais	Unidade	220.000	220.000
			Percentual de instituições com sustentabilidade energética implantada	%	0	30
			Percentual de instituições culturais com estrutura adequada	%	85	100
			Percentual de instituições culturais com PPCI e acessibilidade em boas condições	%	30	100
			Valor da despesa pública estadual per capita gasta na preservação , proteção e conservação do patrimônio cultural	R\$ per capita	0,95	1,5

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Acesso e difusão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)	SPGG	Implementação de programa de educação patrimonial do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) que articula a oferta de oficinas nos espaços do Arquivo para a educação básica , professores, universidade e público em geral. Em 4 anos, o programa pretende atingir cerca de 3000 alunos, 100 professores e 70 estagiários curriculares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	186.000	Evento de difusão realizado	unidade	11
				Grupo recebido no Programa de Educação Patrimonial	unidade	120
Conservação e reparcelhamento do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	FOSPA	Realização da manutenção, conservação e reparcelhamento, com equipamentos e instrumentos musicais, do Complexo Cultural Casa da OSPA - que abriga sala sinfônica para um público de 1.100 espectadores, camarins, salas de estudo, banheiros, copa, sala de ensaio para o Coro Sinfônico da OSPA e OSPA Jovem, sede administrativa e Sala de Recitais - e das instalações da Escola de Música da OSPA.	222.112	Complexo Cultural Casa da OSPA mantido e conservado	unidade	1
				Equipamento e instrumento musical adquirido	unidade	8
Conservação e reparcelhamento do Theatro São Pedro	FTSP	Ações para manutenção, conservação do Complexo Teatro São Pedro e Multipalco Eva Sopher.	200.000	Equipamento e instrumento de luz e som adquirido	unidade	1
				Theatro São Pedro mantido e conservado	unidade	1
Manutenção e requalificação das instituições culturais	SEDAC	Ações para a manutenção e requalificação de equipamentos culturais, de modo a garantir o acesso e a fruição dos espaços culturais. Inclui-se ações de aquisição de equipamentos, sistemas de sustentabilidade e de acessibilidade, bem como mobiliário modernizados.	50.241.374	Equipamento, sistema de acessibilidade e sustentabilidade instalado	unidade	8
				Instituição cultural mantida	unidade	23
				Mobiliário e equipamento modernizado	unidade	12

Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	SEDAC	Ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural, de modo a garantir o acesso e a fruição dos espaços culturais. Inclui-se ações de educação patrimonial, fiscalização de bens tombados, seminários e inventários.	260.000	Atividade de educação patrimonial realizada	unidade	8
				Bem tombado fiscalizado	unidade	300
				Entorno de bens tombados e diretrizes de intervenção elaborado	unidade	12
				Guia de educação patrimonial nas escolas disponibilizado	unidade	1
				Inventário cultural realizado	unidade	8
				Seminário para gestores público realizado	unidade	32
Qualificação da gestão museológica e de memória	SEDAC	A iniciativa objetiva a qualificação da gestão de instituições museológicas e de memória, bem como a disseminação e conscientização acerca do patrimônio cultural. Isso se dará por meio do fortalecimento do Sistema Estadual de Museus; do incentivo à elaboração de Planos Museológicos municipais; da elaboração do Guia Estadual de Museus; da disponibilização de guias de educação patrimonial nas escolas; da realização de atividades de educação patrimonial; e da restauração, catalogação, digitalização e disponibilização de acervos ao público.	460.000	Acervo restaurado, catalogado, digitalizado e disponibilizado ao público	unidade	8
				Guia estadual de museus publicado	unidade	2
				Museu inscrito e integrado no Sistema Estadual de Museus	unidade	12
				Plano museológico incentivado nos municípios	unidade	16
				Publicação elaborada e disponibilizada	unidade	8
				Reserva técnica e repositório digital requalificado	unidade	12
Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro e Multipalco	FTSP	Atividades estruturais no Theatro São Pedro e no Multipalco Eva Sopher, dentre as quais a conclusão das obras do Palco Italiano.	40.000	Adequação de acessibilidade e proteção contra incêndio realizada	%	100
				Obra concluída	unidade	1
Realização das obras do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	FOSPA	Realização das obras do Complexo Cultural Casa da OSPA e da Escola de Música da OSPA, que será uma das mais representativas estruturas de música de concerto e formação musical da América do Sul.	40.000	Complexo Cultural Casa da OSPA concluído	unidade	1
				Projeto de restauro do Palacinho realizado	%	100
				Restauro do Palacinho realizado	%	75
Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	SEDAC	Ações para a restauração e requalificação de prédios e conjuntos históricos culturais, de maneira a preservar e manter em boas condições o patrimônio cultural edificado, promovendo o adequado e amplo acesso e a fruição dos bens culturais do Estado.	6.120.000	Obra executada	unidade	8
				Projeto elaborado	unidade	8
Sustentabilidade energética	SEDAC	Ações para a implantação da sustentabilidade energética nas instituições vinculadas à Sedac, promovendo a instalação de equipamentos de garantam a utilização de recursos energéticos limpos, adequados às metas globais de redução combustíveis fósseis e dos níveis de carbono, garantindo uma redução no impacto ambiental e uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros do Estado.	40.000	Instituição com sustentabilidade energética implantada	unidade	6



Ação Programática: GARANTIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS E OPORTUNIDADES PARA TODOS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Resultado Esperado: Fortalecimento das relações sociais e exercício pleno da cidadania

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
82.588.868	75.485.870	7.102.998	Percentual da população com deficiência no RS beneficiada com 1ª Via do Passe Livre Intermunicipal	percentual	2,75	4
			Percentual de pessoas com autismo na população de 0 a 8 anos no Rio Grande do Sul cadastrada com CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no RS	percentual	22	40

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aperfeiçoamento do Planejamento em Cidadania e Direitos Humanos - Observatório de Direitos Humanos e Escola de Direitos Humanos	SJCDH	Programa aproximará a prática das políticas públicas de Cidadania e Direitos Humanos ao ambiente escolar e à sociedade em geral, otimizando o trabalho pedagógico e otimizando a transparência, a visibilidade e a eficiência das políticas públicas estaduais da área.	2.400.000	Curso ou oficina, inclusive itinerante, realizado	unidade	1
				Escola de Cidadania e Direitos Humanos implementada	%	100
				Mapa Social disponibilizado	%	100
				Material didático disponibilizado	unidade	4
				Observatório de Direitos Humanos e Escola de Direitos Humanos implementado	unidade	4
				Profissional da rede capacitado	unidade	800
				Aperfeiçoamento dos direitos do consumidor	SJCDH	Aperfeiçoamento da defesa dos direitos do consumidor, combate a violações de Direitos Humanos em relações de consumo, promoção da educação financeira, do consumo sustentável e atendimento a pessoas em situação de superendividamento
Apoio a projetos que visam a redução das desigualdades sociais	CC	Apoio ao órgão principal em enfrentar as desigualdades colaborando com o planejamento, estruturação e execução de projetos.	0	Projeto de redução de desigualdade social apoiado	unidade	24
Apoio às famílias gaúchas	SJCDH	Pelo Centro de Auxílio às Famílias, oferecer serviços interdisciplinares e especializados que possam dar suporte às famílias no fortalecimento de seus vínculos, principalmente na função parental, rupturas familiares, situações de violência, além de oferecer espaços de integração entre os diversos núcleos familiares da comunidade onde estiver situado o Centro; estimular casais na constituição de famílias, oferecendo subsídio financeiro para auxiliar nas despesas rotineiras; oferecer suporte financeiro aos casais que possuem acima de três filhos, buscando assim suprir lacuna importante da sociedade correspondente ao crescente número de famílias que optam em não ter filhos.	2.040.000	Centro multidisciplinar para atendimento da família implementado	unidade	4
				Família apoiada por programa de auxílio financeiro	unidade	140
				Programa de apoio a grandes famílias implantado	%	100
				Programa de desenvolvimento demográfico implementado	%	100
Articulação de Políticas Públicas em Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	FADERS	Enfrentamento à atuação fragmentada e setorializada do Estado na execução de políticas sociais e a suas implicações na exclusão, segregação e isolamento das PcD e PcAH/Sd, mediante atividades coordenadas para a articulação de iniciativas e proposições de políticas públicas de acessibilidade e inclusão nas diferentes esferas e áreas de atuação do Estado.	99.452	Município atingido por evento de articulação	unidade	349
				Plenária do Fórum Estadual Permanente coordenada	unidade	28

Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão	FADERS	Enfrentamento à precariedade dos serviços e redes de atendimento no tocante às especificidades e necessidades das PcD e das PcAH/Sd, através da manutenção e implementação de unidades de atendimento em caráter referencial na FADERS, que também constituam campos de observação e desenvolvimento de metodologias de inclusão e melhoria da qualidade de vida das PcD e PcAH/Sd.	131.011	Atendimento prestado	unidade	14.000
				Cidadão beneficiado por Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)	unidade	14.000
				Cidadão beneficiado por Passe Livre Intermunicipal	unidade	40.000
				Paradesportista acompanhado	unidade	200
Construção de uma Cultura de Acessibilidade	FADERS	Enfrentamento de fragilidades nas políticas de inclusão social, de acessibilidade e universalidade de direitos da Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd), através de ações e projetos coordenados para promoção de valores, princípios e iniciativas capazes de contribuir na geração de uma cultura da paz, livre de preconceitos e estigmas, com igualdade e equiparação de oportunidades e formas de acesso a bens sociais na sociedade gaúcha.	42.351	Campanha de conscientização realizada	unidade	20
				Espaço dotado de acessibilidade	unidade	16
				Evento cultural inclusivo acompanhado	unidade	16
				Semana Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PcD) coordenada	unidade	4
Criação e implementação do Centro de Referência e da Rede Estadual de Direitos Humanos e municipalização de conselhos e centros de referência	SJCDH	Criação e implementação do Centro de Referência e da Rede Estadual de Direitos Humanos e municipalização de conselhos e centros de referência. O CREDH é o Centro de Referência Estadual dos Direitos Humanos, estrategicamente localizado em municípios do RS, para fortalecer a atuação pontual e eficaz da SJCDH, garantindo a prevenção e defesa dos direitos das pessoas no interior do estado.	800.000	Casa dos Conselhos implementada	unidade	1
				Centro cultural de referência mantido e/ou implementado	unidade	1
Fomento à capacitação de grupos vulneráveis para o mercado de trabalho, inclusão produtiva, inovação e empreendedorismo (Empreende RS)	SJCDH	Programa que ofertará a grupos vulneráveis cursos, oficinas e qualificação em economia criativa e empreendedorismo visando à geração de conhecimento, riqueza e autonomia financeira.	8.000.000	Qualificação em empreendedorismo para grupos vulneráveis realizada (Empreende RS)	unidade	24.000
Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	FADERS	Superação de fragilidades nas políticas de inclusão pela produção e difusão de conhecimento científico acerca da atenção às Pessoas com Deficiência (PcD) e às Pessoas com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd), gerando aperfeiçoamento de metodologias de conhecimento, subsídios para a proposição e a execução de políticas públicas, reflexão da práxis, bem como respostas e ações ágeis e significativas contra a violação de direito e ausência de serviços inclusivos.	99.700	Assessoramento prestado	unidade	2.000
				Pesquisa e/ou material informativo publicado	unidade	16
				Pessoa capacitada para atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e à Pessoa com Altas habilidades/Superdotação (PcAH/Sd)	unidade	20.000
Implementação de Programa Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas com vistas à prevenção ao uso indevido e à redução da oferta	SJCDH	O projeto tem como objetivo criar uma política pública articulada no estado sobre a pauta de drogas.	6.000.000	Campanha publicitária, estudo ou material de divulgação disponibilizado	unidade	4
				Programa intersetorial de prevenção, redução da oferta e da demanda de drogas implementado	%	100
				Vaga em comunidade terapêutica disponibilizada	unidade	1.400
Programa de Incentivo à Cidadania e Direitos Humanos	SJCDH	Aprovação de convênio pelo CONFAZ e elaboração de legislação de incentivo à cidadania e aos Direitos Humanos. O RS Humano pretende fomentar iniciativas comprometidas com a promoção da cidadania, da cultura de paz e dos direitos humanos por meio de estímulos tributários.	40.000	Programa de Incentivo à Cidadania e Direitos Humanos para apoiar projetos com ênfase em diversidade, inclusão e cultura de paz implementado	%	100

Promoção da cultura de paz, convívio inter-religioso, vida interior, folclore e cidadania, liderança e participação democrática	SJCDH	Resolução de conflitos em Direitos Humanos e redução da judicialização e impactos sociais.	4.000.000	Associação de Moradores urbanos ou rurais estruturada	unidade	100
				Escola com o Programa Direitos Humanos e Cidadania nas Escolas implementado	unidade	120
				Oficina ou evento sobre promoção da cultura de paz, convívio inter-religioso, vida interior, folclore e cidadania, liderança e participação democrática, e inclusão realizada	unidade	21
				Unidade de Mediação Intercultural na Rede Tudo-Fácil implementada	unidade	32
Promoção da dignidade e acolhimento da população LGBTQIA+	SJCDH	Casa de acolhimento de pessoas travestis e transexuais, destinada a acolher, empoderar e capacitar profissionalmente travestis e transexuais desabrigadas/os – em situação de rua e/ou egressas/os do Sistema Penitenciário gaúcho, socialmente vulneráveis.	5.600.000	Centro de referência (Casulo) criado e implementado	unidade	1
				Vaga de acolhimento disponibilizada	unidade	50
Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência (Rede Lilás)	SJCDH	Diminuição dos índices de violência ocorridas contra as mulheres em ambiente doméstico. Através da ampliação da rede de atendimento das mulheres. Promoção dos direitos das mulheres	8.412.000	Casa da Mulher Brasileira implementada	unidade	2
				Casa da Mulher Gaúcha implementada	unidade	1
				Centro Estadual de Referência da Mulher (CRM Vânia de Araújo) mantido	unidade	1
				Centro Municipal de Referência da Mulher conveniado (Projeto Rede de Proteção - AVANÇAR RS)	unidade	130
				Oficina realizada	unidade	48
				Vaga para acolhimento adquirida	unidade	4.800
Promoção da inclusão de pessoas com deficiência	SJCDH	Promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Investimento em projetos que tenham por objeto a promoção de acessibilidade arquitetônica e comunicacional a serem executados por municípios e organizações da sociedade civil.	15.642.998	Acessibilidade em espaços públicos urbanos e rurais, bem como em comunidades indígenas e quilombolas implementada	unidade	240
				Bolsa de incentivo para atletas paraolímpicos concedida	unidade	200
				Centro de desenvolvimento de tecnologia assistiva implementado	unidade	1
				Centro de treinamento de paradesporto e do time gaúcho paralímpico criado	%	100
				Programa de apoio ao atendimento de pessoas com deficiência e de pessoas com altas habilidades e à inclusão de pessoas com deficiência grave por meio da neuro-reabilitação implementado	%	100
Promoção do acesso à água, energia elétrica, internet e moradia digna a povos e comunidades tradicionais, grupos vulneráveis e juventude rural	SJCDH	Promoção do acesso à água (fornecimento, abastecimento e armazenamento), energia elétrica, internet e moradia digna a povos e comunidades tradicionais, grupos vulneráveis e juventude rural.	8.000.000	Convênio firmado	unidade	240
				Programa de acesso à água criado e implementado	%	100
Promoção dos direitos e combate à violência contra a pessoa idosa	SJCDH	O programa promoverá a dignidade da pessoa idosa em várias dimensões fortalecendo protocolos, entidades e ações e qualificando serviços. Fomento a projetos de cunho cultural, esportivo, e lúdico, voltados ao combate a violência contra a pessoa idosa.	1.200.000	Programa de apoio implementado	%	100

Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos para criança, adolescente e jovem	SJCDH	Fomento a iniciativas da sociedade civil que promovam o bem estar familiar, a parentalidade responsável sobretudo os cuidados com crianças, adolescentes e jovens.	40.000	Programa de conscientização e fortalecimento de vínculos familiares, parentalidade responsável, segurança e cuidados com a crianças, adolescentes e jovens implementado	unidade	1
Promoção econômica e capacitação de grupos vulneráveis	SJCDH	Promoção econômica e capacitação de grupos vulneráveis.	40.000	Oficina de capacitação para o mercado de trabalho para grupos vulneráveis realizada	unidade	160
Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	SJCDH	Cria um sistema de proteção à vida, que inclui todos os programas de proteção já existentes, e cria um núcleo de acolhimento provisório por meio de compra de vagas para vítimas e testemunhas que necessitem de proteção	8.000.000	Centro de Referência em Direitos Humanos para Migrantes e pessoas desaparecidas implantado	%	100
				Criança e adolescente protegido - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	unidade	320
				Observatório para erradicação do trabalho análogo à escravidão e para políticas migratórias implementado	%	100
				Programa de atenção às vítimas de trabalho análogo à escravidão implementado	%	100
				Programa de migração estratégica para o desenvolvimento econômico e demográfico implementado	%	100
				Sistema de Proteção à vida (Sisprovida) implementado	unidade	1
Testemunha ameaçada protegida (PROTEGE)	unidade	352				
Qualificação de grupos vulneráveis (Acesso RS)	SJCDH	Acesso RS é promover a inclusão digital democrática , capacitando parcelas da população desassistidas de infraestrutura e conhecimento sobre a cultura digital. Por meio de formação e acesso a oportunidades de trabalho qualificado na área de tecnologia, o programa visa preencher a lacuna entre a demanda de profissionais de serviços básicos ou intermediários em tecnologia e a limitação das pessoas em situação de vulnerabilidade. Com isso, espera-se gerar uma forte potencial de geração futura de emprego e renda, além de aumentar a diversidade e a representatividade de raça e gênero no mercado de tecnologia brasileiro. Em suma, visa ao letramento digital e à qualificação para a introdução às carreiras de Tecnologia da Informação, programação de sistemas e outras profissões do futuro.	8.000.000	Vaga ofertada em formação tecnológica , programação e profissões do futuro	unidade	56.000
Reconhecimento da memória e diversidade cultural do RS como Direito Humano	SJCDH	Reconhecimento da memória e diversidade cultural do RS como Direito Humano. O projeto tem como intuito planejar e implementar políticas públicas de preservação e resgate da memória tendo em vista sua relevância para a reflexão sobre a promoção contemporânea da cidadania e dos direitos humanos.	3.951.356	Projeto de salvaguarda do Patrimônio Histórico realizado	unidade	8
				Convênio firmado (município beneficiado para preservação da memória cidadania e direitos humanos, revitalização e guarda de acervos relevantes para a cidadania e os Direitos Humanos)	unidade	36
				Entidade apoiada	unidade	32
				Obra publicada	unidade	50
				Site de vendas de produtos licenciados e oficiais do Estado do RS que resgatam a memória e pluralidade do povo gaúcho (RS Shop) criado	unidade	3



Ação Programática: COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Resultado Esperado: Mitigação do racismo e redução das desigualdades étnico-raciais no RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
10.840.000	10.800.000	40.000	Notificações de violência contra indígenas	Unidade	358	179
			Notificações de violência contra pessoas negras	Unidade	4.759	2.380
			Número de comunidades quilombolas certificadas na Fundação Cultural Palmares	Unidade	137	200
			Número de terras indígenas em procedimento demarcatório no RS	Unidade	46	91

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio a ações reparatórias e combate ao racismo estrutural	SDR	Apoio a medidas compensatórias interdisciplinares junto a demais secretarias.	40.000	Medida compensatória apoiada	unidade	2
Apoio a projetos de promoção da equidade em espaços de poder	CC	Apoio ao órgão principal em enfrentar as desigualdades colaborando com o planejamento, estruturação e execução de campanhas e eventos.	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	2
				Projeto ou campanha apoiada em pról da ocupação de espaço de poder por pessoa negra e indígena	unidade	8
Articulação e fomento da Política de Enfrentamento ao Racismo no âmbito do sistema prisional	SSPS	A articulação e fomento da política de enfrentamento ao racismo no âmbito do sistema prisional para garantir a proteção e o respeito aos direitos humanos dos detentos. Implementação de um Plano de ação de Enfrentamento ao Racismo Prisional. Publicação de uma Instrução normativa.	0	Instrução normativa publicada	unidade	1
				Plano de ação de Enfrentamento ao Racismo Prisional implementado	unidade	1
Combate ao racismo estrutural no RS	SJCDH	Combate ao racismo estrutural no Rio Grande do Sul a partir de duas frentes: (1) Criação do Observatório da Igualdade Étnico-Racial – instância permanente de gestão e divulgação de dados, que subsidiará o Estado do RS na elaboração e no monitoramento de políticas públicas e permitirá mapear lacunas e desafios para garantia de direitos a grupos populacionais específicos. Para isso, serão elaborados instrumentos que permitam realizar diagnósticos efetivos e realizadas capacitações dos servidores. (2) Ações de conscientização da população gaúcha para o enfrentamento do racismo estrutural e valorização da autoidentificação étnico-racial – serão realizados de fóruns de discussão e campanhas de conscientização da população e também dos gestores públicos para que estes levem em conta as diferenças étnico-raciais da população nos seus programas.	3.200.000	Campanha contra o racismo estrutural realizada	unidade	4
				Capacitação realizada	unidade	3
				Cartilha informativa e conteúdo digital sobre direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais produzida e difundida	unidade	6
				Diagnóstico do perfil étnico-racial dos servidores e colaboradores do Estado do RS elaborado e divulgado	unidade	1
				Fórum de discussão sobre a construção e inclusão de identificadores como raça-cor e religião em políticas pública realizado	unidade	2
				Normativa estadual elaborada	unidade	1
				Observatório da Igualdade Étnico-Racial implantado	%	100
Proposta para fortalecimento da política de ações afirmativas no âmbito da administração pública estadual elaborada e implementada	%	100				

Desenvolvimento de estudo para implementação de cotas sociais e étnico-raciais no processo seletivo da Fundação Liberato	FETLSVC	A iniciativa visa contribuir com a diminuição da desigualdade no acesso de todos a educação, assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade.	0	Proposta de processo para implementação de cotas sociais e étnico-raciais na Fundação Liberato apresentado para a comunidade escolar	%	100
Fomento cultural e apoio às organizações da sociedade civil	SJCDH	Apoio às organizações da sociedade civil e agentes culturais; fomento à construção e manutenção de centros culturais e projetos de cunho cultural, esportivo e lúdico voltados ao combate à desigualdade étnico-racial e à valorização da memória, dos saberes e fazeres tradicionais e ao desenvolvimento sustentável e autodeterminado de Povos e Comunidades Tradicionais.	2.360.000	Centro cultural de referência mantido e/ou implementado	unidade	4
				Projeto de capoeira e hip-hop realizado	unidade	4
				Projeto de promoção da cultura afrobrasileira e indígena realizado	unidade	4
Orientação da assistência alimentar a povos tradicionais	SAS	Elaboração de protocolo para prestação de assistência alimentar a povos e comunidades tradicionais.	0	Protocolo de prestação de assistência alimentar elaborado	unidade	2
Promoção da cidadania e fortalecimento das políticas e ações voltadas para a população negra e povos e comunidades tradicionais	SJCDH	Reestruturação dos conselhos estaduais vinculados à promoção da igualdade racial e realização das conferências estaduais. Criação de fundos e planos estaduais. Promoção da adesão de municípios ao SINAPIR. Fomento à atuação e participação (deslocamento, hospedagem e alimentação) dos povos e comunidades tradicionais em Conselhos e Comissões Estaduais, audiências públicas, reuniões comunitárias, oficinas e outras instâncias de participação popular consideradas estratégicas. Proposta para regulamentação da obrigação dos órgãos estaduais a realizarem consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais.	2.360.000	Município com adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) promovida	unidade	200
				Comitê gestor do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) criado	unidade	1
				Conferência e/ou Fórum Realizado	unidade	10
				Conselho reestruturado	unidade	4
				Evento de capacitação de conselheiros realizado	unidade	2
				Fundo de Apoio aos Povos Indígenas criado e fortalecido	unidade	1
				Fundo de Políticas Reparatórias criado e fortalecido	unidade	1
				Participação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) em Conselhos e Comissões Estaduais e outras instâncias estratégicas de participação popular fomentada	%	100
				Plano Estadual de Igualdade Racial elaborado, validado e implementado	%	100
				Plano Estadual dos Povos Indígenas elaborado, validado e implementado	%	100
Promoção das condições para elaboração de Protocolos de Consulta comunitários	SJCDH	Apoio técnico e realização de fóruns e oficinas para promover a construção comunitária dos protocolos de consulta, com vistas à melhoria das condições de garantia e exigibilidade dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.	560.000	Assistência técnica aos povos e comunidades tradicionais prestada	unidade	20
				Fórum ou Oficina realizado	unidade	16
Promoção de ações habitacionais à população indígena e quilombola	SEHAB	Contratação de novos empreendimentos, diretamente ou em parcerias, para povos e comunidades tradicionais de baixa renda nas regiões do Estado.	100.000	Levantamento/diagnóstico das necessidades habitacionais de Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas e quilombolas) realizado	unidade	2
				Unidade habitacional concluída	unidade	10
				Unidade habitacional contratada/conveniada	unidade	10

Realização de diagnóstico socioantropológico e apoio técnico para elaboração de laudos antropológicos	SJCDH	Realizar diagnóstico socioantropológico das comunidades indígenas e quilombolas do RS e prestar apoio técnico para a elaboração de laudos antropológicos.	40.000	Apoio técnico para elaboração de laudos prestado	unidade	8
				Relatório técnico concluído	unidade	4
				Visita técnica realizada	unidade	80
Regularização Fundiária à população indígena e quilombola	SEHAB	Ações de assistência social para a identificação e levantamento cadastral da população indígena e quilombola residente no Estado. Elaboração de estudos e projetos urbanísticos e de engenharia sanitária.	100.000	Área delimitada/demarcada para Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas e quilombolas)	unidade	2
Valorização da biodiversidade e fortalecimento da sustentabilidade e bem viver nos territórios tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas	SEMA	Fomentar ações que promovam conservação, restauração, uso sustentável e segurança alimentar e nutricional nos territórios indígenas e de comunidades tradicionais, fortalecendo o bem viver, respeitando sua autonomia sociocultural e somando esforços na implementação de ações reparatórias e de políticas públicas promovidas pelo Estado do RS voltadas para o combate ao racismo estrutural.	2.000.000	Programa de fortalecimento da sustentabilidade nos territórios tradicionais e indígenas implantado	unidade	1
Visibilização da cultura e memória dos quilombolas e indígenas no RS	SDR	Ação de apoio a iniciativas de resgate do patrimônio cultural de povos e comunidades tradicionais combatendo o racismo estrutural.	80.000	Patrimônio cultural levantado	unidade	3

Programa: SAÚDE E BEM-ESTAR **Temático**

Objetivo Temático: Qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde mental eficazes e de qualidade, bem como fortalecer a promoção e a prevenção à saúde, provocando redução da incidência e da morbimortalidade de doenças infectocontagiosas, além de ainda intervir sobre causas evitáveis e externas.

Contextualização: O Programa Temático Saúde e Bem-Estar agrega as principais ações do Governo do Estado voltadas para a melhoria das condições de saúde dos gaúchos. Entre os macroproblemas a serem enfrentados para a garantia do cuidado à saúde da população, destaca-se o fortalecimento do acesso aos serviços de saúde, a promoção e a prevenção à saúde têm se destacado como uma das preocupações dos gestores. Diversos indicadores refletem tais preocupações. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, vinha apresentando queda na última década, mas teve aumento em 2021 e 2022, chegando a 10,48 por 1.000 nascidos vivos. Em relação à taxa de mortalidade prematura (30-69 anos) por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, que se intensifica por fatores como envelhecimento da população, estresse, sedentarismo e tabagismo, observa-se uma tendência de crescimento desde 2021, quando passou de 345,14 para 359,83, alcançando o patamar de 376,64 por 100.000 habitantes em 2022. As internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB), por outro lado, refletem um conjunto de problemas de saúde para os quais o acesso aos serviços de Atenção Básica (AB) e ações efetivas poderiam ter reduzido a ocorrência de internações. Desde 2011 esse indicador, utilizado para avaliação da qualidade e do acesso nesse nível de atenção à saúde, vinha decrescendo gradativamente, passando de 28,72% em 2011 para 18,57% em 2021. Em 2022, entretanto, o indicador aumentou, chegando a 24,07%. Buscando melhorar essa situação, o Programa tem como objetivo qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde mental eficazes e de qualidade, bem como fortalecer a promoção e a prevenção à saúde, provocando redução da incidência e morbimortalidade de doenças infectocontagiosas, além de intervir sobre causas evitáveis e externas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
23.742.094.332	23.131.292.650	610.801.682	Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica	%	24,07	Negativa
			Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	%	94,73	Positiva
			Taxa de mortalidade infantil	por 1.000 nascidos vivos	10,46	Negativa
			Taxa de mortalidade prematura (30-69 anos) por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas	por 100 mil habitantes	376,64	Negativa



Ação Programática: CUIDADO EM SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Fortalecimento do cuidado em saúde mental e emocional.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
618.615.682	615.376.000	3.239.682	Índice de internações por Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC)	por cem mil	292,5	236,86

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fomento a promoção da saúde socioemocional da criança, adolescente e juventude	SJCDH	Iniciativa voltada para a promoção da saúde socioemocional de crianças, adolescentes e juventude, visando a realização de campanhas de conscientização e prevenção, atendimento socioemocional e vocacional, prevenção ao bullying, capacitação das equipes técnicas que lidam com crianças, adolescentes e juventudes, e realização do fórum de saúde socioemocional da criança, adolescente e juventude	80.000	Fórum de saúde socioemocional da criança, adolescente e juventude realizado	unidade	4
				Profissional de equipe técnica de atenção à saúde socioemocional capacitado para atendimento de crianças, adolescentes e juventude	unidade	60
				Programa de atendimento socioemocional e direcionamento vocacional, via telemedicina, implementado	unidade	1
				Programa de combate ao bullying implementado	unidade	1
				Programa de conscientização e promoção da dignidade e da saúde socioemocional implementado	unidade	1
Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental	SES	Ampliar e qualificar o acesso, a oferta de serviços e os dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial, por meio do planejamento, elaboração e execução das ações junto aos municípios, incluindo capacitações e eventos com foco na redução da violência e dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, na prevenção do suicídio e na promoção da vida e da saúde mental.	618.535.682	Rede de Atenção Psicossocial cofinanciada	unidade	413
				Rede de Atenção Psicossocial Escola financiada	unidade	7



Ação Programática: FORTALECIMENTO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Qualificação do acesso às ações e serviços de saúde para as pessoas no território gaúcho

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
22.622.699.650	22.052.359.650	570.340.000	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família	percentual	77,4	80
			Cobertura de estoque de tratamentos medicamentosos e nutricionais de responsabilidade estadual	percentual	96,2	99,5
			Quantitativo de cirurgia eletiva de média complexidade realizado nos hospitais RS	unidade	66.247	217.000
			Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 e população da mesma faixa etária	percentual	0,3	0,35
			Razão de mortalidade materna	por cem mil	38,66	36

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	SES	O fortalecimento da Assistência Farmacêutica será realizado por meio de um conjunto de ações e iniciativas que visam fortalecer o papel no Estado no apoio técnico e no cofinanciamento das ações e serviços da Assistência Farmacêutica em nível ambulatorial aos Municípios, considerando as responsabilidades desse ente federativo. Desta forma, serão realizadas ações como: a publicação da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais; o cofinanciamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; a disponibilização à população de medicamentos dos componentes Especializado e Especial; a expansão da Farmácia Digital RS; e, a qualificação da Rede da Farmácia Cuidar+.	4.393.450.030	Componente Básico da Assistência Farmacêutica cofinanciado	unidade	497
				Farmácia Digital RS expandida	%	100
				Medicamento Especializado e Especial disponibilizado à população	%	98,5
				Rede da Farmácia Cuidar+ qualificada	%	100
				Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (REME) publicada	unidade	1
Fortalecimento da Política Estadual de Educação em Saúde Coletiva	SES	Implementar estratégias de articulação e gestão dos processos de educação em Saúde Coletiva e fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, com olhar para as necessidades regionais, desde a perspectiva dos gestores, trabalhadores e Controle Social.	72.312.000	Bolsa de residência em saúde disponibilizada	unidade	189
				Educação permanente em saúde realizada nas macrorregiões de saúde	unidade	2.300
				Formação em gestão hospitalar realizada	unidade	160
				Profissional com qualificação em saúde concluída	unidade	13.400
Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	SES	Busca realizar a modernização da gestão e da assistência em saúde, através da implantação de Sistema de Regulação integrado aos sistemas hospitalares e pré-hospitalares e do fortalecimento de programa de telemedicina e teleconsultoria em saúde.	926.331.000	Programa de telemedicina e teleconsultoria implantado	unidade	5
				Sistema de regulação integrado aos sistemas hospitalares e pré-hospitalares	%	50
Realização de obras de reforma e construção em prédios da Saúde	SOP	Realização de obras de acordo com plano anual estabelecido.	0	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
				Projeto elaborado	%	80

Regionalização e organização das redes	SES	Constituir as Redes de Atenção à Saúde, por meio da identificação dos pontos de atenção com as condições técnicas necessárias de credenciamento e/ou habilitação, devidamente contratualizados e cofinanciados com as respectivas referências, submetidas às instâncias de pactuação, com ações e serviços de saúde reguladas pelos gestores do SUS. As Redes de Atenção à Saúde consideram como ponto de atenção, também, os consórcios, unidades próprias, Hospitais de Pequeno Porte e serviços públicos municipais. Quanto à contratualização e ao monitoramento das ações e serviços prestados, é necessário fortalecer os processos de controle e avaliação, sob o viés da equidade e da regionalização da saúde.	15.655.955.620	Apoio à doação de sangue estimulado	unidade	32
				Hemocentro do RS com estrutura laboratorial ampliada	unidade	45
				Hospital Regional de Santa Maria habilitado em alta complexidade	unidade	3
				Política de Promoção da Equidade em Saúde implementada	unidade	7
				Programa Assistir revisado	unidade	2
				Programa de Cirurgia Eletiva de Média e Alta Complexidade realizado	unidade	3
				Programa de Qualificação da Transfusão implementado	unidade	32
				Programa Estadual de Cuidado das Pessoas com Deficiência criado	%	100
				Programa Estadual de Cuidados Paliativos criado	%	100
				Programa Estadual de Integração dos Consórcios de Serviços de Saúde criado	%	100
				Programa Estadual de Ostomia implantado	%	100
				Programa TEAcolhe fortalecido	unidade	30
				Rede hospitalar com investimento do Programa Avançar executado	%	100
				Serviço Ambulatorial de Gestão Estadual contratualizado	%	100
				Serviço Especializado de Saúde Bucal incentivado	unidade	220
				Serviço Hospitalar de Gestão Estadual contratualizado	%	100
				Serviço regionalizado de atenção à saúde da mulher implantado	unidade	7
				Transição do Programa Assistir concluído	%	100
				Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Primária à Saúde (APS), priorizando o cofinanciamento estadual e o fortalecimento do acesso e da resolutividade, para efetivar a ordenação do cuidado da população no território gaúcho.
Rede Bem Cuidar implementada	unidade	497				
Unidade Básica de Saúde (UBS) Rede Bem Cuidar com estrutura qualificada	unidade	200				



Ação Programática: MELHORIA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Fortalecimento das ações de promoção e prevenção à saúde

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
199.221.000	178.032.000	21.189.000	Cobertura vacinal de tríplice viral, primeira dose, em crianças de 1 ano de idade	%	88,18	95
			Percentual de imagens mamográficas com visualização de estruturas de simulador de mama em conformidade com a regulamentação vigente	%	87	95
			Percentual de municípios cumprindo 90% do Plano de Amostragem da Vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	68	80
			Percentual de óbitos relacionados ao trabalho investigados	%	77,29	90

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Vigilância em Saúde	SES	Planejar, executar, coordenar e monitorar as ações de vigilância em saúde no âmbito estadual, transversais na determinação do processo saúde-doença, por meio da articulação dos processos e práticas relacionadas à vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância sanitária, apoio diagnóstico e terapêutico a situações de intoxicações exógenas e acidentes por animais peçonhentos, alinhados com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, com o objetivo de fortalecer a prevenção e promoção em saúde.	194.321.000	Programa Estadual de Imunizações executado	%	100
				Vigilância em Saúde qualificada	unidade	28.000
				Vigilância Sanitária qualificada	unidade	66
Alimentação saudável: valorização do arroz	IRGA	Sensibilizar e orientar a população sobre hábitos alimentares mais saudáveis, relacionados ao cereal arroz.	4.900.000	Ação de conscientização e promoção do consumo realizada	unidade	300.000

 **Ação Programática: REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITÁVEIS E EXTERNAS**

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Redução da morbimortalidade por causas evitáveis e externas

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
112.000.000	110.800.000	1.200.000	Taxa de mortalidade no trânsito	por 100 mil habitantes	14,8	10,1

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Educação para o trânsito na rede escolar e no sistema estadual de trânsito	DETRAN	Redução da morbimortalidade por causas evitáveis e externas através da implementação da educação para o trânsito na rede escolar e no Sistema Estadual de Trânsito. Essa iniciativa está inserida no programa temático de Saúde e Bem-Estar e visa enfrentar o macroproblema da morbimortalidade por causas evitáveis e externas no Rio Grande do Sul.	32.000.000	Profissional capacitado para atuar com o tema trânsito	unidade	4.800
Incentivo à implantação dos Centros de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	SES	Qualificar o cuidado em saúde e proteção contra atos de violência a crianças e adolescentes, através dos Centros de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAIs), que abrigam programas e serviços que proporcionam atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e têm como objetivos evitar a revitimização, a exposição e o desgaste físico e emocional gerados pela circulação das vítimas entre os diferentes órgãos de atendimento.	0	Centro de Atendimento Integrado (CRAI) para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência implantado	unidade	4
Publicidade educativa de trânsito	DETRAN	Criar campanhas que trabalhem a noção de empatia no contexto do trânsito, dentro de uma perspectiva em que condutores, pedestres, motociclistas, e outros partícipes reconheçam-se como iguais, todos com direitos e obrigações para que o trânsito seja um ambiente mais seguro.	80.000.000	Campanha produzida orientada à prevenção da acidentalidade	unidade	12

 **Ação Programática: REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA E MORBIMORTALIDADE DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS**

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Redução da incidência e morbimortalidade de doenças infectocontagiosas

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
189.558.000	174.725.000	14.833.000	Coefficiente bruto de mortalidade por Aids	por cem mil	10,02	8,31
			Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	Unidade	1.937	1.417
			Número de genomas de patógenos de interesse em saúde pública sequenciados	Unidade/Ano	800	1.200
			Percentual de amostras suspeitas de tuberculose e micobacteriose analisadas pela técnica de biologia molecular	%	0	100
			Percentual de contatos de casos novos de tuberculose com confirmação laboratorial avaliados	%	48	70

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Redução das doenças infectocontagiosas	SES	Reduzir as doenças infectocontagiosas, por meio da implementação de ações de saúde, com foco na mitigação de Doenças Transmissíveis (hepatites, tuberculose, HIV/Aids, Sífilis, entre outras), Emergentes e Reemergentes, desde a perspectiva de Saúde Única; executar, fortalecer e ampliar a vigilância laboratorial, na perspectiva da Saúde Única. O objetivo é propiciar o conhecimento, a investigação diagnóstica e o tratamento oportuno, permitindo a qualificação da capacidade de resposta do sistema de saúde no enfrentamento aos desafios de saúde como às emergências em saúde pública e as doenças infectocontagiosas.	189.558.000	Centro estadual integrado de cuidado, prevenção e vigilância de doenças transmissíveis, emergentes e reemergentes implementado	%	100
				Diagnóstico laboratorial ampliado com enfoque na saúde única	unidade	20
				Programa de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/AIDS implementado – RS Seguro	unidade	43
				Serviço especializado no cuidado em IST/HIV/aids cofinanciado	unidade	50

EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVADOR



Programa: AGROPECUÁRIA PUJANTE E SUSTENTÁVEL **Temático**

Objetivo Temático: Impulsionar a produtividade agropecuária de forma ambiental e socialmente sustentável e atenuar os efeitos da estiagem sobre o campo, investindo em inovação tecnológica, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural.

Contextualização: O Programa Agropecuária Pujante e Sustentável aborda as temáticas diretamente ligadas ao setor primário gaúcho. A agropecuária ocupa importância central na estrutura socioeconômica do Rio Grande do Sul. Em 2022, o Estado fechou o ano com mais de 360 mil empregos formais celetistas no agronegócio. Além disso, o valor exportado pelo agronegócio superou a marca de US\$ 16,1 bilhões. Dada esta relevância, este programa objetiva "impulsionar a produtividade agropecuária de forma ambiental e socialmente sustentável e atenuar os efeitos da estiagem sobre o campo, investindo em inovação tecnológica, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural". Para tal, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul se compromete a mitigar os efeitos da estiagem sobre os municípios do Estado, considerando que, nos últimos anos, o Rio Grande do Sul sofreu com eventos de estiagem recorrentes, com impactos diretos sobre a capacidade de produção e agravamento da insegurança hídrica e alimentar. Além disso, o Estado apresenta ações voltadas a aumentar a competitividade das cadeias produtivas agropecuárias, melhorar as condições materiais de vida no campo para assegurar a sucessão familiar no meio rural e garantir o atendimento de compromissos ambientais, sociais e sanitários dos produtos locais através de ações de sanidade animal e vegetal.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
1.480.228.429	1.217.917.507	262.310.922	Número de pessoas ocupadas no agronegócio gaúcho	unidade	362.752,00	Positiva
			Valor total das exportações do agronegócio gaúcho (US\$)	US\$ FOB	6.168.969.123,00	Positiva



Ação Programática: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DIVERSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS, GERAÇÃO DE RENDA E SUCESSÃO FAMILIAR NO CAMPO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Resultado Esperado: Espera-se criar incentivos à sucessão familiar rural, através do aumento da produtividade e renda em bases sustentáveis, com uma infraestrutura compatível para o desenvolvimento sustentável, e incentivo às atividades produtivas e à diversificação produtiva no campo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
587.197.000	537.337.000	49.860.000	Percentual de famílias de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais atendidos com assistência técnica e extensão rural e social (ATERS)	Percentual	60	60

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio ao cooperativismo	SDR	Ações para aquisição de alimentos, incentivo às lideranças femininas e jovens e financiamento de projetos para infraestrutura das cooperativas.	4.700.000	Projeto de acesso a crédito apoiado	unidade	40
				Projeto para incentivo a lideranças femininas e jovens apoiado	unidade	8

Capacitação, assistência técnica e extensão rural	SDR	Prestar capacitação, assistência técnica e extensão rural ao público atendido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.	505.200.000	Agricultor familiar capacitado	unidade	6.000
				Agroindústria capacitada	unidade	900
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de base ecológica realizada	unidade	5.000
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em reservação de água e irrigação realizada	unidade	900
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares realizada	unidade	170.000
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores urbanos em segurança e soberania alimentar, olericultura e acesso às políticas públicas, diretos sociais e socioassistenciais realizada	unidade	1.200
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agroindústrias familiares do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e potenciais realizada	unidade	1.200
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para aquíicultura realizada	unidade	2.500
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas e pescadores realizada	unidade	17.000
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para beneficiários de feiras apoiadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural realizada	unidade	2.400
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para desenvolvimento sustentável, conservação de solo e baixo carbono realizada	unidade	10.000
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para jovens agricultores familiares e pecuaristas familiares realizada	unidade	1.500
				Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produtores de leite e pecuaristas familiares realizada	unidade	3.300
				Cooperativa atendida	unidade	120
				Etapa de melhoria do fluxo do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) implementada	unidade	3
Jovem agricultor familiar e pecuarista familiar capacitado	unidade	300				
Produtor de leite e pecuarista familiar capacitado	unidade	80				
Desenvolvimento da prestação de serviços rurais	SDR	Apoiar a capacitação para residentes no meio rural, que atuam prestando serviços relacionados a produção primária, de forma a garantir oportunidades e geração de renda.	80.000	Beneficiário capacitado	unidade	100

Desenvolvimento rural e apoio à permanência do jovem no campo	SDR	Reduzir as taxas de evasão e aumentar as taxas de conclusão do ensino médio, bem como despertar e valorizar o protagonismo do jovem nas atividades produtivas, propiciando os meios para garantir maior geração de renda, em especial para o jovem e suas comunidades, bem como a permanência destes no campo.	2.967.000	Bolsa Juventude Rural concedida	unidade	988
				Projeto produtivo apoiado	unidade	40
				Unidade de produção familiar/comunidade com projeto produtivo apoiado	unidade	40
Educação e profissionalização do jovem para o desenvolvimento rural	SDR	Fortalecer a formação diferenciada de jovens rurais, contribuindo numa maior inserção social deste, visando ao desenvolvimento rural sustentável e estimulando à permanência do jovem no campo.	2.055.000	Escola apoiada	unidade	16
Equalização de juros - Plano Safra Estadual	SDR	Subsidiar a taxa de juros de financiamentos (equalização sobre o Plano Safra Federal) para fomento às atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado.	80.000	Contrato de crédito subsidiado	unidade	4
Fomento à aquicultura sustentável	SDR	Conjunto de ações que proporcionem o desenvolvimento da aquicultura sustentável, gerando renda ao produtor e alimento saudável para o consumidor.	3.045.000	Ação de comercialização realizada	unidade	8
				Projeto apoiado	unidade	126
Fomento à produção e aquisição de alimentos	SDR	Promover a diversidade de produção de alimentos da agricultura familiar e aquisição de alimentos de qualidade, garantindo a segurança alimentar.	40.000	Produtor rural beneficiado	unidade	4
Fomento ao acesso a sementes e insumos - Troca-Troca de Sementes	SDR	Fomentar o cultivo de milho e sorgo no Estado por meio da disponibilização de sementes de milho (híbridos convencionais e transgênicos) e sorgo destinadas à produção de grãos e/ou silagem para agricultores familiares.	8.580.000	Saca de semente subsidiada	unidade	140.000
Fomento ao artesanato tradicional	SDR	Ação de apoio a iniciativas de artesanato tradicional, visando a geração de renda para povos e comunidades tradicionais.	1.400.000	Ação de comercialização realizada	unidade	20
				Beneficiário apoiado	unidade	240
Fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar	SDR	Promover ações de fomento a agricultores familiares por meio de projetos apoiados visando o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado.	6.400.000	Unidade de produção familiar com projeto produtivo apoiado	unidade	427
Fomento ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária familiar	SDR	Promover ações de fomento junto à agricultores familiares produtores de leite, por meio de financiamento para aquisição de sementes forrageiras, estruturação da propriedade e manejo do rebanho, com objetivo de melhoria da produção, produtividade e renda.	6.000.000	Projeto produtivo da pecuária familiar apoiado	unidade	20
				Projeto produtivo do leite apoiado	unidade	80
Fomento ao desenvolvimento rural sustentável	SDR	Financiamento de projetos, capacitações e eventos que envolvam as tecnologias para o desenvolvimento sustentável.	4.080.000	Ação de fomento ao desenvolvimento sustentável realizada	unidade	40
				Projeto apoiado	unidade	100
Fortalecimento das agroindústrias familiares	SDR	Promover ações de fomento junto às agroindústrias, por meio de financiamento para aquisição de equipamentos, insumos, ampliações e reformas, objetivando sua inclusão no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) com consequente melhoria da produção, produtividade e renda.	26.400.000	Agroindústria incluída no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	unidade	540
				Feira apoiada para comercialização de produtos das agroindústrias familiares	unidade	130
				Projeto apoiado	unidade	1.040
Infraestrutura para pequenas propriedades rurais	SDR	Melhoria da infraestrutura das propriedades, por meio da distribuição, reservação, irrigação e equipamentos.	16.170.000	Projeto de infraestrutura apoiado	unidade	80
				Projeto de reservação de água apoiado	unidade	120



Ação Programática: SUPERA ESTIAGEM

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Resultado Esperado: Mitigação dos efeitos da estiagem sobre os municípios do RS, com ampliação do acesso à água, melhoria na infraestrutura do campo e melhoria no manejo dos recursos disponíveis.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
133.598.528	120.646.342	12.952.186	Área irrigada	Hectares	246.598	333.000
			Número de municípios atendidos com qualificação de infraestrutura rural	Unidade	Não apurado	497

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio à infraestrutura hídrica em comunidades urbanas e pequenas comunidades	SEHAB	"Nenhuma Casa Sem Água" - Perfuração de poços tubulares profundos e implantação de redes de distribuição de água.	6.339.449	Família beneficiada por rede de água	unidade	4.000
				Poço produtivo instalado	unidade	92
Acompanhamento agrometeorológico da metade sul do RS	IRGA	Auxílio na tomada de decisão para diminuição de riscos, através do acompanhamento agrometeorológico, visando manutenção e aumento da produtividade.	4.765.497	Previsão meteorológica e mapa meteorológico elaborado	unidade	768
Apoio à infraestrutura hídrica rural	SEAPI	Promover a implantação, a ampliação e a adequação de sistemas de irrigação, bem como fomentar a construção, a ampliação e a adequação de sistemas de captação, reservatórios de água e cisternas.	40.000	Açude implantado ou ampliado	unidade	4.200
				Área irrigada por projetos subvencionados	ha	100.000
				Cisterna construída	unidade	2.150
				Poço tubular construído	unidade	800
				Rede hídrica implantada	unidade	750
Apoio à manutenção das estradas vicinais	SEHAB	Melhorar a situação das estradas vicinais, que na maioria dos Municípios tratam-se de suas principais vias, garantindo regularidade no transporte escolar qualidade e tempo para o escoamento da produção agropecuária, além da segurança no trânsito tanto para veículos como para transeuntes.	200.000	Via vicinal recuperada para pequenas comunidades	km	2.000
				Via vicinal recuperada para reassentamentos	km	30
Construção da barragem Jaguari	SOP	Construção do reservatório da barragem de Jaguari.	80.000	Reservatório de água concluído	%	100
Construção da barragem Taquarembó	SOP	Construção do reservatório da barragem Taquarembó.	80.000	Reservatório de água concluído	%	100
Construção de novos equipamentos de irrigação	SOP	Canal de distribuição de água concluído para as barragens Taquarembó e Jaguari.	80.000	Canal de distribuição de água construído - Barragem Jaguari	%	100
				Canal de distribuição de água construído - Barragem Taquarembó	%	100
				Pessoa atendida pelo equipamento - Barragem Jaguari	unidade	37.000
				Pessoa atendida pelo equipamento - Barragem Taquarembó	unidade	39.000
Descarbonização da agropecuária gaúcha	SEAPI	Comprovar cientificamente que sistemas produtivos agropecuários bem manejados podem ter fluxo de carbono neutro ou negativo, através de aquisição de equipamentos, desenvolvimento de pesquisas, capacitações, orientações e ações voltadas aos produtores.	60.000	Propriedade amostrada	unidade	48
				Propriedade avaliada	unidade	864

Estudo de viabilidade e projeto de captação de águas e canais irrigantes	SEAPI	Visa promover a segurança hídrica, otimizando o uso de água e garantindo o abastecimento para diversos setores, por meio de estudos de viabilidade e projetos adequados. Busca-se identificar fontes de água viáveis, analisar a disponibilidade hídrica e elaborar estratégias para o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos, contribuindo para a gestão integrada dos recursos hídricos e a preservação do meio ambiente.	38.941.158	Estudo/projeto elaborado	%	100
Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	SEMA	Continuidade e aprimoramento da emissão das outorgas de uso da água e da fiscalização de usuários de recursos hídricos através da melhoria de procedimentos, normativos e ferramentas.	10.000.000	Bacia Especial ou Região de conflito regularizada no SIOUT/RS	unidade	3
				Força-tarefa da outorga realizada	unidade	4
				Mapa hidrogeológico do Estado atualizado	unidade	1
				Minuta de decreto para adequação da regulamentação estadual quanto a segurança de Barragens elaborada	unidade	1
				Plano anual de fiscalização dos usos de recursos hídricos elaborado	unidade	4
				Programa Poço Legal implementado	%	100
				Relatório de fiscalização dos usos de Recursos Hídricos publicado	unidade	4
Instituir Plano Estadual de Segurança Hídrica	SEMA	Elaboração e instituição de Plano Estadual de Segurança Hídrica, que promova a realização de ações integradas e permanentes para a melhoria da segurança hídrica no Estado.	2.541.721	Plano Estadual de Segurança Hídrica elaborado	unidade	1
Manejo e conservação do solo	SEAPI	Fortalecimento das ações voltadas à conservação da água e do solo como estratégia de médio e longo prazo para minimizar os efeitos da estiagem.	37.019.079	Beneficiário assistido	unidade	30.000
				Mapeamento de uso do solo realizado	%	100
				Município contemplado com insumos	%	100
				Produtor sensibilizado	unidade	90.000
				Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	40
Manutenção de estradas vicinais rurais	SEAPI	Disponibilização de máquinas/equipamentos aos municípios, para manutenção de estradas vicinais, desassoreamento de açudes, recuperação de acessos a propriedades, terraceamento.	12.364.824	Hora máquina disponibilizada	h	120.000
Melhoria à infraestrutura rural	SEAPI	Promover a modernização e fortalecimento das áreas rurais, por meio de investimentos em diversas áreas, buscando impulsionar o desenvolvimento sustentável, a competitividade do agronegócio e a qualidade de vida das comunidades rurais, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades regionais.	2.396.152	Município atendido com patrulha mecanizada	unidade	170
Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	SICT	Esta iniciativa visa conectar e articular os atores do ecossistema de inovação do agro para o desenvolvimento de soluções inovadoras e criação de novos negócios para a mitigação dos efeitos da seca no RS.	79.404	Novo negócio (startups e nova empresa) gerado na cadeia do agronegócio para mitigação da seca	unidade	64
				Projeto de inovação em cooperação com instituições de ciência e tecnologia, cadeia produtiva do agro e atores relevantes apoiado	unidade	64

Monitoramento hidrometeorológico	SEMA	Manutenção e aprimoramento da rede hidrometeorológica estadual e monitoramento das condições hidrometeorológicas do Estado através da Sala de Situação da SEMA.	10.000.000	Boletim e aviso hidrometeorológico produzido	unidade	48
				Estação com cota de referência para secas em rios e/ou faixas de alerta	unidade	40
				Manutenção preventiva em estações prioritárias realizada	unidade	76
				Mapa de monitor de secas validado	unidade	48
				Monitor de estiagem atualizado	unidade	4
				Relatório de medição de vazão em estações fluviométricas realizado	unidade	240
Pró-Irriga	SEDEC	O Pró-Irriga tem como principal objetivo potencializar o sistema de irrigação no Estado do Rio Grande do Sul, mediante disponibilização de linhas de crédito através dos bancos oficiais estaduais: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Badesul e Banrisul.	40.000	Projeto subsidiado	unidade	4
Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	SEMA	Realização de ações visando a proteção e a restauração de bacias hidrográficas, contribuindo para ampliar a segurança hídrica e promoção do desenvolvimento ambiental, social e econômico. Obs: O Convênio de revitalização de bacias envolve recursos da União (OGU) e contrapartidas estaduais do FRH. Já o Programa Estadual de Revitalização de Bacias envolve exclusivamente recursos estadual através da celebração de 2 contratos de prestação de serviços técnicos.	6.661.244	Convênio de revitalização de bacias concluído	unidade	1
				Programa Estadual de Revitalização de Bacias implementado	%	100
Regulação da Concessão de Irrigação	AGERGS	Regulação da Concessão de Irrigação	10.000	Contrato Homologado	unidade	2
				Edital Homologado	unidade	2
				Irrigação Concedida	unidade	2
Sistema de acumulação de água para consumo humano	CM	Aquisição e instalação de Cisternas comunitárias para consumo humano.	40.000	Cisterna comunitária adquirida e instalada	unidade	1.000
Sistema de monitoramento agroclimático	SEAPI	Gerar dados e produtos meteorológicos para mais de 20 mil estabelecimentos agropecuários do Estado auxiliando no planejamento e tomada de decisão dos produtores rurais, através de aquisição de estações meteorológicas, desenvolvimento de sistema por app e elaboração de boletins agrometeorológicos.	1.860.000	Boletim agrometeorológico publicado	unidade	208
				Estação meteorológica implantada	unidade	32



Ação Programática: SANIDADE AGROPECUÁRIA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Resultado Esperado: Fortalecer o RS como fornecedor de produtos agropecuários confiáveis e competitivos

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
104.632.170	86.545.738	18.086.432	Número de doenças consideradas no status de "zona livre da doença"	Unidade	4	4
			Número de pragas quarentenárias presentes	Unidade	5	5

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Agricultura com acesso digital	SEAPI	Ampliar a oferta de serviços online ao produtor rural e demais públicos por meio de atualização, modernização e desenvolvimento de sistemas digitais vinculados à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI).	41.216.080	Conjunto de cartas de serviços disponibilizado no portal RS.GOV.BR atualizado	%	100
				Revisão do mapeamento dos serviços prestados ao cidadão realizada	%	100
				Sistema desenvolvido e atualizado	%	100
				Sistematização de dados voltados a novos negócios concluída	%	100
Análises para certificação da sanidade da agropecuária gaúcha	SEAPI	Realização de análises laboratoriais para a certificação de propriedades rurais quanto à sanidade dos rebanhos.	3.200.000	Análise realizada	unidade	12.000
Capacitação do Serviço Veterinário Oficial, produtores e profissionais liberais	SEAPI	Oferta de cursos de treinamento, capacitação e atualização para fiscais, produtores e profissionais liberais da área agropecuária, a fim de gerar maior eficiência no controle e prevenção de doenças em animais, qualificando o serviços veterinário oficial.	206.080	Evento de capacitação de produtor rural realizado	unidade	800
				Evento de capacitação de profissionais liberais realizado	unidade	200
				Evento de capacitação do Serviço Veterinário Oficial realizado	unidade	44
Defesa e inspeção vegetal	SEAPI	Assegurar a sanidade vegetal, garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores através da vigilância, da capacitação, do monitoramento e da inspeção sanitária, bem como assegurar a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária. Diminuição das irregularidades na produção de sementes, minimizando o risco de uso de sementes desconhecidas, a fim de levar sementes de qualidade ao produtor com menor custo de produção.	9.282.496	Ação em cadastramento florestal realizada	unidade	10.400
				Ação fiscal de trânsito realizada	unidade	3.001
				Análise laboratorial de qualidade e resíduos realizada	unidade	800
				Comércio de produtos de origem vegetal inspecionado	unidade	2.226
				Monitoramento de praga e/ou fiscalização de certificação fitossanitária realizado	unidade	11.128
				Uso e comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	11.128
Educação continuada em defesa agropecuária	SEAPI	Disseminação de conhecimento e informações técnicas sobre a defesa agropecuária.	1.044.361	Ação de educação sanitária vegetal realizada	unidade	4.452

Fortalecimento das certificações sanitárias animais	SEAPI	Fortalecer as certificações sanitárias através de realizações de análises laboratoriais em propriedades rurais quanto à sanidade dos rebanhos, bem como fiscalizar e monitorar as certificações existentes.	49.210.385	Atividade de mitigação de risco realizada	%	75
				Auditoria do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF) realizada	unidade	200
				Inquérito de enfermidades realizado	%	100
				Inspetoria de Defesa Agropecuária modernizada	%	100
				Módulo do Inspeção a Campo entregue	%	100
				Operação do Programa Sentinela realizada	unidade	48
Qualificação da inspeção de produtos de origem animal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem animal da matéria-prima ao produto final, através de ampliação de módulos no Sistema de Defesa Agropecuária (SDA), ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem animal.	412.160	Auditoria dos estabelecimentos registrados realizada	unidade	10
				Supervisão dos estabelecimentos registrados realizada	%	100
Rastreabilidade e identificação individual de bovinos	SEAPI	Registro individual dos animais para fins de controle de enfermidades e trânsito, para dar agilidade no mecanismo de defesa sanitária animal.	40.000	Animal rastreado	%	75
				Reunião com as entidades representativas realizada	unidade	2
Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO) - fiscalização de casas agropecuárias	SEAPI	Promover a fiscalização e o monitoramento das atividades realizadas pelas casas agropecuárias cadastradas no sistema. Essa iniciativa visa garantir a conformidade das operações, assegurar a qualidade dos produtos comercializados e promover a segurança tanto dos consumidores quanto dos produtores rurais.	20.608	Capacitação de servidores realizada	unidade	4
				Fiscalização executada	unidade	360



Ação Programática: APOIO À AMPLIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Resultado Esperado: Ampliação da produtividade dos produtos agropecuários e melhorias na cadeia produtiva que impactem positivamente na competitividade dos produtos gaúchos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
654.800.731	473.388.427	181.412.304	Produtividade média da lavoura de milho	kg/ha	3.890	7.500

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Acesso a novas tecnologias de comercialização e divulgação	SDR	Promover a criação de uma vitrine digital do Selo Sabor Gaúcho e a inclusão das agroindústrias familiares na plataforma, visando o fomento aos circuitos curtos de comercialização, viabilizando alimento saudável direto ao consumidor final e uma conjuntura de benefícios sociais, econômicos e ambientais para as agroindústrias gaúchas.	80.000	Agroindústria incluída na plataforma	unidade	30
				Vitrine digital para agroindústrias do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) criada	unidade	1
Adequação ambiental da lavoura arrozeira	IRGA	Programa de certificação de propriedades orizícolas visando adequação de padrões de produção e manejo sustentáveis. O Selo Ambiental da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul tem por objetivo, promoção da sustentabilidade ambiental do sistema de produção de arroz irrigado; desencadear o processo de certificação e rastreabilidade; garantir aos empreendimentos agrícolas reconhecimento quanto ao uso de práticas ambientais e sociais corretas na lavoura de arroz irrigado; melhorar a gestão da propriedade rural, reduzir custos agregados ao processo produtivo e contribuir para agregação de valor ao produto; incentivar a produção de arroz dentro dos princípios da segurança do alimento.	4.087.831	Propriedade orizícola certificada	unidade	200
Amostras de solo e água	IRGA	Análise de solos e águas para assegurar padrões de produção e manejo sustentáveis.	40.324.100	Amostra de solo e água analisada	unidade	6.000
Apoio para o fortalecimento de cooperativas	SEAPI	Fomentar e apoiar cooperativas. Estimular a organização de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda em inclusão social, bem como apoiar projetos de implementação de infraestrutura, apoio a estruturação operacional e de desenvolvimento de cooperativas. Realizar extensão voltada à qualificação da gestão para cooperativas por meio da implementação do processo de planejamento estratégico que contempla a elaboração de diagnóstico, planejamento estratégico, acompanhamento e monitoramento, a fim de introduzir melhorias técnico-gerenciais nas administrações e incrementar a competitividade das cooperativas. Fomentar e apoiar a Educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras. Fomentar a intercooperação. Apoiar a articulação de redes de cooperação.	9.735.908	Ação realizada	%	100
Custo de produção do arroz irrigado	IRGA	Ferramenta de auxílio aos produtores de arroz na tomada de decisão para o planejamento de safra. Subsídio do cálculo de indenização do grânizo (Decreto nº 51.446).	2.089.977	Custo da lavoura arrozeira divulgado	unidade	4
Difusão de tecnologia	IRGA	Orientações de manejo e divulgação de novas tecnologias desenvolvidas pelo IRGA	4.464.838	Dia de campo e roteiro técnico realizado	unidade	52

Estudo de cadeias produtivas agropecuárias	SEAPI	Análise das cadeias produtivas agropecuárias e encaminhamento de seus pleitos com prospecção de oportunidades e coordenação de ações em prol de cadeias produtivas visando o aumento da produção e da competitividade. Fomento ao diálogo, através de reuniões entre os agentes das cadeias produtivas agropecuárias.	0	Diagnóstico de cadeia produtiva elaborado	unidade	8
				Radiografia da agropecuária gaúcha elaborada	unidade	4
Fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana	SDR	Ações que contribuem para a garantia da segurança alimentar, geração de renda, incentivem a transição agroecológica e fomentem padrões alimentares saudáveis e ambientalmente sustentáveis.	2.095.000	Ação em agroecologia realizada	unidade	16
				Agricultor familiar beneficiado	unidade	120
				Horta comunitária - RS Seguro	unidade	3
Fomento a cadeias agropecuárias gaúchas	SEAPI	Prospecção de oportunidades e coordenação de ações em prol de cadeias produtivas. Apoio e fomento a Arranjos Produtivos Locais - APLs, como forma de incentivo às aptidões e vocações dos municípios e comunidades, visando à geração de emprego e renda no campo.	421.871.824	Ação de assistência técnica e orientações de manejo para produtores de milho realizada	%	100
				Ação de assistência técnica, levantamento de dados e elaboração de projetos realizada	%	100
				Ação realizada por meio dos recursos vinculados aos fundos setoriais	%	100
				Evento técnico realizado	unidade	8
				Instalação de Unidade de Referência Tecnológica (URT) realizada	%	100
Incentivo ao uso de bioinsumos na agropecuária gaúcha	SEAPI	Promover o uso de bioinsumos com a conscientização e divulgação dos benefícios para a agricultura e pecuária, demonstrando a sua utilização no campo por produtores que já utilizam bioinsumos. Além disso, através de pesquisas e desenvolvimento, desenvolver soluções eficientes, capacitando os agricultores e estabelecendo uma rede de parceria e apoio.	80.000	Área com adoção de bioinsumos ampliada	ha	400.000
				Dose de inoculante disponibilizada	unidade	3.600
Interação e diálogo com cadeias produtivas agropecuárias	SEAPI	Representação das cadeias produtivas e encaminhamento de seus pleitos junto ao governo federal. Fomento ao diálogo, através de reuniões, entre os agentes das cadeias produtivas agropecuárias.	0	Reunião de câmara setorial e temática realizada	unidade	120
Pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha	SEAPI	Promoção de maior interação entre setor público e privado para difundir tecnologias no setor agropecuário. Incentivo à interação entre órgãos de pesquisa agropecuária e órgãos de extensão rural. Compartilhamento de conhecimento visando a minimização de riscos à sanidade animal e vegetal. Divulgação de informações agropecuárias dos órgãos estaduais aos produtores rurais e profissionais da área. Publicação de Boletim Técnico, circular técnica, Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha e boletim anual Radiografia da Agropecuária Gaúcha.	7.930.000	Publicação técnica gerada	unidade	320
				Público participante em eventos	unidade	16.000
Pesquisa orizícola	IRGA	Desenvolvimento de cultivares com alto potencial produtivo, adaptadas para todas as regiões orizícolas do RS e produção de semente genética para abastecer o mercado de sementes certificadas.	143.760.837	Cultivar de arroz lançada	unidade	1
Rotação de culturas em terras baixas	IRGA	Ampliação das áreas de culturas de sequeiro em terras baixas (soja, milho, pastagens e trigo).	2.138.080	Palestra e capacitação realizada	unidade	100
Serviços de extensão rural	IRGA	Fortalecimento da cadeia orizícola junto aos produtores, a fim de produzir mais arroz com menor custo. Trabalhando as questões de eficiência técnico-produtiva, viabilidade econômica e financeira da produção.	10.897.908	Unidade produtiva atendida	unidade	34.000
Uso de sementes certificadas	IRGA	Campos e amostras de sementes certificadas para assegurar padrões sustentáveis de produção.	5.244.428	Amostra de semente certificada	unidade	22.400

Programa: DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVADOR

Temático

Objetivo Temático: Modernizar e diversificar a matriz produtiva através do incentivo a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, do fomento a um ambiente de negócios que aproxime os setores empresarial, acadêmico e governamental e da promoção do turismo e da economia criativa.

Contextualização: O Programa Desenvolvimento Econômico Inovador aborda as temáticas ligadas à diversificação e à modernização da estrutura produtiva do Estado, em especial no que se refere à indústria e aos serviços intensivos em tecnologia. O Rio Grande do Sul encerrou o ano de 2022 com um saldo positivo de 128.867 novas empresas e filiais, compatível com o crescimento anual registrado nesse mesmo período de 2,2% na indústria e 3,7% no setor de serviços. A indústria de transformação corresponde atualmente por 16,2% do valor adicionado bruto total do RS. Partindo desse contexto e buscando alavancar o potencial competitivo e inovativo do Estado, o programa tem como objetivo fomentar uma agenda de desenvolvimento, com incentivo à inovação e ao aumento da produtividade, impulsionando o crescimento dinâmico de setores estratégicos, com aumento da competitividade e melhorias no ambiente de negócios. Para isso, o Estado centra esforços no aumento da participação dos setores intensivos em tecnologia e uma reorganização da matriz produtiva do Estado, uma vez que as ocupações relacionadas ao processo de inovação concentram apenas 1,27% do emprego no RS. O Estado visa promover também a atração de investimentos e a coordenação de ações que visem o comprometimento com a criação de uma agenda de desenvolvimento para o Estado, conciliando a expansão para novos mercados e a sustentabilidade daqueles já existentes. Ademais, busca incentivar, dentre outras, as atividades criativas e de turismo, entendendo esses setores como fundamentais para manutenção do crescimento, gerando novas oportunidades e expandindo o potencial competitivo do Estado.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
374.453.583	326.519.509	47.934.074	Número de empresas abertas (empresa individual, microempreendedor individual (MEI), empresa Individual de responsabilidade limitada (Eireli))	unidade	195.557,00	Positiva
			Número de empresas abertas (sociedade limitada (LTDA), sociedade anônima (S.A), cooperativa e outros)	unidade	43.519,00	Positiva
			Participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto (VAB) total	%	16,16	Positiva
			Participação da indústria no valor adicionado bruto (VAB) total	%	23,23	Positiva
			Percentual de pessoal ocupado técnico-científico	%	1,27	Positiva
			Razão de empresas abertas no ano em relação à população potencialmente ativa	por mil habitantes	5,57	Positiva
			Taxa anual de crescimento da indústria de transformação	%	0,67	Positiva



Ação Programática: INVEST RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Resultado Esperado: Aumento da competitividade das cadeias produtivas e inserção das empresas gaúchas no mercado internacional, a partir da disponibilização de uma estrutura ágil para articular a atração de investimentos locais, nacionais e internacionais para os setores produtivos gaúchos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
17.515.197	7.515.197	10.000.000	Percentual de participação das exportações industriais do RS	Percentual	6,75	7,8

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio a empresas em feiras	SEDEC	Apoio à participação de empresas em feiras, através do suporte financeiro na contratação total ou parcial de serviços e infraestrutura.	4.223.007	Empresa apoiada	unidade	720
				Missão de promoção comercial realizada	unidade	48
Apoio ao desenvolvimento do Estado, através de concessão de crédito, por grupos de consórcios, para aquisição de bens imóveis e móveis	BAC	Apoio ao desenvolvimento do Estado, através de concessão de crédito, por grupos de consórcios, para aquisição de bens imóveis e móveis.	0	Valor de bem imóvel entregue	R\$	1.217.162.857,14
				Valor de bem móvel entregue	R\$	3.109.843.721,63
Apoio ao desenvolvimento do Estado, ofertando serviços aduaneiros vinculados ao comércio exterior e à gestão de documentos	BAGERGS	Proporcionar solução logística de armazenagem e movimentação de cargas em porto seco, buscando o desenvolvimento regional no ramo do comércio exterior, por meio da prestação de serviços especializados e de qualidade. Ofertar serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documento - GED, visando à melhoria da produtividade e à automação de tarefas, levando agilidade e eficiência aos empresários e aos órgãos da administração pública, possibilitando o foco nos seus negócios. A manutenção contínua desses serviços contribui para a geração de renda e empregos, movimentando o mercado no qual se insere.	0	Arquivo digitalizado	unidade	122.547.064
				Espaço para armazenagem em porto seco utilizado	m2	10.333,63
Atração de investimentos	SEDEC	Prospecção de investidores estrangeiros.	2.131.007	Empresa atraída	unidade	20
				Evento realizado	unidade	40
				Missão de atração de investimento realizada	unidade	24
Credenciamento de novos estabelecimentos à rede de adquirência	BP	Oferta de soluções de captura de transações de pagamento, para melhorar a infraestrutura de recebimento de valores por parte de empresas, empreendedores e microempreendedores individuais que oferecem produtos e serviços para os consumidores.	0	Estabelecimento habilitado à rede de adquirência	unidade	137.527
InvestRS – aplicação	JUCISRS	Realização da manutenção e implementação de evolutivas da aplicação InvestRS. Manter atualizado o banco de dados de informações sobre oportunidades de negócios com georreferenciamento.	11.000.000	Alimentação de informação atualizada implementada	%	100
				Evolutiva da aplicação implementada	%	100
Mapeamento de incentivos municipais do RS e estaduais da Região Sul	SEDEC	Mapear e divulgar os incentivos municipais do RS e da Região Sul do país, fortalecendo as cadeias produtivas de todos os setores da economia gaúcha.	70.000	Cartilha de incentivo criada	unidade	1
				Plataforma de incentivo criada	unidade	1
Plataforma InvestRS	SEDEC	Alavancar a plataforma InvestRS para a atração de investimentos.	91.183	Ação de divulgação realizada	unidade	48



Ação Programática: DESENVOLVER RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Resultado Esperado: O Desenvolver RS busca fomentar uma agenda de desenvolvimento, que colabore, de maneira transversal e integradora, para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Visa potencializar a capacidade de transformação estrutural das iniciativas empreendidas pelo Estado que atuam como incentivo ao desenvolvimento, alavancando sua capacidade transformadora.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
16.159.643	3.457.986	12.701.657	Índice da produção física industrial	Índice	93,3	100
			Índice dos termos de troca	índice	111,35	115

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	SEDEC	Ampliar e consolidar o atendimento direto e personalizado às empresas que buscam incentivos do Estado do RS, através do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/RS), do Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (Integrar/RS) e do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI/RS), bem como as possibilidades de criação de hubs tecnológicos.	12.661.657	Empresa beneficiada pelo incentivo	unidade	400
				Hub/cluster tecnológico criado	unidade	1
Ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional	SEDEC	Ampliar e consolidar a participação de empresas gaúchas no mercado internacional, através de atendimento personalizado, mediante a elaboração de estudos sobre mercados em potencial, prospecção e identificação de clientes, orientação e cursos de qualificação as entidades interessadas.	184.414	Estudo de mercado realizado	unidade	320
				Interiorização realizada	unidade	40
Apoio às ações visando o desenvolvimento econômico do Estado	SEDEC	Apresentar e capacitar agentes de desenvolvimento sobre os produtos da SEDEC, bem como linhas de créditos junto ao BRDE e BADESUL e serviços prestados pela Junta Comercial.	120.000	Agente de desenvolvimento qualificado	unidade	48
				Escritório Regional de Desenvolvimento estabelecido	unidade	4
				Prefeitura/órgão capacitado	unidade	48
Fomento à inovação e sustentabilidade na construção civil	SOP	Fomento à inovação e sustentabilidade na construção civil através do estabelecimento de novas oportunidades para execução de projetos e obras em prédios públicos.	80.000	Construção industrializada (off site) realizada conforme planejamento anual	%	100
Fortalecimento das cadeias de valor	SEDEC	Definição de setores prioritários para apoio de programas, estruturação do plano de ação para fortalecimento e consolidação do segmento com acesso a inovação tecnológica, mercados e melhoria da competitividade.	3.073.572	Arranjo produtivo apoiado	unidade	8
				Rede de cooperação apoiada	unidade	4
Incentivo ao fomento	SEDEC	Expansão da atividade econômica de empresas gaúchas, melhorias na infraestrutura em distritos industriais municipais e cidades inteligentes.	40.000	Empresa contemplada	unidade	20
				Município contemplado	unidade	8



Ação Programática: TURISMO DESTINO RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE TURISMO

Resultado Esperado: O resultado esperado é dobrar o Valor Adicionado Bruto (PIB - impostos) das Atividades Características de Turismo no prazo de 4 anos, por meio do fortalecimento da cadeia de turismo do Rio Grande do Sul como um todo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
16.429.936	16.429.936	0	Valor adicionado bruto das atividades características de turismo no Estado	R\$ (milhão)	14.300	28.600

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações de incentivo ao turismo cultural e do patrimônio histórico nas diversas regiões do Estado	SEDAC	Ações de incentivo ao turismo cultural e do patrimônio histórico nas diversas regiões do Estado, valorizando a cultura como um elemento capaz de incentivar e fomentar o turismo regional, promovendo o desenvolvimento econômico e a própria valorização da cultura do Estado.	0	Ação realizada	unidade	3
Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	SETUR	Realização de obras estruturantes e inovadoras para estimular a atração e/ou aprimorar a jornada de turistas, ampliando e aprimorando a infraestrutura, inclusive logística. A ampliação e melhoria da infraestrutura turística é uma iniciativa que compreende a reimplantação do programa "Avançar no Turismo". Para o desenvolvimento desses projetos, realizam-se convênios com os municípios, que são analisados e fiscalizados pela SETUR-RS. Além disso, os equipamentos turísticos do Estado precisam ser aprimorados, modernizados e ampliados na esteira do processo do Turismo 4.0. Com isso, busca-se inclusive transformar, no RS, os atuais Centros de Atendimento ao Turista (CATs) em modernos Centros de Informação Turística (CIT) padronizando-os e adequando-os aos padrões internacionais, além de modernizar toda a infraestrutura dos mesmos para que possam oferecer também novas e modernas experiências sobre o RS. Ademais, busca-se modernizar e disponibilizar outros equipamentos que possam melhorar a experiência dos turistas do Estado, de outros estados e internacionais.	2.292.545	Convênio assinado	unidade	300
				Equipamento turístico modernizado e instalado	%	100

Fomento e financiamento do setor de turismo	SETUR	<p>Ações de promoção em território nacional e internacional, pelos mais diversos meios, físicos ou digitais, com a finalidade de manter e/ou atrair turistas e visitantes e estimular a venda por agentes e operadoras, ampliando os fluxos turísticos e a permanência de visitantes no território. Ações de desenvolvimento do turismo como vetor para o crescimento econômico regional, fomentando a preservação ambiental, a responsabilidade social e o fortalecimento da identidade e dos valores culturais. Criação de Comitê Intersecretarial para atração e realização de eventos internacionais e nacionais objetivando criar meios para que o Estado ganhe agilidade nas discussões acerca de possíveis ações de apoio ou patrocínio conjunto visando a captação/realização de eventos considerados estratégicos para o Estado, ao reunir, a partir da SETUR, as demais secretarias consideradas estratégicas para tais finalidades. As captações poderão ocorrer inclusive por meio de ações conjuntas com o trade turístico e têm como objetivo aumentar o fluxo de renda e o ticket médio dos visitantes para o Estado. Os eventos captados serão fundamentais para movimentar toda a cadeia turística do Estado, por meio de ampliação da capacidade da rede hoteleira e de aumento de consumo em restaurantes, comércio, serviços, transportes, e também na indústria, por consequência. Serão também uma oportunidade para cidadãos de todo o Brasil e do mundo conhecerem melhor o destino turístico do Rio Grande do Sul, permitindo, também, à sociedade gaúcha, um fecundo intercâmbio de experiências e conhecimentos a partir de possíveis legados por eles deixados. A estruturação de um fundo de fomento às Parcerias Público Privadas (PPP) busca ampliar a interação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a iniciativa privada no desenvolvimento soluções e serviços de interesse turístico, superando a visão de que o Estado deve atuar sempre como principal financiador. Com isso, busca-se aumentar o alcance das ações de desenvolvimento turístico neste período de RRF do Estado. A iniciativa objetiva também estruturar instrumentos de fomento, que poderão ser editais ou outros, constituindo parcerias que visem estimular o fluxo turístico através eventos de variados segmentos ou outras ações organizadas pelos atores turísticos.</p>	3.438.825	Ação de promoção realizada	unidade	300
				Comitê implementado	unidade	1
				Evento captado	%	100
				Fundo criado	unidade	1
				Instrumento de fomento realizado	unidade	4

Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	SETUR	Produção da nova marca turística para o RS, que encontra-se desatualizada desde 2012, bem como seu manual e campanhas. Muito além do sinal gráfico, a marca do lugar (utilizando boas práticas do place branding) é um conceito que constrói reputação, cria percepções, identifica vocações, fortalece identidades e consolida lugares, a partir do envolvimento das pessoas e do desenvolvimento de um manual de marca (brandbook) que estabelece e disciplina as formas como o destino deve se apresentar física ou virtualmente, constrói um novo engajamento com o público, aprimora sua assinatura visual, agrega valor, orienta os profissionais envolvidos na promoção e na comunicação e evita danos à reputação do destino. Com isso, busca-se reposicionar o produto turístico gaúcho, aumentando seu apelo competitivo e estimulando o orgulho de pertencimento da sociedade gaúcha. A nova marca, que é do destino RIO GRANDE DO SUL, produto turístico, deve ser impulsionada potentemente através de campanhas multimídia voltadas a todos os mercados de interesse, que deverão ser realizadas periodicamente (duas ao ano), a primeira delas já no lançamento da nova marca, contendo o seu manifesto, em territórios gaúcho, nacional e/ou internacional (no formato e idioma mais adequados aos mercados-alvo). Busca-se ampliar o alcance e melhorar a reputação da marca turística do RS, sustentando a comunicação e posicionamento que se tornarão propulsores do turismo gaúcho em todos os níveis.	4.585.099	Ação de fomento realizada	unidade	4
				Campanha realizada	unidade	8
				Manual disponibilizado e marca produzida	%	100
Fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística	SETUR	O fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística visa ao desenvolvimento de um Sistema de Inteligência Turística, assim como a aquisição de bases de dados julgadas necessárias. O Sistema de Inteligência Turística consiste numa plataforma de big data que reunirá diversos dados sobre aspectos econômicos e sociais do Turismo no RS, a serem disponibilizados ao público, preferencialmente, em tempo real. A plataforma será estruturada a partir das necessidades elencadas por parte da SETUR, do trade turístico e dos gestores públicos do turismo sobre os indicadores que eles consideram como fundamentais de serem monitorados, com as interfaces necessárias, para que essa informação sirva de insumo para a tomada de decisões por parte dos atores. A plataforma será alimentada com dados disponibilizados e adquiridos de diversas organizações, que deverão ser renovados e atualizados periodicamente.	2.674.641	Base de dados adquirida e atualizada	%	100
				Plataforma disponibilizada	%	100

Fortalecimento dos mecanismos de governança	SETUR	<p>A união entre os setores público e privado (entidades da sociedade civil, representativas dos atores turísticos e outras organizações) é fundamental nos níveis estratégico, tático e operacional para o sucesso dos destinos congregados nas 29 regiões turísticas do RS. Visando cumprir este propósito, será trabalhada a estruturação, reativação e reorganização das Câmaras Temáticas ligadas ao CONETUR - Conselho Estadual de Turismo. Também será realizado anualmente o Fórum Estadual de Turismo, visando disseminar e atualizar as diretrizes da gestão turística do Estado entre os atores da governança (públicos e privados), apresentando dados relevantes que possibilitem o aumento da competitividade do produto turístico gaúcho. Além disso, a consolidação da Câmara temática e sua ativação têm como objetivo criar um espaço de diálogo, interação e maior sinergia entre os diversos atores do setor de turismo do RS. Ademais, busca-se estruturar uma Câmara que possa servir de tomada de decisões conjuntas. Finalmente, buscar-se-á, também, realizar uma seleção de 29 bolsistas para atuação nas 29 regiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo deste produto é ampliar a capilaridade da atuação do Estado e, especificamente, da Setur-RS, em todas as regiões, para propiciar o desenvolvimento de projetos no segmento de turismo Rural. Os bolsistas serão o reforço do elo entre a Setur, as organizações gestoras dos destinos, as entidades e os empreendedores, inclusive rurais, com vistas a ampliarem a interlocução entre os atores e auxiliarem através de capacitações e informações.</p>	2.292.550	Bolsista contratado	unidade	29
				Câmara temática estruturada e reativada	unidade	1
				Fórum desenvolvido	unidade	4
Programa de formalização, qualificação e inovação no turismo	SETUR	<p>A iniciativa tem como objetivos: a) ampliar a regularização e a formalização dos empreendedores do turismo, o que é fundamental para a oferta de experiências positivas e seguras ao viajante. Com isso, trata-se de um produto que visa a sensibilização dos empreendedores sobre a importância de estarem legalizados. Tal condição é pré-requisito para acesso a linhas de crédito dedicadas ao setor, além de outros recursos. b) Capacitar e treinar empresários, gestores públicos e mão-de-obra do setor turístico, com relação a temas fundamentais à competitividade do produto turístico gaúcho: inovação, marketing digital, mídias sociais, produção de conteúdo, captação de recursos para o investimento, ESG (sustentabilidade), boas práticas (hospitalidade, segurança, etc), acessibilidade no turismo, inclusão, além de outros julgados relevantes para o desenvolvimento do turismo nacional e internacional, nos meios rural e urbano, sobretudo através de parcerias. c) programas de fomento e aceleração ao empreendedorismo turístico inovador e ao ecossistema de inovação em turismo.</p>	1.146.276	Ação implementada	%	100



Ação Programática: ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Resultado Esperado: Ecossistema de inovação gaúcho promotor de riqueza e qualidade de vida

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
53.250.202	36.165.465	17.084.737	Densidade de startups	índice	57,6	180
			Número de transações de capital de risco	Unidade	60	108
			Percentual de municípios com ambiente regulatório para a inovação implantado	%	10,1	30,2

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aplicação de tecnologias para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis	SICT	Esta iniciativa tem como objetivo a implantação e criação de soluções que permitam o desenvolvimento de novos empreendimentos do século XXI em áreas estratégicas utilizando tecnologias intensivas em conhecimento e de alto valor agregado, promovendo cidades inteligentes e sustentáveis.	4.803.896	Município no RS certificado como cidade inteligente	unidade	32
				Projeto de inovação com foco em cidades inteligentes apoiado	unidade	5
Apoio à promoção de cursos voltados às necessidades do mercado	CC	Apoio ao órgão principal na viabilidade de novos cursos voltados às profissões do "futuro".	0	Oportunidade de novo curso voltado à profissão do "futuro" criada	unidade	2
Apoio ao desenvolvimento de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento humano	FETLSVC	A iniciativa visa oportunizar aos jovens qualificação para às Ciências e Tecnologias e ao Empreendedorismo Social, a partir do incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas, tecnológicas, mostras de trabalhos, projetos técnicos e pedagógicos.	0	Aluno participante em feira de ciências	unidade	7.000
				Feira Interna de Ciência e Tecnologia (FEICIT) realizada	unidade	4
				Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC) realizada	unidade	4
				Pesquisa elaborada	unidade	880
				Revista publicada	unidade	20
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	SICT	A iniciativa objetiva engendrar um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social no Estado por meio da inovação, do empreendedorismo e da tecnologia. Tais esforços buscam fomentar Ecossistemas de Inovação de classe mundial incluindo a inovação como foco estratégico de desenvolvimento do RS. Desta forma, será possível aproximar atores para o desenvolvimento de um ambiente de negócios mais ágil, articulado e inovador.	27.772.965	Agente de Inovação capacitado	unidade	76
				Ecossistema Regional de Inovação consolidado e potencializado	unidade	8
				Evento de inovação realizado/apoiado	unidade	32
				Missão nacional e internacional realizada e apoiada	unidade	16
				Plataforma de Inovação aberta (Rede RS Startup) ativa	unidade	1
				Projeto de inovação em cooperação com os atores da quádrupla hélice apoiado	unidade	32
				Rodada de inovação aberta realizada	unidade	64
				Educação continuada JucisRS implantada	%	100
Legislação da Escola publicada	%	100				
Escola JucisRS	JUCISRS	Conclusão da etapa de viabilização da Escola JucisRS, com as definições do seu corpo diretivo e técnico por meio de legislação específica, e parcerias com Universidades disponibilizando cursos in-company (servidores públicos) e cursos abertos ao público, em estrutura própria dos parceiros (Universidades).	7.984.316			

Formação profissional para capital humano qualificado	FETLSVC	A iniciativa visa contribuir com o acesso de todos à educação técnica e profissional de qualidade, aumentando substancialmente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais para emprego, trabalho e empreendedorismo.	12.689.025	Aluno concluinte em curso técnico ofertado	unidade	1.950
				Aluno matriculado em curso técnico ofertado	unidade	2.600
Incentivo a qualificação e empreendedorismo	FETLSVC	Desenvolvimento de proposta pedagógica para a formação integral na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, com estímulo ao empreendedorismo, a inovação, a criatividade, a ciência e a tecnologia, preparando jovens para os desafios do trabalho e do emprego no contexto da Nova Economia.	0	Aluno concluinte de curso de extensão	unidade	4.000
				Curso de extensão realizado	unidade	120
				Empresa/startup incubada	unidade	12
				Evento Desafio Impulso realizado	unidade	4
				Participante em seminário organizado	unidade	4.000
				Seminário organizado	unidade	14



Ação Programática: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Resultado Esperado: Ter uma matriz produtiva orientada às atividades de PD&I

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
178.702.605	170.554.925	8.147.680	Índice de inserção de recursos humanos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na indústria	%	0,348	0,38
			Intensidade tecnológica das empresas na estrutura produtiva	%	12,63	14
			Percentual do dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Governo Estadual em relação às suas receitas totais	%	0,1	0,23
			Taxa de sucesso dos cursos de graduação	%	37	45

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio ao desenvolvimento de projetos que promovam a inovação	CC	Oportunizar instrumentos jurídicos entre órgãos de administração interna e instituições externas para o desenvolvimento de inovações.	0	Instrumento jurídico firmado com órgão externo	unidade	4
Consolidação do Ensino à Distância (EAD) da Universidade	UERGS	Ampliação do acesso dos estudantes aos cursos de graduação e pós-graduação com a consolidação do Ensino à Distância na Universidade.	0	Curso de extensão ofertado na modalidade EAD	unidade	32
				Curso de graduação ofertado na modalidade EAD	unidade	10
				Curso de pós-graduação ofertado na modalidade EAD	unidade	9
Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu Inovador	UERGS	Promoção e difusão de novos métodos de ensino com utilização de tecnologias inovadoras	0	Curso de pós-graduação stricto sensu ofertado	unidade	8
				Doutorado aprovado	unidade	1
				Egresso de curso de pós-graduação Stricto Sensu empregado na sua área de formação (empregabilidade)	unidade	186
				Produção científica publicada	unidade	1.000
				Solicitação de depósito de patente realizada (com transferência de tecnologia)	unidade	4
Desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde	SICT	A iniciativa visa fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em áreas relacionadas à saúde, com foco na criação e adoção de tecnologias que promovam a melhoria da qualidade de vida e a eficiência do setor. Busca-se apoiar projetos colaborativos que tenham como propósito o desenvolvimento e a difusão de soluções inovadoras para os desafios enfrentados pela cadeia de valor da saúde. Além disso, a iniciativa visa estabelecer parcerias estratégicas com instituições científicas e tecnológicas, startups e empresas do setor, promovendo a colaboração para impulsionar a transferência de conhecimento para a cadeia de valor da saúde.	124.343	Compra pública de inovação no setor de saúde realizada	unidade	4
				Projeto de cooperação em P&D entre ICTs e empresas da cadeia de valor da saúde apoiado	unidade	20
				Rodada tecnológica entre startups e a cadeia de valor da saúde realizada	unidade	12
Elaboração de projeto de qualificação de trabalhadores rurais para uso de novas tecnologias	CC	Fortalecimento de políticas públicas já existentes para qualificação de trabalhadores rurais para uso de novas tecnologias.	0	Ação inserida em programa instituído	unidade	3
				Projeto estratégico elaborado	unidade	1

Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	FAPERGS	Oferta de auxílios e bolsas em todas as áreas do conhecimento visando o desenvolvimento sustentável do estado do RS através da pesquisa científica, tecnológica e de inovação, da articulação entre as instituições de ensino e pesquisa e o setor produtivo – a fim de melhorar a competitividade das cadeias produtivas, fortalecer o mindset empreendedor inovador e a retenção de talentos no ecossistema inovador do RS e criar oportunidades de geração de novos negócios inovadores (startup) -, do aumento de investimento em PD&I e do estímulo à formação de recursos humanos qualificados, com ênfase em tecnologias portadoras de futuro. Promoção da capacitação de multiplicadores com foco no empreendedorismo intensivo em conhecimento e desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e os setores estratégicos da economia regional.	151.921.442	Auxílio à pesquisa e à inovação concedido	unidade	2.000
				Bolsa concedida	unidade	1.600
Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	SICT	O fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores implica em estabelecer parcerias estratégicas com instituições de pesquisa, empresas do setor e outros atores relevantes, a fim de promover a colaboração, o compartilhamento de conhecimento e a transferência de tecnologia. Além disso, a iniciativa visa estimular a qualificação e a formação de recursos humanos especializados na área de semicondutores, por meio de programas de capacitação, bolsas de estudo e parcerias com instituições de ensino e pesquisa. A iniciativa também prevê a articulação com órgãos estaduais e agências de fomento, visando identificar e viabilizar oportunidades de financiamento para projetos relacionados à cadeia produtiva de semicondutores.	127.394	Profissional capacitado para atuação na cadeia produtiva de semicondutores	unidade	240
				Rede público-privada de P&D pré-competitivo na cadeia produtiva de semicondutores estabelecida / mantida	unidade	1
				Spin-off acadêmica gerada para atuação na cadeia produtiva de semicondutores	unidade	4
Implementação de telefonia e internet no meio rural	SICT	Atuar como agente articulador entre as Secretarias do Estado, especialmente junto a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, no sentido de pacificar e fazer valer a legislação pertinente ao tema, cita-se o decreto número 56.226 de 07 de dezembro de 2021 e o decreto número 56.464 de 27 de abril de 2022. Por outro lado, constituir programa de parceria e cooperação entre o Estado, Municípios, Provedores e Produtores Rurais, no sentido de viabilizar a infraestrutura necessária para conectar as zonas rurais que ainda não dispõem de acesso com a internet.	84.929	Comunidade rural conectada	unidade	2.000
				Propriedade rural conectada	unidade	20.000
Ingresso, qualificação e permanência estudantil	UERGS	Percentual de recursos do orçamento da Uergs aplicado em ações de assistência estudantil a fim de garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados nos cursos presenciais, contribuindo para a melhoria de seu desenvolvimento acadêmico e buscando reduzir a evasão no ambiente universitário.	7.247.730	Aluno com deficiência da graduação ativo	unidade	128
				Aluno da ampla concorrência de graduação ativo	unidade	7.378
				Aluno economicamente hipossuficiente da graduação ativo	unidade	4.598
				Aluno formado na graduação	unidade	2.700
				Aluno indígena da graduação ativo	unidade	3
				Aluno negro/pardo da graduação ativo	unidade	360
				Bolsa de monitoria concedida	unidade	478
				Bolsa prodiscência concedida	unidade	1.369
				Curso de graduação presencial ofertado	unidade	39

Inserção Comunitária e Inovação	UERGS	Promoção de projetos de extensão e pesquisa entregues à comunidade em geral (nacional e/ou internacional).	4.593.066	Ação de extensão realizada	unidade	910
				Atividade de extensão com o Programa de Bolsa de Extensão (Probex) finalizada	unidade	395
				Atividade de extensão em fluxo contínuo finalizada	unidade	910
				Bolsa de extensão concedida	unidade	395
				Empresa Junior implementada	unidade	9
				Estudante contemplado com bolsa de extensão	unidade	474
				Estudante voluntário selecionado em atividade de extensão	unidade	1.185
				Estudante voluntário selecionado em atividade de extensão em fluxo contínuo	unidade	2.730
				Pessoa beneficiada com ação de extensão	unidade	490.000
				Pessoa diretamente beneficiada com atividade de extensão com Programa de Bolsa de Extensão (Probex)	unidade	310.000
				Pessoa diretamente beneficiada com atividade de extensão em fluxo contínuo	unidade	490.000
				Produto de extensão depositado em biblioteca e repositório digital internacional	unidade	15
				Produto de extensão depositado em biblioteca e repositório digital nacional	unidade	35
				Projeto de extensão realizado	unidade	529
				Projeto de extensão registrado em fluxo contínuo na Pró-Reitoria de Extensão (Proex)	unidade	800
				Projeto de extensão submetido ao Edital de Programa de Bolsa de Extensão (Probex)	unidade	500
				Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	SICT	A iniciativa tem como objetivo central promover um aumento significativo das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em diversos setores da matriz produtiva, visando impulsionar a competitividade, a sustentabilidade e o desenvolvimento tecnológico do estado. Busca-se fortalecer a capacidade de inovação das empresas, promovendo a adoção de práticas avançadas de PD&I em diferentes segmentos da economia. Isso inclui desde setores tradicionais, como indústria, agricultura e serviços, até áreas emergentes e de alto potencial, como biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, entre outros. Além disso, a iniciativa prevê impulsionar a geração de ideias e soluções inovadoras, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de projetos colaborativos entre empresas, startups e instituições científicas e tecnológicas.
Produto agropecuário e agroalimentar gaúcho certificado por sua alta qualidade	unidade	7				
Projeto de compartilhamento de infraestrutura científica e tecnológica entre ICTs e empresas apoiado	unidade	9				
Projeto de cooperação em P&D entre ICTs e empresas apoiado	unidade	40				
Projeto de inserção de pesquisadores nas empresas apoiado	unidade	40				
Rodada tecnológica internacional com startups gaúchas realizada	unidade	4				

PD&I voltadas à transição energética sustentável	SICT	A iniciativa visa fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas do conhecimento e setores industriais com foco em transição energética sustentável. Para tanto, serão apoiadas iniciativas colaborativas que tenham como objetivo contribuir com a descarbonização do planeta e que estejam direcionadas para soluções energéticas sustentáveis. Além disso, planeja-se atuar no planejamento da estratégia do hidrogênio verde no RS, dar suporte para startups que atuem no setor e articular possibilidades de financiamento com as agências reguladoras nacionais e as concessionárias de energia estaduais.	109.438	Interlocução com o P&D Aneel/Concessionárias estabelecida	unidade	4
				Projeto de cooperação em P&D com foco em transição energética entre ICTs e empresas apoiado	unidade	6
				Recurso humano para atuação em setores voltados à transição energética apoiado	unidade	120
Pesquisa aplicada na Uergs	UERGS	Projetos de pesquisa e de produtos e processos certificados como interdisciplinar. A caracterização como interdisciplinar será feita mediante demonstração de trabalho em rede com outras áreas de conhecimento e disciplinas.	5.195.196	Bolsa de iniciação científica concedida	unidade	564
				Projeto de pesquisa ativo	unidade	540
Pesquisa em Saúde	SES	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a qualificação das ações de saúde. Estabelecer a Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde e incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas.	2.162.000	Projeto de pesquisa aprovado	unidade	120
Pós-Graduação Lato Sensu no contexto das demandas regionais	UERGS	Promoção e difusão de novos métodos de ensino com utilização de tecnologias inovadoras	0	Aluno ativo em cursos de pós-graduação	unidade	920
				Curso de pós-graduação lato sensu ofertado	unidade	16
				Egresso em cursos de pós-graduação Lato Sensu empregado na sua área de formação (empregabilidade)	unidade	740
				Produção científica publicada	unidade	156
Programa Direitos Humanos e Ações Afirmativas	UERGS	Fomentar e ampliar ações afirmativas em consonância com os princípios da Universidade e das políticas de Direitos Humanos	0	Atividade ligada à ação afirmativa desenvolvida	unidade	230
Promoção e integração da Universidade	UERGS	Promover a integração interna na Universidade e externa com a comunidade.	0	Evento científico e integração comunitária realizado	unidade	4
Qualificação dos Cursos de Graduação	UERGS	Consolidar os cursos de graduação com foco em inovação.	0	Conceito Índice Geral de Curso (IGC) dos cursos de graduação obtido	unidade	4
				Curso de graduação ofertado, com Projeto Pedagógico de Curso (PPC) atualizado	unidade	39
				Egresso da graduação empregado na sua área de formação (empregabilidade)	%	30
Uergs 20+	UERGS	Consolidar os projetos com foco em inovação e desenvolvimento, com ênfase no Projeto Uergs 20+	3.778.834	Parque tecnológico instalado	%	100
				Sítio de execução do Campus Central consolidado	%	100
Uergs Digital	UERGS	Sistema integrado de dados informacionais institucionais e para geração de informações gerenciais para o processo de tomada de decisão implementado pelo GGTC, até 2024.	954.663	Documento do passado digitalizado	%	100
				Gerenciamento de documentos eletrônicos (GED) implantado	%	100
				Procedimento da Universidade digitalizado	%	100
Uergs Exterior: Promoção da Internacionalização	UERGS	Promover acordos de cooperação com entidades internacionais, visando a troca de experiência e conhecimento através de intercâmbio no ensino, pesquisa e extensão.	0	Convênio firmado com instituições estrangeiras	unidade	22
				Especialização em parceria com instituições estrangeiras ofertada	unidade	18



Ação Programática: RS CRIATIVO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA CULTURA

Resultado Esperado: Ampliação e fortalecimento da economia criativa no Estado gerando emprego, renda e desenvolvimento social.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
396.000	396.000	0	Número de beneficiários pessoas físicas e jurídicas atendidos por ano pelo programa RS Criativo	Unidade	0	0
			Percentual de participação da economia criativa no emprego	%	8,6	9

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fomento à cadeia criativa	SEDAC	A iniciativa tem por finalidade o fomento à cadeia de economia criativa . Engloba ações de incentivo à formalização de profissionais criativos, a realização de feiras e rodadas de negócios para a promoção de profissionais, empresas, bens e serviços criativos, bem como o apoio à participação do setor em feiras e rodadas de negócios nos cenários nacional e internacional. Prevê igualmente a criação de planos regionalizados de economia criativa e a liberação de editais para o fomento do setor. Por meio dessas atividades, busca-se fortalecer a cadeia de economia criativa, potencializando o seu impacto econômico e social, além de promover a valorização e reconhecimento dos profissionais e empreendimentos criativos, contribuindo para a diversificação e dinamismo da economia local e regional.	212.000	Edital liberado	unidade	4
				Empreendedor participante de feira ou rodada de negócios	unidade	400
				Feira ou rodada de negócios realizado no âmbito estadual ou nacional	unidade	8
				Parceria para a formalização de profissionais criativos firmada	unidade	4
				Participação em feiras de negócios criativos no cenário internacional	unidade	40
				Plano regional de economia criativa criado e disponibilizado	unidade	9
				Profissional formalizado	unidade	8.000
				Profissional formalizado - RS Seguro	unidade	4.000
Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	SEDAC	A iniciativa objetiva fortalecer as ações de pesquisa , capacitação e formação na área de economia criativa. Prevê atividades de capacitação e impulsionamento para empreendedores e profissionais criativos, por meio da realização de caravanas de capacitação e ciclos de residência. Engloba, além disso, a produção de pesquisas sobre o tema em todo o Estado. Busca-se, com isso, impulsionar o crescimento e a profissionalização do setor, contribuindo para o desenvolvimento de empreendedores e profissionais criativos, bem como para a geração de conhecimento e a disseminação de boas práticas.	184.000	Capacitação profissional a populações subrepresentadas, privadas de liberdade e/ou em situação de vulnerabilidade realizada - RS Seguro	unidade	40
				Caravana realizada	unidade	19
				Caravana realizada - RS Seguro	unidade	17
				Ciclo de residência criativa realizado	unidade	4
				Ciclo de residência criativa realizado - RS Seguro	unidade	4
				Empreendedor capacitado em ciclos de residência criativa realizado	unidade	80
				Empreendedor capacitado em ciclos de residência criativa realizado - RS Seguro	unidade	80
				Pesquisa realizada e publicada	unidade	12
				Pessoa capacitada em caravana realizada	unidade	950
				Pessoa capacitada em caravana realizada - RS Seguro	unidade	850



Ação Programática: RS INNOVATION

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Desenvolver o ecossistema de inovação gaúcho, promover a geração de negócios na área de tecnologia e inovação, de forma a incentivar a abertura de empresas do ramo e o interesse de jovens nas carreiras de base tecnológica.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
92.000.000	92.000.000	0	Número de startups no RS	Unidade	1.148	1.427

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fortalecimento das plataformas de governo para qualificação profissional para o mundo digital	CC	Apoio ao órgão principal no fortalecimento das plataformas de governo para qualificação profissional para o mundo digital.	0	Oportunidade de novo curso voltado à tecnologia criada	unidade	2
Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	SICT	A iniciativa tem o intuito de promover eventos para a conexão entre os agentes internacionais e nacionais da quádrupla hélice (governo, iniciativa privada, academia e sociedade civil) envolvidos com inovação e empreendedorismo. Para tanto, serão apoiados eventos com projeção internacional como o South Summit Brazil, mas também eventos com enfoque regional. Tais eventos têm como objetivo aproximar diferentes atores, criar relações de confiança, fomentar transações e dar início a projetos colaborativos.	92.000.000	South Summit Brazil realizado	unidade	4
Promoção de encontro dos agentes envolvidos no desenvolvimento de inovações	CC	Oportunizar encontros entre órgãos de administração interna e instituições externas para o desenvolvimento de inovações.	0	Instrumento jurídico efetivado com outro órgão	unidade	4
				Reunião realizada	unidade	24

Programa: INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Temático

Objetivo Temático: Reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade produtiva através da qualificação e da diversificação do sistema de transportes e promover o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do Estado a partir de ações de integração urbana e de otimização da gestão das obras públicas.

Contextualização: O Programa Infraestrutura e Desenvolvimento Regional engloba as temáticas relacionadas à capacidade e à qualidade do sistema logístico e de transportes e à gestão de obras públicas. A infraestrutura física é fundamental para o processo de crescimento contínuo da economia e do bem-estar da sociedade gaúcha. De acordo com as estatísticas mais recentes, cerca de 70% da rede rodoviária estadual é pavimentada, sendo este o modal de transporte mais importante no Estado – responsável por 85% do transporte de cargas no Rio Grande do Sul. Dada a centralidade das rodovias no sistema de transportes, é fundamental direcionar ações para sua qualificação. Mais do que isso, contudo, é preciso voltar esforços para a diversificação da infraestrutura do setor transportador através de investimentos nas redes aeroportuária, portuária, hidroviária e ferroviária com vistas a diminuir custos logísticos e, assim, ampliar a competitividade da produção gaúcha. Ainda no âmbito deste Programa, o Estado se compromete com o aperfeiçoamento da mobilidade e à promoção da integração urbana através da requalificação e ampliação dos sistemas viários das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Além disso, também são elencadas ações voltadas a garantir maior eficiência e assertividade na gestão de obras públicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
2.228.423.570	669.364.700	1.559.058.870	Percentual de quilômetros (km) pavimentados da rede rodoviária estadual	%	70,82	Positiva
			Qualidade da energia elétrica	pontos	77,10	Positiva



Ação Programática: APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Resultado Esperado: Qualificação da infraestrutura rodoviária, melhoria das condições de serviço, ampliação da eficiência, da segurança, da produtividade, a redução do custo de transporte e o rebaixamento do custo logístico

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.931.001.231	481.352.361	1.449.648.870	Indicador da extensão da rodovia pedagiada restaurada	km	202,84	157,595
			Indicador de extensão de rodovia pedagiada conservada	km	759,83	630,38
			Indicador de irregularidade longitudinal da malha rodoviária estadual pavimentada - IRI	%	71	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação da malha rodoviária pedagiada	EGR	Realização de melhorias na malha rodoviária pedagiada com a implantação de interseções e obras de arte especiais visando aprimorar as condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas e aumentando a segurança dos usuários. A EGR mediante processo licitatório contratará o projeto e a execução dos serviços.	15.000.000	Rodovia construída	km	6
Ampliação de capacidade de rodovia pedagiada	EGR	Aumento da capacidade das rodovias pedagiadas por meio de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	5.000.000	Rodovia com capacidade ampliada	km	1,5
Ampliação de capacidade de rodovias	DAER	Ampliação da capacidade dos eixos rodoviários através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, em aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções e serviços complementares.	52.000.000	Rodovia com capacidade ampliada	km	225,7
Atividades prévias à realização de investimentos em obras rodoviárias	DAER	Realização de todas as ações necessárias à viabilização de investimentos na malha rodoviária estadual. Envolve gastos destinados às desapropriações de imóveis para execução ou manutenção de obras rodoviárias. Compreende o acompanhamento e apoio técnico à fiscalização de obras, realização de controle de qualidade e aferição de quantitativos de serviços executados em obras de construção, manutenção, restauração de rodovias e de obras de arte especiais, além de prover as superintendências regionais de outros serviços de apoio técnico necessários ao bom desempenho de suas funções, tais como: serviços de topografia, avaliação de pavimento, readequação de projetos, sondagens, ensaios, além de atividades de apoio a serviços ambientais. Abrange ainda a contratação de empresas especializadas na elaboração de estudos e projetos finais de engenharia.	36.535.236	Projeto final de engenharia realizado	unidade	23

Conservação e manutenção de rodovias	DAER	Conservação e manutenção das rodovias pavimentadas e não pavimentadas, compreendendo a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, manutenção do pavimento como operações de tapa-buracos, remedos localizados, reperfilagem e camada final de rolamento, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização.	416.132.361	Rodovia com pavimento conservado	km	10.337,35
Construção de acessos municipais	DAER	Extensão da rede de rodovias possibilitando maior integração das comunidades com a malha rodoviária existente estendendo os benefícios a um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	445.000.000	Acesso municipal construído	km	148,31
Construção de rodovias e ligações regionais	DAER	Execução de todos os serviços destinados a expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras, locais e ligações regionais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, construção, substituição de obras de arte correntes, sinalização, serviços complementares e custos referentes ao meio ambiente.	437.613.634	Rodovia construída	km	126,215
Construção e manutenção de obras de arte especiais	DAER	Execução de todos os serviços destinados a expansão e qualificação das Obras de Arte Especiais do sistema rodoviário estadual como pontes, viadutos, passagens inferiores, obras de contenção, passarelas e túneis. Visa aprimorar as condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção, reconstrução, restauração e ampliação de capacidade das Obras de Arte Especiais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	34.500.000	Obra de arte especial construída	unidade	12
				Obra de arte especial mantida	unidade	12
Fiscalização rodoviária de veículos	DAER	Execução de ações de controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade do transporte de passageiros nas rodovias estaduais, realizando a fiscalização e o monitoramento de veículos com a utilização de medidores eletrônicos de velocidade fixos: pardais e lombadas.	37.400.000	Veículo monitorado	unidade	1.540.000.000
Gestão das faixas de domínio da malha rodoviária	DAER	Execução de ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade da gestão das faixas de domínio das rodovias estaduais, integradas através de solução de gestão - software - a ser desenvolvido, bem como cadastro e georeferenciamento da malha rodoviária. Atualização da legislação Estadual e das normativas necessárias ao processo de gestão das faixas de domínio.	3.000.000	Atendimento ao usuário realizado	unidade	640
				Cadastro concluído	km	810,84
				Legislação estadual atualizada	unidade	2
				Sistema implantado	%	100
				Solução de gestão implantada	%	100

Implantação do Plano Diretor de Transportes de Passageiros de Longo Curso	DAER	Implantação do sistema de transporte coletivo intermunicipal de longo curso conforme Plano Diretor, objetivando regular e democratizar o acesso aos seus usuários, bem como promover o aperfeiçoamento contínuo da gestão das informações administrativas e operacionais do sistema. Envolve ainda o desenvolvimento de ferramentas para gestão do sistema de transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, objetivando o aprimoramento da gestão das informações administrativas e operacionais dos serviços à disposição dos usuários. Democratizar o acesso de empresas do sistema especial no registro no RECEFITUR, para gestão de dados da empresa, frota e emissão de listas de passageiros, através da integração com sistemas e órgãos do Estado.	4.480.000	Cobertura de agências e estações rodoviárias ampliada	%	70
				Gestão aprimorada	%	100
				GTC - Sistema de gestão desenvolvido	%	100
				Legislação revisada	unidade	4
				Mercado concedido	unidade	14
				Sistema de transporte modernizado	%	100
Manutenção e conservação de rodovia pedagiada	EGR	Conservação e manutenção das rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	72.000.000	Rodovia conservada	km	630,38
Operação continuada de fiscalização de cargas	DAER	Execução de ações de planejamento, controle, gerenciamento, segurança e fiscalização da qualidade dos serviços de transporte de cargas nas rodovias estaduais.	8.000.000	Ponto de fiscalização em operação	unidade	4
				Veículo fiscalizado	unidade	29.000
Prestação de serviços de atendimento ao usuário	EGR	Prestação de serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	40.320.000	Praça de pedágio com ambulância disponibilizada	unidade	9
				Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos disponibilizado	unidade	10
Qualificação da rede viária - Convênios Municipais	DAER	Execução de obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte especiais e obras complementares, bem como a aquisição de equipamentos para que, de forma consorciada, seja promovida a execução de pavimentação asfáltica. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	16.000.000	Obra viária realizada	unidade	32
Regulação da Concessão de Rodovias	AGERGS	Orientar a confecção e homologar os editais e contratos. Exercício de atividades decorrentes da concessão referente às atribuições da AGERGS. (base legal: Lei 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2011, art. 3º, parágrafo único, alínea c, e art.4º, inciso: VII.	20.000	Contrato Homologado	unidade	2
				Edital Homologado	unidade	1
				Rodovia Regulada	unidade	2
Restauração da malha rodoviária pedagiada	EGR	Restauração das rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	264.000.000	Rodovia restaurada	km	630,38

Restauração e manutenção de pavimento	DAER	Restauração e manutenção das rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como recuperação, construção ou ainda reconstrução de obras de arte correntes, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	44.000.000	Rodovia com pavimento restaurado	km	55
---------------------------------------	------	---	------------	----------------------------------	----	----



Ação Programática: APRIMORAMENTO DA INTERMODALIDADE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Resultado Esperado: Ampliação da atividade de transporte intermodal, ampliação da racionalidade e da eficiência do setor transportador, reduzir as despesas com transporte e rebaixar o custo logístico

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
55.421.550	50.421.550	5.000.000	Movimentação de aeronaves nos aeroportos regionais	Unidade	12.314	13.545
			Movimentação de cargas pagas no sistema aeroviário	Tonelada/ano	13.120	13.360
			Movimentação de passageiros nos aeroportos regionais	Unidade	339.717	373.688

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aprimoramento de acesso rodoviário a terminal intermodal	DAER	Ampliação da capacidade de integração dos modais de logística de transporte (rodoviário, portuário, hidroviário e aeroportuário) através de intervenções em rodovias que venham a ser demonstradas como estratégicas em estudo a ser realizado pela Secretaria de Logística e Transportes (SELT). O diagnóstico resultante dos estudos realizados pela SELT, será a base através da qual o DAER desenvolverá o planejamento e a realização, conforme o caso, de obras de duplicação de rodovias arteriais existentes, implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito em pontos críticos que necessitam de aumento da sua capacidade com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego de cargas, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções e serviços complementares.	1.000.000	Integração modal realizada	unidade	1
Manutenção da infraestrutura dos aeroportos regionais	SELT	Desenvolvimento de atividades destinadas à manutenção e à qualificação da segurança operacional dos aeroportos administrados pelo estado em atenção às normas previstas e as exigências estabelecidas pelos órgãos de controle aéreo.	46.261.550	Aeroporto com infraestrutura mantida	unidade	8
Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	SELT	Desenvolvimento de atividades e investimentos necessários a modernização e integração da rede de aeroportos administrados pelo estado, objetivando desenvolver uma infraestrutura aeroportuária atualizada e uma malha aeroviária ramificada	6.000.000	Aeroporto ampliado	unidade	2
				Aeroporto modernizado	unidade	8
Planejamento e gestão do setor transportes	SELT	Desenvolvimento de estudos técnicos especializados destinados a orientar a estruturação das políticas, à orientação e a priorização de investimentos na infraestrutura do setor transportes através da contratação de levantamentos de campo, pesquisas de dados e projetos técnicos para atualização do Plano Estadual de Logística e Transportes do Rio Grande do Sul, para a revisão e atualização do Plano Diretor de Navegação Interior - PNDI e para a criação do sistema informatizado de gestão do transporte hidroviário interior do Rio Grande do Sul.	1.960.000	Legislação consolidada	unidade	1
				PDNI revisado	%	100
				PELT atualizado	%	100
				Sistema de gestão criado	unidade	1
Projeto de articulação institucional para o fomento e a qualificação do serviço de transporte ferroviário	SELT	Execução de Projetos de promoção da integração e da articulação institucional destinadas à manutenção e ao fomento e a ampliação do aproveitamento do potencial ferroviário instalado no RS.	0	Projeto de articulação e fomento realizado	%	100

Promoção e fomento do transporte intermodal	SELT	Desenvolvimento de atividades de pesquisas destinadas à identificação e a mensuração do potencial de movimentação de cargas regionalizadas e dos fatores de indução necessários e suficientes à criação de novos terminais hidroviários. Desenvolvimento de estudos destinados a sustentar políticas de atração de novos transportadores aquaviários e promoção da intermodalidade.	200.000	Campanha de promoção realizada	unidade	4
				Estudo de promoção realizado	unidade	1
				Terminal implantado	unidade	2
Realização de estudos de qualificação e ampliação da infraestrutura ferroviária	SELT	Elaboração de estudos destinados a suprir carência de instrumentos e de sistemática de gestão adequados ao efetivo acompanhamento do trabalho realizado em âmbito federal e pela concessionária da Malha Sul.	0	Estudo de ampliação realizado	%	100
				Estudo de qualificação realizado	%	100



Ação Programática: APRIMORAMENTO DO SISTEMA HIDROPORTUÁRIO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Resultado Esperado: Ampliar a participação do transporte hidroviário interior, incrementar a integração e articulação institucional setoriais, avançar no aproveitamento do potencial hidroviário, obter ganhos de eficiência setorial, reduzir as despesas com transporte e o rebaixar o custo logístico

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
126.222.785	25.132.785	101.090.000	Movimentação portuária nos portos públicos	milhões de toneladas	12,2	12,5
			Número de terminais hidroviários em operação	Unidade	22	24
			Extensão da malha hidroviária utilizada	km	754	926
			Movimentações portuárias	milhões de toneladas	53,4	55

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Articulação da melhoria da viabilização dos acessos e vias das cargas aos portos gaúchos	PORTOS RS	Promoção da articulação e da melhoria das vias de acesso de cargas aos portos gaúchos por meio do mapeamento e da mobilização de centros de distribuição	0	Centro de distribuição mobilizado	%	100
				Mapeamento realizado	%	100
Concessão do canal de acesso ao Porto do Rio Grande	PORTOS RS	Concessão do canal de acesso ao Porto do Rio Grande para realizar a ampliação, manutenção e exploração do canal, de modo que as melhorias viabilizem uma redução no tempo de navegação e atracação, aumentando, assim, a eficiência dos terminais portuários do Porto do Rio Grande.	0	Estudo de modelagem realizado	%	100
				Modelagem executada	%	100
Manutenção e modernização do sistema hidroviário	SELT	Desenvolvimento de atividades de manutenção do sistema de balizamento da hidrovia do rio Jacuí, desenvolvimento de estudos técnicos de caracterização geomorfológica da hidrovia, análise e modernização dos projetos dos canais quanto à sua geometria e sinalização náutica e posterior adequação da hidrovia por meio de dragagens e complementação do sistema de balizamento. Concluídas as interações na infraestrutura aquaviária, serão encaminhados os projetos à Marinha do Brasil para a solicitação de aprovação dos Levantamentos Hidrográficos finais da obra para homologação das profundidades de projeto e cartografia da hidrovia	26.222.785	Estaleiro regularizado	%	100
				Hidrovia cartografada	unidade	1
				Hidrovia dragada	m3	400.000
				Hidrovia sinalizada	%	100
				Projeto de modernização realizado	unidade	1
Potencialização do complexo hidroportuário	PORTOS RS	Potencialização do complexo hidroportuário por meio de: dragagem e sinalização de hidrovias e canais; mapeamento dos distritos industriais; modelagem e posterior concessão da manutenção e sinalização da hidrovia; e estruturação do HUB.	100.000.000	Concessão da manutenção e sinalização da hidrovia realizada	%	100
				Dragagem de hidrovia e canal realizada	%	100
				HUB estruturado	%	100
				Mapeamento de distrito industrial realizado	%	100
				Modelagem da concessão da manutenção e sinalização da hidrovia realizada	%	100
				Sinalização de hidrovia e canal realizada	%	100



Ação Programática: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Resultado Esperado: Organização de um Sistema Integrado de Transporte Público Multimodal.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
94.807.864	91.807.864	3.000.000	Taxa de motorização na Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR)	Percentual	59,27	60,46
			Taxa de motorização na Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL)	Percentual	63,77	65,05
			Taxa de motorização na Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)	Percentual	68,19	69,55
			Taxa de motorização na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)	Percentual	59,48	60,67

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitanano	SEDUR	Visa elaborar, aprovar e, posteriormente, operacionalizar o Projeto de Lei que institui o Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitanano .	0	Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitanano operacionalizado	unidade	1
				Projeto de lei do Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitanano aprovado	unidade	1
				Projeto de lei do Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitanano elaborado	unidade	1
Melhoria do projeto fretamento legal	METROPLAN	Melhoria do Projeto Fretamento Legal	100.000	Ferramenta de Fiscalização On-line implantada	%	100
				Monitoramento do Sistema On-line realizado	%	100
				Portal de Gestão do Sistema de fretamento implantado	%	100
Programa de Passe Livre Estudantil METROPLAN	METROPLAN	Programa de Passe Livre Estudantil	42.900.000	Rede de prefeituras cadastradas no Sistema Passe Livre On-line ampliada	%	100
Programa de Passe Livre Estudantil SEDUR	SEDUR	Programa de Passe Livre Estudantil.	47.707.864	Rede de prefeituras cadastradas no Sistema Passe Livre On-line ampliada	%	100
Qualificação da prestação de transporte público	METROPLAN	Qualificação da Prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo por Ônibus	3.100.000	Mobiliário Urbano do Sistema de Transporte ampliado	%	100
Regularização das concessões do serviço de transporte público coletivo hidroviário	METROPLAN	Regularização das concessões do serviço de transporte Público coletivo Hidroviário da Travessia de São José do Norte a Rio Grande e Travessia São Jerônimo a Triunfo	1.000.000	Termo de referência para a licitação dos serviços hidroviários de São Jerônimo e Triunfo elaborado	%	100
				Termo de referência para a licitação dos serviços hidroviários de São José do Norte e Rio Grande elaborado	%	100



Ação Programática: INTEGRAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Resultado Esperado: Aumento da integração entre municípios pertencentes a regiões metropolitanas e aglomerados urbanos através da ampliação da infraestrutura viária, melhoria do fluxo viário e maior agilidade no transporte coletivo intermunicipal.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
19.672.072	19.472.072	200.000	Danos materiais ocasionados por desastres naturais	Unidade	39.382	38.594

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	SEDUR	Visa solucionar demandas de mobilidade urbana através da requalificação e ampliação do sistema viário.	400.000	Município assessorado	unidade	400
				Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) elaborado	%	100
				Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) elaborado	%	100
				Projeto da Avenida do Conde concluído	%	100
				Projeto da Avenida do Conde executado	%	100
				Projeto da Avenida do Litoral Norte concluído	%	100
				Projeto da Avenida do Litoral Norte executado	%	100
				Projeto da Estrada Caminho do Meio concluído	%	100
				Projeto da Estrada do Caminho do Meio executado	%	100
				Projeto de bus rapid transit (BRT) Alvorada concluído	%	100
				Projeto de bus rapid transit (BRT) Alvorada executado	%	100
				Projeto de bus rapid transit (BRT) Cachoeirinha concluído	%	100
				Projeto de bus rapid transit (BRT) Cachoeirinha executado	%	100

Gestão de projetos e estudos de alternativas para prevenção de cheias	METROPLAN	Gestão de projetos, estudos de alternativas e concepção de obras para prevenção de cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre .	16.179.936	Estudo de impacto ambiental na bacia do Rio dos Sinos realizado	unidade	2
				Estudo de impacto ambiental na bacia do Rio Gravataí e Afluentes (Arroio Feijó) realizado	unidade	2
				Estudo de impacto ambiental na bacia do Rio Gravataí realizado	unidade	2
				Estudo de projeto de engenharia na bacia do Rio dos Sinos realizado	unidade	2
				Estudo de projeto de engenharia na bacia do Rio Gravataí e Afluentes (Arroio Feijó) realizado	unidade	2
				Estudo de projeto de engenharia na bacia do Rio Gravataí realizado	unidade	2
				Estudo de projeto de engenharia na cidade de Eldorado do Sul realizado	unidade	1
Pavimenta	SEDUR	O Programa Pavimenta visa fomentar as relações entre o Estado e os Municípios para incrementar a infraestrutura urbana, rodoviária e rural nos municípios gaúchos através da inclusão de obras de terraplanagem, drenagem, pavimentação e sinalização. Salienta-se a relevância destas obras de infraestrutura para a segurança e a economia do Estado e de seus municípios, fomentando a cultura e o turismo, aprimorando as condições para escoamento de produção e, por consequência, melhorando a qualidade de vida das pessoas alcançadas pelo Programa.	3.092.136	Distância de infraestrutura viária qualificada	km	200
Proposição Legislativa para retomada da regulação econômica do Transporte Metropolitano	AGERGS	Proposição Legislativa para retomada da regulação econômica do Transporte Metropolitano	0	Minuta de Projeto de Lei Elaborada	unidade	1
Qualificação e revitalização urbana em territórios do RS Seguro	SEDUR	Qualificação e revitalização de equipamentos e espaços públicos, bem como sistema viário local em territórios do Programa RS Seguro.	0	Equipamento e espaço público integrado com a dinâmica da comunidade local implantado em território do RS Seguro	unidade	3
				Intervenção de revitalização do entorno de escola pública implantada em território do RS Seguro	unidade	3
				Intervenção no modelo de urbanismo social implantada em território do RS Seguro	unidade	34



Ação Programática: EFICIÊNCIA E ASSERTIVIDADE NA GESTÃO DE OBRAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

Resultado Esperado: Maior agilidade, eficiência e eficácia no atendimento das demandas relacionadas à gestão de obras públicas, com um melhor aproveitamento dos recursos públicos

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
240.000	120.000	120.000	Taxa de conclusão de obras planejadas	%	58,32	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	SOP	Elaboração de Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI), incluindo a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de RS, visando a adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	80.000	Alvará de proteção contra incêndio obtido de acordo com o plano anual	%	100
Gestão e governança de portfólio de obras públicas	SOP	Realização de ações para a produção de elementos técnicos visando o controle, planejamento e melhoria das condições da(s) edificação(ões) públicas. Dentre os produtos previstos, cabe destacar que constam as vistorias e a emissão dos respectivos relatórios contendo o diagnóstico dos prédios, elaboração de projetos de reforma / ampliação e/ou construção, projetos para instalação e/ou modernização de equipamentos, fiscalização de obras e / ou serviços da arquitetura e engenharia contratados.	0	Diagnóstico de rede de todos os elementos necessários à edificação realizado	%	100
				Plano de Obras Anual para Secretarias solicitantes implementado	%	100
Manutenção e implantação de sistemas e ferramentas de gestão de obras	SOP	Realização de ações programadas visando o controle, planejamento e melhoria das condições da(s) edificação(ões) públicas visando maior agilidade, eficiência e eficácia e o conseqüente melhor aproveitamento dos recursos públicos.	80.000	Sistema de obras implementado	%	100
Realização de obras de reforma e construção em prédios públicos	SOP	Realização de obras de acordo com plano anual estabelecido.	0	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
Requalificação da rede de atendimento territorial da Secretaria de Obras Públicas	SOP	Facilidade de acesso e melhoria no atendimento à população, maior agilidade no atendimento às solicitações dos diversos órgãos da administração direta e indireta e também das demandas da população.	80.000	Incremento na capacidade de atendimento nas regionais realizado	%	100
				Servidor beneficiado por Equipamento de Proteção Individual (EPI)	%	100
				Unidade beneficiada por equipamento adequado	%	100



Ação Programática: TRANSPORTE METROPOLITANO

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Resultado Esperado: Integração dos modais do transporte metropolitano e melhoria significativa do serviço, através de sistemas tecnológicos para o usuário e para a gestão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
1.058.068	1.058.068	0	Número de passageiros transportados	Usuários	66.058.999	66.719.589

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Regularização dos Serviços de Transporte Público Coletivo por Ônibus na RMPA, RMSG, AULINOR e AUSUL	SEDUR	Visa regularizar os serviços de transporte público coletivo por ônibus através de elaboração de termos de referência para viabilizar a licitação dos serviços.	400.000	Termo de referência para a licitação dos serviços na AULINOR elaborado	unidade	1
				Termo de referência para a licitação dos serviços na AUSUL elaborado	unidade	1
				Termo de referência para a licitação dos serviços na RMPA elaborado	unidade	1
				Termo de referência para a licitação dos serviços na RMSG elaborado	unidade	1
Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável e Integrando Tecnologia de Gestão	SEDUR	O sistema de bilhetagem visa facilitar o uso do transporte público. Se trata de uma ferramenta importante no planejamento e operação, pois permite acesso aos dados operacionais que, por sua vez, são essenciais para o planejamento do sistema.	658.068	Gestão da Arrecadação implantada	%	100
				Gestão dos Dados implantada	%	100
				Projeto para integração multimodal de Sistemas de Transportes Públicos nas regiões elaborado	%	100
				Termo de referência para a licitação do Sistema de Bilhetagem do Poder Público elaborado	unidade	1

Programa: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Temático

Objetivo Temático: Preservar o meio ambiente e aumentar a qualidade de vida da população gaúcha pelo fortalecimento das matrizes energéticas renováveis, ampliação e qualificação da oferta de saneamento e prevenção e mitigação dos efeitos de desastres naturais e tecnológicos em um contexto de mudanças climáticas.

Contextualização: O Programa Sustentabilidade Ambiental se dedica à promoção de um modelo de desenvolvimento assentado em bases ambientalmente responsáveis. O mundo passa por notáveis mudanças climáticas e, neste contexto, a necessidade de impulsionar o crescimento econômico do Rio Grande do Sul deve estar acompanhada de medidas que garantam a necessária adaptação ao novo cenário, com ênfase para a transição energética. Em 2021, embora 77,2% da energia gerada no Estado tenha se concentrado em fontes renováveis, apenas 33,5% do consumo interno de energia bruta proveio destas modalidades energéticas. Diante disso, o potencial de oferta de energia baseada em energéticos renováveis deve ser fortalecido por iniciativas governamentais. Ao mesmo tempo, o uso mais eficiente e racional da energia deve ser incentivado. A partir da compreensão de que desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental são peças de uma mesma engrenagem, o Estado também propõe ações para a conservação e gestão da biodiversidade local, além da mitigação dos efeitos negativos da liberação de gases do efeito estufa, buscando conter a degradação dos biomas locais e assegurar patamares mais elevados de saúde e qualidade de vida para a população gaúcha. No mesmo sentido, e considerando que, embora 98% da população urbana do Estado disponha de atendimento de água, menos de 40% conta com tratamento de esgoto, o Estado também propõe ações voltadas à gestão sustentável da água e à promoção do acesso ao saneamento. Ainda no âmbito deste Programa, o Governo do Rio Grande do Sul se compromete com a prevenção e mitigação dos efeitos causados por desastres naturais e tecnológicos. Apenas em 2022, 41,4 pessoas a cada 100 mil foram diretamente afetadas por desastres naturais reconhecidos, o que aponta para a necessidade de ações voltadas a áreas de risco no Estado.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
262.370.327	88.483.672	173.886.655	Índice de atendimento urbano de água	%	97,94	Positiva
			Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água	%	39,30	Positiva
			Índice de qualidade do ar	%	90,32	Positiva
			Número pessoas diretamente afetadas por desastres naturais reconhecidos por 100 mil habitantes	por 100 mil habitantes	41,37	Positiva
			Percentual de energias renováveis na geração de energia elétrica	%	77,22	Positiva
			Percentual de esgoto tratado em relação à água consumida	%	25,32	Positiva



Ação Programática: AÇÕES PARA MITIGAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Resultado Esperado: Desenvolvimento de planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
24.482.930	24.482.930	0	Proporção da população atendida com o monitoramento da qualidade do ar no Estado	%	9,24	29,31

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	SEMA	Estabelecer um compromisso do Estado frente aos desafios impostos às mudanças climáticas, definindo as condições para adaptações e mitigações necessárias para reduzir a emissão líquida dos gases de efeito estufa.	4.000.000	Serviço para ampliação do monitoramento da qualidade do ar contratado	%	100
Governança Climática	SEMA	Publicar normas e metas para a Política Estadual de Mudanças Climáticas, firmando o compromisso do Estado frente aos desafios das mudanças climáticas globais, e definir as condições para adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas. Contribuir para a redução da concentração dos Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, atingindo nível seguro para garantir o desenvolvimento sustentável. Integra-se à Política Nacional sobre Mudança Climática (PNMC) e aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como programas, projetos e ações relacionadas direta ou indiretamente ao tema. Viabilizar a elaboração de Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Planos de Adaptação e Mitigação para redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para eventos naturais, cadeia energética, setor industrial, setor de resíduos, setor agropecuário.	10.442.930	Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) elaborado	unidade	1
				Plano de Adaptação e Mitigação para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) elaborado	unidade	1
				Plano de Descarbonização do Setor Energético elaborado	unidade	1
				Plano de resiliência climática	unidade	1
Monitoramento da Qualidade do Ar	FEPAM	Desenvolvimento de Planos de Mitigação e Adaptação para a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	40.000	Relatório consolidado de monitoramento do IQA elaborado	unidade	4
Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	SEMA	Pagamento das atividades humanas voluntárias de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas ações que promovem a neutralização do carbono. Programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), com uso de recursos de fundos disponíveis e captações em programas de fomento implantado.	10.000.000	Edital para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) lançado	unidade	4

Ação Programática: FORTALECIMENTO DO POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA E MINERAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Resultado Esperado: Aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética e uso mais eficiente e racional da energia.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
105.927.558	15.927.558	90.000.000	Índice de recuperação ambiental - mina de Candiota	%	133,03	100
			Número de unidades consumidoras rurais diretamente contempladas com rede trifásica no Estado	Unidade	1.377	4.000
			Percentual de participação da oferta interna de energia bruta proveniente de fontes renováveis no Estado	Percentual	33,5	35,5

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Acompanhamento de projetos no setor de energia	SEMA	Acompanhamento da execução dos projetos de linhas de transmissão, objetos de Leilões da ANEEL. Acompanhamento de projetos prioritários de infraestrutura energética relativos à geração, transmissão e distribuição de energia.	0	Empreendimento estruturante do setor energético acompanhado (Leilão ANEEL)	%	100
				Empreendimento prioritário do setor energético licenciados acompanhado	%	100
Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	SEMA	Apoio à viabilização de empreendimentos de energia por meio de políticas públicas que mobilizem os diversos atores necessários ao fortalecimento e diversificação da matriz energética estadual.	54.508.827	Plano de desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no Rio Grande do Sul implementado	unidade	1
				Programa Biogás RS implementado	%	100
				Programa de aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos e industriais implantado	unidade	1
Elaboração de planos e estudos para o Setor de Mineração	SEMA	Realização de estudos, pesquisas e planos para apoiar o desenvolvimento do setor mineral estadual.	2.000.000	Plano Estadual de Transição Energética Justa elaborado	unidade	1
Planejamento ambiental para energias alternativas	FEPAM	Relatório de Resíduos Sólidos Industriais e Urbanos elaborado no estado. Acompanhar a emissão dos resíduos urbanos e industriais gerados no Estado	100.000	Manual Estadual de Licenciamento de Hidrogênio Verde elaborado	unidade	1
				Relatório de Resíduos Sólidos Industrial e Urbano no Estado elaborado	unidade	1
Planejamento Energético	SEMA	Realização de estudos, pesquisas e planos para apoiar o desenvolvimento do setor energético estadual.	200.000	Atlas Hidroenergético elaborado	unidade	1
				Balanço Energético publicado	unidade	2
				Plano Energético Estadual atualizado	unidade	1
				Relatório de infraestrutura do setor energético publicado	unidade	4
Programa de Eficiência Energética	SEMA	Desenvolvimento de planos, projetos e ações de promoção da eficiência energética, conservação e uso racional da energia.	4.000.000	Programa Eficiência Energética implantado	unidade	1
Programa Energia Forte no Campo	SEMA	Qualificação das redes de distribuição de energia elétrica no meio rural, abrangendo investimentos em obras de complementação de fases, reforço da bitola dos condutores; melhorias tais como substituição de postes de madeira por postes de concreto, reformas da rede elétrica, instalação de transformadores, modernização nos sistemas de proteção e segurança da rede, adequação dos níveis de tensão, qualificando o atendimento ao consumidor rural.	40.000.000	Fase do Programa Energia Forte no Campo viabilizada	unidade	4

Promover a Sustentabilidade da Atividade Minerária	CRM	Reduzir o esgotamento de recursos naturais através da recuperação ambiental de áreas impactadas pela atividade minerária da CRM, na Mina de Candiota, inclusive de passivos ambientais.	5.118.731	Relatório de Gestão Ambiental elaborado	unidade	4
--	-----	---	-----------	---	---------	---



Ação Programática: GESTÃO INTEGRADA EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Órgão Coordenador: CASA MILITAR
Resultado Esperado: Alcançar a gestão integrada em proteção e defesa civil e um Estado resiliente.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
8.809.938	1.088.100	7.721.838	Percentual de implementação da Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	%	15	70

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Abastecimento emergencial em áreas de risco	SSP	Abastecimento de água potável em regiões afetadas pela estiagem no Estado.	1.400.000	Atendimento realizado com Caminhões Autotanque (AT) para transporte de água potável de forma emergencial para regiões afetadas pela estiagem	unidade	60
Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD)	CM	Desenvolvimento de ações relativas à atualização do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD), do Levantamento de Locais de Risco, Recebimento de Planos de Contingência e da Atualização da Política Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres.	248.100	Legislação da Defesa Civil atualizada	%	100
				Levantamento de áreas de riscos realizado	%	100
				Plano de contingência recebido	%	100
				Plataforma do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD) atualizada	%	100
Auxílio para situações de calamidade ou emergência decorrentes de eventos climáticos	SAS	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos referentes a auxílios para situações de calamidade e de emergência. Engloba também o disposto pela Lei nº 15.977, de 12 de julho de 2023, que instituiu auxílio para situações de calamidade ou emergência destinado à população do Estado do Rio Grande do Sul vítima das contingências decorrentes de eventos climáticos. Esse auxílio objetiva reduzir os impactos de eventos climáticos sobre a vida das pessoas imediatamente atingidas; garantir condições mínimas de subsistência digna à população cuja moradia foi diretamente afetada pelas contingências decorrentes de eventos meteorológicos; e contribuir para a reparação das perdas e dos prejuízos decorrentes de eventos climáticos.	40.000	Família hipossuficiente atingida por eventos climáticos beneficiada com auxílio para situações de calamidade ou emergência	unidade	2.000
Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	CM	Projeto de implementação de prédio de missão crítica dotado de infraestrutura e tecnologia voltada à Gestão Integrada de Riscos e Desastres.	6.721.838	Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres instalado	%	100
Promoção de ações de educação, capacitação e conscientização	CM	Desenvolver ações relativas à capacitação e treinamento dos integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa civil, assim como campanhas de conscientização voltados à população em geral.	0	Capacitação realizada	unidade	36
				Seminário ou Simulado de Proteção e Defesa Civil realizado	unidade	8
Qualificação e capacitação de agentes municipais	SSP	Necessidade de da sinergia aos esforços do Estado a respeito dos princípios da Economicidade e Eficiência.	400.000	Processo de qualificação e credenciamento dos Serviços Cíveis Auxiliares de Bombeiros (SCABS) aprimorado	unidade	12



Ação Programática: GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E PROMOÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Resultado Esperado: Estruturar e estabelecer instrumentos para a mitigação da insegurança hídrica e do déficit do acesso aos serviços de saneamento básico.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
17.800.000	17.160.000	640.000	Índice de Transmissão de Dados (ITD) médio das estações hidrometeorológicas prioritárias	Percentual	51	80
			Número de municípios impactados por ações de saneamento	Unidade	0	180
			Número de processos de outorga analisados	Unidade	5.557	5.834

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Divulgação de informações estaduais sobre recursos hídricos	SEMA	Continuidade e aprimoramento da comunicação e divulgação de dados e informações estaduais sobre recursos hídricos.	0	Nota técnica e artigo com produção do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) publicado	unidade	4
				Relatório anual de Recursos Hídricos publicado	unidade	4
Fomento à economia circular dos resíduos sólidos urbanos	SEMA	Execução de ações estruturantes na área de gestão de resíduos sólidos, conforme estruturado no Plano Estadual de Resíduos Sólidos e atualizado no Plano Estadual de Saneamento.	300.000	Estudo do fluxo de resíduos recicláveis elaborado	unidade	1
				Rede de inovação para a valorização dos resíduos recicláveis implantada	unidade	1
				Regulamento geral para a logística reversa desenvolvido	unidade	1
Fomento da integração das políticas de recursos hídricos junto à Agência Nacional de Águas (ANA) e Saneamento Básico	SEMA	Integração das políticas nacional e estadual de recursos hídricos através da adesão a contrato de cumprimento de metas junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).	0	Regulamentação da outorga de lançamento de efluentes publicada	unidade	1
				Relatório das metas estaduais entregue	unidade	4
				Relatório das metas federativas entregue	unidade	4
				Terceiro contrato de metas junto à Agência Nacional das Águas (ANA) Progestão acompanhado	unidade	4
Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos	SEMA	Atualização e formalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos e apoio aos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas estaduais.	8.000.000	Assessoria ao Comitê de Bacia Hidrográfica com apoio administrativo e técnico viabilizada	unidade	25
				Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos encaminhada ao CRH, CBHs e AL	unidade	1

Implementação do Plano Estadual de Saneamento	SEMA	Execução de ações estruturantes na área de saneamento básico, em suporte aos titulares, prestadores e reguladores dos serviços, conforme estruturado no Plano Estadual de Saneamento.	5.500.000	Estudo de avaliação de potencial de reuso industrial do esgoto sanitário elaborado	unidade	1
				Plano Municipal de Saneamento Básico acompanhado	%	100
				Programa de Pesquisa em Desenvolvimento Institucional do Saneamento Básico implantado	unidade	1
				Projeto de controle e redução de perdas no abastecimento de água implementado	unidade	1
				Relatório anual de Salubridade Ambiental publicado	unidade	4
				Unidade regional de saneamento básico instalada	unidade	2
Monitoramento da Qualidade da Água	FEPAM	Contribuir para a gestão qualitativa da água, através de ações de planejamento e monitoramento, bem como pela elaboração de relatórios e boletins de qualidade periódicos e pela divulgação de dados de monitoramento obtidos pela Rede Básica do RS operada pela FEPAM; - promover a implantação e expansão da Rede Estadual de Monitoramento da Qualidade da Água/Rede Básica do RS e auxiliar a Agência Nacional de Águas - ANA na gestão federal de recursos hídricos. Monitorar a ocorrência de resíduos de agrotóxicos nas águas das Bacias Hidrográficas do rio Gravataí e do Alto Jacuí	4.000.000	Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas elaborado	unidade	8
				Relatório de Monitoramento de Agrotóxicos elaborado	unidade	2
Normatização Regulatória Conforme Lei 14.026/2020	AGERGS	Normatização Regulatória Conforme Lei 14.026/2020	0	Resolução Normativa Emitida	unidade	2



Ação Programática: GESTÃO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Resultado Esperado: Diminuir a degradação de biomas através do equilíbrio social, ambiental e econômico.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
105.349.901	29.825.084	75.524.817	Número de ações fiscalizatórias à potenciais danos ambientais no Estado	Unidade	10	15
			Percentual médio de criadores comerciais regularizados de fauna silvestre e exótica no Estado	Percentual	0	30
			Percentual médio de projetos aprovados de recuperação da vegetação nativa das áreas degradadas no Estado	Percentual	20	30
			Proporção de COREDEs com municípios capacitados em educação ambiental	Percentual	3,5	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ações integradas de Educação Ambiental	SEMA	Desenvolver, apoiar e implementar atividades de educação ambiental no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura e no Estado .	5.220.000	Ação de Voluntariado executada - RS Seguro	unidade	17
				Adesão ao Ministério do Meio Ambiente à Agenda Ambiental na Gestão Pública (A3P) efetivada	unidade	1
				Multiplicador ambiental capacitado - RS Seguro	unidade	170
				Multiplicador capacitado pelo Programa Integrado de Capacitação e Formação de Multiplicadores Ambientais	unidade	490
				Número de voluntários em ação ligada ao Programa de Voluntariado	unidade	160
				Oficina realizada - RS Seguro	unidade	17
				Plano Estadual de Educação Ambiental (PLANEA) elaborado	unidade	1
				Programa de Educação Ambiental Colaborativo (PEAC) implementado	%	100
				Projeto Rota do Lixo implementado no território - RS Seguro	unidade	17
				Projeto socioambiental elaborado - RS Seguro	unidade	17

Combate a perda da Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	SEMA	Ações integradas com foco no desenvolvimento sustentável e nas necessidades socioambientais do Estado, congregando as demandas vinculadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável dos ecossistemas.	7.000.000	Normativa de empreendimento de fauna exótica revisada	unidade	1
				Programa Campos do Sul implementado	%	100
				Programa Estadual de Controle de Espécies Exóticas Invasoras RS implementado	%	100
				Programa Estadual de Trilhas de Longo Curso: reconectando pessoas e ambientes implantado	unidade	1
				Programa RS BioMonitora implementado	%	100
				Projeto de Conservação de Butiás implementado	unidade	1
				Projeto de Incentivo à Criação de Meliponíneos implementado	unidade	1
Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais	SSP	Ação voltada à promoção do uso equilibrado e sustentável dos recursos naturais em meio urbano e rural, por meio de ações de preservação, conservação, restauração, fiscalização e educação ambiental.	9.300.000	Operação realizada e/ou apoiada pelo Comando Ambiental da Brigada Militar	unidade	1.900
				Perícia ambiental realizada	unidade	1.260
				Prisão realizada pelo Comando Ambiental da Brigada Militar	unidade	12.296
				Procedimento policial relativo a crimes ambientais remetido pela Polícia Civil (PC)	unidade	9.308
				Treinamento realizado em prevenção e combate a incêndios florestais, alinhado com diretrizes nacionais e internacionais - atualização e capacitação das Forças de Resposta Rápida (FR2)	unidade	9
Fortalecimento das Unidades de Conservação	SEMA	Elaborar e implementar, em conformidade com suas atribuições legais, as atividades de planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização e cadastramento. Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas.	56.165.084	Estudo de viabilidade para novas Unidades de Conservação realizado	unidade	3
				Instrução Normativa (IN) para regularização fundiária com recursos de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) elaborada	unidade	1
				Lote fundiário das Unidades de Conservação regularizado	unidade	100
				Plano de manejo de Unidades de Conservação elaborado e revisado	unidade	5
				Relatório de monitoramento dos contratos de Concessão das Unidades de Conservação elaborado	unidade	4
				Unidade de Conservação reformada	unidade	5
Licenciamento e fiscalizações	FEPAM	Realização de atividade de licenciamentos e fiscalizações	22.864.817	Relatório de desempenho de licenciamento e fiscalização elaborado	unidade	48
Programa Melhores Amigos	SEMA	Implantação da política estadual de assistência aos animais domésticos urbanos e rurais e aos animais comunitários de famílias em situação de vulnerabilidade social, em parceria com os municípios, órgãos federais e com a rede de proteção animal do RS. Realização de campanhas de sensibilização e educação contra maus tratos dos animais. Promover a regulamentação de leis relacionadas à proteção animal.	4.000.000	Ação de sensibilização e educação realizada	unidade	4
				Acompanhamento da execução dos convênios de esterilizações realizada	%	100
				Instrumento de regulamentação de leis ligadas à proteção animal proposto	unidade	1
				Município assessorado na adesão	%	100

Regramentos para uso e ocupação do solo	SEMA	Enfrentar a degradação ambiental decorrente da falta de parcerias e articulação para a gestão da biodiversidade requer ações e iniciativas que envolvam a criação de parcerias, concessões e incentivos para a valorização dos ativos ambientais. Essas medidas devem promover a colaboração entre os setores público e privado, estimular o desenvolvimento de atividades sustentáveis e fortalecer a conscientização e o engajamento da sociedade em prol da conservação da biodiversidade. As iniciativas visam fortalecer a participação cidadã e fomentar a valorização dos ativos ambientais como um patrimônio coletivo.	800.000	Plano de Ação Territorial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção (PAT) implementado	unidade	2
				Procedimento Operacional Padrão (POP) para análise dos dados do Cadastro Rural (CAR) elaborado	unidade	1
				Programa de Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa (PROVEG) implementado	%	100
				Programa de Regularização Ambiental implantado	unidade	1

PROGRAMA DE CRÉDITO



Programa: PROGRAMA DE CRÉDITO

Crédito

Objetivo Temático: Suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado.



Ação Programática: CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Resultado Esperado: Aumento do número de empresas no Estado e consequente promoção do desenvolvimento regional, por meio do aumento da oferta de crédito para setores estratégicos e do apoio financeiro e técnico a municípios.

Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
Percentual da meta de liberação	%	111,82	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS	BADESUL	Fomento ao desenvolvimento regional através do apoio técnico e financeiro aos municípios, fomento a segmentos priorizados e apoio à inovação através da captação de recursos nacionais e internacionais, priorizando-se projetos de COREDEs de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese).	0	Montante aprovado nas operações de crédito para setores e regiões do RS	R\$	2.274.090.000

Ação Programática: PROGRAMA BANRISUL DE CRÉDITO E FOMENTO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Resultado Esperado: Intermediação financeira para suprir as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado.

Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
Fluxo de concessão de crédito	índice	1	2,09

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
BNDES	BANRISUL	Repassar recursos obtidos do BNDES, para fomentar o investimento em obras civis e aquisição de equipamentos, em linha com o objetivo de desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços.	0	Recurso do BNDES para financiamento ao desenvolvimento econômico e social disponibilizado	R\$	45.256.312,5
Cartão BNDES	BANRISUL	Disponibilizar limite rotativo às pequenas e micro empresas com repasses do BNDES.	0	Recurso do Cartão BNDES disponibilizado	R\$	46.940.168,25
Financiamento à comercialização agropecuária	BANRISUL	Disponibilizar com recursos repassados do BNDES, recursos equalizados pelo Tesouro Nacional e próprios, a toda a cadeia produtiva do agronegócio, recursos para a comercialização e armazenagem de sua produção. Além disso, proporcionar acesso a seguro agrícola e possibilidade de alongamento e prorrogação do seu financiamento.	0	Recurso para financiamento à comercialização agropecuária disponibilizado	R\$	4.414.824.755,46
Financiamento à industrialização agropecuária	BANRISUL	Disponibilizar com recursos repassados do BNDES, recursos equalizados pelo Tesouro Nacional e próprios, a toda a cadeia produtiva do agronegócio, recursos para as atividades de beneficiamento e industrialização de sua produção. Além disso, proporcionar acesso a seguro agrícola e possibilidade de alongamento e prorrogação do seu financiamento.	0	Recurso para financiamento à industrialização agropecuária disponibilizado	R\$	1.574.436.838,15
Financiamento ao custeio agropecuário	BANRISUL	Disponibilizar com recursos repassados do BNDES, recursos equalizados pelo Tesouro Nacional e próprios, a toda cadeia produtiva do agronegócio, recursos para financiamento da produção e, além disso, garantir acesso a seguro agrícola, alongamento e prorrogação do seu financiamento.	0	Recurso para financiamento ao custeio agropecuário disponibilizado	R\$	41.312.266.153,18
Financiamento ao desenvolvimento econômico e social	BANRISUL	Repassar recursos próprios com garantia ou não de fundos garantidores (FGI, FAMPE e Fundos Governamentais - PRONAMPE e FGI PEAC) para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços, incentivando também o investimento em inovação com a facilitação de garantia para públicos deste nicho de mercado.	0	Recurso para financiamento ao desenvolvimento econômico e social disponibilizado	R\$	98.692.667,83
Financiamento ao investimento agropecuário	BANRISUL	Disponibilizar com recursos repassados do BNDES, recursos equalizados pelo Tesouro Nacional e próprios, a toda a cadeia produtiva do agronegócio, recursos para a aquisição de animais, máquinas, equipamentos agrícolas, construção de unidades de beneficiamento e infraestrutura nas propriedades. Além disso, proporcionar acesso a seguro agrícola e possibilidade de alongamento e prorrogação do seu financiamento.	0	Recurso para financiamento ao investimento agropecuário disponibilizado	R\$	6.892.123.253,82

Financiamento ao microcrédito	BANRISUL	Financiar com recursos do Banrisul operações de microcrédito produtivo, disponibilizando recursos aos empreendedores formais e informais que necessitam de recursos para prover seus negócios, dinamizando e incrementando a economia do RS com a geração de renda e postos de trabalho.	0	Recurso para o financiamento ao microcrédito disponibilizado	R\$	45.256.312,5
Financiamento do Setor Público - FEB	BANRISUL	Disponibilizar crédito com recursos do Banrisul a municípios, com vistas ao fomento para aquisição de máquinas, equipamentos e, em determinadas situações, obras civis, a fim de redução de custos de manutenção e atendimento das necessidades das populações locais.	0	Recurso do Banrisul disponibilizado	R\$	146.142.990,65
Financiamento para a educação	BANRISUL	Destinar linhas de crédito para suprir a demanda de capital de giro de investimentos em modernização de infraestrutura física e tecnológica das universidades do Estado.	0	Recurso para o financiamento à educação disponibilizado	R\$	403.832.611,09
Financiamento para a saúde	BANRISUL	Atender às necessidades de hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde.	0	Recurso para o financiamento à saúde disponibilizado	R\$	3.427.714.848,9
Financiamento para aquisição ou construção de imóveis	BANRISUL	Atender à necessidade de aquisição ou construção de imóveis residenciais e não-residenciais.	0	Recurso para o financiamento de aquisição ou construção de imóveis disponibilizado	R\$	6.497.400.000
Financiamento para capital de giro	BANRISUL	Atender às necessidades de capital das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado.	0	Recurso para o financiamento do capital de giro disponibilizado	R\$	7.556.498.165,62
Financiamento para crédito universitário	BANRISUL	Linha de crédito destinada ao financiamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior.	0	Recurso para o financiamento do crédito universitário disponibilizado	R\$	225.447.689,56
Financiamento para exportações	BANRISUL	Atender à necessidade de apoio à produção e à comercialização do segmento através de linhas de crédito específicas.	0	Recurso para o financiamento às exportações disponibilizado	R\$	4.603.201.320,73
Financiamento para pagamento de ICMS	BANRISUL	Disponibilizar recursos para pagamento dos tributos.	0	Recurso para o financiamento do ICMS disponibilizado	R\$	687.608,9
Financiamento para projetos sustentáveis	BANRISUL	Linha de crédito destinada a aquisição de equipamentos sustentáveis.	0	Recurso para o financiamento de projetos sustentáveis disponibilizado	R\$	1.416.782.426,01
Plano de Agroecologia e Produção Orgânica	BANRISUL	Ampliar o acesso dos agricultores às sementes agroecológicas.	0	Acesso a sementes agroecológicas disponibilizado	R\$	945.092,86
Repasse FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	BANRISUL	Repassar recursos obtidos da FINEP, com intuito de fomentar ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, promovendo inclusive a aceleração de fintechs.	0	Recurso do FINEP disponibilizado	R\$	19.653.774,67

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO



Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
157.899.419.336	155.437.785.597	2.461.633.739

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPE PREV

Órgão Coordenador: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
71.519.477.192	71.513.477.192	6.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IPEPREV	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	102.379.855			
Gestão de aposentadorias e pensões do Poder Executivo	IPEPREV	Gestão de aposentadorias e pensões do Poder Executivo	69.530.172.749			
Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos	IPEPREV	Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos	1.761.217.588			
Publicidade Institucional	IPEPREV	Publicidade Institucional	2.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	IPEPREV	Qualificação de Recursos Humanos	1.200.000			
Remuneração de Pessoal	IPEPREV	Remuneração de Pessoal	122.507.000			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SECOM

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
165.314.470	165.166.470	148.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SECOM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	44.757.053			
Publicidade Institucional	SECOM	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	SECOM	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	SECOM	Remuneração de Pessoal	120.557.417			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEFAZ

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA FAZENDA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
3.218.584.977	3.078.628.399	139.956.578

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEFAZ	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	813.330.742			
Publicidade Institucional	SEFAZ	Publicidade Institucional	340.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEFAZ	Qualificação de Recursos Humanos	6.000.000			
Remuneração de Pessoal	SEFAZ	Remuneração de Pessoal	2.398.914.235			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SELT

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
258.749.205	258.319.205	430.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SELT	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.230.000			
Publicidade Institucional	SELT	Publicidade Institucional	296.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SELT	Qualificação de Recursos Humanos	120.000			
Remuneração de Pessoal	SELT	Remuneração de Pessoal	252.103.205			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SES

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.897.998.148	1.791.619.148	106.379.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SES	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	551.910.000			
Publicidade Institucional	SES	Publicidade Institucional	30.242.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SES	Qualificação de Recursos Humanos	8.641.000			
Remuneração de Pessoal	SES	Remuneração de Pessoal	1.307.205.148			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SPGG

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.456.026.833	1.453.242.951	2.783.882

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SPGG	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	548.650.173			
Publicidade Institucional	SPGG	Publicidade Institucional	4.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SPGG	Qualificação de Recursos Humanos	1.200.000			
Remuneração de Pessoal	SPGG	Remuneração de Pessoal	902.176.660			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PGE

Órgão Coordenador: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.408.831.438	1.407.266.293	1.565.145

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	PGE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	133.563.482			
Publicidade Institucional	PGE	Publicidade Institucional	139.230			
Qualificação de Recursos Humanos	PGE	Qualificação de Recursos Humanos	556.920			
Remuneração de Pessoal	PGE	Remuneração de Pessoal	1.274.571.806			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDAC

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA CULTURA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
85.675.657	85.675.657	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDAC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.507.926			
Publicidade Institucional	SEDAC	Publicidade Institucional	200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDAC	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SEDAC	Remuneração de Pessoal	79.927.731			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSP

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
16.028.128.737	16.028.128.737	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SSP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	679.230.990			
Publicidade Institucional	SSP	Publicidade Institucional	800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SSP	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	SSP	Remuneração de Pessoal	15.348.097.747			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEHAB

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
78.778.645	78.578.645	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEHAB	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	11.542.028			
Publicidade Institucional	SEHAB	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEHAB	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	SEHAB	Remuneração de Pessoal	66.996.617			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CM

Órgão Coordenador: CASA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
56.974.289	56.574.289	400.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	24.460.076			
Publicidade Institucional	CM	Publicidade Institucional	80.000			
Qualificação de Recursos Humanos	CM	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	CM	Remuneração de Pessoal	32.394.213			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
16.190.990	16.190.990	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.328.759			
Publicidade Institucional	SEL	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEL	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SEL	Remuneração de Pessoal	12.782.231			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FOSPA

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
63.007.836	63.007.836	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FOSPA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.400.000			
Publicidade Institucional	FOSPA	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	FOSPA	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	FOSPA	Remuneração de Pessoal	57.607.836			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FTSP

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
21.357.138	21.357.138	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FTSP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	15.106.796			
Publicidade Institucional	FTSP	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	FTSP	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	FTSP	Remuneração de Pessoal	6.250.342			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSPS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
3.780.969.383	3.778.920.568	2.048.815

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SSPS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	149.090.535			
Publicidade Institucional	SSPS	Publicidade Institucional	163.903			
Qualificação de Recursos Humanos	SSPS	Qualificação de Recursos Humanos	4.097.632			
Remuneração de Pessoal	SSPS	Remuneração de Pessoal	3.627.617.313			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DETRAN

Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
932.010.502	926.810.502	5.200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DETRAN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	557.200.000			
Publicidade Institucional	DETRAN	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	DETRAN	Qualificação de Recursos Humanos	2.400.000			
Remuneração de Pessoal	DETRAN	Remuneração de Pessoal	372.410.502			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FASE

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.024.262.098	1.024.262.098	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FASE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	47.487.453			
Publicidade Institucional	FASE	Publicidade Institucional	43.170			
Qualificação de Recursos Humanos	FASE	Qualificação de Recursos Humanos	863.408			
Remuneração de Pessoal	FASE	Remuneração de Pessoal	975.868.067			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEPAR

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
43.388.622	43.188.622	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEPAR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.102.041			
Publicidade Institucional	SEPAR	Publicidade Institucional	135.601			
Qualificação de Recursos Humanos	SEPAR	Qualificação de Recursos Humanos	542.404			
Remuneração de Pessoal	SEPAR	Remuneração de Pessoal	36.608.576			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEMA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
329.280.691	306.772.779	22.507.912

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEMA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	168.107.912			
Publicidade Institucional	SEMA	Publicidade Institucional	800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEMA	Qualificação de Recursos Humanos	400.000			
Remuneração de Pessoal	SEMA	Remuneração de Pessoal	159.972.779			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FEPAM

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
328.727.301	328.727.301	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FEPAM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	67.562.128			
Publicidade Institucional	FEPAM	Publicidade Institucional	200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FEPAM	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	FEPAM	Remuneração de Pessoal	260.765.173			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CRM

Órgão Coordenador: COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
880.162.002	880.162.002	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CRM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	718.745.207			
Publicidade Institucional	CRM	Publicidade Institucional	369.823			
Qualificação de Recursos Humanos	CRM	Qualificação de Recursos Humanos	25.661			
Remuneração de Pessoal	CRM	Remuneração de Pessoal	161.021.311			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUR

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
11.049.806	11.049.806	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDUR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.835.000			
Publicidade Institucional	SEDUR	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDUR	Qualificação de Recursos Humanos	8.000			
Remuneração de Pessoal	SEDUR	Remuneração de Pessoal	9.166.806			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - METROPLAN

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
80.993.377	76.705.868	4.287.509

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	METROPLAN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	33.967.509			
Publicidade Institucional	METROPLAN	Publicidade Institucional	60.000			
Qualificação de Recursos Humanos	METROPLAN	Qualificação de Recursos Humanos	20.000			
Remuneração de Pessoal	METROPLAN	Remuneração de Pessoal	46.945.868			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DAER

Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
601.264.248	583.264.248	18.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DAER	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	378.000.000			
Publicidade Institucional	DAER	Publicidade Institucional	800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	DAER	Qualificação de Recursos Humanos	800.000			
Remuneração de Pessoal	DAER	Remuneração de Pessoal	221.664.248			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EGR

Órgão Coordenador: EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	EGR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	EGR	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	EGR	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	EGR	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PORTOS RS

Órgão Coordenador: PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS RIO GRANDE DO SUL S/A

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	PORTOS RS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	PORTOS RS	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	PORTOS RS	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	PORTOS RS	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SICT

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
119.214.984	119.014.984	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SICT	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	9.060.000			
Publicidade Institucional	SICT	Publicidade Institucional	1.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SICT	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	SICT	Remuneração de Pessoal	108.954.984			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - UERGS

Órgão Coordenador: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
425.299.667	425.259.667	40.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	UERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	60.687.279			
Publicidade Institucional	UERGS	Publicidade Institucional	1.311.996			
Qualificação de Recursos Humanos	UERGS	Qualificação de Recursos Humanos	110.000			
Remuneração de Pessoal	UERGS	Remuneração de Pessoal	363.190.392			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FAPERGS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
32.038.500	29.758.380	2.280.120

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FAPERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.306.045			
Publicidade Institucional	FAPERGS	Publicidade Institucional	1.105.461			
Qualificação de Recursos Humanos	FAPERGS	Qualificação de Recursos Humanos	44.219			
Remuneração de Pessoal	FAPERGS	Remuneração de Pessoal	18.582.775			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
54.143.615	53.693.004	450.611

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SAS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.826.395			
Publicidade Institucional	SAS	Publicidade Institucional	607.418			
Qualificação de Recursos Humanos	SAS	Qualificação de Recursos Humanos	203.472			
Remuneração de Pessoal	SAS	Remuneração de Pessoal	46.506.330			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CC

Órgão Coordenador: CASA CIVIL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
237.385.375	237.265.375	120.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	32.196.316			
Publicidade Institucional	CC	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	CC	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	CC	Remuneração de Pessoal	205.149.059			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GVG

Órgão Coordenador: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
21.310.640	20.910.640	400.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	GVG	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	7.978.894			
Publicidade Institucional	GVG	Publicidade Institucional	100.000			
Qualificação de Recursos Humanos	GVG	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	GVG	Remuneração de Pessoal	13.191.746			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SJCDH

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
57.179.489	57.179.489	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SJCDH	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.384.476			
Publicidade Institucional	SJCDH	Publicidade Institucional	2.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SJCDH	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SJCDH	Remuneração de Pessoal	50.755.013			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDP

Órgão Coordenador: ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
23.712.040	23.512.040	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	EDP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.078.958			
Publicidade Institucional	EDP	Publicidade Institucional	600.000			
Qualificação de Recursos Humanos	EDP	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	EDP	Remuneração de Pessoal	20.993.082			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - STDP

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
38.370.656	38.354.656	16.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	STDP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	18.812.000			
Publicidade Institucional	STDP	Publicidade Institucional	404.000			
Qualificação de Recursos Humanos	STDP	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	STDP	Remuneração de Pessoal	18.954.656			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AGERGS

Órgão Coordenador: AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
95.837.468	76.678.585	19.158.883

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	AGERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	28.514.833			
Publicidade Institucional	AGERGS	Publicidade Institucional	1.200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	AGERGS	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	AGERGS	Remuneração de Pessoal	66.122.635			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FPERGS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
438.196.615	438.136.615	60.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FPERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	60.985.152			
Publicidade Institucional	FPERGS	Publicidade Institucional	20.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FPERGS	Qualificação de Recursos Humanos	30.000			
Remuneração de Pessoal	FPERGS	Remuneração de Pessoal	377.161.463			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FADERS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
65.444.245	65.244.245	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FADERS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	13.855.005			
Publicidade Institucional	FADERS	Publicidade Institucional	65.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FADERS	Qualificação de Recursos Humanos	50.000			
Remuneração de Pessoal	FADERS	Remuneração de Pessoal	51.474.240			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPESAUDE

Órgão Coordenador: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
321.372.260	294.116.260	27.256.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IPESAUDE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	134.056.000			
Publicidade Institucional	IPESAUDE	Publicidade Institucional	2.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	IPESAUDE	Qualificação de Recursos Humanos	1.300.000			
Remuneração de Pessoal	IPESAUDE	Remuneração de Pessoal	184.016.260			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FGTAS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
241.165.470	240.965.470	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FGTAS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	42.247.079			
Publicidade Institucional	FGTAS	Publicidade Institucional	554.404			
Qualificação de Recursos Humanos	FGTAS	Qualificação de Recursos Humanos	554.404			
Remuneração de Pessoal	FGTAS	Remuneração de Pessoal	197.809.583			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BANRISUL

Órgão Coordenador: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.539.157.110	0	1.539.157.110

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BANRISUL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.539.157.110			
Publicidade Institucional	BANRISUL	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BANRISUL	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BANRISUL	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAC

Órgão Coordenador: BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BAC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BAC	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BAC	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BAC	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PROCERGS

Órgão Coordenador: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.096.023.435	1.096.023.435	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	PROCERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	68.206.636			
Publicidade Institucional	PROCERGS	Publicidade Institucional	1.293.893			
Qualificação de Recursos Humanos	PROCERGS	Qualificação de Recursos Humanos	4.680.446			
Remuneração de Pessoal	PROCERGS	Remuneração de Pessoal	1.021.842.460			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAGERGS

Órgão Coordenador: BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BAGERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BAGERGS	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BAGERGS	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BAGERGS	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BCS

Órgão Coordenador: BANRISUL CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BCS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BCS	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BCS	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BCS	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BS

Órgão Coordenador: BANRISUL SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BS	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BS	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BS	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BP

Órgão Coordenador: BANRISUL PAGAMENTOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BP	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BP	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BP	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BCV

Órgão Coordenador: BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BCV	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	0			
Publicidade Institucional	BCV	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	BCV	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	BCV	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPI

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
858.840.185	749.753.531	109.086.654

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEAPI	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	312.145.045			
Publicidade Institucional	SEAPI	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEAPI	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SEAPI	Remuneração de Pessoal	546.615.140			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SDR

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.269.826	101.249.826	2.020.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SDR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	66.686.217			
Publicidade Institucional	SDR	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SDR	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	SDR	Remuneração de Pessoal	36.543.609			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDEC

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
49.405.896	49.405.896	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDEC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.712.800			
Publicidade Institucional	SEDEC	Publicidade Institucional	464.100			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDEC	Qualificação de Recursos Humanos	232.050			
Remuneração de Pessoal	SEDEC	Remuneração de Pessoal	44.996.946			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JUCISRS

Órgão Coordenador: JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
96.654.374	72.378.904	24.275.470

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	JUCISRS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	65.571.102			
Publicidade Institucional	JUCISRS	Publicidade Institucional	4.800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	JUCISRS	Qualificação de Recursos Humanos	3.499.209			
Remuneração de Pessoal	JUCISRS	Remuneração de Pessoal	22.784.063			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IRGA

Órgão Coordenador: INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
339.328.745	191.768.219	147.560.526

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IRGA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	191.880.632			
Pagamento de Aposentadorias	IRGA	Pagamento de Aposentadorias	41.962.052			
Publicidade Institucional	IRGA	Publicidade Institucional	21.800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	IRGA	Qualificação de Recursos Humanos	2.000.000			
Remuneração de Pessoal	IRGA	Remuneração de Pessoal	81.686.061			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEASA

Órgão Coordenador: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
52.375.000	52.375.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEASA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	25.565.000			
Publicidade Institucional	CEASA	Publicidade Institucional	510.000			
Qualificação de Recursos Humanos	CEASA	Qualificação de Recursos Humanos	0			
Remuneração de Pessoal	CEASA	Remuneração de Pessoal	26.300.000			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BADESUL

Órgão Coordenador: CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
357.424.141	357.424.141	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BADESUL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	102.566.178			
Publicidade Institucional	BADESUL	Publicidade Institucional	13.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	BADESUL	Qualificação de Recursos Humanos	1.686.213			
Remuneração de Pessoal	BADESUL	Remuneração de Pessoal	240.171.750			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUC

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
19.011.197.256	18.989.569.256	21.628.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDUC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.465.231.987			
Publicidade Institucional	SEDUC	Publicidade Institucional	1.286.480			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDUC	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SEDUC	Remuneração de Pessoal	17.544.638.789			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOP

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
200.618.714	195.353.514	5.265.200

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SOP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	26.152.524			
Publicidade Institucional	SOP	Publicidade Institucional	60.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SOP	Qualificação de Recursos Humanos	240.000			
Remuneração de Pessoal	SOP	Remuneração de Pessoal	174.166.190			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FETLSVC

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
282.966.844	279.803.579	3.163.265

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FETLSVC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	42.994.788			
Publicidade Institucional	FETLSVC	Publicidade Institucional	40.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FETLSVC	Qualificação de Recursos Humanos	185.640			
Remuneração de Pessoal	FETLSVC	Remuneração de Pessoal	239.746.416			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SETUR

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE TURISMO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
20.163.740	19.703.722	460.018

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SETUR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.000.000			
Publicidade Institucional	SETUR	Publicidade Institucional	2.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SETUR	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SETUR	Remuneração de Pessoal	16.123.740			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEED

Órgão Coordenador: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.175.909	1.975.909	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEED	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.175.909			

PROGRAMA DE ENCARGOS ESPECIAIS



Programa: ENCARGOS ESPECIAIS Encargos Especiais

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.974.522.204	96.216.870.604	7.757.651.600

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREV

Órgão Coordenador: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
976.701.415	976.701.415	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IPEPREV	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	936.270.371			
Serviço da dívida	IPEPREV	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	40.431.044			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SPGG

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
200.000	200.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SPGG	Capitalização de Empresas Estatais	200.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SES

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.699.835.272	1.699.835.272	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SES	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.699.835.272			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
22.444.986	22.444.986	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FOSPA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	22.426.986			
Serviço da dívida	FOSPA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	18.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.818.895	1.818.895	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FTSP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.818.895			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SSPS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.198.122.499	1.198.122.499	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SSPS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.198.122.499			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SSP

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
27.225.840.042	27.225.840.042	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SSP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	27.225.840.042			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN

Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
88.529.394	88.529.394	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DETRAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	88.529.394			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FASE

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
104.327.829	104.327.829	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FASE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	103.281.173			
Serviço da dívida	FASE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	1.046.656			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
14.039.680	14.039.680	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	METROPLAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	14.039.680			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
73.048.498	73.048.498	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FEPAM	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	73.048.498			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SELT

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES



Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SELT	Capitalização de Empresas Estatais	80.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DAER

Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DAER	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	907.048.382			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - EFE

Órgão Coordenador: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
36.293.300.804	28.574.169.204	7.719.131.600

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	EFE	Capitalização de Empresas Estatais	200.000			
Outros encargos especiais	EFE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	16.995.771.804			
Serviço da dívida	EFE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	19.297.329.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FRO

Órgão Coordenador: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.459.044.189	2.459.044.189	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Reserva de Contingência	FRO	Reserva de Contingência	2.459.044.189			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS

Órgão Coordenador: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
94.235.908	94.235.908	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	UERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	94.235.908			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
3.836.677	3.836.677	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FAPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	3.836.677			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
110.808.424	110.808.424	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	110.808.424			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
13.098.648	13.098.648	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FADERS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	13.098.648			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
47.704.117	47.704.117	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FGTAS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	47.051.441			
Serviço da dívida	FGTAS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	652.676			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - EDP

Órgão Coordenador: ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
5.078.605	5.078.605	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	EDP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	5.078.605			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS

Órgão Coordenador: AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
13.205.615	13.205.615	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	AGERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	13.205.615			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE

Órgão Coordenador: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
397.012.099	397.012.099	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IPESAUDE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	313.012.099			
Serviço da dívida	IPESAUDE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	84.000.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA

Órgão Coordenador: INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
55.115.148	55.115.148	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IRGA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	55.115.148			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPI

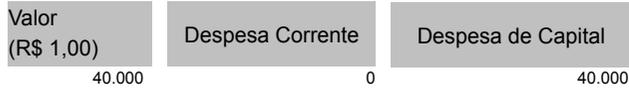
Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
38.400.000	0	38.400.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SEAPI	Capitalização de Empresas Estatais	38.400.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEDEC

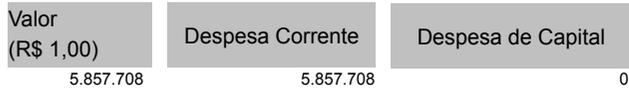
Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SEDEC	Capitalização de Empresas Estatais	40.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS

Órgão Coordenador: JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL



Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	JUCISRS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	5.857.708			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
21.739.112.684	21.739.112.684	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SEDUC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	21.739.112.684			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC

Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
69.800.000	69.800.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FETLSVC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	69.800.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - CRM

Órgão Coordenador: COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
77.301.208	77.301.208	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	CRM	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	77.301.208			

OUTROS PODERES



PODER LEGISLATIVO



Programa: AÇÃO LEGISLATIVA **Temático**

Objetivo Temático: Promover o exercício da ação legislativa e fiscalizadora do Parlamento e o desempenho de suas prerrogativas constitucionais.

Contextualização: A ação legislativa e fiscalizadora do Poder Legislativo é exercida mediante o processo legislativo e o controle externo do poder público, realizado com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Decorre do pleno exercício dos mandatos parlamentares, em observância aos preceitos constitucionais, legais e regimentais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
0	0	0	Matérias examinadas	Unidade	372,00	Positiva

Ação Programática: ATUAÇÃO LEGISLATIVA E FISCALIZADORA

Órgão Coordenador: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Resultado Esperado: O livre exercício do mandato parlamentar, de acordo com os preceitos constitucionais, legais e regimentais, e a plena autonomia das ações desenvolvidas no âmbito das competências institucionais do Poder Legislativo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Reuniões de comissões parlamentares realizadas	unidade	414	1.656
			Sessões plenárias realizadas	unidade	105	420

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apresentação e reapresentação de matérias de interesse da sociedade	AL	Envolve o debate sobre temas de interesse da sociedade e a iniciativa legislativa, mediante a proposição de matérias apreciadas em Plenário, projetos apreciados conclusivamente nas Comissões Parlamentares e demais matérias conhecidas e solucionadas.	0	Matéria apresentada e reapresentada	unidade	619

Programa: CONTROLE EXTERNO **Temático**

Objetivo Temático: Buscar a excelência na fiscalização e orientação da gestão dos Estado e dos Municípios, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade gaúcha.

Contextualização: Exercício da prerrogativa constitucional do Tribunal de Contas, fiscalizando e atuando de forma preventiva e concomitante, de modo a evitar o desperdício e qualificar o uso dos recursos públicos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
293.171.774	265.028.414	28.143.360	Índice de aderência do Tribunal de Contas (TCE-RS) ao Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)	%	60,00	Positiva



Ação Programática: APRIMORAMENTO DO CONTROLE EXTERNO PARA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Resultado Esperado: Garantia da legalidade e economicidade na gestão dos recursos e aperfeiçoamento da administração pública com foco na efetividade das políticas públicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
293.171.774	265.028.414	28.143.360	Economia de recursos públicos em decorrência da fiscalização concomitante	Valor	Não apurado	1.300.000
			Índice de Pareceres Prévios de Contas Anuais emitidos	%	Não apurado	80
			Índice de processos de contas ordinárias julgados	%	Não apurado	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação e modernização da infraestrutura	TCE	Garantir a ampliação e modernização da infraestrutura do TCE-RS para assegurar a efetividade das ações do controle externo.	25.997.421	Imóvel reformado e/ou ampliado	unidade	4
Articulação e cooperação interorganizacional	TCE	Estabelecer com outros Órgãos e Entidades cooperações e parcerias que apoiem o aperfeiçoamento da fiscalização, da governança e da gestão de políticas públicas.	2.619.845	Efetividade da integração realizada	%	100
Capacitação e treinamento de fiscalizados e sociedade em geral	TCE	Orientar e capacitar os servidores públicos e os agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais Órgãos técnicos e com a sociedade, tendo em vista sua função orientativa/educativa.	6.558.345	Participante externo orientado	unidade	26.000
Fiscalização e controle da arrecadação e aplicação dos recursos públicos	TCE	Garantir o exercício do controle externo com foco no aprimoramento e qualidade da fiscalização, na geração de resultados e na efetividade das políticas públicas, intensificando ações de controle preventivo e concomitante e assegurando a celeridade e efetividade das decisões.	156.520.094	Exame concomitante de edital de concurso e processo seletivo público realizado	%	100
				Exame concomitante de edital de licitação realizado	%	40
				Incremento anual de auditoria operacional realizada	%	100
Manutenção da rotina operacional do Ministério Público de Contas	TCE	Garantir a manutenção das atividades do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas.	807.785	Parecer/promoção/recurso emitido	unidade	60.000
Manutenção e aprimoramento do sistema de gestão e de governança	TCE	Fortalecer os mecanismos de liderança, estratégia e controle, implementando práticas para assegurar o aprimoramento da gestão e da governança e a manutenção da certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2015.	114.620	Manutenção/recertificação realizada da norma ISO 9001	%	100
Manutenção e modernização dos recursos de tecnologia da informação	TCE	Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação mediante aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e sistemas, bem como buscar soluções tecnológicas inovadoras, integradas, seguras e de alto desempenho.	100.553.664	Equipamento de tecnologia da informação adquirido	unidade	720
				Serviço de tecnologia da informação contratado	unidade	240

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
157.899.419.336	155.437.785.597	2.461.633.739

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AL

Órgão Coordenador: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.770.515.448	2.637.473.229	133.042.219

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	AL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	425.932.162			
Pagamento de Aposentadorias	AL	Pagamento de Aposentadorias	1.007.541.294			
Publicidade Institucional	AL	Publicidade Institucional	36.506.236			
Qualificação de Recursos Humanos	AL	Qualificação de Recursos Humanos	1.265.613			
Remuneração de Pessoal	AL	Remuneração de Pessoal	1.299.270.143			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TCE

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.618.419.453	2.569.956.722	48.462.731

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	TCE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	189.223.933			
Pagamento de Aposentadorias	TCE	Pagamento de Aposentadorias	1.110.062.402			
Publicidade Institucional	TCE	Publicidade Institucional	1.160.853			
Qualificação de Recursos Humanos	TCE	Qualificação de Recursos Humanos	16.510.301			
Remuneração de Pessoal	TCE	Remuneração de Pessoal	1.301.461.964			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS **Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.974.522.204	96.216.870.604	7.757.651.600

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - AL

Órgão Coordenador: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.627.826.269	1.627.826.269	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	AL	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.627.826.269			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - TCE

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.117.671.000	1.117.671.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	TCE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.117.671.000			

PODER JUDICIÁRIO



Programa: JUSTIÇA ESTADUAL

Temático

Objetivo Temático: Garantir os direitos de cidadania e efetividade na prestação jurisdicional, bem como fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos e todas, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade, no encalço de atender o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA e INSTITUIÇÕES EFICAZES

Contextualização: Desafio de garantir os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. III). Efetividade na prestação jurisdicional com foco na acessibilidade, tempestividade, economicidade e adequação, obtendo capacidade de atingir seus objetivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
5.598.064.523	4.450.848.103	1.147.216.420	Índice de atendimento à demanda judiciária	%	100,37	Positiva
			Proporção de processos e feitos julgados no ano	%	75,00	Positiva

 **Ação Programática: PRODUTIVIDADE E CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR**

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Resultado Esperado: Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados. Atuando de forma integrada, com transparência, eficiência e responsabilidade socioambiental.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
23.310.335	20.326.184	2.984.151	Tempo médio de tramitação de processos judiciais	dias	348	365

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	JME	A iniciativa envolve projeto de manutenção e expansão da infraestrutura de hardware e software (incluindo o processo eletrônico judicial e administrativo), bem como a evolução do nível de governança da TIC da JME/RS, considerando como base os normativos vigentes do Conselho Nacional de Justiça.	7.781.804	Evolução na avaliação da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mensurada	%	66
				Resolução de chamado de usuário realizada	%	95
Gestão e planejamento	JME	Otimizar a prestação jurisdicional e implementar políticas judiciárias inovadoras voltadas à promoção da eficiência de da aplicação dos recursos públicos; estabelecer mecanismos de controle e mensuração dos resultados e; coleta e armazenamento de dados da JME	14.901.725	Dado público disponibilizado via portal transparência	%	88
				Mecanismo de governança implantado e homologado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	unidade	9
				Meta processual nacional atingida no ano	unidade	5
Qualificação de Recursos Humanos	JME	O tribunal deve desenvolver ações de formação e aperfeiçoamento para qualificação de Recursos Humanos da Justiça Militar do RS, visando o desenvolvimento de competências técnicas e/ou gerenciais.	626.806	Servidor/magistrado capacitado em ação que some pelo menos 16 hora/aula	%	68



Ação Programática: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Resultado Esperado: Aumento da celeridade da prestação jurisdicional e redução paulatina do acervo judicial.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
5.574.754.188	4.430.521.919	1.144.232.269	Audiências de conciliação e mediação por ano	unidade	208.102	225.000
			Decisões por ano	unidade	2.253.277	2.450.000
			Julgados por ano	unidade	1.245.077	1.500.000
			Taxa de congestionamento	%	72,28	69

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação, adequação e manutenção dos espaços físicos	TJ	Construir, manter e gerir as instalações prediais do Poder Judiciário, dando suporte à atuação das varas, foros, comarcas, Tribunal de Justiça e atividades administrativas.	1.057.872.680	Espaço físico mantido e adequado	m2	720.233
				Obra e ampliação realizada	m2	70.670
				Reforma realizada	m2	211.401
Formação e aperfeiçoamento	TJ	Promover ações formativas direcionadas à qualificação, aperfeiçoamento, formação e desenvolvimento de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores no âmbito do PJRS.	75.681.995	Hora-aula de efetiva formação realizada	h	1.669.746
Informatização e modernização	TJ	Modernizar e ampliar as iniciativas de tecnologia e inovação no 1º e 2º graus de jurisdição, buscando agilizar os serviços prestados e possibilitar o julgamento de um maior número de processo/ano, trazendo benefícios diretos à sociedade pela maior celeridade processual.	1.199.470.730	Equipamento de infraestrutura de tecnologia da informação adquirido	unidade	421
				Equipamento de usuário de tecnologia da informação adquirido	unidade	17.432
				Hora de análise, consultoria e desenvolvimento de software trabalhada	h	1.175.488
				Licença de software adquirida	unidade	64.379
				Serviço de comunicação de dados mantido	unidade	196
				Serviço de outsourcing e manutenção em tecnologia da informação mantido	unidade	46
				Serviço de segurança da informação mantido	unidade	14
Manutenção e ampliação da estrutura dos serviços notariais e de registro	TJ	Proporcionar suporte aos serviços notariais e de registro por meio de compensação por atos gratuitos praticados por imposição legal e assegurar renda mínima à manutenção das serventias extrajudiciais deficitárias.	530.625.000	Ato gratuito ressarcido	unidade	5.000.000
				Renda mínima complementada	unidade	5.000
Manutenção e qualificação das atividades jurisdicionais	TJ	Proporcionar suporte necessário ao planejamento, execução e controle do Poder Judiciário, destinado à manutenção no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculantes, bem como apoiar, em caráter supletivo, a prestação de serviço jurisdicional à sociedade através de tradutores, peritos e exames de DNA em caso de Assistência Judiciária Gratuita.	2.711.103.783	Processo baixado	unidade	6.300.000

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
157.899.419.336	155.437.785.597	2.461.633.739

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JME

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
147.251.256	147.251.256	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Pagamento de Aposentadorias	JME	Pagamento de Aposentadorias	39.641.007			
Remuneração de Pessoal	JME	Remuneração de Pessoal	107.610.249			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TJ

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
14.442.181.186	14.442.181.186	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Pagamento de Aposentadorias	TJ	Pagamento de Aposentadorias	4.030.176.472			
Remuneração de Pessoal	TJ	Remuneração de Pessoal	10.412.004.714			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS

Encargos Especiais

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.974.522.204	96.216.870.604	7.757.651.600

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - TJ

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
5.914.275.600	5.914.275.600	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	TJ	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	5.914.275.600			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - JME

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
85.837.643	85.837.643	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	JME	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	85.837.643			

MINISTÉRIO PÚBLICO



Programa: DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS Temático
INDISPONÍVEIS

Objetivo Temático: Promover a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis via atuação judicial e extrajudicial, com especial atenção às questões relativas à promoção da Saúde, Educação, Saneamento Básico e Segurança Pública e combate à corrupção e improbidade administrativa. Ainda, visa promover ações voltadas à modernização da gestão da Instituição, incluindo o aperfeiçoamento da gestão dos recursos orçamentários, a reestruturação organizacional e de processos, o aperfeiçoamento da gestão estratégica e de projetos, bem como as ações voltadas ao desenvolvimento de competências no corpo funcional do Ministério Público.

Contextualização: Execução das prerrogativas constitucionais do Ministério Público, promovendo a garantia dos direitos do cidadão e fomentando ações que desestimulem a iniciativa de atividades ilícitas e criminosas, contrárias às leis morais e sociais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
146.359.848	20.596.389	125.763.459	Atuação do Ministério Público em processo distribuídos	%	39,42	Positiva

Ação Programática: FUNDOS MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: Aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público/RS - FRMP e do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
88.446.759	20.596.389	67.850.370	Recursos executados	%	64,51	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público (FRMP)	MP	Aplicação dos recursos, prioritariamente, aos programas de trabalho desenvolvidos pelo Ministério Público e com reaparelhamento administrativo, ampliação da capacidade instalada, construção de Promotorias de Justiça do Estado, desenvolvidos pelo Ministério Público e, excepcionalmente ao atendimento de despesas de manutenção de atividades fins da Instituição cujas verbas orçamentárias se mostrem insuficientes.	19.792.128	Recurso executado pelo Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público (FRMP)	R\$	20.000.000
Ressarcimento à coletividade através do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)	MP	Ressarcimento à coletividade, através do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL –, por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Decorre de condenações e acordos realizados, em razão de danos causados aos bens e direitos mencionados e pelo descumprimento de ordens ou cláusulas estabelecidas nos termos de ajuste promovidos pelo MP/RS. Os recursos arrecadados pelo FRBL serão aplicados em projetos relativos à reconstituição, reparação e preservação de bens e na promoção de eventos educativos e científicos, bem como na edição de material informativo, de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens e valores de interesse da coletividade.	68.654.631	Recurso executado pelo Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)	R\$	46.012.139,86

Ação Programática: SUPORTE OPERACIONAL

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: Disponibilizar infraestrutura aos membros e servidores para um eficiente atendimento à sociedade em geral.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
57.913.089	0	57.913.089	Aprimoramento institucional	%	87,9	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aquisição de bens móveis e equipamentos e qualificação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	MP	Ampliação, modernização e aquisição de bens visando instrumentalizar as áreas meio e fim, com o intuito de proporcionar uma infraestrutura adequada às reais necessidades do Órgão. Esta ação decorre da expansão do Órgão, em razão do aumento da atuação do Ministério Público junto à sociedade, cuja intervenção é cada vez mais requerida, o que redundará em realização de novos concursos, na qualificação dos servidores, na aquisição de móveis, veículos, máquinas, mobiliário em geral, equipamentos de telecomunicação, áudio, imagem, material didático, equipamentos de processamento de dados e no desenvolvimento de sistemas.	24.966.875	Equipamento adquirido	unidade	3.600
Construção, instalação, ampliação e reformas de Promotorias de Justiça e sedes administrativas	MP	Construção, instalação, ampliação e reforma de Promotorias de Justiça e sedes administrativas na Capital e no Interior do Estado e aquisição de bens imóveis, visando dar suporte à atuação dos Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores da Instituição e apropriação do conjunto da área física do Ministério Público. Esta ação origina-se do recorrente aumento de demanda em razão não só do crescimento demográfico, mas, também, pelo desequilíbrio social cada vez mais acentuado, que gera a necessidade de uma participação mais efetiva da Instituição na tentativa de promover uma harmonização das questões conflitantes com os direitos e deveres de cada cidadão, o que resulta em aquisição de áreas e prédios, em elaboração de projetos e laudos, e em todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, bem como pequenas adaptações com o desenvolvimento de layouts e fiscalização de serviços.	32.946.214	Área construída, reformada ou adquirida	m2	22.000
Implantar redundância dos serviços/soluções considerados estratégicos	MP	Replicar soluções bem estabelecidas e consideradas chave para o atingimento dos objetivos da instituição.	0	Solução estratégica implantada com redundância	unidade	18
Plano de capacitação	MP	Iniciativa que tem por objetivo melhorar a utilização das ferramentas disponibilizadas, tornando o serviço mais efetivo.	0	Servidor com ao menos um curso realizado	%	90
				Treinamento realizado	unidade	130
Projeto-piloto Sistema de Automação da Justiça (SAJ)	MP	Implantação de Sistema de Automação Judicial integrado com a Justiça Estadual.	0	Promotoria com sistema implantado	%	100



Ação Programática: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: Redução da violência contra a mulher.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Ocorrências criminais contra a mulher	Unidade	51.478	50.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Projeto fale com ela	MP	A aproximação entre o Ministério Público e as vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, com a finalidade de criação de um canal de comunicação direta de forma a acelerar a troca de informações.	0	Mulher atendida	unidade	7.000



Ação Programática: PROGRAMA INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO BÁSICO (RESSANEAR)

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: A qualificação e implantação dos Planos Municipais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Planos municipais analisados	%	36	62

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Planos municipais de resíduos sólidos - Programa Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico (RESSanear)	MP	Fomento à implantação de planos de resíduos sólidos com conteúdo mínimo, mediante análise pelo MP dos planos para subsidiar articulação e atuação proativa na qualificação dos planos.	0	Plano de resíduo sólido analisado	%	54
Planos municipais de saneamento básico - Programa Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico (RESSanear)	MP	Fomento à implantação de planos de saneamento com conteúdo mínimo, mediante análise pelo MP dos planos para subsidiar articulação e atuação proativa na qualificação dos planos.	0	Plano de saneamento analisado	%	70



Ação Programática: PROGRAMA MORADA - MORADIA ADEQUADA

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: Elaboração de Planos Habitacionais Municipais de interesse social e fomento de políticas sociais de interesse social.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Percentual de municípios no RS com expediente instaurado pela Promotoria de Justiça (PJ)	%	2,81	25

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Projeto indução de políticas públicas de enfrentamento do déficit habitacional	MP	A atuação pró ativa do MP, principalmente em cidades com mais de 100 mil habitantes, na Indução de Políticas Públicas de enfrentamento do deficit habitacional.	0	Município acima de 100 mil habitantes (19 no RS) com expediente instaurado pela Promotoria de Justiça (PJ)	%	100



Ação Programática: COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Resultado Esperado: Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Denunciados em decorrência da atuação da promotoria de justiça especializada no combate aos crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa e do grupo de atuação especial de combate ao crime	Unidade	106	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Atuação dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOs)	MP	Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação dos GAECOs.	0	Denúncia oferecida decorrente da atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)	unidade	40
				Operação realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)	unidade	40
Projeto-Piloto da Promotoria de Justiça Especializada de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa	MP	Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa.	0	Bem e valor apreendido em decorrência da atuação da Promotoria	R\$	80.000.000
				Operação realizada pela Promotoria	unidade	40

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
157.899.419.336	155.437.785.597	2.461.633.739

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MP

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
5.475.982.014	5.462.733.763	13.248.251

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	MP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	499.641.985			
Pagamento de Aposentadorias	MP	Pagamento de Aposentadorias	810.458.777			
Publicidade Institucional	MP	Publicidade Institucional	1.600.000			
Qualificação de Recursos Humanos	MP	Qualificação de Recursos Humanos	2.000.000			
Remuneração de Pessoal	MP	Remuneração de Pessoal	4.162.281.252			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS **Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.974.522.204	96.216.870.604	7.757.651.600

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - MP

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.093.124.368	1.093.124.368	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	MP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.093.124.368			

DEFENSORIA PÚBLICA



Programa: GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DO ACESSO À JUSTIÇA **Temático**

Objetivo Temático: Reduzir a exclusão social por meio do acesso à justiça, que tem indicador quantitativo e é acompanhado periodicamente.

Contextualização: A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação e assistência jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, à população mais vulnerável. Diante da necessidade de assegurar maior eficiência à atuação da instituição, visando à melhoria na prestação de serviços à população como forma de reduzir a exclusão social por meio do acesso ao sistema de justiça, foi instituído um modelo de gestão estratégica. Neste processo, definiu-se o seguinte norteador estratégico: Atividade Pública: orientação e assistência jurídica; Missão: atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício de direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade; Visão de Futuro: ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça. Nesse contexto, foi definido o Programa Temático para o PPA: garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Linha de Base	Polaridade
0	0	0	Índice de acesso à justiça	%	14,00	Positiva

Ação Programática: ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Órgão Coordenador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Resultado Esperado: Aumento dos índices de acesso à justiça.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Linha de base	Valor desejado
0	0	0	Número de atendimentos não presenciais	Número absoluto	1.019.898	4.800
			Número de atendimentos presenciais	Número absoluto	1.044.101	4.800.000
			Número de dias de espera para o 1º atendimento agendado	Número absoluto	34	30
			Número de participantes em ações de educação em direitos	Número absoluto	4.132	28.000
			Número de peças	Número absoluto	1.777.578	8.000.000
			Número de solenidades	Número absoluto	289.215	800.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Atuação extrajudicial (nº de mediações e de conciliações)	DEFPUB	Mediações e conciliações realizadas nas Defensorias Públicas da capital e do interior, nas áreas da família e cível, com vistas à homologação de acordos extrajudiciais e consequente redução de judicialização de ações.	0	Conciliação, mediação feita	unidade	9.600
Defensoria itinerante (nº de ações)	DEFPUB	Mutirões realizados pela Defensoria Itinerante, com objetivo de ampliar o atendimento aos cidadãos vulneráveis, evitando que deixem de buscar orientação e assistência jurídica em razão da distância e da falta de condições econômicas para o deslocamento até uma unidade da Defensoria. Nos mutirões são prestadas orientações jurídicas (educação em direitos) e/ou realizados atendimentos presenciais específicos aos cidadãos.	0	Mutirão da Defensoria itinerante realizado	unidade	60
Promoção dos direitos humanos	DEFPUB	Ações de promoção dos direitos humanos: capacitações presenciais e à distância, palestras, produção de cartilhas e outras publicações digitais e escritas acerca dos direitos humanos e da atuação da Defensoria na área.	0	Capacitação, palestra, cartilha outra publicação realizada	unidade	120

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
157.899.419.336	155.437.785.597	2.461.633.739

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DEFPUB

Órgão Coordenador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.977.594.195	1.924.218.355	53.375.840

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DEFPUB	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	442.817.115			
Pagamento de Aposentadorias	DEFPUB	Pagamento de Aposentadorias	329.079.894			
Publicidade Institucional	DEFPUB	Publicidade Institucional	225.466			
Qualificação de Recursos Humanos	DEFPUB	Qualificação de Recursos Humanos	850.416			
Remuneração de Pessoal	DEFPUB	Remuneração de Pessoal	1.204.621.304			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS Encargos Especiais

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
103.974.522.204	96.216.870.604	7.757.651.600

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB

Órgão Coordenador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
400.798.598	400.798.598	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DEFPUB	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	400.798.598			

RESUMO DAS DESPESAS



Programa Despesa	Total (R\$)
AGROPECUÁRIA PUJANTE E SUSTENTÁVEL	1.480.228.429
Despesa Corrente	1.217.917.507
Despesa de Capital	262.310.922
CONTROLE EXTERNO	293.171.774
Despesa Corrente	265.028.414
Despesa de Capital	28.143.360
CULTURA DE PAZ E SEGURANÇA	4.242.657.748
Despesa Corrente	3.391.274.464
Despesa de Capital	851.383.284
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	146.359.848
Despesa Corrente	20.596.389
Despesa de Capital	125.763.459
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVADOR	374.453.583
Despesa Corrente	326.519.509
Despesa de Capital	47.934.074
EDUCAÇÃO ACOLHEDORA	5.412.741.124
Despesa Corrente	5.037.140.940
Despesa de Capital	375.600.184
ENCARGOS ESPECIAIS	103.974.522.204
Despesa Corrente	96.216.870.604
Despesa de Capital	7.757.651.600
EQUILÍBRIO FISCAL E NOVAS PARCERIAS	1.644.631.521
Despesa Corrente	1.514.069.233
Despesa de Capital	130.562.288
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	157.899.419.336
Despesa Corrente	155.437.785.597
Despesa de Capital	2.461.633.739
GOVERNO MODERNO E EFICIENTE	17.803.355.407
Despesa Corrente	17.726.725.645
Despesa de Capital	76.629.762
INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES	646.877.052
Despesa Corrente	628.484.597
Despesa de Capital	18.392.455
INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.228.423.570
Despesa Corrente	669.364.700
Despesa de Capital	1.559.058.870
JUSTIÇA ESTADUAL	5.598.064.523

Programa Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	4.450.848.103
Despesa de Capital	1.147.216.420
QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIDADE	663.798.773
Despesa Corrente	596.023.186
Despesa de Capital	67.775.587
SAÚDE E BEM-ESTAR	23.742.094.332
Despesa Corrente	23.131.292.650
Despesa de Capital	610.801.682
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	262.370.327
Despesa Corrente	88.483.672
Despesa de Capital	173.886.655

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS	191.677.873
APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	20.000
Despesa Corrente	20.000
ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	13.205.615
Despesa Corrente	13.205.615
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AGERGS	95.837.468
Despesa Corrente	76.678.585
Despesa de Capital	19.158.883
RS PARCERIAS	82.604.790
Despesa Corrente	8.273.702
Despesa de Capital	74.331.088
SUPERA ESTIAGEM	10.000
Despesa Corrente	10.000
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	4.398.341.717
ENCARGOS ESPECIAIS - AL	1.627.826.269
Despesa Corrente	1.627.826.269
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AL	2.770.515.448
Despesa Corrente	2.637.473.229
Despesa de Capital	133.042.219
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1.539.157.110
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BANRISUL	1.539.157.110
Despesa de Capital	1.539.157.110
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO	357.424.141
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BADESUL	357.424.141
Despesa Corrente	357.424.141
CASA CIVIL	244.715.375
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CC	237.385.375
Despesa Corrente	237.265.375
Despesa de Capital	120.000
INTELIGÊNCIA E GOVERNANÇA DE DADOS	400.000
Despesa Corrente	400.000
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO	2.850.000
Despesa Corrente	2.850.000
MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS	4.080.000
Despesa Corrente	4.000.000
Despesa de Capital	80.000
CASA MILITAR	63.984.227
GESTÃO INTEGRADA EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	6.969.938

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	248.100
Despesa de Capital	6.721.838
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CM	56.974.289
Despesa Corrente	56.574.289
Despesa de Capital	400.000
SUPERA ESTIAGEM	40.000
Despesa Corrente	40.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	54.818.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEASA	52.375.000
Despesa Corrente	52.375.000
RS SEM FOME	2.443.000
Despesa Corrente	2.443.000
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A.	3.360.608.435
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PROCERGS	1.096.023.435
Despesa Corrente	1.096.023.435
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	2.264.585.000
Despesa Corrente	2.264.585.000
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO	962.581.941
ENCARGOS ESPECIAIS - CRM	77.301.208
Despesa Corrente	77.301.208
FORTALECIMENTO DO POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA E MINERAÇÃO	5.118.731
Despesa Corrente	5.118.731
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CRM	880.162.002
Despesa Corrente	880.162.002
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	2.175.909
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEED	2.175.909
Despesa Corrente	1.975.909
Despesa de Capital	200.000
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.378.392.793
ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	400.798.598
Despesa Corrente	400.798.598
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DEFPUB	1.977.594.195
Despesa Corrente	1.924.218.355
Despesa de Capital	53.375.840
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.043.973.861
APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	1.534.661.231
Despesa Corrente	105.012.361
Despesa de Capital	1.429.648.870

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
APRIMORAMENTO DA INTERMODALIDADE	1.000.000
Despesa de Capital	1.000.000
ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	907.048.382
Despesa Corrente	907.048.382
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DAER	601.264.248
Despesa Corrente	583.264.248
Despesa de Capital	18.000.000
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	4.038.981.006
ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	88.529.394
Despesa Corrente	88.529.394
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DETRAN	932.010.502
Despesa Corrente	926.810.502
Despesa de Capital	5.200.000
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	48.000.000
Despesa Corrente	48.000.000
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO	2.724.441.110
Despesa Corrente	2.724.441.110
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	44.000.000
Despesa Corrente	20.200.000
Despesa de Capital	23.800.000
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITÁVEIS E EXTERNAS	112.000.000
Despesa Corrente	110.800.000
Despesa de Capital	1.200.000
RS MAIS SEGURO	90.000.000
Despesa Corrente	88.000.000
Despesa de Capital	2.000.000
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A.	396.320.000
APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	396.320.000
Despesa Corrente	376.320.000
Despesa de Capital	20.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	36.293.300.804
ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	36.293.300.804
Despesa Corrente	28.574.169.204
Despesa de Capital	7.719.131.600
ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	28.950.645
ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	5.078.605
Despesa Corrente	5.078.605
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDP	23.712.040

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	23.512.040
Despesa de Capital	200.000
MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO	160.000
Despesa Corrente	160.000
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	187.796.619
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO	151.921.442
Despesa Corrente	143.933.762
Despesa de Capital	7.987.680
ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	3.836.677
Despesa Corrente	3.836.677
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FAPERGS	32.038.500
Despesa Corrente	29.758.380
Despesa de Capital	2.280.120
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL	79.441.207
ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	13.098.648
Despesa Corrente	13.098.648
GARANTIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS E OPORTUNIDADES PARA TODOS	372.514
Despesa Corrente	372.514
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FADERS	65.444.245
Despesa Corrente	65.244.245
Despesa de Capital	200.000
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	345.800
Despesa Corrente	345.800
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	180.000
Despesa Corrente	180.000
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	1.357.550.798
ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	104.327.829
Despesa Corrente	104.327.829
GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA NA TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES	215.852
Despesa Corrente	215.852
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FASE	1.024.262.098
Despesa Corrente	1.024.262.098
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS TECNOLÓGICOS DAS ESCOLAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	43.171
Despesa Corrente	43.171
QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	228.701.848
Despesa Corrente	228.347.086
Despesa de Capital	354.762
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	604.482.024

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	110.808.424
Despesa Corrente	110.808.424
ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES	55.396.985
Despesa Corrente	55.233.934
Despesa de Capital	163.051
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FPERGS	438.196.615
Despesa Corrente	438.136.615
Despesa de Capital	60.000
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	80.000
Despesa de Capital	80.000
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	372.195.316
ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO	12.689.025
Despesa Corrente	3.188.604
Despesa de Capital	9.500.421
ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	69.800.000
Despesa Corrente	69.800.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FETLSVC	282.966.844
Despesa Corrente	279.803.579
Despesa de Capital	3.163.265
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS TECNOLÓGICOS DAS ESCOLAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	6.739.447
Despesa Corrente	958.647
Despesa de Capital	5.780.800
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	158.312.993
ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	14.039.680
Despesa Corrente	14.039.680
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - METROPLAN	80.993.377
Despesa Corrente	76.705.868
Despesa de Capital	4.287.509
INTEGRAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16.179.936
Despesa Corrente	16.179.936
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE	47.100.000
Despesa Corrente	44.100.000
Despesa de Capital	3.000.000
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER	430.780.616
AÇÕES PARA MITIGAR AS EMISSÕES DE GASES EFEITO ESTUFA	40.000
Despesa Corrente	40.000
ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	73.048.498
Despesa Corrente	73.048.498

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
FORTALECIMENTO DO POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA E MINERAÇÃO	100.000
Despesa Corrente	100.000
GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E PROMOÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO	4.000.000
Despesa Corrente	4.000.000
GESTÃO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	22.864.817
Despesa Corrente	2.300.000
Despesa de Capital	20.564.817
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FEPAM	328.727.301
Despesa Corrente	328.727.301
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	2.000.000
Despesa Corrente	2.000.000
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	314.094.759
ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	47.704.117
Despesa Corrente	47.704.117
ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES	6.642.995
Despesa Corrente	6.642.995
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FGTAS	241.165.470
Despesa Corrente	240.965.470
Despesa de Capital	200.000
RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	18.582.177
Despesa Corrente	18.582.177
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	89.688.421
ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	22.444.986
Despesa Corrente	22.444.986
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FOSPA	63.007.836
Despesa Corrente	63.007.836
IMPULSIONA CULTURA	3.973.487
Despesa Corrente	3.973.487
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	262.112
Despesa de Capital	262.112
FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO	23.610.888
ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	1.818.895
Despesa Corrente	1.818.895
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FTSP	21.357.138
Despesa Corrente	21.357.138
IMPULSIONA CULTURA	194.855
Despesa Corrente	194.855
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	240.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	40.000
Despesa de Capital	200.000
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	21.310.640
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GVG	21.310.640
Despesa Corrente	20.910.640
Despesa de Capital	400.000
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL	12.710.052.225
ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAÚDE	397.012.099
Despesa Corrente	397.012.099
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPESAÚDE	321.372.260
Despesa Corrente	294.116.260
Despesa de Capital	27.256.000
VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	11.991.667.866
Despesa Corrente	11.991.667.866
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	72.517.578.607
ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREV	976.701.415
Despesa Corrente	976.701.415
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPE PREV	71.519.477.192
Despesa Corrente	71.513.477.192
Despesa de Capital	6.000.000
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	16.400.000
Despesa Corrente	16.400.000
RECEITA DIGITAL 2030+	5.000.000
Despesa Corrente	5.000.000
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	624.072.442
APOIO À AMPLIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA	213.007.999
Despesa Corrente	75.205.695
Despesa de Capital	137.802.304
ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	55.115.148
Despesa Corrente	55.115.148
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IRGA	339.328.745
Despesa Corrente	191.768.219
Despesa de Capital	147.560.526
INTELIGÊNCIA E GOVERNANÇA DE DADOS	6.955.053
Despesa Corrente	4.597.955
Despesa de Capital	2.357.098
MELHORIA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE	4.900.000
Despesa Corrente	4.900.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
SUPERA ESTIAGEM	4.765.497
Despesa Corrente	4.012.760
Despesa de Capital	752.737
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL	180.708.492
ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO	7.984.316
Despesa Corrente	400.000
Despesa de Capital	7.584.316
ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	5.857.708
Despesa Corrente	5.857.708
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JUCISRS	96.654.374
Despesa Corrente	72.378.904
Despesa de Capital	24.275.470
INTELIGÊNCIA E GOVERNANÇA DE DADOS	51.432.094
Despesa Corrente	17.132.094
Despesa de Capital	34.300.000
INVEST RS	11.000.000
Despesa Corrente	1.000.000
Despesa de Capital	10.000.000
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	7.780.000
Despesa Corrente	780.000
Despesa de Capital	7.000.000
MINISTÉRIO PÚBLICO	6.715.466.230
ENCARGOS ESPECIAIS - MP	1.093.124.368
Despesa Corrente	1.093.124.368
FUNDOS MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)	88.446.759
Despesa Corrente	20.596.389
Despesa de Capital	67.850.370
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MP	5.475.982.014
Despesa Corrente	5.462.733.763
Despesa de Capital	13.248.251
SUPORTE OPERACIONAL	57.913.089
Despesa de Capital	57.913.089
PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS RIO GRANDE DO SUL S/A	100.000.000
APRIMORAMENTO DO SISTEMA HIDROPORTUÁRIO	100.000.000
Despesa de Capital	100.000.000
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	1.419.335.758
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PGE	1.408.831.438
Despesa Corrente	1.407.266.293

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa de Capital	1.565.145
MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO	10.504.320
Despesa Corrente	6.827.920
Despesa de Capital	3.676.400
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.459.044.189
ENCARGOS ESPECIAIS - FRO	2.459.044.189
Despesa Corrente	2.459.044.189
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO	1.583.221.548
APOIO À AMPLIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA	439.617.732
Despesa Corrente	396.087.732
Despesa de Capital	43.530.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPI	38.400.000
Despesa de Capital	38.400.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPI	858.840.185
Despesa Corrente	749.753.531
Despesa de Capital	109.086.654
MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS	48.762.248
Despesa Corrente	44.640.640
Despesa de Capital	4.121.608
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	288.000
Despesa Corrente	288.000
SANIDADE AGROPECUÁRIA	104.632.170
Despesa Corrente	86.545.738
Despesa de Capital	18.086.432
SUPERA ESTIAGEM	92.681.213
Despesa Corrente	90.861.213
Despesa de Capital	1.820.000
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	293.252.527
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SECOM	165.314.470
Despesa Corrente	165.166.470
Despesa de Capital	148.000
INOVAÇÃO E APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO	127.938.057
Despesa Corrente	127.886.057
Despesa de Capital	52.000
SECRETARIA DA CULTURA	256.109.031
AUMENTO DOS ÍNDICES DE APRENDIZAGEM E APROVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	40.000
Despesa Corrente	40.000
GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	310.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	310.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDAC	85.675.657
Despesa Corrente	85.675.657
IMPULSIONA CULTURA	112.290.000
Despesa Corrente	112.290.000
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	276.000
Despesa Corrente	236.000
Despesa de Capital	40.000
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	57.121.374
Despesa Corrente	48.961.374
Despesa de Capital	8.160.000
RS CRIATIVO	396.000
Despesa Corrente	396.000
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	46.146.518.414
AUMENTO DOS ÍNDICES DE APRENDIZAGEM E APROVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	236.513.775
Despesa Corrente	225.082.375
Despesa de Capital	11.431.400
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E CULTURA DO ESPORTE	33.971.712
Despesa Corrente	33.971.712
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	21.739.112.684
Despesa Corrente	21.739.112.684
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROFESSOR DO AMANHÃ	400.000
Despesa Corrente	400.000
GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	2.313.988.970
Despesa Corrente	2.313.988.970
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUC	19.011.197.256
Despesa Corrente	18.989.569.256
Despesa de Capital	21.628.000
INCENTIVO À PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	1.092.000.000
Despesa Corrente	1.092.000.000
JOVEM APRENDIZ	384.647
Despesa Corrente	384.647
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	1.698.586
Despesa Corrente	1.698.586
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS TECNOLÓGICOS DAS ESCOLAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	1.684.100.843
Despesa Corrente	1.326.057.669
Despesa de Capital	358.043.174
QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	424.647

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	424.647
QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	424.647
Despesa Corrente	424.647
RECEITA DIGITAL 2030+	24.000.000
Despesa Corrente	24.000.000
RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	8.300.647
Despesa Corrente	424.647
Despesa de Capital	7.876.000
SECRETARIA DA FAZENDA	4.658.920.977
EQUACIONAR O EQUILÍBRIO FISCAL RELACIONADO AOS PRECATÓRIOS	40.000
Despesa Corrente	40.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEFAZ	3.218.584.977
Despesa Corrente	3.078.628.399
Despesa de Capital	139.956.578
MODELO DE CONTROLE INTERNO DO ESTADO ADERENTE ÀS MELHORES PRÁTICAS	3.240.000
Despesa Corrente	3.200.000
Despesa de Capital	40.000
MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO	94.536.000
Despesa Corrente	42.541.200
Despesa de Capital	51.994.800
QUALIDADE DO GASTO: MELHORAR A GESTÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	10.000.000
Despesa Corrente	10.000.000
RECEITA DIGITAL 2030+	1.332.520.000
Despesa Corrente	1.332.000.000
Despesa de Capital	520.000
SECRETARIA DA SAÚDE	27.454.525.752
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO	2.162.000
Despesa Corrente	2.162.000
CUIDADO EM SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL	618.535.682
Despesa Corrente	615.336.000
Despesa de Capital	3.199.682
ENCARGOS ESPECIAIS - SES	1.699.835.272
Despesa Corrente	1.699.835.272
ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL	55.416.000
Despesa Corrente	43.461.000
Despesa de Capital	11.955.000
FORTALECIMENTO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	22.622.699.650
Despesa Corrente	22.052.359.650

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa de Capital	570.340.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SES	1.897.998.148
Despesa Corrente	1.791.619.148
Despesa de Capital	106.379.000
MELHORIA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE	194.321.000
Despesa Corrente	173.132.000
Despesa de Capital	21.189.000
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	150.000.000
Despesa Corrente	150.000.000
RECEITA DIGITAL 2030+	24.000.000
Despesa Corrente	24.000.000
REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA E MORBIMORTALIDADE DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	189.558.000
Despesa Corrente	174.725.000
Despesa de Capital	14.833.000
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	45.725.785.614
AUMENTO DOS ÍNDICES DE APRENDIZAGEM E APROVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	1.571.310
Despesa Corrente	1.226.500
Despesa de Capital	344.810
ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	27.225.840.042
Despesa Corrente	27.225.840.042
GESTÃO INTEGRADA EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1.800.000
Despesa Corrente	800.000
Despesa de Capital	1.000.000
GESTÃO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	9.300.000
Despesa Corrente	500.000
Despesa de Capital	8.800.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSP	16.028.128.737
Despesa Corrente	16.028.128.737
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	167.358.452
Despesa Corrente	161.446.452
Despesa de Capital	5.912.000
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	601.304
Despesa Corrente	472.000
Despesa de Capital	129.304
RS MAIS SEGURO	2.291.185.769
Despesa Corrente	1.580.440.097
Despesa de Capital	710.745.672
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	420.604.175

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES	166.462.738
Despesa Corrente	166.237.434
Despesa de Capital	225.304
ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL	13.462.640
Despesa Corrente	9.151.919
Despesa de Capital	4.310.721
GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA NA TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES	426.182
Despesa Corrente	203.472
Despesa de Capital	222.710
GESTÃO INTEGRADA EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	40.000
Despesa Corrente	40.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAS	54.143.615
Despesa Corrente	53.693.004
Despesa de Capital	450.611
IMPULSIONA CULTURA	203.472
Despesa Corrente	203.472
JOVEM APRENDIZ	101.995.200
Despesa Corrente	101.995.200
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	48.406.945
Despesa Corrente	48.406.945
RECEITA DIGITAL 2030+	26.400.000
Despesa Corrente	26.400.000
RS SEM FOME	9.063.383
Despesa Corrente	8.859.911
Despesa de Capital	203.472
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	72.490.544
DESENVOLVER RS	16.079.643
Despesa Corrente	3.417.986
Despesa de Capital	12.661.657
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDEC	40.000
Despesa de Capital	40.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDEC	49.405.896
Despesa Corrente	49.405.896
INVEST RS	6.515.197
Despesa Corrente	6.515.197
RS SEM FOME	409.808
Despesa Corrente	409.808
SUPERA ESTIAGEM	40.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	40.000
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	706.136.826
APOIO À AMPLIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA	2.175.000
Despesa Corrente	2.095.000
Despesa de Capital	80.000
COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	120.000
Despesa Corrente	80.000
Despesa de Capital	40.000
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DIVERSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS, GERAÇÃO DE RENDA E SUCESSÃO FAMILIAR NO CAMPO	587.197.000
Despesa Corrente	537.337.000
Despesa de Capital	49.860.000
GERAÇÃO DE RENDA E QUALIFICAÇÃO RURAL	13.375.000
Despesa Corrente	8.975.000
Despesa de Capital	4.400.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SDR	103.269.826
Despesa Corrente	101.249.826
Despesa de Capital	2.020.000
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO	63.307.874
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUR	11.049.806
Despesa Corrente	11.049.806
INTEGRAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3.492.136
Despesa Corrente	3.292.136
Despesa de Capital	200.000
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE	47.707.864
Despesa Corrente	47.707.864
TRANSPORTE METROPOLITANO	1.058.068
Despesa Corrente	1.058.068
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	109.366.538
AÇÕES HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	21.648.444
Despesa Corrente	16.885.288
Despesa de Capital	4.763.156
COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	200.000
Despesa Corrente	200.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEHAB	78.778.645
Despesa Corrente	78.578.645
Despesa de Capital	200.000
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	2.200.000
Despesa de Capital	2.200.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
SUPERA ESTIAGEM	6.539.449
Despesa Corrente	200.000
Despesa de Capital	6.339.449
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	323.875.874
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO	2.849.674
Despesa Corrente	2.849.674
ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO	32.576.861
Despesa Corrente	32.576.861
ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES	121.343
Despesa Corrente	121.343
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROFESSOR DO AMANHÃ	76.800.000
Despesa Corrente	76.800.000
GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RS	233.608
Despesa Corrente	233.608
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SICT	119.214.984
Despesa Corrente	119.014.984
Despesa de Capital	200.000
RS INNOVATION	92.000.000
Despesa Corrente	92.000.000
SUPERA ESTIAGEM	79.404
Despesa Corrente	79.404
SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	153.947.843
COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	8.520.000
Despesa Corrente	8.520.000
CUIDADO EM SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL	80.000
Despesa Corrente	40.000
Despesa de Capital	40.000
GARANTIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS E OPORTUNIDADES PARA TODOS	82.216.354
Despesa Corrente	75.113.356
Despesa de Capital	7.102.998
GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA NA TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES	4.950.000
Despesa Corrente	4.950.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SJCDH	57.179.489
Despesa Corrente	57.179.489
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	962.000
Despesa Corrente	962.000
RS SEM FOME	40.000
Despesa Corrente	40.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	340.673.540
APRIMORAMENTO DA INTERMODALIDADE	54.421.550
Despesa Corrente	50.421.550
Despesa de Capital	4.000.000
APRIMORAMENTO DO SISTEMA HIDROPORTUÁRIO	26.222.785
Despesa Corrente	25.132.785
Despesa de Capital	1.090.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SELT	80.000
Despesa de Capital	80.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SELT	258.749.205
Despesa Corrente	258.319.205
Despesa de Capital	430.000
RS PARCERIAS	1.200.000
Despesa Corrente	1.200.000
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	201.338.714
DESENVOLVER RS	80.000
Despesa Corrente	40.000
Despesa de Capital	40.000
EFICIÊNCIA E ASSERTIVIDADE NA GESTÃO DE OBRAS	240.000
Despesa Corrente	120.000
Despesa de Capital	120.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOP	200.618.714
Despesa Corrente	195.353.514
Despesa de Capital	5.265.200
MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS	160.000
Despesa Corrente	80.000
Despesa de Capital	80.000
SUPERÁ ESTIAGEM	240.000
Despesa Corrente	120.000
Despesa de Capital	120.000
SECRETARIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES	63.728.757
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEPAR	43.388.622
Despesa Corrente	43.188.622
Despesa de Capital	200.000
RS PARCERIAS	20.340.135
Despesa Corrente	20.340.135
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO	1.963.756.812
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24.850.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	24.850.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SPGG	200.000
Despesa Corrente	200.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SPGG	1.456.026.833
Despesa Corrente	1.453.242.951
Despesa de Capital	2.783.882
INTELIGÊNCIA E GOVERNANÇA DE DADOS	35.003.160
Despesa Corrente	35.003.160
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	88.010.000
Despesa Corrente	88.010.000
MODERNIZAÇÃO DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	28.400.000
Despesa Corrente	28.400.000
MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO	4.100.000
Despesa Corrente	4.100.000
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO	175.900.000
Despesa Corrente	163.800.000
Despesa de Capital	12.100.000
MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS	127.189.056
Despesa Corrente	110.850.000
Despesa de Capital	16.339.056
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	400.000
Despesa Corrente	400.000
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	186.000
Despesa Corrente	186.000
RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	1.200.000
Despesa Corrente	1.200.000
VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	22.291.763
Despesa Corrente	22.091.763
Despesa de Capital	200.000
SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO	6.626.857.923
ENCARGOS ESPECIAIS - SSPS	1.198.122.499
Despesa Corrente	1.198.122.499
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSPS	3.780.969.383
Despesa Corrente	3.778.920.568
Despesa de Capital	2.048.815
PRIMEIRA INFÂNCIA RS	983.430
Despesa Corrente	983.430
QUALIFICAÇÃO, FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1.646.290.896

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	1.537.365.284
Despesa de Capital	108.925.612
RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	491.715
Despesa Corrente	491.715
SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	43.971.097
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - STDP	38.370.656
Despesa Corrente	38.354.656
Despesa de Capital	16.000
RS TER: +TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	5.600.441
Despesa Corrente	5.416.441
Despesa de Capital	184.000
SECRETARIA DE TURISMO	38.504.136
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SETUR	20.163.740
Despesa Corrente	19.703.722
Despesa de Capital	460.018
OPERAÇÃO VERÃO TOTAL	764.184
Despesa Corrente	764.184
RS PARCERIAS	1.146.276
Despesa Corrente	1.146.276
TURISMO DESTINO RS	16.429.936
Despesa Corrente	16.429.936
SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER	103.450.978
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E CULTURA DO ESPORTE	87.259.988
Despesa Corrente	53.964.536
Despesa de Capital	33.295.452
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEL	16.190.990
Despesa Corrente	16.190.990
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA	583.720.497
AÇÕES PARA MITIGAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	24.442.930
Despesa Corrente	24.442.930
COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	2.000.000
Despesa Corrente	2.000.000
FORTALECIMENTO DO POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA E MINERAÇÃO	100.708.827
Despesa Corrente	10.708.827
Despesa de Capital	90.000.000
GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E PROMOÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO	13.800.000
Despesa Corrente	13.160.000
Despesa de Capital	640.000

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
GESTÃO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	73.185.084
Despesa Corrente	27.025.084
Despesa de Capital	46.160.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEMA	329.280.691
Despesa Corrente	306.772.779
Despesa de Capital	22.507.912
MELHORIA NA GESTÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS	2.000.000
Despesa Corrente	2.000.000
RECEITA DIGITAL 2030+	5.600.000
Despesa Corrente	5.600.000
RS PARCERIAS	3.500.000
Despesa Corrente	3.500.000
SUPERA ESTIAGEM	29.202.965
Despesa Corrente	25.282.965
Despesa de Capital	3.920.000
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	4.029.262.227
APRIMORAMENTO DO CONTROLE EXTERNO PARA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	293.171.774
Despesa Corrente	265.028.414
Despesa de Capital	28.143.360
ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	1.117.671.000
Despesa Corrente	1.117.671.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TCE	2.618.419.453
Despesa Corrente	2.569.956.722
Despesa de Capital	48.462.731
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	25.931.210.974
ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	5.914.275.600
Despesa Corrente	5.914.275.600
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TJ	14.442.181.186
Despesa Corrente	14.442.181.186
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ	5.574.754.188
Despesa Corrente	4.430.521.919
Despesa de Capital	1.144.232.269
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	256.399.234
ENCARGOS ESPECIAIS - JME	85.837.643
Despesa Corrente	85.837.643
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JME	147.251.256
Despesa Corrente	147.251.256
PRODUTIVIDADE E CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	23.310.335

Órgão Ação Programática Despesa	Total (R\$)
Despesa Corrente	20.326.184
Despesa de Capital	2.984.151
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	541.305.064
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO	21.769.489
Despesa Corrente	21.609.489
Despesa de Capital	160.000
ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	94.235.908
Despesa Corrente	94.235.908
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - UERGS	425.299.667
Despesa Corrente	425.259.667
Despesa de Capital	40.000

ANEXO II



**PRIORIDADES E METAS
DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA ESTADUAL - 2024**



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Assembleia Legislativa

1. Garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando os seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;
2. Aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos e logística para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;
3. Ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, inclusive mediante celebração de convênios com entidades mantenedoras de rádios comunitárias, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;
4. Dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, mediante criação ou extinção de cargos e/ou funções, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo, observadas as restrições decorrentes da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
5. Expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de equipamentos e programas e elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;
6. Promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscando condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias, observadas as restrições decorrentes da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
7. Promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar continuidade ao desenvolvimento de projetos, objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;

8. Dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população, promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;

9. Promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas, inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;

10. Dar continuidade à ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, implantando sistemas de segurança, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;

11. Promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;

12. Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade com o patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;

13. Promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e aos veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa; e

14. Implementar ações objetivando o apoio técnico institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

Tribunal de Contas

1. Continuar aperfeiçoando o processo de julgamento de Contas Ordinárias e de emissão de Pareceres Prévios de Contas Anuais;
2. Implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado, envolvendo a participação cada vez mais ativa de todos os Servidores e Membros da Instituição;
3. Promover a cooperação técnica do Tribunal de Contas com Órgãos e Entidades públicas e/ou privadas, visando ao aperfeiçoamento da gestão e ao debate de temas de interesse público para a população gaúcha;
4. Fortalecer os procedimentos de fiscalização concomitante e as auditorias operacionais;
5. Promover melhorias nas instalações da Corte de Contas, com aquisição, construção, reformas, adaptações e manutenção de prédios próprios;
6. Promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, bem como implementar políticas de proteção à saúde de Servidores e Membros do Tribunal de Contas, bem como de seus dependentes, objetivando bem-estar físico, mental e social.
7. Prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público;
8. Promover a recomposição e revisão dos vencimentos, gratificações, indenizações e benefícios dos Membros e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;
9. Aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2015;
10. Dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado;
11. Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação - TI, mediante a aquisição e atualização de equipamentos e sistemas, bem como através da elaboração de projetos, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;
12. Implantar e fortalecer boas práticas de gestão e governança institucional;
13. Dar continuidade à implantação dos projetos voltados à modernização das atividades de controle externo, com o desenvolvimento de soluções que gerem informação e conhecimento a partir dos dados disponíveis, utilizando ciência de dados e inteligência artificial, como as ferramentas (robôs) que viabilizam análises e correções em concomitância com as ações dos órgãos e entidades fiscalizados.
14. Aperfeiçoar os mecanismos de transparência das atividades do Governo, atendendo ao Programa Nacional de Transparência Pública;

15. Fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza pedagógica e de orientação;

16. Dar continuidade ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas que serão financiados com recursos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000;

17. Promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional;

18. Investir na gestão de pessoal, qualificando e valorizando Servidores, Membros e Estagiários; e

19. Aperfeiçoar a metodologia de controle e de acompanhamento das exigências para atendimento ao Regime de Recuperação Fiscal.

Poder Judiciário

1. Garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando a atender com eficiência, eficácia e efetividade a demanda da prestação jurisdicional;
2. Criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1º Grau;
3. Criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2º Grau;
4. Realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1º e 2º Graus, assim como dos cargos de magistrados e servidores a serem criados nas duas instâncias;
5. Prover os cargos e funções criados e vagos no 1º e 2º Graus;
6. Criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;
7. Promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;
8. Implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;
9. Ampliar o número de Juizados Especiais dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1º grau;
10. Custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de magistrados, servidores e auxiliares da justiça;
11. Instituir o Programa de Residência Jurídica, objetivando proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional de Justiça;
12. Atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;
13. Conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;
14. Promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos estabelecidos pelos arts. 37, XI, e 93, V, da Constituição Federal;
15. Autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para magistrados e servidores;

16. Promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;

17. Adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1º e 2º graus;

18. Manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as Comarcas do Estado, visando a agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;

19. Incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins;

20. Promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, bem como implementar políticas de proteção à saúde de servidores, magistrados e pensionistas, bem como seus dependentes, objetivando bem-estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça;

21. Estimular a criação e implementação de Conselhos Municipais Penitenciários, auxiliando na humanização dos presídios e ressocialização do preso;

22. Criar Centros Judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, antes e depois da propositura da demanda judicial, previsto no art. 165 do NCPC;

23. Promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional;

24. Promover parcerias com demais Poderes, Órgãos e Entidades em áreas sociais, com a finalidade de aproximar a Instituição à Sociedade, contribuir para o desenvolvimento do Estado e evitar demandas judiciais; e

25. Perseguir a elevação do índice de atendimento à demanda judicial, bem como a redução da taxa de congestionamento das demandas do Judiciário gaúcho.

Ministério Público

1. Prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;
2. Dar continuidade ao sistema remuneratório com base no art. 39, § 4.º, combinado com o art. 128, § 5.º, inciso I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal, e com a Lei n.º 12.911, de 11 de março de 2008;
3. Ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;
4. Desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;
5. Construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;
6. Promover e incrementar, por meio de setores e segmentos específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, inclusive por intermédio de entidades identificadas com os objetivos e atribuições da Instituição, objetivando a melhor execução de seus serviços e a racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
7. Fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização de informações relevantes para a gestão, como a implementação do trabalho remoto, e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação – TI, que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;
8. Prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;
9. Desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;
10. Criar e prover cargos na carreira do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;
11. Realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;
12. Proceder ao pagamento de passivo de pessoal, indenizações, auxílios, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas, inclusive de exercícios anteriores;

13. Promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores, ativos e inativos, pensionistas e recuperar perdas existentes;

14. Promover as ações necessárias para a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Lei n.º 15.516, de 8 de setembro de 2020;

15. Desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude e da probidade administrativa, por meio de captação de recursos junto a Organismos Nacionais e Internacionais;

16. Promover a gestão de recursos humanos, buscando a valorização do quadro funcional, bem como incrementar as condições laborais, fins de garantir melhor qualidade de vida no trabalho e implementar políticas de proteção à saúde de membros, servidores, pensionistas e dependentes, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem-estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional do Ministério Público;

17. Dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;

18. Aproximar a Instituição da sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;

19. Ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;

20. Implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;

21. Prosseguir a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;

22. Aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;

23. Manter diálogo informativo com a sociedade e o cidadão, sobre ações institucionais, disponibilizando os canais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria), e a Rádio MP; e

24. Aplicar os recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL – destinados a ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens de direito de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Defensoria Pública

1. Adquirir, construir, locar e reformar prédios para que a instituição tenha sedes próprias em todas as Unidades Jurisdicionais do Estado;
2. Prover a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários, garantindo atendimento qualificado em todas as unidades do Estado e adequado desempenho das atividades de apoio na capital;
3. Revisar o Planejamento Estratégico da Instituição, adequando os objetivos, indicadores, metas e projetos ao ambiente interno e externo;
4. Desenvolver projeto de gestão dos processos de trabalho das áreas fim e meio, otimizando e automatizando os fluxos, com vistas a qualificar e agilizar os serviços prestados;
5. Adequar o Portal da Defensoria para plena integração com os sistemas do Poder Judiciário, proporcionando agilidade, confiabilidade e economicidade;
6. Aperfeiçoar os sistemas informatizados das atividades de apoio da instituição para garantir a adequada prestação dos serviços na área fim;
7. Criar novos cargos de defensores públicos e servidores para garantir atendimento em todas as Comarcas do Estado;
8. Realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos nas áreas institucional e serviços auxiliares, assim como dos cargos a serem criados;
9. Conceder reposição remuneratória aos defensores públicos e servidores ativos, inativos e pensionistas;
10. Realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários para capacitação dos defensores públicos e servidores;
11. Implantar revisão periódica da remuneração dos estagiários;
12. Implantar ações de promoção de qualidade de vida no trabalho para defensores públicos, servidores e estagiários;
13. Captar recursos extraordinários junto a organizações internacionais e nacionais para desenvolver projetos estratégicos e realizar investimentos;
14. Desenvolver ações para otimizar a aplicação das receitas ordinárias;
15. Aumentar o número de mutirões de atendimento;
16. Desenvolver e executar ações de educação em direitos e promoção dos direitos humanos;
17. Ampliar a atuação extrajudicial, visando à redução da judicialização de ações; e
18. Promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional.

Poder Executivo

As prioridades e metas do Poder Executivo para o exercício de 2024 são compostas pelas Iniciativas do Plano Plurianual 2024-2027 referentes a atividades elencadas como estratégicas em cada um dos órgãos. As metas referentes a cada Iniciativa estão detalhadas no Anexo I deste documento.

Quadro 1 – Prioridades e metas do Poder Executivo para o exercício de 2024

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável pela Iniciativa
Desenvolvimento Econômico Inovador			
Agropecuária Pujante e Sustentável	Desenvolvimento rural sustentável: diversificação dos sistemas produtivos, geração de renda e sucessão familiar no campo	Equalização de juros - Plano Safra Estadual	SDR
		Infraestrutura para pequenas propriedades rurais	SDR
	Supera Estiagem	Apoio à infraestrutura hídrica rural	SEAPI
		Construção da barragem Jaguari	SOP
		Construção da barragem Taquarembó	SOP
		Construção de novos equipamentos de irrigação	SOP
		Descarbonização da agropecuária gaúcha	SEAPI
		Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	SEMA
		Manejo e conservação do solo	SEAPI
		Manutenção de estradas vicinais rurais	SEAPI
		Pró-Irriga	SEDEC
		Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	SEMA
Desenvolvimento Produtivo e Inovador	Ciência e Tecnologia para Inovação	Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	SICT
		Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	SICT
		PD&I voltadas à transição energética sustentável	SICT
		Uergs 20+	UERGS

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável pela Iniciativa
Desenvolvimento Produtivo e Inovador	Desenvolver RS	Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	SEDEC
		Fortalecimento das cadeias de valor	SEDEC
	Ecosistema de Inovação	Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	SICT
	Invest RS	Plataforma InvestRS	SEDEC
	RS Criativo	Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	SEDAC
	RS Innovation	Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	SICT
	Turismo Destino RS	Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	SETUR
		Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	SETUR
Infraestrutura e Desenvolvimento Regional	Aprimoramento da infraestrutura rodoviária	Ampliação de capacidade de rodovias	DAER
		Conservação e manutenção de rodovias	DAER
		Construção de acessos municipais	DAER
		Construção de rodovias e ligações regionais	DAER
		Restauração e manutenção de pavimento	DAER
	Aprimoramento da intermodalidade	Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	SELT
	Aprimoramento do sistema hidroportuário	Manutenção e modernização do sistema hidroviário	SELT
	Integração Urbana e Desenvolvimento Sustentável	Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	SEDUR
		Pavimenta	SEDUR
		Qualificação e revitalização urbana em territórios do RS Seguro	SEDUR
	Transporte Metropolitano	Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável e Integrando Tecnologia de Gestão	SEDUR
Modernização do Sistema de Transporte	Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitano	SEDUR	
Sustentabilidade Ambiental	Ações para Mitigar as Mudanças Climáticas	Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	SEMA
		Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	SEMA
		Governança Climática	SEMA

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável pela Iniciativa
Sustentabilidade Ambiental	Fortalecimento do Potencial Sustentável da Matriz Energética e Mineração	Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	SEMA
		Programa Energia Forte no Campo	SEMA
	Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD)	CM
		Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	CM
Estado Próspero			
Equilíbrio Fiscal e Novas Parcerias	Aprimoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Revisão do RRF	SEFAZ
	Receita Digital 2030+	Qualificação do Programa Devolve ICMS	SEFAZ
	RS Parcerias	Desenvolvimento de negócios e parcerias	SEPAR
Planejamento, Governança e Gestão			
Governo Moderno e Eficiente	Desenvolvimento Regional	Iconicidades	SPGG
	Modernização e qualificação dos serviços ao cidadão	Canais integrados de atendimento ao cidadão	SPGG
	Modernização, otimização e gestão de ativos	Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	SOP
Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz			
Cultura de Paz e Segurança	Operação Verão Total	Operação RS Verão realizada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP)	SSP
	Qualificação, fortalecimento e modernização do sistema prisional	Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional	SSPS
		RS mais seguro	Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública
	Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas		SSPS
	Modernização tecnológica da segurança pública		SSP
	Qualificação da infraestrutura da segurança pública		SSP
Educação Acolhedora	Aumento dos índices de aprendizagem e aprovação da educação básica da rede pública estadual do RS	Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	SEDUC
		Programa estadual de alfabetização em regime de colaboração - Alfabetiza Tchê	SEDUC

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável pela Iniciativa
Educação Acolhedora	Formação de professores no âmbito do programa Professor do Amanhã	Formação de professores qualificados para o Século XXI	SICT
	Garantia de acesso e permanência da educação básica na rede pública estadual do RS	Ações de cuidado e bem estar escolar	SEDUC
		Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar (Arte com educação)	SEDAC
	Incentivo à permanência dos estudantes do ensino médio na rede pública estadual do RS	Programa Todo Jovem na Escola	SEDUC
	Qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual do RS	Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	SEDUC
		Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	SEDUC
		Manutenção predial de prédios escolares	SOP
		Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Básica	SEDUC
		Programa de autonomia financeira Escolas Educação Básica	SEDUC
		Programa de autonomia financeira para escolas de Educação Profissional e Técnica	SEDUC
Inclusão Social e Geração de Oportunidades	Ações Habitacionais e Regularização Fundiária	Promoção de ações habitacionais	SEHAB
		Regulariza Tchê - Apoio aos municípios	SEHAB
	Enfrentamento das desigualdades	Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	SAS
	Garantia e promoção de direitos e enfrentamento dos ciclos de violência na trajetória das infâncias, adolescências e juventudes	Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	SJCDH
	Geração de renda e qualificação rural	Fomento às atividades produtivas rurais	SDR
	Jovem Aprendiz	Programa Empregabilidade Jovem	SAS
	Qualificação, fortalecimento e modernização do atendimento socioeducativo	Adequação, qualificação e manutenção das estruturas de atendimento ao socioeducando e modernização e manutenção permanente de bens e equipamentos	FASE
	RS Sem Fome	RS sem fome - Do campo ao prato	SAS
	RS TER: +Trabalho e Desenvolvimento Profissional	Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	STDP
		Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	STDP

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável pela Iniciativa
Qualidade de Vida e Diversidade	Combate ao racismo e à desigualdade étnico-racial	Combate ao racismo estrutural no RS	SJCDH
	Desenvolvimento da economia e cultura do esporte	Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	SEL
		Promoção do esporte e do paradesporto	SEL
		Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	SEL
	Envelhecimento Ativo e Saudável	Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	SES
	Garantia de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Oportunidades para todos	Promoção da dignidade e acolhimento da população LGBTQIA+	SJCDH
		Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência (Rede Lilás)	SJCDH
	Impulsiona Cultura	Fomento à cultura	SEDAC
	Primeira Infância RS	Promoção da Primeira Infância	SES
		Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	SJCDH
Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais	Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	SEDAC	
Saúde e Bem-Estar	Fortalecimento do acesso aos serviços de saúde	Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	SES
		Regionalização e organização das redes	SES
		Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	SES
	Redução da incidência e morbimortalidade de doenças infectocontagiosas	Redução das doenças infectocontagiosas	SES



GOVERNO DO ESTADO

RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.